

Natascha Stefania Carvalho De Ostos

**Sociabilidade Parlamentar em cena:  
Atores políticos, cotidiano e imprensa na cidade do Rio de Janeiro  
(1902-1930)**

Belo Horizonte  
2014

Universidade Federal de Minas Gerais  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Departamento de História

**Sociabilidade Parlamentar em cena:  
Atores políticos, cotidiano e imprensa na cidade do Rio de Janeiro  
(1902-1930)**

Natascha Stefania Carvalho De Ostos

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História. Tese defendida em 26/09/2014.

**Linha de pesquisa:** História e Culturas Políticas

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Regina Horta Duarte

Belo Horizonte  
FAFICH/UFMG  
2014

981.53  
O85s  
2014

Ostos, Natascha Stefania Carvalho de  
Sociabilidade parlamentar em cena [manuscrito] :  
atores políticos, cotidiano e imprensa na cidade do Rio de  
Janeiro (1902-1930) / Natascha Stefania Carvalho de  
Ostos. - 2014.  
234 f.  
Orientadora: Regina Horta Duarte.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas  
Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas -  
FAFICH.

1.História – Teses. 2. Ciência política - Teses.  
3.Imprensa - Teses. I. Duarte, Regina Horta. II.  
Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de  
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

*Para minha família, meus amigos e professores, com enorme gratidão e muito carinho.*

## Agradecimentos

Impossível colocar em palavras o esforço despendido na escrita de uma tese. Muitos desafios se apresentaram ao longo dos anos de trabalho, alguns de ordem prática, outros de ordem interna, e alguns simplesmente surgiram para recordar que além da mente também temos uma dimensão física que requer atenção e cuidado. Sou grata por todos eles, pois me permitiram estender os limites de mim mesma e conhecer forças interiores que nem suspeitava existirem.

Meu primeiro agradecimento vai para minha querida orientadora, Prof.<sup>a</sup> Regina Horta Duarte. Neste ano de 2014 completamos 10 anos ininterruptos (!) de relação de orientação. Iniciação Científica, Mestrado, Doutorado, estágio de Doutorado Sanduíche, passamos por tudo isso juntas, e como aprendi! Minha formação se iniciou com o mais simples Bê-á-bá de como fazer pesquisa em um arquivo, Regina me acompanhou nesse primeiro dia, no ano de 2004, à Hemeroteca Pública de Belo Horizonte, lá ela separou uma folha em branco e com toda a paciência me mostrou como fazer uma pesquisa documental. Desde então recebi valiosas lições teóricas, de prática de pesquisa, de ética nas relações profissionais. Tudo isso passado de forma carinhosa, generosa e despretensiosa. Dela somente recebi apoio, delicadeza, consideração e incentivo, tanto para a realização da tese como em todas as dimensões da minha formação profissional e como ser humano integral. Espero ter a oportunidade de passar adiante esses ensinamentos na certeza de que tive a melhor das professoras. Obrigada Regina!

Minha gratidão se estende a todos os professores do Departamento de História da UFMG, em especial para a Dr.<sup>a</sup> Eliana de Freitas Dutra, que como coordenadora do grupo de pesquisa *Coleção Brasileira: Escritos e Leituras da Nação*, e como avaliadora das minhas bancas de qualificação e de defesa de tese, sempre agiu de forma generosa para comigo, oferecendo-me críticas e sugestões fundamentais para o aprimoramento do trabalho. Não posso deixar de agradecer sua inestimável ajuda no encaminhamento do meu estágio de Doutorado-Sanduíche, fazendo a mediação com a instituição francesa e recomendando-me como integrante do grupo de pesquisa *Brasiliiana*, do qual muito usufruí ao longo dos anos. Graças a ela tive o privilégio de entrar em contato com aquele que viria a ser meu orientador na França, o Prof. Jean-Yves Mollier, renomado especialista em História dos Impressos, da Université de Versailles Saint-Quentin-En-Yvelines (UVSQ), que me recebeu de modo extremamente acolhedor e simpático no Centre d'Histoire Culturelle des Sociétés

Contemporaines (CHCSC). Sou muito grata à universidade francesa e mais ainda ao Prof. Jean-Yves Mollier pela oportunidade que ele me deu de acompanhar debates do mais alto nível, pela sua receptividade ao meu tema de pesquisa, pelo seu olhar crítico sobre o trabalho e, não menos importante, pela sua preocupação com meu bem estar durante minha estada em Paris.

Agradeço imensamente às professoras Dr.<sup>a</sup> Heloísa Maria Murgel Starling, Dr.<sup>a</sup> Tania Regina de Luca e Dr.<sup>a</sup> Giselle Martins Venâncio, integrantes da minha banca de defesa de doutorado, pela leitura generosa que fizeram do trabalho, aportando ideias, sugestões e críticas extremamente sofisticadas, relevantes e acuradas, que abriram inúmeras possibilidades para a ampliação do horizonte intelectual da pesquisa.

Meu forte obrigada à Prof.<sup>a</sup> Kátia Gerab Baggio, membro da minha banca de qualificação, que com sua leitura criteriosa apontou novos caminhos para a tese. Não posso deixar de agradecê-la também pela sua atuação como coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG; no desempenho dessa função, juntamente com o Prof. José Newton Meneses, ambos me prestaram inestimável auxílio. Aproveito a oportunidade para agradecer aos funcionários Alessandro Magno, Edilene Oliveira e Vilma Carvalho pela ajuda prestada em diversas situações burocráticas.

Sou especialmente grata à Universidade Federal de Minas Gerais, que me abrigou ao longo de muitos anos, proporcionando-me um ensino gratuito e de qualidade, financiado pelo povo brasileiro. Onde quer que eu esteja *a Federal*, como dizem os alunos, será sempre minha segunda casa. Juntamente com a UFMG (principalmente através do Programa de Pós-Graduação em História), outras instituições de pesquisa custearam meus estudos. Da CAPES, *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior*, recebi quatro anos de bolsa de Doutorado, além de bolsa de Doutorado-Sanduíche, que me proporcionou a mais inestimável experiência acadêmica ao permitir que eu passasse 6 meses na França, no ano de 2013, estudando na Université de Versailles Saint-Quentin-En-Yvelines (UVSQ). Graças a essas bolsas de pesquisa pude dedicar-me integralmente à escrita da tese. Sou extremamente grata à CAPES pelo apoio.

Agradeço ainda aos arquivos que consultei, em especial à Biblioteca Nacional, à Biblioteca do Congresso Nacional e à Fundação Casa de Rui Barbosa, onde fui muito bem assessorada pelos funcionários. Sou grata à Universidad de La Rioja, na Espanha, que me recebeu durante dois meses e meio no ano de 2012, para realizar um curso de extensão financiado pela Universidade.

Na França não posso deixar de agradecer à Cité Internationale Universitaire de Paris e à Maison du Brésil, aonde morei por 6 meses, usufruindo de um maravilhoso ambiente estudantil. Lá conheci aqueles que agora já são amigos para toda a vida, pois quem sobreviveu junto ao inverno mais rigoroso da França nos últimos 20 anos forma laços indelévels. Obrigada Angélica, Paula, Vinícius, Enric, Nilson, Francisco, Ariadne, Dirceu, Sheyla, Julliane, Luana, Vanusa, Will, Felipe, Fábio, Indayara, Alex, Nora e muitos outros, obrigada *quatrième étage!* Meu agradecimento especial vai para a queridíssima amiga Íris, companheira de todas as horas, com quem compartilhei as aventuras e desventuras de viver fora do Brasil. A nossa amizade foi a melhor surpresa que Paris reservou.

Agradeço de coração a Henrique e Cecília, que nunca falham em me ajudar e apoiar. Obrigada Fernanda, sempre presente, você tem minha confiança e gratidão eternas. Obrigada Matheus, amigo de toda uma vida, sem o seu incentivo e sua presença amorosa esta tese não existiria. Obrigada Álex, por me receber tão bem em Recife.

Chego por fim à minha família, meu esteio. Obrigada irmãos, Eduardo e Ricardo, homens íntegros que me fazem acreditar em um mundo melhor. Obrigada aos meus sobrinhos, Pedro Henrique, Rafael e Lino, alegrias da minha vida. Obrigada às minhas cunhadas, Luciana e Nannette, que sempre me acolhem tão bem. Obrigada tios e primos, em especial àqueles que já se foram.

À minha mãe devo mais do que agradecimentos (e eles não caberiam neste espaço), devo o exemplo de uma mulher forte, batalhadora, de pensamento positivo, que me deu suporte absoluto em todas as minhas escolhas na vida. Sinto-me privilegiada por ser sua filha.

Por fim, agradeço, com humildade, àquela força misteriosa que existe em nós.

*Eu, quando vejo um ou dois assuntos puxarem para si todo o cobertor da atenção pública, deixando os outros ao relento, dá-me vontade de os meter nos bastidores, trazendo à cena tão somente a arraia-miúda, as pobres ocorrências de nada, a velha anedota, o sopapo casual, o furto, a facada anônima, a estatística mortuária, as tentativas de suicídio. O cocheiro que foge, o noticiário, em suma.*

*É que eu sou justo, e não posso ver o fraco esmagado pelo forte. Além disso, nasci com certo orgulho, que já agora há de morrer comigo. Não gosto que os fatos nem os homens se me imponham por si mesmos. Tenho horror a toda superioridade. Eu é que os hei de enfeitar com dois ou três adjetivos, uma reminiscência clássica, e os mais galões de estilo. Os fatos, eu é que os hei de declarar transcendentais; os homens, eu é que os hei de aclamar extraordinários.*

Machado de Assis – A Semana. Crônica de 10 de Julho de 1892, Gazeta de Notícias.

## Resumo

Esta tese investiga o impacto e a repercussão do que chamamos de sociabilidade parlamentar nas revistas *O Malho*, *Careta* e *Fon-Fon*; sociabilidade essa que era vivenciada no cotidiano da cidade do Rio de Janeiro, do início do século XX até o ano de 1930. A movimentação diária dos congressistas, em suas múltiplas situações de encontro e convivência (no espaço da Câmara e do Senado, nos *meetings*, nas festas, nas reuniões informais nos cafés, etc.), despertava forte interesse da parte desses periódicos. As chamadas revistas ilustradas perfazem um corpo documental privilegiado para o estudo do dia-a-dia da política, em razão da diversidade de conteúdos que publicavam e pelo fato de não se fixarem a uma linha temática rígida. *O Malho*, *Careta* e *Fon-Fon*, mesmo considerando suas diferenciações, tendiam a discutir as questões políticas através da exposição da sociabilidade dos parlamentares – e de outros políticos – construindo em suas páginas uma espécie de crônica social do político, mediada pelo humor, e dedicada a expor e comentar as miudezas diárias dos encontros parlamentares, a dinâmica dos hábitos que marcavam o funcionamento cotidiano do Parlamento, as ligações políticas e pessoais de deputados e senadores, o tipo de relação existente entre o Executivo e o Legislativo nacional, os boatos que circulavam nos bastidores, etc. A hipótese que norteia esta pesquisa é a de que a observação dos hábitos, dos comportamentos e das práticas cotidianas dos parlamentares que integravam o Congresso Nacional levava à construção, nas páginas dessas revistas, de percepções e sensibilidades peculiares sobre o sentido da política e sobre o papel dos chamados políticos profissionais na sociedade brasileira.

**Palavras-chave:** imprensa, política, cotidiano, humor, sociabilidade parlamentar

## Abstract

This thesis proposes to investigate the impact and repercussions of what we call parliamentary sociability in magazines *O Malho*, *Careta* and *Fon-Fon*; sociability that was experienced in this life of the city of Rio de Janeiro, the early twentieth century until the year 1930. The daily movement of parliamentarians, in their multiple situations of coexistence (in meetings, at parties, informal meetings in cafes, etc.), generated strong interest from these magazines. The illustrated magazines are privileged to study the day-to-day politics, because of the diversity of their content and they do not settle to a rigid thematic line. *O Malho*, *Careta* and *Fon-Fon*, even considering their differences, tended to discuss political issues through exposure sociability of parliamentarians - and other politicians - building on its pages a kind of social chronicle the political, through humor, and dedicated to exposing and commenting the details of parliamentary meetings, the dynamics of the functioning of Parliament, the political and personal connections of deputies and senators, the type of relationship between the Executive and the National Legislature, the rumors circulating backstage, etc. The hypothesis that guides this work is that the observation of the habits, behavior and daily practices of parliamentarians led to the construction, in the pages of these magazines, the perceptions and opinions about the meaning of politics and the role of professional politicians in Brazilian society.

**Keywords:** press, politics, everyday, humor, parliamentary sociability

## Résumé

Cette thèse se propose d'étudier l'impact et les répercussions de ce que nous appelons la sociabilité parlementaire dans les magazines *O Malho*, *Careta* e *Fon-Fon*, sociabilité qui a été vécue dans la vie de la ville de Rio de Janeiro, au début du XXe siècle jusqu'à l'année 1930. Le mouvement quotidien des parlementaires, dans leurs multiples situations de rencontre et de partage (à la Chambre et au Sénat, dans les réunions, dans les rassemblements festifs, réunions informelles dans les cafés, etc.), a suscité un vif intérêt de la part de ces magazines. Les magazines illustrés constituent un corps du document privilégié pour l'étude de la politique au jour le jour, en raison de la diversité des contenus et le fait qu'ils n'ont pas une ligne thématique rigide. *O Malho*, *Careta* e *Fon-Fon* ont tendance à discuter de questions politiques par l'exposition de la sociabilité parlementaire, en construisant une sorte de commentaire sociale de la politique, consacrée à l'explication de la dynamique des habitudes qui ont marqué le fonctionnement quotidien de l'Congrès, les relations politiques et personnels des représentants, le type de relation entre le pouvoir Législatif et le Exécutif national, les rumeurs circulant, etc. L'hypothèse qui guide ce travail est que l'observation des habitudes, les attitudes et les pratiques quotidiennes des parlementaires ont conduit à la construction, dans les pages de ces journaux, de perceptions et sensibilités particulières sur les significations de la politique et le rôle de l'élite politique dans la société brésilienne.

**Mots clés:** presse, politique, quotidien, humour, sociabilité parlementaire

## Lista de Ilustrações

Ilustração 1: <i>Lesmas Perniciosas</i>	65
Ilustração 2: <i>Ecos da Abertura do Congresso</i>	85
Ilustração 3: <i>Automóveis BENZ</i>	89
Ilustração 4: <i>Águas São Lourenço</i>	92
Ilustração 5: <i>Atividade Parlamentar</i>	105
Ilustração 6: <i>O distintivo Parlamentar</i>	110
Ilustração 7: <i>O Momento Parlamentar</i>	116
Ilustração 8: <i>Rio em flagrante – Os nossos instantâneos</i>	120
Ilustração 9: <i>Despedidas</i>	124
Ilustração 10	131
Ilustração 11: <i>O Congresso Nacional... Em Paris</i>	135
Ilustração 12: <i>A verdade nas urnas</i>	146
Ilustração 13: <i>O princípio eleitoral</i>	148
Ilustração 14	150
Ilustração 15: <i>Depois Da Eleição</i>	152
Ilustração 16: <i>Só assim: Sorrateiramente</i>	162
Ilustração 17: <i>Insônia</i>	167
Ilustração 18: <i>A Carneirada!</i>	175
Ilustração 19	178
Ilustração 20	191
Ilustração 21	197
Ilustração 22: <i>O Milho</i>	201
Ilustração 23: <i>Será desta vez?</i>	205
Ilustração 24: <i>15 de Novembro de 1930</i>	207

## Lista de tabelas

Tabela 1: Revista <i>Fon-Fon</i> - Seções sobre política	32
Tabela 2: Revista <i>Careta</i> - Seções sobre política	34
Tabela 3: Revista <i>O Malho</i> - Seções sobre política	36
Tabela 4: Elementos temáticos condensados através da leitura das fontes	49
Tabela 5: Elementos temáticos condensados através da leitura das fontes	101
Tabela 6: Elementos temáticos condensados através da leitura das fontes	158

## SUMÁRIO

<b>Apresentação</b>		<b>12</b>
<b>1. Capítulo 1 -</b>	<b>Política e humor nas revistas <i>Fon-Fon</i>, <i>Careta</i> e <i>O Malho</i></b>	<b>44</b>
<b>1.1.</b>	Linha/proposta editorial das revistas	50
<b>1.2.</b>	Relação das revistas com os homens públicos e com as correntes políticas da época	61
<b>1.3.</b>	Prática jornalística	73
<b>1.4.</b>	Boatos	79
<b>1.5.</b>	Publicidade	83
<b>2. Capítulo 2 -</b>	<b>Representações humorísticas do cotidiano parlamentar</b>	<b>97</b>
<b>2.1.</b>	Identidade Parlamentar	101
<b>2.2.</b>	Perfil das personalidades políticas	113
<b>2.3.</b>	Vida Social	119
<b>2.4.</b>	Práticas de favorecimento	128
<b>2.5.</b>	Privilégios da classe política	133
<b>2.6.</b>	Bastidores da política e do Parlamento	138
<b>2.7.</b>	Eleições	143
<b>3. Capítulo 3 -</b>	<b>A produção humorística das revistas ilustradas: atribuição de significados ambivalentes para a política e o Congresso Nacional</b>	<b>156</b>
<b>3.1.</b>	Identidade Institucional	159
<b>3.2.</b>	Poder Executivo e sua relação com o Legislativo	169
<b>3.3.</b>	Relação dos parlamentares e demais políticos com o povo	180
<b>3.4.</b>	República	187
<b>3.5.</b>	Política	194
<b>4. Considerações finais</b>		<b>212</b>
<b>Fontes</b>		<b>219</b>
<b>Referências bibliográficas</b>		<b>220</b>

## Apresentação

Esta tese investiga o impacto e a repercussão do que denominamos de sociabilidade parlamentar nas revistas *O Malho*, *Careta* e *Fon-Fon*; sociabilidade essa que era vivenciada no cotidiano da cidade do Rio de Janeiro, do início do século XX até o ano de 1930. A hipótese que norteia este trabalho é a de que a observação dos hábitos, dos comportamentos e das práticas cotidianas dos parlamentares que então integravam o Congresso Nacional levava à construção, nas páginas desses periódicos, de percepções e sensibilidades peculiares sobre os sentidos da política e sobre o papel da elite política <sup>1</sup> na sociedade brasileira.

Constatamos, pela consulta das fontes, que a sociabilidade política dos parlamentares, em suas múltiplas situações de encontro, conagração e convivência (no espaço da Câmara e do Senado, nos *meetings* organizados em clubes e gabinetes, nos encontros festivos, nas reuniões informais nos cafés, etc.), despertava forte interesse da parte de alguns periódicos que circulavam nas primeiras décadas do século XX, em particular das revistas aqui citadas. Posto isso, investigamos como se dava a cobertura jornalística da sociabilidade dos parlamentares nas páginas das revistas *O Malho*, *Careta* e *Fon-Fon*, indagando: porque as diversas situações político-sociais relacionadas a essa sociabilidade ganhavam tanto destaque nessas publicações? Tratava-se apenas de uma curiosidade superficial pelo fazer cotidiano dos poderosos da hora? Ou a cobertura dessa sociabilidade parlamentar foi a estratégia encontrada pelos jornalistas para acompanhar de perto certos processos políticos normalmente refratários a olhares externos? A atenção concedida, nesses periódicos, à movimentação política do cotidiano, aos seus episódios “comuns”, seria apenas uma celebração vazia de fatos aparentemente banais? Ou a observação desse dia-a-dia dos parlamentares propiciava algum tipo de reflexão sobre o mundo da política, sobre a “legitimidade” das instituições republicanas e o papel de certos atores políticos no cenário nacional, de modo que tais

---

<sup>1</sup> “A noção de elite [...] diz respeito acima de tudo à percepção social que os diferentes atores têm acerca das condições desiguais dadas aos indivíduos no desempenho de seus papéis sociais e políticos. Se, em outros momentos, sua imprecisão conceitual pôde ser percebida como uma deficiência por cientistas sociais e historiadores ciosos em dotar suas análises de “consistência científica”, esta mesma imprecisão tornou-se doravante cômoda e, de certa forma, *instrumental*: de fato, um número crescente de pesquisadores encontra na noção de elite uma forma de se estudar os grupos de indivíduos que ocupam posições-chave em uma sociedade e que dispõem de poderes, de influência e de privilégios inacessíveis ao conjunto de seus membros, ao mesmo tempo que evitam a rigidez inerente às análises fundadas sobre as relações sociais de produção”. HEINZ, Flávio. O historiador e as elites – à guisa de introdução. In: HEINZ, Flávio (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 7 e 8.

crônicas traziam um sentido político mais agudo do que aquele inicialmente percebido através da sua aparência corriqueira?

A nossa hipótese, construída a partir da análise documental, nos leva a supor que sim, que as revistas *O Malho*, *Careta* e *Fon-Fon*, ao retratarem em suas páginas o cotidiano da sociabilidade política dos parlamentares, funcionavam como veículos de criação e difusão de percepções e sensibilidades<sup>2</sup> relativas ao político.

A escolha das revistas *O Malho*, *Careta* e *Fon-Fon*, se deu em razão da grande importância que tinham no cenário editorial da época, já que circulavam em quase todo o território nacional, com tiragens expressivas. Consideramos, ainda, como critério de escolha dessas três revistas, o fato de que elas foram publicadas durante um longo período de tempo, consolidando-se como referenciais perante o público leitor, ao contrário de outras congêneres, de vida efêmera. Razões práticas também influíram na nossa escolha, já que os citados periódicos integram o acervo de um razoável número de arquivos e bibliotecas, muitos deles possuindo coleções significativas dessas revistas.

A revista *Fon-Fon* foi criada no ano de 1907, no Rio de Janeiro, de circulação semanal. Suas páginas traziam informações sobre literatura, vida social, movimentação política, dentre outros assuntos; foi extinta no ano de 1958. Já o periódico *O Malho* foi fundado em 1902, também na cidade do Rio de Janeiro; trava-se de um semanário que dedicava bastante espaço à crítica política, mas que não deixava de abordar, dentre outras coisas, aspectos relacionados aos costumes da época. No ano de 1906 sua tiragem girava em torno de 40.000 exemplares<sup>3</sup>; parou de circular em 1954. *Careta* foi editada pela primeira vez no ano de 1908, na cidade do Rio de Janeiro; caracterizava-se pelo humor crítico e pela grande quantidade de charges que veiculava, deixou de ser publicada no ano de 1960.

A pesquisa dessa sociabilidade, e de como ela era retratada nesses periódicos, tem como marco espacial a cidade do Rio de Janeiro, envolvendo a análise de fontes editadas nesse local, mas cuja distribuição atingia vários pontos do país. O Rio de Janeiro, como

---

<sup>2</sup> Segundo Sandra Pesavento, “As sensibilidades seriam, pois, as formas pelas quais indivíduos e grupos se dão a perceber, comparecendo como um reduto de representação da realidade através das emoções e dos sentidos. [...] podemos aproximar as sensibilidades do campo do político, onde podem ser *medidas* ações e reações, mobilizações e tomadas de iniciativa. [...] O mundo do sensível [...] incide justo sobre as formas de valorizar, de classificar o mundo, ou de reagir diante de determinadas situações e personagens sociais.” In: *Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades. Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Coloquios, 2005, [En línea], Puesto en línea el 04 février 2005. Disponível em: < <http://nuevomundo.revues.org/229> >. Acesso em: 09/06/ 2011.

<sup>3</sup> A própria revista informa esse número. Obviamente a tiragem sofria oscilações dependendo, por exemplo, do interesse do público por certos eventos. Segundo o semanário a edição de 03/11/1906 foi aumentada para 50.000 números em razão da atração dos leitores por um crime ocorrido na cidade e que tinha sido noticiado pela revista na semana anterior. Na ocasião a tiragem foi de 43.000 exemplares e, segundo o periódico, teria se esgotado às oito horas da manhã. In: *O Malho*. Rio de Janeiro, Ano V, N. 216, 3 de Novembro de 1906, s./p. Com relação a *Careta* e *Fon-Fon* não encontramos dados precisos sobre suas tiragens.

capital do Brasil, abrigava os poderes Executivo e Legislativo da Federação, concentrando, também, grande parte da burocracia estatal relacionada ao funcionamento do setor público. Era natural, portanto, que se destacasse como palco de atuação e ponto de encontro das poderosas elites regionais, que para lá se dirigiam a fim de cumprir mandatos políticos, tecer acordos, tratar de negócios e cultivar relações sociais. A urbe atraía, ainda, diversos empreendimentos privados ligados à atividade cafeeira, além de estabelecimentos comerciais e companhias estrangeiras; contando com um número cada vez maior de imigrantes que para lá se dirigiam em busca de oportunidades de trabalho. Alguns dados revelam bem o papel nuclear da cidade do Rio de Janeiro: entre 1872 e 1920 a população da cidade aumentou de 274 mil para 1,2 milhão de habitantes, enquanto que a cidade de São Paulo, no mesmo período, viu sua população saltar de 31 mil moradores para 580 mil; cabe ressaltar, ainda, que, em 1907, o Rio de Janeiro concentrava 26% dos capitais industriais do país, e 20% dos estabelecimentos industriais, contra 20% e 10%, respectivamente, de São Paulo (a capital paulista começou a superar economicamente a cidade do Rio de Janeiro em meados da década de 1920) <sup>4</sup>.

Tratava-se, portanto, do principal centro político e econômico do país; além disso, pelo movimentado porto da cidade circulavam não apenas bens materiais, como também pessoas, ideias, novidades, favorecendo o desenrolar de uma rica vida cultural, intensificada pelas reformas urbanas em curso e pela multiplicação de diversos espaços de sociabilidade e de expressão cultural que se expandiam desde o final do século XIX: clubes, teatros, confeitarias, livrarias, etc. <sup>5</sup>. Como não poderia deixar de ser a cidade se afirmou como polo a partir do qual eram criadas e editadas importantes publicações, incluindo aí diversas revistas “mundanas” que através de suas páginas irradiavam discussões, ideias e movimentos que logo ganhavam visibilidade e atenção nos demais recantos do país. Assim, pela destacada importância da cidade do Rio de Janeiro nesse período, principalmente no que se refere à atividade política do país, optamos por estabelecê-la como marco espacial deste trabalho.

A escolha do nosso marco temporal está diretamente ligada às novas possibilidades tecnológicas abertas à imprensa daquele período. Na virada do século XIX para o XX os periódicos mais importantes do país começaram a adotar tecnologias que alteraram de forma substancial a produção dos impressos no Brasil, como “máquinas linotipos capazes de

---

<sup>4</sup> NETO, José Miguel Arias. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. V (orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente – Da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Livro 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, págs.. 216, 222 e 227.

<sup>5</sup> In: MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida – Cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 11.

substituir o trabalho de até 12 das antigas composições manuais; máquinas de imprimir capazes de “vomitar” de 10 a 20 mil exemplares por hora”, sem contar o emprego de aparelhos “de fotografar capazes de reproduzir em imagens o que antes apenas podia ser descrito; métodos fotoquímicos que permitem a publicação de clichês em cores”<sup>6</sup>. Ora, o despontar de uma comunicação de massa, centrada, inicialmente, em jornais e revistas de grande circulação, ajudou a alterar a percepção do cotidiano, principalmente nos grandes centros urbanos; o público leitor já podia acompanhar de perto não só o que acontecia dentro do país como também aquilo que se passava no mundo. Apesar de o Brasil possuir então uma baixa porcentagem de indivíduos considerados alfabetizados (24,5%), o índice de pessoas alfabetizadas na cidade do Rio de Janeiro era bem maior do que a média nacional, alcançando os 61,3%, de acordo com o censo de 1920<sup>7</sup>.

Iniciamos nossa pesquisa no ano de 1902 em razão de se tratar do ano em que foi fundado o impresso mais antigo com que trabalhamos – a revista *O Malho*. Finalizamos a investigação no ano de 1930, por alguns motivos. Após o movimento de 1930, o Congresso Nacional permaneceu fechado por três anos, até a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, em novembro de 1933. A revolta de 1930 transformou o cenário político da época, ao abrir a possibilidade para que atores políticos e sociais até então alijados do panorama institucional pudessem concorrer para a composição dos novos quadros de poder. Mesmo considerando que o Congresso Nacional que emergiu em 1934 não apresentava uma composição social radicalmente diferente do período imediatamente anterior, podemos afirmar que a dinâmica de negociação e de acomodação das forças políticas sofreu importantes alterações, pois os antigos pactos que regiam o encaminhamento dos interesses

---

<sup>6</sup> BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900–2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 22.

<sup>7</sup> CARVALHO, José Murilo de. Os três povos da República. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de (org.). *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001, p. 69. Índices de alfabetização devem ser matizados, pois não levam em consideração a existência de diferentes formas de leitura. Como alerta Roger Chartier: “[...] uma história das maneiras de ler deve identificar as disposições específicas que distinguem as comunidades de leitores e as tradições de leitura. O procedimento supõe o reconhecimento de diversas séries de contrastes. De início, entre as competências de leitura. A clivagem, essencial porém grosseira, entre alfabetizados e analfabetos, não esgota as diferenças na relação com o escrito. Os que podem ler os textos, não os leem de maneira semelhante, e a distância é grande entre os letrados de talento e os leitores menos hábeis, obrigados a oralizar o que leem para poder compreender, só se sentindo à vontade frente a determinadas formas textuais ou tipográficas. Contrastes igualmente entre normas de leitura que definem, para cada comunidade de leitores, usos do livro, modos de ler, procedimentos de interpretação. Contrastes, enfim, entre as expectativas e os interesses extremamente diversos que os diferentes grupos de leitores investem na prática de ler. De tais determinações, que regulam as práticas, dependem as maneiras pelas quais os textos podem ser lidos, e lidos diferentemente pelos leitores que não dispõem dos mesmos utensílios intelectuais e que não entretêm uma mesma relação com o escrito”. In: *O mundo como representação. Estudos Avançados*. São Paulo, v. 5, n. 11, Apr., 1991, págs. 178 e 179. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141991000100010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000100010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 12/02/2013.

políticos no âmbito do Legislativo e do Executivo nacionais não mais existiam <sup>8</sup>. Também delimitamos o ano de 1930 como limite temporal deste trabalho pelo fato de que a partir do movimento liderado por Getúlio Vargas as ações estatais de censura foram se tornando gradativamente mais operantes, estabelecendo uma restrição mais abrangente à imprensa nacional, dificultando a livre veiculação de certos conteúdos políticos. A própria revista *O Malho*, ao se colocar contra a Aliança Liberal e aos acontecimentos que se seguiram ao mês de outubro de 1930, foi empastelada, deixando de circular por algum tempo, voltando a ser publicada com um conteúdo onde a política pouco aparecia, o que contribuiu para nossa decisão de encerrar a pesquisa no referido ano <sup>9</sup>.

Outro ponto importante a assinalar é que ao longo da década de 1930 o rádio se impôs como novo vetor de expressão de uma cultura de massa “que em princípio subtrai parte do público leitor do impresso” <sup>10</sup>, essa competição tornou o cenário dos meios de comunicação no Brasil mais complexo. As revistas ilustradas não perderam importância como veículos da imprensa, marcando presença no campo editorial do país por muitas décadas, contudo, elas precisaram adaptar sua linguagem e seu conteúdo às novas exigências culturais e do mercado, o que, a nosso ver, introduziu modificações no perfil editorial dos periódicos aqui estudados, que passaram a dedicar espaço cada vez maior à cobertura dos programas de rádio, ao mundo do cinema e à vida dos seus artistas, disputando a atenção que as revistas concediam a outros assuntos, dentre os quais a política.

---

<sup>8</sup> A vida institucional da Primeira República foi regida, a partir de 1898, pela chamada política dos governadores. Na tentativa de atender aos reclamos dos agentes políticos mais poderosos e de estabilizar os conflitos que ocorriam no seio das oligarquias regionais, o então Presidente da República Campos Sales concebeu um pacto informal capaz de canalizar parte das disputas existentes para as cenas políticas estaduais. A política dos governadores consistia em que “o governo federal passou a sustentar os grupos dominantes nos estados, enquanto estes, em troca, apoiavam a política do presidente da República votando no Congresso com o governo. Este tipo de acordo se repetia entre governadores e as lideranças locais, os coronéis, que controlavam a massa de eleitores [...]”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. *A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006, 26f., p. 4. Disponível em: < [WWW.cpdoc.fgv.br](http://WWW.cpdoc.fgv.br) > Acesso: 27/01/2012; LESSA, Renato. *A Invenção Republicana - Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988, p. 100.

<sup>9</sup> Já está estabelecida na historiografia brasileira a ideia de que a atribuição de uma importância transcendente ao marco temporal de 1930, como divisor de águas na história do Brasil, se deveu em grande parte à força de uma memória construída pelos vitoriosos da revolta. Isso não implica em diminuir a relevância do episódio, trata-se de desnaturalizar determinados fatos históricos como portadores de uma significação que ultrapassa os sentidos construídos pelos agentes históricos em diversas temporalidades. Sobre o assunto consultar: GOMES, Angela de Castro; ABREU, Martha. Apresentação. *Revista Tempo*. Dossiê: A nova “Velha” República. Rio de Janeiro, v. 13, n. 26, jan./2009, pp. 1-14.

<sup>10</sup> MARTINS, Ana Luiza. Páginas revisteiras modernistas: letra e imagem. In: LUSTOSA, Isabel (org.). *Imprensa, história e literatura*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008, p. 235. De acordo com Carlos H. A. Taparelli, o rádio “só se tornou um meio de comunicação de massa na década de 30, com a introdução do rádio comercial e a redução do preço dos receptores”. In: A evolução tecnológica do rádio. *Revista USP*. São Paulo, n. 56, dez./fev. 2002-2003, p. 18.

No que toca à escolha das revistas ilustradas como fontes principais deste trabalho acompanhamos a opinião de Nicolau Sevcenko, que considera como uma das características mais importantes das primeiras décadas do século XX no Brasil a expansão considerável da imprensa escrita, ressaltando que a introdução das novas técnicas de impressão e edição ajudaram a reduzir o preço das publicações, fomentando um “novo jornalismo”, que, “de par com as revistas mundanas [...] tornou-se mesmo a coqueluche da nova burguesia urbana”, atingindo não somente as “classes conservadoras”, como também “a massa de caixeiros, aventureiros e funcionários”<sup>11</sup>.

As chamadas revistas ilustradas ou mundanas (assim qualificadas pela grande quantidade de imagens que veiculavam e pela variedade de conteúdos que publicavam), são consideradas, muitas vezes, como fontes apropriadas para subsidiar aquelas pesquisas históricas voltadas para o estudo da publicidade, do consumo e dos usos e costumes de certa época; com pouca frequência elas sustentam investigações dedicadas aos fenômenos políticos e quando isso ocorre tende-se a privilegiar a análise das charges ali contidas<sup>12</sup>. Tais abordagens são importantes, mas acreditamos que essas revistas poderiam ser alvo de outros estudos dedicados à dimensão política, já que, além das charges, existem inúmeros elementos textuais ali presentes dedicados a debater, comentar, criticar, denunciar questões relativas à instância política. Tal lacuna poderia ser explicada pela fragmentação que caracteriza esses periódicos, divididos em múltiplas seções que se “apinham” em suas páginas, entremeadas por uma abundante quantidade de imagens e de informes publicitários, de forma que aqueles que trabalham com essas fontes correm o risco de praticar uma “leitura amena e ligeira, decorrente do mero folhear dessas publicações”<sup>13</sup>.

As revistas ilustradas (em particular *O Malho*, *Careta* e *Fon-Fon*), perfazem um corpo documental privilegiado para o estudo do dia-a-dia da política, em razão da diversidade de

---

<sup>11</sup> In: *Literatura como missão – Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, págs. 119 e 126.

<sup>12</sup> Monica Pimenta Velloso argumenta que a produção historiográfica brasileira que estuda as revistas tem deixado a desejar no que toca à investigação da recepção e da materialidade desses impressos. “Na maior parte das vezes, as revistas são identificadas como fonte de análise do pensamento político-social. [...] A primazia do autor, das ideias (das quais seriam porta-vozes os intelectuais) ou do contexto tem inviabilizado uma visão conjunta do complexo social que sustenta e dá sentido a essa produção”. In: *Percepções do Moderno: as revistas do Rio de Janeiro*. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (orgs.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006, p. 312. No nosso levantamento bibliográfico tivemos dificuldade em encontrar trabalhos que versassem sobre o conteúdo político das revistas ilustradas, com exceção das produções que privilegiam a investigação das charges políticas, estas sim bastante estudadas. Concordamos com a historiadora em seu diagnóstico sobre a carência de trabalhos dedicados às revistas como suporte. A inexistência de pesquisas que tenham por objeto as próprias revistas dificulta as investigações que utilizem como fonte esses periódicos. No nosso caso tivemos que “pinçar” informações esparsas na bibliografia e nas fontes, lidando com dados muitas vezes contraditórios.

<sup>13</sup> MARTINS, Ana Luiza. Da fantasia à História: folheando páginas revisteiras. *História*, São Paulo, 22 (1), 2003, p. 60.

conteúdos que publicavam, pelo fato de não se fixarem a uma linha temática rígida, que se concentrasse na veiculação apenas da literatura, da política, de notícias ou curiosidades. Essa liberdade permitia que as revistas tratassem de questões que outros periódicos poderiam considerar como irrelevantes, ou pouco sérias; grandes jornais diários da época, como o *Jornal do Comércio* e a *Gazeta de Notícias*, dedicavam espaço considerável à política, mas a abordagem do assunto se dava principalmente através da publicação de “um bom repertório de fatos”<sup>14</sup> e por meio de artigos de fundo que promoviam análises mais verticalizadas sobre o tema. Já as revistas *O Malho*, *Careta* e *Fon-Fon*, mesmo considerando suas diferenciações, tendiam a discutir as questões políticas através da exposição da própria sociabilidade política dos parlamentares (e de outros políticos ligados ao Executivo); construindo em suas páginas uma espécie de crônica social do político, dedicada a expor e a comentar as miudezas diárias dos encontros parlamentares, a dinâmica dos hábitos que marcavam o funcionamento cotidiano do Congresso, as ligações políticas e pessoais de deputados e senadores, o tipo de relação existente entre o Executivo e o Legislativo nacional, os boatos que circulavam nos bastidores dessa sociabilidade política, etc.

A ênfase do nosso trabalho recai sobre o Congresso Nacional e sobre os parlamentares por alguns motivos. Primeiramente pelo fato das revistas estudadas darem grande atenção ao que se passava nas casas legislativas, tendo criado seções específicas para noticiar e acompanhar o dia-a-dia dessa instituição. Não encontramos na documentação um equivalente dessas seções para o poder Executivo ou o Judiciário. Outro ponto importante é que o poder Legislativo não é assunto muito comum na historiografia brasileira, sendo escassos os trabalhos voltados para sua investigação ou que o tangenciem como tema. Os estudos sobre o poder Legislativo (formações partidárias, relações com o Executivo, constituição das lideranças, perfil das bancadas, etc.), são numerosos quando o enfoque é o tempo presente, principalmente pós Constituição de 1988, predominando as abordagens da Ciência Política, do Direito e da Sociologia<sup>15</sup>. A nossa pesquisa bibliográfica não pretendeu delimitar todo um campo de pesquisa, mas no caso da perspectiva histórica o que mais encontramos foram obras de memorialistas, além de trabalhos de viés institucional editados pelo próprio poder Legislativo, de caráter predominantemente comemorativo ou que se propõem a inventariar

---

<sup>14</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 253.

<sup>15</sup> A título indicativo citamos os seguintes estudos: ANASTASIA, Fátima et al., (orgs.). *Elites Parlamentares na América Latina*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009; AZEVEDO, Fernando Antonio; CHAIA, Vera Lucia Michalany. O Senado nos editoriais dos jornais paulistas (2003-2004). *Opinião Pública*. Campinas, vol. 14, n. 1, pp. 173-204, junho 2008; MESSENERG, Débora. A elite parlamentar brasileira: um recorte sociocultural. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, v. 16, n. 30, pp. 17-28, jun. 2008; PERES, Paulo; CARVALHO, Ernani. Religando as arenas institucionais: uma proposta de abordagens multidimensionais nos estudos legislativos. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, v. 20, n. 43, pp. 81-106, out. 2012.

fatos, datas e nomes. Esses trabalhos foram importantes para a pesquisa, pois a partir deles nos familiarizamos com elementos das trajetórias políticas e pessoais dos parlamentares mais destacados da época. As bases de dados on-line do Senado Federal e da Câmara dos Deputados também contem material relevante, como os Anais Legislativos. No caso do Senado existe uma lista histórica dos senadores brasileiros, que inclui pequenas notas sobre suas carreiras. No que se refere aos deputados, a Biblioteca da Câmara me enviou gentilmente arquivos de uso interno contendo a lista dos deputados que atuaram entre os anos de 1900 e 1930, e que inclui alguns dados biográficos <sup>16</sup>.

Acreditamos, portanto, que nossas fontes, ao revelarem grande interesse pelo que se passava no Congresso Nacional nos fornecem uma oportunidade imperdível para expandir o escopo de reflexões sobre a história do poder Legislativo brasileiro, marcadamente sobre as percepções construídas na imprensa em torno de sua composição, atuação e funcionamento. Os estudos sobre a história das instituições políticas não podem se restringir aos seus aspectos jurídicos, ao modo como se organizam internamente, às suas atribuições formais, esquecendo-se de que tais dimensões não operam fora do mundo e da sociedade, e que a experiência histórica dos sujeitos cria, vivifica e atribui sentido a essas instâncias. Apesar dessa constatação não ser uma novidade é raro encontrarmos estudos históricos que trabalhem na interação entre as instituições políticas e os atores sociais no nível do cotidiano, atentando para como os poderes constituídos são vistos, valorados e legitimados.

Investigações desse tipo se tornam oportunas se nos voltamos para o momento histórico atual, quando as decisões e o desempenho das nossas instituições políticas estão sendo julgados e questionados nas ruas, debatidos na imprensa. Diversas vezes tem se levantado no Brasil para exigir a efetivação e a expansão de direitos sociais, mas em meio a

---

<sup>16</sup> As páginas web do Senado e da Câmara são respectivamente: < <http://www.senado.gov.br/> > e < <http://www2.camara.leg.br/> >. Dentre as obras de viés memorialista e institucional podemos citar: ASSEMBLEIA Legislativa do Estado Do Rio de Janeiro. *Palácio Tiradentes – lugar de memória do parlamento brasileiro*. CPDOC-FGV. Rio de Janeiro, s/d.; BRASIL, CAMARA DOS DEPUTADOS. *Sesquicentenário da Câmara dos Deputados: (1826-1976)*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1976; BRASIL; CONGRESSO; SENADO FEDERAL. *O Senado Federal na História do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2002; CASTRO, A. O. Gomes de. *O Senado Federal de 1890 à 1927: relação dos senadores desde a constituinte até a 13ª legislatura, acompanhada de ligeiros traços biográficos dos atuais membros do Senado da República*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1927; CHACON, Vamireh; RODARTE, Claus. *História do Legislativo Brasileiro*. Brasília: Senado Federal, v. 2 e 3, 2007; CORRÊA, Maurício. *Senado, Personagem e Instituição: crônica e ensaio ilustrado de ciência política, direito público e história parlamentar*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1993; VIEIRA, José de Araújo. *A Cadeia Velha. Memória da Câmara dos Deputados 1909*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa-MEC, 1980. Nosso interesse é por obras de cunho mais geral, voltadas para a história da instituição legislativa no Brasil, em especial no período da Primeira República. Impossível consultar os trabalhos escritos por parlamentares da época, ou as obras que os historiadores posteriormente elaboraram sobre essas figuras, como é o caso, por exemplo, de Rui Barbosa. A partir de tais leituras poderíamos extrair dados importantes sobre a dinâmica legislativa da época, mas um empreendimento dessa magnitude se revelou inviável do ponto de vista prático.

essa revigorante atuação popular também escutamos muitos pronunciamentos dirigidos contra a política e as instituições, em particular o Congresso Nacional e seus integrantes<sup>17</sup>. Dentro desse contexto não são poucos os que acreditam que as mazelas nacionais se devem à política e aos políticos, principalmente os parlamentares (alvo de um desprezo e de uma ira especiais), e que o poder Legislativo seria uma instituição descartável, irrelevante, que faz mais mal do que bem ao país. Parte dos adeptos desse tipo de pensamento sustenta que bastaria um governo central forte, “apolítico”, e mais do que tudo técnico e “honesto”, para por nos eixos os destinos da nação. Muitos intelectuais, partidos políticos, jornalistas e movimentos sociais tentam se contrapor a esse pensamento, ressaltando o papel basilar do Legislativo para a constituição da democracia. Contudo, a simples reafirmação dessa premissa não é suficiente para fazer avançar o debate, os argumentos precisam ser renovados a partir de reflexões que nos ajudem a compreender o processo histórico-político que tem perpetuado esse tipo de postura, que desqualifica a política e os políticos e que não pode ser atribuída apenas a uma corrente ideológica de direita ou de esquerda, ou a determinada classe social.

Nossa pesquisa não visa buscar no passado a origem explicativa para comportamentos atuais, nem desdobrar a nossa problematização (que é específica ao período estudado e às fontes utilizadas) em um tempo vazio. Apenas apontamos para a existência de processos históricos que se entrecruzam com as especificidades do presente, rerepresentando-nos crenças e argumentos que se naturalizaram ao longo do tempo e que fornecem justificativas confortáveis para perpetuar interpretações e diagnósticos absolutos sobre a política no Brasil. É insuficiente denunciar o reducionismo das interpretações generalizantes, precisamos admitir que tais discursos são produzidos através das vivências e das percepções dos sujeitos históricos como resposta a uma realidade política multifacetada. As posições e as opiniões políticas individuais e coletivas mobilizam emoções e afetos que se relacionam a episódios que eclodem no dia-a-dia do universo social. Podemos concordar ou não com os discursos e as opiniões que emergem desse cotidiano, mas não podemos desconsiderá-los. As revistas

---

<sup>17</sup> Referimos-nos aqui às manifestações populares ocorridas em todo o Brasil no ano de 2013, principalmente durante o mês de junho, e que canalizaram protestos e reivindicações procedentes de segmentos sociais e políticos os mais diversos. Não se pode atribuir uma pauta ou um programa definido para tais protestos, mas ao longo dos acontecimentos alguns temas se destacaram: demanda pelo fim dos reajustes abusivos no transporte público e pela melhoria na qualidade dos serviços públicos em geral, exigência da abertura de um diálogo mais amplo das instituições políticas e governamentais com os movimentos sociais (ampliando a participação popular na tomada de decisões), e, não podemos deixar de reconhecer, reivindicações que podem ser qualificadas, genericamente, como exigência do fim da corrupção na gestão pública, dos privilégios usufruídos pela classe política e dos comportamentos predatórios dos políticos no que toca à movimentação do dinheiro público. Segundo Newton Bignotto, pesquisa realizada no ano de 2009 apurou que, “Quando se trata de identificar os grupos mais afeitos a serem corrompidos, as respostas indicam claramente [...] o Legislativo em primeiro lugar [...]”. In: *Corrupção e opinião pública*. In: AVRITZER, Leonardo; FILGUEIRAS, Fernando. *Corrupção e sistema político no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 25.

com as quais trabalhamos se abstinham de produzir um discurso teórico-conceitual sobre a política, o que não quer dizer que com os seus relatos e comentários a respeito do cotidiano parlamentar elas não estivessem construindo significados sobre a política.

Assim, para efeito deste trabalho é de fundamental importância destacar o conceito de cotidiano como chave reflexiva relevante para a investigação dos fenômenos políticos. Acompanhamos Michel de Certeau no seu entendimento do conceito de cotidiano: aquela dimensão espaço-temporal na qual o fazer e o viver dos homens se dão em meio às múltiplas situações do dia-a-dia, de modo que indivíduos e grupos interagem na mobilização de uma complexa rede de relações, capaz de engendrar tanto práticas, quanto comportamentos, percepções e identidades. Desse ponto de vista, as “maneiras de fazer” cotidianas não poderiam ser consideradas como simples pano de fundo da dinâmica social, mas sim como a expressão plural de inúmeros percursos do “comum”, dotados de historicidade e presentes, também, nos fenômenos políticos<sup>18</sup>. A perspectiva cotidiana nos auxilia a captar “ao mesmo tempo, um dia e todos os dias. Engloba, assim, tanto o instantâneo como o duradouro, o incisivo e transformador e o repetitivo”; conjuga dois sentidos temporais complementares, que remetem ao que ocorre “em um dado dia, num tempo brevíssimo” e ao “que acontece todos os dias, portanto num tempo potencialmente longo”<sup>19</sup>.

As revistas *Careta*, *Fon-Fon* e *O Malho* acompanhavam a vida política do país através de episódios do “agora”, de modo que as opiniões que produziam a cada semana eram parciais, uma resposta ao imediato. Sob a aparência de uma rotina sempre igual vislumbramos nas páginas desses periódicos o devir de experiências únicas, expressões de um debate político que emergia no calor dos acontecimentos, que exigia por parte das revistas reações e comentários rápidos, e que por isso mesmo podiam trazer equívocos, informações incompletas, já que os acontecimentos ainda estavam em curso e seu desfecho não era conhecido. Consideramos que esses semanários, ao noticiarem episódios políticos e emitirem uma opinião sobre eles, estavam tentando elaborar algum tipo de compreensão ou sentido, mesmo que provisório, a respeito de ocorrências que se sucediam lance por lance no mundo da política institucional. Concordamos com Agnes Heller que “Nesse caso, a “ordenação” da cotidianidade é um fenômeno nada cotidiano: o caráter representativo, “provocador”,

---

<sup>18</sup> CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer*. V. 1. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 35-37.

<sup>19</sup> GUARINELLO, Norberto Luiz. História científica, história contemporânea e história cotidiana. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 24, n. 48, dez./2004, p. 25.

excepcional, *transforma a própria ordenação da cotidianidade numa ação moral e política*<sup>20</sup>.

Outro ponto essencial para o desenvolvimento deste estudo é o conceito de sociabilidade, compreendido aqui como uma rede de convivência e/ou associação voluntária entre pares (permanente ou temporária), que guarda certa especificidade frente às formas mais gerais de relações sociais <sup>21</sup>. Nesse sentido é possível falarmos da existência de diversas formas de sociabilidade política que se organizam em torno das mais variadas instâncias, como partidos, sindicatos, agremiações, dentre outras, congregando grupos tais como intelectuais, estudantes, operários etc. A sociabilidade é mais do que a simples convivência casual em um espaço de interação qualquer, ela aponta para o convívio de um conjunto de pessoas que estão vinculadas por meio de sua participação em um grupo específico e que compartilham certas práticas sociais a partir desse lugar de pertencimento. Dentre essas diferentes formas de sociabilidade (experimentadas por segmentos sociais diversos, em dimensões e locais variados), algumas podem adquirir importância para além daquele círculo restrito de iniciados, ganhando relevância e visibilidade perante outras parcelas da sociedade e da imprensa, interessadas em acompanhar os desdobramentos e a dinâmica de interação de determinados grupos pelo que eles representam no cenário político-social mais amplo, como é o caso dos parlamentares <sup>22</sup>. Certamente, o que as revistas elaboravam eram representações a respeito da movimentação cotidiana dos parlamentares e não uma transposição direta e transparente da realidade, o que é impossível. O olhar dos semanários era direcionado para detalhes e interesses específicos, alinhando-se com princípios editoriais que orientavam o modo como o tema da política era abordado, de forma que o quadro traçado pelas revistas era produto de uma relação dinâmica entre o perfil desses periódicos e o objeto de sua atenção.

Tendo em vista os conceitos até o momento explicitados faremos uma breve discussão bibliográfica de modo a esclarecer como o tema desta pesquisa dialoga com certas vertentes da historiografia atual, procurando destacar em que medida esta pesquisa pode contribuir para

---

<sup>20</sup> In: *O Cotidiano e a História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 41.

<sup>21</sup> AGULHON, Maurice. *Penitents et francs-maçons de l'ancienne Provence: essai sur la sociabilité meridionale*. Paris: Fayard, 1984; Idem. *Le cercle dans la France bourgeoise, 1810-1848. Étude d'une mutation de sociabilité*. Paris: Librairie Armand Colin, 1977.

<sup>22</sup> O interesse desta pesquisa não é tanto “nas maneiras pelos quais os indivíduos estabeleceram um determinado tipo de relação”, e sim evidenciar “as formas pelas quais estas relações sociais afetaram a outros níveis da sociedade”, no nosso caso os impressos com os quais trabalhamos. A produção acadêmica tem um vasto terreno a explorar no que concerne a análise do “impacto que teve a visível sociabilidade das elites na sociedade, assim como o impacto que tiveram suas produções discursivas na realidade histórica, e não somente em uma fragmentaria história intelectual e política”. In: GUARÍN-MARTÍNEZ, Oscar. *La sociabilidad política: un juego de luces y sombras. Memoria y Sociedad*. Bogotá, 14 (29), julio-diciembre 2010, p. 35. (tradução nossa).

o debate, considerando as demandas existentes no quadro da produção acadêmica contemporânea.

O período compreendido entre o fim do século XIX e as primeiras décadas do século XX no Brasil tem atraído o interesse de um número significativo de historiadores que, por meio de abordagens e temas diversos, contribuem para a formação de um conjunto amplo e variado de estudos, muitos dos quais voltados para a pesquisa e a análise dos fenômenos políticos. Nas palavras de René Rémond, o político pode ser compreendido como aquela esfera que “liga-se por mil vínculos, por toda espécie de laços, a todos os outros aspectos da vida coletiva”, sendo ele mesmo “uma modalidade da prática social”<sup>23</sup>. Isso implica, segundo esse autor, na necessidade de que o campo da história política se abra para a pesquisa de novos objetos, capazes de lidar com a complexidade das interações político-culturais que caracterizam certa dinâmica histórica incluindo, no rol das novas possibilidades temáticas, “os estudos sobre a sociabilidade, os trabalhos sobre a socialização, as investigações sobre o fato associativo”<sup>24</sup>, e a repercussão desses processos nas diversas esferas do social. Esta pesquisa insere-se justamente nessa perspectiva intersticial, privilegiando a análise de algumas formas de articulação político-sociais dos parlamentares de modo a investigar como e porque a vivência cotidiana dessa sociabilidade, experimentada no turbilhão dos acontecimentos e das mudanças que marcaram as primeiras décadas do século XX no Brasil, em particular na cidade do Rio de Janeiro, tornou-se foco de atenção de certas revistas ilustradas, e marco a partir do qual eram levantadas reflexões sobre as condições do fazer político no Brasil.

José Murilo de Carvalho aponta para a emergência e o progressivo recrudescimento, nesse período, de uma dinâmica de transformação das percepções e das sensibilidades relacionadas ao horizonte político-social da jovem República. No já consagrado livro *Os Bestializados*, o autor aborda esse processo de mudanças, privilegiando as discussões travadas entre os grupos políticos sobre as novas possibilidades de ocupação do espaço público: as vantagens dos regimes monárquico ou republicano, como organizar os poderes do Estado e a participação política dos cidadãos, etc.<sup>25</sup>. Dentre os muitos méritos da obra ressaltamos a sua competência em relacionar os debates políticos da época com um episódio aparentemente distante dessas discussões, a chamada “Revolta da Vacina”, ocorrida na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1904.

---

<sup>23</sup> In: Uma História Presente. RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 35 e 36.

<sup>24</sup> *Ibidem.*, p. 36.

<sup>25</sup> In: *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 42-65.

Abordagens como essa abrem caminho para uma compreensão inovadora de certos episódios da história do país, cujos sentidos são redimensionados e ampliados. Porém, e ao contrário do que ocorre na obra indicada, estudos que focam a especificidade de um evento às vezes correm o risco de tomar determinados episódios históricos como o ápice da atividade política de uma época, de modo que tudo aquilo que se situa fora dos limites do evento extraordinário pode ficar na sombra, simples pano de fundo, sem maior sentido senão o de enquadrar o acontecimento central. O nosso trabalho propõe lidar com a ideia de que o fazer político cotidiano, permeado por diversas práticas corriqueiras, por pequenos “dramas” e pelo ritmo lento das rotinas, pode oferecer uma perspectiva do político tão rica quanto aquela que se debruça sobre eventos particulares ou “excepcionais”.

Outros historiadores, por sua vez, desenvolvem pesquisas que investigam os fenômenos políticos que marcaram a Primeira República através da análise das coalizões tecidas entre os Estados da federação e das alianças encetadas entre as oligarquias regionais. Claudia Viscardi, em *O Teatro das Oligarquias*, promove uma revisão da chamada “política do café com leite”, de modo a repensar a pretensa hegemonia política de Minas Gerais e São Paulo no cenário institucional do período. Interessante notar que a estratégia escolhida pela autora para estudar o tema foi a de acompanhar as particularidades de cada sucessão presidencial, de modo que foi descendo às minúcias de momentos políticos específicos que a autora pôde perceber a existência de disputas, instabilidades e conflitos intra-elites, que passariam despercebidos caso fosse adotado um ponto de vista panorâmico sobre o assunto <sup>26</sup>. Esse tipo de perspectiva confirma a necessidade de se produzirem pesquisas atentas para o desenrolar de processos políticos rotineiros que, apesar da aparente homogeneidade e coerência interna, ao serem estudados detalhadamente podem evidenciar a presença de práticas e discursos diversos. A obra em questão destacou a relação constitutiva da política institucional com a conjuntura econômica do período. Trata-se, certamente, de uma escolha que enriquece a compreensão da dinâmica social de certa época; mas é fato que durante muito tempo as relações entre a política e a economia foram consideradas como as mais importantes para o entendimento dos fenômenos históricos. Ora, de acordo com René Rémond a história política não deveria “privilegiar um tipo de relação: não há, por exemplo, razão científica para estabelecer uma ligação mais estreita do político com o econômico” (ou qualquer outro

---

<sup>26</sup> In: *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: C/ Arte, 2001, p. 21 e 50.

domínio), de forma que, se há “no político mais que o político”<sup>27</sup>, esse algo a mais não se restringe à dimensão econômica.

Tendo em vista ponderações como essa, parte da historiografia sobre a Primeira República se dedicou à pesquisa das relações existentes entre as mudanças político-institucionais e o processo de expansão de um estilo de vida moderno, que acelerava o ritmo das transformações sociais, principalmente nas regiões do centro-sul do Brasil, marcadas pela crescente urbanização, o aumento da imigração e do trabalho assalariado. Nicolau Sevcenko destaca que naquele momento os avanços técnicos (navio a vapor, locomotiva, telégrafo, bonde e mais tarde o automóvel, o rádio e o cinema) já permitiam ao homem experimentar novas formas de vivência do tempo e do espaço, facilitando a circulação de ideias e de produtos numa velocidade nunca antes imaginada, e acentuando a introdução de novos hábitos e comportamentos. Ao mesmo tempo, as principais cidades do país, com destaque para o Rio de Janeiro e São Paulo, passaram a concentrar em seu espaço uma série de empreendimentos comerciais, prestação de serviços, estabelecimentos de ensino, postos de trabalho e locais de diversão, favorecendo a disseminação de notícias, modas e novidades que circulavam rapidamente, através das mais variadas publicações impressas e do burburinho próprio do ambiente citadino<sup>28</sup>.

As abordagens dedicadas a estudar o turbilhão de mudanças culturais que marcaram o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX no Brasil, conseguem manejar muito bem em suas análises as singularidades e as “coisas miúdas” que compõem o cotidiano dos sujeitos históricos, contribuindo de forma decisiva para o entendimento daqueles códigos da vida diária que orientam as redes de interação social. Nesta pesquisa desejamos explorar o entrecruzamento entre os aspectos culturais e políticos a partir da chave do cotidiano, procurando compreender como a sociabilidade política de determinado grupo repercutiu em parte da imprensa, podendo levar à construção de concepções e sensibilidades relativas à dimensão política.

Angela de Castro Gomes, no livro *Essa Gente do Rio... Modernismo e Nacionalismo*, destaca a importância de se desenvolverem estudos dedicados às múltiplas experiências históricas de sociabilidade como forma de aprimorar a compreensão da “dinâmica de articulação” político-cultural levada a cabo por certos grupos. A obra em questão lida com a sociabilidade dos intelectuais cariocas, vivenciada na cidade do Rio de Janeiro ao longo da

---

<sup>27</sup> RÉMOND, René, op. cit., p. 36.

<sup>28</sup> SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, Fernando A; SEVCENKO, Nicolau (orgs.). *História da Vida Privada no Brasil – República: da Belle Époque à Era do Rádio*. V. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 12-28.

década de 1930, e seu foco principal recai não sobre o conteúdo da produção desses intelectuais, mas sobre “a formação de redes organizacionais e os tipos de sensibilidade aí desenvolvidos”. A autora assume, então, que sua pesquisa “está situada na interseção da história política e cultural, que é sempre social”<sup>29</sup>, propondo a noção de sociabilidade como baliza a partir da qual seria possível acompanhar não só a trajetória de alguns indivíduos, como também a composição organizacional de determinados grupos em sua relação com o campo político-cultural mais abrangente.

Não é raro nos depararmos com estudos dedicados a investigar as redes de convivência tecidas por grupos específicos, como intelectuais e maçons, ou a partir de associações/lugares, como partidos políticos, sindicatos, federações, ligas e clubes<sup>30</sup>. Na historiografia estrangeira, autores como Maurice Agulhon, Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinelli figuram dentre aqueles que ajudaram a delimitar esse campo de pesquisa, preocupando-se com a compreensão das dinâmicas associativas<sup>31</sup>. Esses trabalhos normalmente privilegiam a feição política dessas distintas formas de sociabilidade, tendo como foco as “relações que se desenvolvem no interior do próprio “pequeno mundo””<sup>32</sup> de cada grupo ou instituição. Não há que se fazer reparo a esse tipo de abordagem, contudo, acreditamos ser legítimo pontuar que algumas redes de sociabilidade – pelo que representam para toda a sociedade, pelas expectativas que as ações e as escolhas dos seus integrantes geram em grande parte dos segmentos sociais, pelo poder que concentram em suas mãos – podem ser estudadas para além do círculo de iniciados que delas participam, como no caso da sociabilidade política dos parlamentares.

Assim, apesar da existência de estudos dedicados à compreensão das sociabilidades políticas notamos que perduram algumas lacunas na historiografia, as quais justificam o desenvolvimento desta pesquisa. Primeiramente, o fato dessas investigações se concentrarem nos mecanismos internos de funcionamento e agregação dos grupos, de modo que se constata a carência de pesquisas dedicadas à repercussão de algumas formas de sociabilidade política (em particular aquela levada a cabo pelos parlamentares), em outros setores, como a

---

<sup>29</sup> In: *Essa gente do Rio... Modernismo e Nacionalismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p. 10 e 11.

<sup>30</sup> Citamos os trabalhos de: BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada & Independência do Brasil (1790-1822)*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, São Paulo: Annablume, 2006; GONTIJO, Rebeca. História, cultura, política e sociabilidade intelectual. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria F.; GOUVÊA, Maria de F. (orgs). *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, pp. 259-284, 2005; MOREL, Marco. *As transformações dos Espaços Públicos – Imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

<sup>31</sup> AGULHON, Maurice, op. cit.; RIOUX, Jean-Pierre. A associação em política. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, pp. 99-139, 2003; SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: *Ibidem*, pp. 231-269.

<sup>32</sup> GOMES, Angela de Castro, op. cit., p. 25.

imprensa. Uma segunda questão diz respeito à tendência dos estudos em focar seu interesse na análise de quadros associativos que expressem alguma diferenciação com relação aos poderes instituídos. Mas será que a organização dos poderes oficiais, como é o caso do Parlamento, não comporta nenhum grau de sociabilidade política? O fato de que o Parlamento geralmente congregue indivíduos portadores de ideias e posições políticas distintas, filiados a diferentes partidos, defendendo interesses múltiplos, impede que eles constituam, como parlamentares que são, uma rede de sociabilidade? A documentação consultada sugere que os deputados e senadores que integravam o Congresso Nacional daquela época teciam relações de convivência marcadas pelo compartilhamento de certas práticas político-culturais, construídas a partir da especificidade do cargo que exerciam, e vivenciadas não só no espaço do Parlamento como em outros locais de sociabilidade, como salões, livrarias, cafés, clubes, etc..

Acreditamos, portanto, que nossa abordagem poderia ampliar as possibilidades de pesquisa das sociabilidades políticas, já que nosso propósito é analisar não tanto a sociabilidade parlamentar em si, mas, principalmente, sua construção e repercussão nas páginas de algumas revistas publicadas no período. Arriscamos ir além e afirmar que os periódicos analisados eram parte integrante dessa sociabilidade, veículos por meio dos quais a elite política via a si mesma e era vista pelos outros, fazendo das páginas dos semanários uma espécie de ponto de encontro a partir do qual se colhiam assuntos de conversa, teciam-se comentários, debates, especulações e fofocas. Jeffrey Needell, analisando os nomes que apareciam nas colunas sociais do período entre 1898 e 1914, avaliou que a elite que então transitava no Rio de Janeiro era composta de mais ou menos 500 famílias, estimando esse grupo em torno de 3 a 5 mil pessoas que possuíam recursos econômicos, sociais, culturais, políticos e/ou profissionais que as capacitavam a fazer parte do grupo de privilegiados, ou de aspirantes a compô-lo<sup>33</sup>. É legítimo pressupor que esses indivíduos encontravam uns aos outros nos espaços comuns de convivência, e se nem todos se conheciam pessoalmente, pelo menos saberiam reconhecer uns aos outros pelo nome ou identificar certa pessoa por meio de referências obtidas dentro do próprio círculo social. Nesse sentido as revistas aqui estudadas, ao cobrir o dia-a-dia dos parlamentares e demais políticos da época, trazendo elementos de suas vidas profissional, social e pessoal, funcionavam como palco de exibição dessa elite.

Mas em que sentido o estudo dessa repercussão se afigura como relevante para o conhecimento histórico e para a sociedade de hoje? Basta voltar-nos para o momento político atual para percebermos o quão importante é a investigação do cotidiano da política, daquela

---

<sup>33</sup> In: *Belle Époque Tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, págs. 275, 276 e 277.

sociabilidade política parlamentar que se tece no dia-a-dia, e que revela práticas, hábitos, comportamentos e valores que repercutem nos veículos de comunicação, impactando a sociedade, como a movimentação dos parlamentares no plenário das Casas, sua assiduidade e o grau de seriedade com que desempenham os mandatos; a maneira como se forjam as alianças, o modo como interagem quando da disputa em torno de cargos e como se dá a composição desses interesses; o nível de transparência e de publicidade que os parlamentares conferem aos atos públicos e às suas próprias atividades; a forma como senadores e deputados lidam com as prerrogativas da função e como respondem às demandas oriundas de colegas e parentes, etc. Essas diversas questões suscitam um debate acirrado na sociedade brasileira hodierna, e não são consideradas como de pequena monta, pelo contrário, elas marcam profundamente a percepção que a sociedade tem da política e dos chamados políticos profissionais, ajudando a formar e a internalizar percepções sobre o mundo público, a dignidade da política e a importância dos poderes constituídos. Segundo Marilena Chaui, o “sentimento dessa crise expressa-se na linguagem cotidiana, quando se lamenta o desaparecimento do dever-ser, do decoro e da compostura nos comportamentos dos indivíduos e na vida política”<sup>34</sup>.

Claro está que ao situarmos esses aspectos no horizonte do tempo presente não estamos propondo a transposição simplista e anacrônica de percepções e sensibilidades atuais para o passado, muito menos sugerindo iniciar uma busca pela “origem” de um tema. Desejamos, sim, evidenciar a conveniência de se desenvolverem estudos históricos voltados para a investigação de problemas que remetem às inquietações e aos desafios do presente, sem cair na armadilha de apagar as distinções (e a distância), que marcam a relação entre passado e presente.

De acordo com Eliana de Freitas Dutra, a historiografia contemporânea tende a reconhecer a necessidade de se desenvolverem estudos que adotem perspectivas múltiplas no que toca ao estudo das culturas políticas, incluindo no rol das possibilidades analíticas aquela que lida com as “experiências da vida comum, cotidiana e dos seus conflitos ordinários na construção das culturas políticas”<sup>35</sup>. Apesar da atividade política levada a cabo nas altas esferas do poder, como é o caso do Parlamento, também ser feita em certa medida no dia-a-dia de procedimentos rotineiros, esse lado mais terra-a-terra da política tende a ser esquecido pelos pesquisadores, que o consideram geralmente como de menor importância. No caso

---

<sup>34</sup> In: Público, Privado, Despotismo. NOVAES, Aduino (org.). *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 345.

<sup>35</sup> DUTRA, Eliana R. De Freitas. História e Culturas Políticas – Definições, usos, genealogias. *Varia Historia*. Belo Horizonte, vol. 28, 2003, p. 21.

específico desta pesquisa a análise da documentação nos forneceu indícios de que no período estudado mesmo a movimentação política mais ordinária dos deputados e senadores (como, por exemplo, a ausência reiterada de alguns deles às sessões parlamentares), podia ser considerada pelas revistas como digna de nota, merecendo comentários que tendiam a desembocar em apreciações sobre os rumos da política, o valor das instituições e a utilidade dos “políticos profissionais”. Ora, segundo Giacomo Sani, dentre os elementos que compõem o universo das culturas políticas de certa sociedade destacam-se “os *conhecimentos* [...] relativos às instituições, à prática política, às forças políticas operantes num determinado contexto”; bem como “as *tendências* mais ou menos difusas, como, por exemplo, a indiferença, o cinismo, a rigidez, o dogmatismo, ou, ao invés, o sentido de confiança, a adesão, a tolerância, para com as forças políticas diversas”<sup>36</sup>.

Portanto, acreditamos que se torna relevante promover uma investigação que busque compreender: em que medida a sociabilidade política dos parlamentares vivenciada na cidade do Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XX repercutia nas páginas de algumas revistas; quais aspectos dessa sociabilidade mereciam destaque; e se realmente esses periódicos, no processo de acompanhar o fazer político-social de senadores e deputados, construía e sedimentavam percepções sobre a própria política, sobre a função representativa dos parlamentares e a importância do poder Legislativo no cenário político nacional. Consideramos que as revistas com as quais trabalhamos integram aquele rol de impressos que “Nas suas diferentes formas, e na realidade crescente de sua circulação [...] tiveram papel ativo nos processos de transformações culturais, sociais e políticas que levaram à modernidade ocidental”; ligando-se ao mundo da política “na sua condição de veículo de formação da opinião pública e divulgação das opiniões políticas”<sup>37</sup>.

A seguir apresentamos o modo como a tese está organizada e a metodologia escolhida para lidar com a documentação.

\*\*\*

No que toca a abordagem das fontes o objetivo central consiste em analisar o conteúdo político das publicações, meta essa que se desdobra em objetivos específicos: verificar quanto de espaço era dedicado à veiculação de questões políticas; quais situações e acontecimentos

---

<sup>36</sup> SANI, Giacomo. Cultura Política. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUTTI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). *Dicionário de Política*. Brasília: Ed. UNB, 1995, p. 306.

<sup>37</sup> DUTRA, Eliana R. de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves. Introdução. In: DUTRA, Eliana R. de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). *Política, Nação e Edição: O lugar dos impressos na construção da vida política – Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 9.

políticos eram privilegiados; auferir em que medida a sociabilidade dos parlamentares, seus hábitos e comportamentos eram destacados pelas revistas; investigar se as opiniões e os comentários tecidos em torno do assunto promoviam adesão ou recusa a essa sociabilidade, se eles eram permeados por diferenças e por elementos comuns de crítica (em caso afirmativo, quais elementos seriam esses); e observar se no registro constante que as revistas faziam sobre as práticas cotidianas dos parlamentares poderiam emergir percepções e sensibilidades cumulativas com relação à importância do Congresso Nacional. Claro está que essas questões estão intimamente relacionadas entre si, compondo o quadro mais amplo da problematização do tema, de modo que nosso esforço analítico não pode ser compartimentalizado em função de cada propósito específico. Para alcançar esses objetivos empreendemos um estudo detalhado das fontes considerando principalmente (mas não só), as seções dedicadas aos assuntos políticos.

As revistas *O Malho*, *Careta* e *Fon-Fon* eram publicadas semanalmente, aos sábados, o que resultava numa média anual de 52 exemplares lançados. No caso da *Fon-Fon* a série levantada vai de 1907 até 1930 (24 anos), consultada através da internet pelo *site* da Biblioteca Nacional ([www.bn.br](http://www.bn.br)), compondo um total de 1.144 exemplares pesquisados. No que toca à *Careta* foram analisados 20 anos de publicação, abrangendo o período de 1908 até 1930. A revista também foi consultada através do mesmo suporte virtual da Biblioteca Nacional, somando 881 exemplares. Com relação a *O Malho*, completamos a consulta de 22 anos de revista, abrangendo os anos de 1902 até 1930, o que resultou em 995 exemplares verificados, não somente através do acervo digital da Biblioteca Nacional (que contém os anos de 1922 até 1930), como também por meio de pesquisa *in loco* realizada na Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, e complementada, posteriormente, através do acervo digital que foi disponibilizado no *site* da instituição: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/omalho>. Somando o material referente às três revistas chegamos ao número de 3.020 exemplares consultados <sup>38</sup>.

Importante ressaltar que a pesquisa documental realizada através da internet foi acrescida de visitas a arquivos com o intuito de estabelecer um contato físico com as revistas, determinante para que se possa familiarizar com os aspectos de ordem material que compõem

---

<sup>38</sup> Inicialmente esta pesquisa visava abranger o período de 1902 a 1937, de modo que na verdade consultamos, no caso da revista *Fon-Fon*, 31 anos da publicação e 1.509 exemplares, e para *Careta*, 27 anos da publicação e 1.234 edições. Somando com os exemplares vistos de *O Malho* chegamos ao número total de 3.738 revistas examinadas. Contudo, com o andamento do trabalho notamos que pelas razões já expostas na justificativa do nosso marco temporal, o ano de 1930 se afigurava como limite mais coerente tendo em vista o objeto da tese. Razões de ordem prática também influenciaram na nossa decisão, pois ao prolongar a análise até o ano de 1937 o volume de informações a ser considerado comprometia a exequibilidade do trabalho.

os impressos, como: qualidade da impressão e do papel utilizado, formato, o uso de cores, etc. Para esse contato, no caso da revista *Fon-Fon*, recorremos ao acervo da Hemeroteca Pública de Belo Horizonte; para *Careta*, comparecemos à Biblioteca da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais. No que toca a *O Malho* não foi possível termos acesso ao periódico em sua versão física, mesmo a pesquisa tendo sido feita em parte no arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, o material só pôde ser acessado via CD-ROM.

Em todos os acervos consultados existiam lacunas na seriação das revistas. No caso de *Fon-Fon* temos o conjunto documental mais completo, mas não é incomum a ausência de exemplares em determinados anos, com maior ou menor impacto na composição de cada ano. Já o acervo da revista *Careta* não possui os anos de 1909 e 1916, sendo que o ano de 1915 é integrado por apenas quatro exemplares, todos com problemas técnicos que impedem o acesso virtual. Em se tratando de *O Malho* existe uma lacuna entre os anos de 1912 e 1917, além da ausência dos anos de 1920 e 1921. Ao contrário das outras duas revistas, *O Malho* foi consultado desde o início da nossa pesquisa apenas até 1930. Nesse ano, após Getúlio Vargas subir ao poder, a revista, que fez forte oposição à Aliança Liberal, teve sua sede incendiada, mas logo retomou suas atividades. Contudo, os acervos não apresentam exemplares referentes ao período pós-1930, com exceção do ano de 1935, que foi consultado. A partir de 1930 até o fim da revista, em 1954, a publicação teria adotado um viés predominantemente literário, raramente apresentando um conteúdo explicitamente político<sup>39</sup>. Acreditamos que as lacunas apontadas não prejudicam a robustez do conjunto documental levantado tendo em vista que selecionamos uma quantidade significativa de material, bastante representativo para cada publicação, e que abrange todo o período estudado.

A leitura dessas revistas nos levou a mapear algumas seções que não se dedicavam apenas a pontuar os acontecimentos políticos e o dia-a-dia da política institucionalizada. O que se percebe é que cada situação exposta, cada ato e comportamento praticados pelos políticos vinham acompanhados de comentários e opiniões diversos sobre os personagens em destaque e sobre o assunto em pauta. Um detalhe importante é que essas seções nem sempre perduravam nas páginas das revistas, algumas se mantinham por anos, outras por meses, mas ao longo do período estudado sempre existiram espaços dedicados ao noticiário/comentário político, seja através de seções voltadas especificamente para o tema, seja através de notas,

---

<sup>39</sup> In: SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 345.

crônicas e matérias avulsas publicadas ao longo de toda a revista. A seguir evidenciaremos os resultados desse mapeamento, condensado em tabelas, e explicaremos os dados levantados.

**Revista *Fon-Fon* - Seções sobre política:**

Revista	Título	Período
<b>FON-FON</b> Período consultado: 1907 até 1930	<i>Cova de Cacos (Um Pouco de Política)</i>	Abril de 1907 até abril de 1909
	<i>Interview to “Fon-Fon”</i> <i>O momento político</i> <i>Interviews Sensacionais</i> <i>Sensacional Entrevista de Fon-Fon!</i>	Abril de 1907 até julho 1909
	<i>“Fon-Fon” no Senado</i>	Janeiro de 1908 até maio de 1908
	<i>Fon-Fon no Congresso</i>	Maio de 1908 até maio 1912
	<i>Câmara</i>	Junho de 1911 até agosto de 1913
	<i>Senado</i>	Junho de 1911 até maio de 1913
	<i>Senado e Câmara</i>	Julho de 1911 até julho 1914
	<i>Em torno do Congresso</i> <i>O Congresso</i>	Abril de 1912 até janeiro de 1915

Tabela 1: Revista *Fon-Fon* - Seções sobre política

No caso da revista *Fon-Fon* – muitas vezes associada pela bibliografia a um conteúdo voltado predominantemente para os domínios da moda e da celebração da vida social das camadas abastadas, – ficamos surpresos ao constatar que a publicação veiculou uma grande quantidade de material dedicado a noticiar e a opinar sobre a política institucional, principalmente nos nove primeiros anos de sua existência (1907 até 1915). A tabela acima contém o que chamamos de seções fixas da revista, pois esses títulos compuseram

semanalmente o conteúdo da publicação, cada qual se mantendo por períodos variáveis (não inferior a cinco meses consecutivos, no caso da seção mais efêmera). A grande similaridade do conteúdo veiculado por esses títulos justifica que falemos deles em conjunto, pontuando suas eventuais diferenciações, caso contrário acabaríamos por resvalar na repetição.

Das oito seções levantadas, seis possuem em seu título uma referência nominal ao poder Legislativo, empregando as palavras *Câmara*, *Senado* ou *Congresso*, evidenciando de forma clara que seu objetivo principal era cobrir a atuação do Congresso Nacional. No caso de *Cova de Cacos (Um Pouco de Política)*, a denominação da coluna não é muito elogiosa, pois remete a noção de uma cova como um espaço pequeno, um “buraco”, povoado por “cacos”, o que passa a noção de algo velho e sem utilidade. Em se tratando de *Interview to “Fon-Fon”*, título que possui algumas variações ao longo do tempo, detectamos uma estratégia diferente. As “entrevistas” que a revista publicava e cujos entrevistados eram muitas vezes deputados e senadores de destaque no cenário político, são claramente fictícias, apesar de que em nenhum momento o periódico fazia essa ressalva. Ao longo do texto o leitor se depara com várias situações cômicas e incongruentes que manifestam seu caráter ficcional, contudo, ao mesmo tempo em que se evidencia que a situação não descrevia algo que realmente ocorreu, a revista atribuía aos entrevistados falas verossímeis dentro das circunstâncias políticas ali debatidas. As “entrevistas” explicitavam a personalidade e os hábitos do entrevistado, bem como sua posição política. A fabulação tecida por *Fon-Fon* era cômica e fictícia, mas ao mesmo tempo verossímil, pois tratava de especular sobre situações políticas em aberto, que poderiam se concretizar ou não em um futuro próximo.

De modo geral, em todas as seções listadas, a cobertura política podia produzir tanto notícias e comentários voltados apenas para uma das casas do Congresso (Câmara ou Senado), ou então tratar das atividades conjuntas do Parlamento, avaliando a instituição como um todo. Outro ponto a destacar é que a sucessão dessas seções nas páginas da revista não implicava em uma mudança de conteúdo, pelo contrário, o desaparecimento de um título e sua substituição por outro similar pouco alterava o teor da rubrica. O que podemos, sim, atestar é a progressiva diminuição do tamanho dessas seções que, de início, ocupavam espaço considerável na revista (uma página ou até duas), minguando no decorrer dos anos até alcançar a dimensão de simples notas. Até o ano de 1915, esse fato, apesar de atestar a diminuição do espaço dedicado à política e à atuação do poder Legislativo na revista *Fon-Fon*, não comprometeu o interesse da publicação pelo tema pois, desde a criação do periódico, era de praxe que grande parte das informações e opiniões veiculadas sobre a política fossem publicadas como material avulso, por meio de notas, piadas, quadrinhas etc., sem qualquer

constância ou padronização. Era também comum que outras seções da revista, dedicadas a tratar de assuntos diversos, incluíssem referências ao mundo da política, expandindo assim o espaço ocupado pelo tema, como era o caso de *Trepações*, voltada para a crítica de costumes e o colunismo social <sup>40</sup>.

Passaremos agora ao mapeamento realizado na revista *Careta*.

### Revista *Careta* - Seções sobre política:

Revista	Título	Período
<b>CARETA</b> Período consultado: 1908 até 1930	<i>Careta Parlamentar</i> <i>Crônica da Câmara</i> <i>Crônica Parlamentar</i>	Junho de 1908 até junho de 1917
	<i>Almanack das Glórias</i>	Junho de 1908 até fevereiro de 1914
	<i>Looping-the-loop</i>	Agosto 1919 até dezembro de 1930

Tabela 2: Revista *Careta* - Seções sobre política

Do mesmo modo que em *Fon-Fon*, as seções listadas na tabela acima não esgotam o conteúdo político do periódico, que se espalhava por toda a revista através de informes e comentários avulsos. Tampouco há relação entre uma menor quantidade de seções fixas voltadas para a política (em comparação com *Fon-Fon*) e a quantidade de material dedicado ao tema nesse periódico. Incluímos em nossa listagem as seções *Almanack das Glórias* e *Looping-the-loop* <sup>41</sup>. No primeiro caso trata-se de um espaço dedicado a traçar um perfil irônico, acompanhado de uma caricatura <sup>42</sup>, de figuras importantes do período, incluindo personalidades do mundo da literatura, das artes, da religião e da ciência; contudo, grande parte dos indivíduos retratados pertencia à categoria dos políticos, de modo que a seção pode

<sup>40</sup> No primeiro capítulo explicitaremos algumas hipóteses para a rarefação do conteúdo político na revista *Fon-Fon* após o ano de 1915.

<sup>41</sup> A expressão se refere a uma manobra ou acrobacia aérea, onde a aeronave fica na posição vertical e voa em uma trajetória circular.

<sup>42</sup> De acordo com Herman Lima o autor dessas caricaturas era o desenhista J. Carlos. In: *História da Caricatura no Brasil*. Vol. 3. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963, p. 1.078.

ser considerada uma referência para o levantamento de informações sobre esse universo. Em se tratando de *Looping-the-loop*, podemos qualificá-lo como o editorial da revista, aparece sempre nas primeiras páginas da publicação, opinando sobre algum tema de destaque no momento, sendo que no mais das vezes versava sobre a situação política do país. Já *Careta Parlamentar* se dedicava a imaginar diálogos encetados entre os parlamentares a partir das tribunas da Câmara e do Senado, versando sobre supostos projetos legislativos, apartes, discordâncias, disputas e todo tipo de considerações explicitadas em um debate político fictício, onde deputados e senadores, nominalmente citados, tinham seus estilos de fala, trajetórias, posições políticas, formação, interesses e comportamentos comicamente representados. *Careta Parlamentar* sofreu algumas variações no título, sendo às vezes intitulada de *Crônica da Câmara* e *Crônica Parlamentar*, mas a forma e o conteúdo eram os mesmos. Ao contrário de *Fon-Fon*, *Careta* manteve a questão política como temática importante dentro de sua proposta editorial até o fim do período consultado.

Assim como suas congêneres, a revista *O Malho* veiculava notícias e comentários sobre a política nacional tanto em seções fixas, dedicadas especificamente ao tema, como através de títulos variados espalhados por toda a publicação (ver tabela a seguir). *Carrilhão do Senado* acompanhava a movimentação política no Senado; *Bigorna na Câmara* se dedicava a informar sobre o dia-a-dia da Câmara, a criticar seu funcionamento e seus ocupantes. *Crônica* (ou *Crônica do Malho* como também era chamada) pode ser caracterizada como o editorial da revista, vinha logo nas primeiras páginas e veiculava opiniões sobre os temas mais comentados do momento, quase sempre versando sobre política; anos mais tarde o editorial da revista viria sob o título de *O Malho. Notas da Semana, Politic'ações...* e *Os Sete Dias da Política* noticiavam os principais fatos da semana política, repassando novidades e pormenores sobre as alianças e as divergências que ocorriam entre os grupos políticos que compunham o Congresso Nacional, sobre as lideranças estaduais e o Executivo federal. *Figurões do Senado*, que logo se transformou em *Figurões da Política*, retratava o perfil de políticos de destaque, discorrendo sobre sua formação, trajetória, aparência, o texto vinha acompanhado no mais das vezes por uma caricatura do personagem em destaque. Por fim, em *O Senado pelo Avesso* a revista trazia anedotas retiradas do dia-a-dia do funcionamento do Senado, reproduzindo pequenos acontecimentos, as falas dos senadores e os bastidores do processo legislativo.

**Revista *O Malho* - Seções sobre política:**

<b>Revista</b>	<b>Título</b>	<b>Período</b>
<b>O MALHO</b> Período consultado: 1902 até 1930	<i>Bigorna na Câmara</i>	Outubro de 1902 até outubro de 1905
	<i>Carrilhão do Senado</i>	Dezembro de 1902 até outubro de 1904
	<i>Crônica</i> <i>Crônica do Malho</i>	Maio de 1903 até junho de 1911
	<i>O Malho</i>	Janeiro de 1922 até maio de 1923
	<i>Notas da Semana</i>	Agosto de 1919 até novembro de 1927
	<i>Politic'ações...</i>	Setembro de 1923 até abril de 1925
	<i>Figurões do Senado</i> <i>Figurões da Política</i>	Outubro de 1927 até março de 1928
	<i>O Senado pelo Averso</i>	Outubro a dezembro de 1927
	<i>Os Sete Dias da Política</i>	Novembro de 1927 até janeiro de 1930

Tabela 3: Revista *O Malho* - Seções sobre política

No caso das três revistas o critério que utilizamos para estabelecer e selecionar o que chamamos de seções fixas foi que os títulos reservassem seu espaço exclusiva ou predominantemente para o trato das questões políticas. Certamente, a gradação desse predomínio depende do olhar do pesquisador, que ao fazer tal seleção pode deixar a descoberto outras seções que talvez pudessem ter entrado na listagem elaborada por trazerem

à baila, vez ou outra, alguma questão política. Contudo, caso tivéssemos usado como critério de mapeamento dessas seções o simples aparecimento no texto de referências à situação política do país correríamos o risco de inflar os dados e causar uma falsa impressão, apresentando essas revistas como impressos quase que exclusivamente dedicados ao debate político, o que está muito longe de ser real. As datas finais indicadas nas tabelas apontam para a extinção das seções no formato fixo, isso não impediu que vez ou outra esses mesmos títulos ressurgissem em uma dada edição, mas isso ocorria de forma isolada, sem a constância própria de uma coluna. Também é preciso levar em conta que as datas assinaladas têm por base a documentação a que tivemos acesso, pesquisas futuras podem indicar variações nas datas em razão das lacunas com as quais nos deparamos e pelo fato de finalizarmos nossa análise documental no ano de 1930.

Portanto, não podemos afirmar que nosso levantamento foi completo. As falhas existentes na série de todas as publicações, ora abrangendo poucos exemplares ora englobando alguns anos das revistas, torna este material um conjunto representativo para o estudo do tema, mas não esgota suas possibilidades, já que é bastante provável que as lacunas detectadas na documentação contivessem uma quantidade significativa de material a ser explorado. No que concerne ao predomínio do poder Legislativo, que aparece tanto nos títulos das seções sobre política como no seu conteúdo, não foi uma tentativa de valorizar a pesquisa. Essas revistas demonstraram claro interesse pelas atividades do Congresso Nacional, pelos deputados e senadores que se sucediam a cada nova legislatura; o Judiciário raramente aparecia como alvo dos debates. Já o poder Executivo está bastante presente: suas realizações, decisões e planos, a movimentação de seus ministros e do secretariado, além da figura do Presidente da República, receberam atenção considerável dos periódicos, mas esse poder se destacava principalmente na sua relação com o Legislativo, daí ser comum que compartilhassem o mesmo espaço das seções, mas com amplo predomínio do Parlamento.

Quanto à autoria, podemos constatar que grande parte dos textos não era assinada, indicando uma proposta coletiva de construção do conteúdo. Os pseudônimos eram comuns mas apareciam sem constância, muitas vezes era a própria revista que “assinava” as colunas, ou então seu personagem-símbolo, ocasiões em que fica claro que se tratava de um conteúdo avalizado, que refletia a opinião da revista. Sem qualquer pretensão de fornecer um dado definitivo, em razão dos motivos que explicitamos acima e também pelo fato de que em diversas ocasiões as assinaturas estavam ilegíveis, informamos que foram mapeados em todo o material pesquisado sobre o tema (não apenas nas seções fixas), um total de 68

nomes/pseudônimos em *Fon-Fon*, 52 em *Careta* e 18 em *O Malho*, prevalecendo o conteúdo sem qualquer referência de autoria <sup>43</sup>.

\*\*\*

A partir do momento em que tivemos toda documentação em mãos o nosso desafio passou a ser a escolha de uma metodologia que permitisse sua análise e organização. Algumas opções se apresentaram. Poderíamos ter optado por nos debruçar sobre cada uma das revistas em separado, dedicando a cada qual um capítulo da tese. Desconsideramos essa possibilidade por acreditarmos que ela acaba por compartimentar o trabalho, criando um isolamento entre os capítulos, o que desfavorece a percepção de um eixo comum de análise. Outro senão é que essa escolha poderia levar à impressão de que nosso trabalho tem por objetivo traçar uma história minuciosa de cada uma dessas revistas, o que não é o caso. Obviamente é impossível separar o conteúdo veiculado pelas revistas das próprias revistas, afinal de contas elas criaram e constituíram esse material através de uma dada linha editorial, obedecendo a exigências de lucro, simpatias políticas, perfil dos colaboradores, público leitor, dentre outros fatores. Esses aspectos são levados em consideração ao longo do trabalho, sendo mais bem desenvolvido no primeiro capítulo. Vamos expor essas informações a partir dos dados que encontramos (bastante dispersos e escassos no que toca a essas revistas), mas não temos como meta fazer um levantamento exaustivo da trajetória dos periódicos.

Outra opção metodológica era organizar a documentação e estruturar a tese a partir de uma divisão por épocas, agrupando o material por anos ou décadas. Descartamos essa possibilidade por acreditar que ela prejudicaria a clareza do trabalho, confundindo o leitor e trazendo problemas no que toca à escolha e justificativa dos marcos temporais que fundamentariam tal divisão. Isso não quer dizer que desconsideramos as mudanças políticas e culturais que tiveram lugar ao longo dos anos investigados, mas como essas mudanças constituem a própria especificidade do material que estudamos, estando entrelaçadas na

---

<sup>43</sup> Era comum que um escritor usasse vários pseudônimos, o que dificulta ainda mais a identificação precisa dos colaboradores. Elias Saliba condensou uma lista de humoristas da Belle Époque, incluindo algumas figuras que atuavam no Rio de Janeiro: Calixto Cordeiro, caricaturista de *O Malho*, *Careta* e *Fon-Fon*, se denominava K. Lixto; Emílio de Menezes, jornalista, colaborou com *Fon-Fon* e por vezes adotava o nome de Gabriel do Anúncio; José Carlos de Brito e Cunha, caricaturista, trabalhou para as três revistas estudadas identificando-se como J. Carlos; José do Patrocínio Filho, jornalista, escreveu para *Careta* usando diversos nomes, Josephus do Patrocínio, Antonio Simples, João das Regras, Zeca; Manuel Bastos Tigre, jornalista, passou tanto por *Fon-Fon*, quanto pelo *O Malho* e *Careta* apresentando-se como D. Xiquote, Cyrano & Cia, Hilarito, Juvenal, Oragá; Raul Paranhos Pederneiras, jornalista, integrou a equipe de *O Malho* e assinava como Raul, Luar, João Scena, Bueno Amador e Lirão. In: SALIBA, Elias, op., cit., págs. 78 e 79. De qualquer modo não é nosso objetivo traçar um mapa de todos os colaboradores das revistas (nem temos dados para tanto).

movimentação cotidiana dos atores sociais, elas já são evidenciadas no decorrer da nossa reflexão.

Após considerar essas alternativas decidimos que a melhor opção seria criar uma tipologia das fontes, mapeando na documentação os assuntos prevalentes e agrupando-os em grandes temas de modo a possibilitar sua discussão. A partir da leitura das fontes notamos que a grande especificidade das revistas, no que toca ao nosso objeto de pesquisa, residia na maneira como abordavam a política, lançando mão, quase sempre, do humor. Dentro desse registro três grandes temas se destacaram por permitirem uma abordagem organizadora e abrangente dos diversos componentes políticos presentes nos periódicos (mais adiante explicitaremos quais são esses temas). Para cada um desses três temas criamos subdivisões, mapeadas com base nos assuntos que apareciam de forma mais recorrente e que, do nosso ponto de vista, constituem desdobramentos dos grandes temas. Essa operação de classificação e condensação dos assuntos selecionados está ancorada nas possibilidades apresentadas pela documentação, mas tal operação é também uma construção elaborada a partir do olhar do pesquisador, que cria mecanismos de análise visando tornar sua proposta de trabalho e sua hipótese inteligíveis. Optando por esse caminho acreditamos que o trabalho se torna mais objetivo, evitando a repetição na exposição dos temas e na própria argumentação.

Outro ponto importante é a questão das charges, das fotografias, dos desenhos e das caricaturas políticas contidas nessas revistas. Não é nossa intenção fazer um trabalho que trate de cada um desses complexos elementos, mas tampouco podemos ignorar que as revistas lançaram mão desses registros em inúmeras ocasiões para abordar temas políticos, em especial para expor e criticar o Congresso e os parlamentares, de modo que seria contraproducente para o desenvolvimento deste trabalho descartar esses componentes documentais. Foge ao nosso objetivo dedicar um espaço separado na tese para o estudo de tal material, isso daria a impressão de que os elementos visuais e textuais dos periódicos não dialogavam entre si, que eram criados e compostos de maneira dissociada, podendo prescindir uns dos outros. Além do mais, tendo em vista a bibliografia existente sobre esses semanários notamos que o conteúdo imagético das revistas tem sido mais explorado pela historiografia do que sua expressão textual, pelo menos no que se refere ao temário político, por isso optamos por privilegiar a análise do texto escrito <sup>44</sup>.

---

<sup>44</sup> Indicamos alguns trabalhos que privilegiam o estudo das imagens nas revistas ilustradas: MAUAD, Ana Maria. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 13, n. 1, pp. 133-174, jan./jun. 2005; OLIVEIRA, Cláudia De. Fotografia e a representação do Rio de Janeiro moderno em *Fon-Fon!*, *Selecta* e *Para Todos...* (1907-1930). In: LUSTOSA, Isabel (org.). *Imprensa, história e literatura*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui

A solução que encontramos para inserir os elementos visuais na pesquisa foi selecionar aqueles que nos pareceram mais representativos dos temas políticos debatidos pelas revistas. Analisamos imagens que de algum modo se referem à vida pública e privada dos políticos, enfatizando a relação entre humor e política. Organizamos esse material segundo os três temas que configuram o eixo do nosso trabalho, os mesmos construídos para o texto escrito, inserindo as imagens não como ilustração de um argumento, e sim como parte constituinte do nosso *corpus* documental, as revistas. Procuramos demonstrar que a atenção concedida pelas revistas ao Parlamento, aos deputados e senadores, foi algo que mobilizou várias formas de expressão, incluindo aí as imagens <sup>45</sup>.

Tendo definido a nossa metodologia fizemos um trabalho de catalogação da documentação segundo os três temas e seus elementos. Esse processo, obviamente, não é exato. Cada artigo, coluna, seção pode ser enquadrada em mais de um tema ou elemento, e foi exatamente isso o que fizemos, estabelecendo uma gradação ao inventariar o material. De acordo com a prevalência do assunto tratado incluímos o segmento documental como representativo de certo tema, mas, como o conteúdo quase sempre apontava para várias possibilidades de reflexão e análise, não raro definimos mais de uma chave de catalogação para cada trecho. Esse tipo de abordagem nos permitiu aproveitar o potencial e a riqueza das fontes levantadas e ao mesmo tempo explicitar seu caráter multifacetado, indicando que seus sentidos não se esgotam no enquadramento dos nossos instrumentos de análise, pelo contrário, o ultrapassam.

A organização dos capítulos da tese a partir de três temas e dos seus elementos foi construída com o objetivo de possibilitar o melhor desenvolvimento da hipótese que norteia esta pesquisa. A saber: que a observação dos hábitos, dos comportamentos e das práticas cotidianas dos parlamentares que então integravam o Congresso Nacional levava à construção, nas páginas desses periódicos, de percepções e sensibilidades peculiares sobre os sentidos da política e sobre o papel da elite política na sociedade brasileira. Para testar essa hipótese temos que responder às principais questões que ela suscita: *quem observa?* (a partir

---

Barbosa, 2008, pp. 317-330; SILVA, Marcos A. Da. *Caricata República: Zé Povo e o Brasil*. São Paulo: Marco Zero, 1990; TENÓRIO, Guilherme Mendes. *Zé Povo cidadão: humor e política nas páginas de O Malho*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2009.

<sup>45</sup> Para a análise das fotografias, charges e dos desenhos contamos com o auxílio da bibliografia especializada como, por exemplo: DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico e outros ensaios*. Campinas, SP: Papiros, 1993; FABRIS, Annateresa; KERN, Maria Lúcia Bastos (orgs.). *Imagem e Conhecimento*. São Paulo: EDUSP, 2006; KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001; LIMA, Herman. *História da Caricatura no Brasil*. 4 vols.. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963; TEIXEIRA, Luiz Guilherme Sodré. *Sentidos do humor, trapaças da razão: a charge*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2005.

de qual lugar se lança o olhar). *O que se observa e como se valora o(s) objeto(s) observado(s)? E, finalmente essa operação de observação e de valoração teria se espalhado para além daquilo que era imediatamente observado, de modo a abranger as instituições republicanas e a política em um sentido mais amplo? Em caso afirmativo como isso ocorreu e quais teriam sido as avaliações predominantes?*

Não empregamos o verbo *observar* como um ponto exterior de exame a partir do qual seria possível escrutinar de forma objetiva e isenta determinado objeto de estudo. Os impressos lançaram um olhar interpretativo sobre a realidade e esse olhar, ao mesmo tempo em que observava também participava, vivenciava, imaginava e compunha aquele mundo em construção, operando através de múltiplos registros culturais, políticos e econômicos. Do mesmo modo é importante pontuar que as ilações que fazemos a partir da análise documental não se apresentam como uma mera descrição daquilo que as fontes trazem como evidência; trata-se sim de construir uma narrativa que se sabe tributária, em parte, da imaginação (pois cria articulações que os fragmentos não oferecem como algo dado e transparente), mas que se apoia sobretudo nos vestígios do passado, nas possibilidades apresentadas pela documentação, no diálogo com a historiografia e com as demais áreas das chamadas Ciências Humanas, submetendo-se aos protocolos vigentes da disciplina histórica <sup>46</sup>.

Os periódicos aqui estudados se propunham a observar a movimentação cotidiana dos parlamentares e o dia-a-dia do funcionamento do Congresso Nacional. A partir dessa premissa a primeira questão que se coloca é: considerando o perfil dessas revistas, quais elementos favoreceram o interesse das mesmas por tal temática e como esse interesse se expressava?

---

<sup>46</sup> O saber histórico também opera através da imaginação, mas deve remeter ao real, ao vestígio, àquilo que de alguma forma existiu antes de nós. De acordo com Michel de Certeau, na construção do saber histórico estão imbricadas as dimensões do lugar, da prática da disciplina e de sua escrita. O historiador constrói sua pesquisa a partir do presente e de suas inquietações, que o instigam a colocar perguntas para o passado. Além disso, o historiador está submetido à avaliação de seus pares, da comunidade que o abriga, devendo acompanhar os procedimentos específicos instaurados pelos profissionais da área e que são os critérios definidores desse corpo de conhecimento em certo momento histórico. Daí que a escrita da história esteja condicionada a sua própria prática investigativa, é ela que ajuda a definir o tipo de relato elaborado pelo historiador. In: *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982. Ainda sobre a noção de realidade, em consonância com os vestígios deixados pelo passado, pondera Durval Muniz de Albuquerque Júnior: “Sabemos todos que o que faz o historiador é reconstruir as versões sobre o passado que os homens que nele viveram foram capazes de construir. O que nos chega do passado nos vem como signos que precisam ser significados ou nos vem como significações dadas por uma dada época e por dados homens a seu próprio tempo, às suas ações ou a eventos que tenham vivenciado ou analisado. O historiador opera sempre com a realidade, mas opera não com a realidade em si mesma, como coisa, como objeto naturalizado, mas como realidade construída pelos homens em suas diversas práticas, discursivas ou não. O fragmento do passado que nos chega é real e nos fala de sentidos dados para a realidade de uma dada época e sociedade, mas como todo fragmento empírico da realidade ele necessita passar por operações de imaginação, significação, intelecção, para se tornar uma realidade para nós, para que passe a funcionar em nosso tempo, para que volte a viver entre nós.” In: O Historiador Naïf ou a análise historiográfica como prática de excomunhão. In: Manoel Luiz Salgado Guimarães (Org.). *Estudos sobre a Escrita da História*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007, p. 200.

Qualificar esse(s) ponto(s) de observação não é o mesmo que fazer uma descrição dos impressos, e sim explicitar as práticas editoriais e jornalísticas que constituíram as escolhas, os enfoques e o conteúdo dessas publicações no que se refere ao nosso objeto de pesquisa. No capítulo inicial da tese trataremos do **primeiro eixo temático**: *como essas revistas, ao cobrirem o dia-a-dia das questões políticas estavam constituindo, expressando e afirmando escolhas editoriais específicas, como, por exemplo, a opção pela linguagem humorística.*

Estamos cientes de que essas revistas apresentam diferenças entre si (explicitamos algumas dessas especificidades ao longo do trabalho), mas elas compartilham várias propostas no que toca à estratégia editorial, o que nos permitiu levantar um rol de temas comuns traçados por meio da leitura dos muitos exemplares, de conteúdo bastante similar.

Outro questionamento que norteia este trabalho é: o que essas revistas se propunham a observar? O que despertava seu interesse? Inúmeros assuntos chamavam a atenção desses periódicos, mas dentro da seara política sobressai o interesse constante pelo cotidiano da vida parlamentar, pela interação entre deputados e senadores, pela atuação de cada um deles (ou das figuras mais destacadas) dentro do Congresso, pelos meandros de suas vidas privadas, pela forma como lidavam com suas responsabilidades etc. O fluir desse dia-a-dia, que abrangia miudezas tais como as preferências culinárias de certo deputado, ou acontecimentos de destaque como o reconhecimento eleitoral dos candidatos, eram cuidadosamente registrados, comentados, analisados e satirizados nas páginas das publicações. O destaque conferido a esses acontecimentos delimita nosso **segundo eixo temático**, tratado no segundo capítulo da tese: *a partir do perfil editorial dessas revistas e de sua opção pelo humor quais foram os assuntos políticos que prevaleceram como conteúdo das mesmas.*

Finalmente, no terceiro capítulo indagamos: a observação pelas revistas da sociabilidade cotidiana dos parlamentares suscitou reflexões para além dos episódios imediatamente observados? Nossa conclusão nos leva a afirmar que sim, que a cobertura diária do fazer dos políticos, de suas práticas, atitudes, hábitos, atuação profissional e privada, ajudou a conformar e a solidificar no quadro dessas revistas uma série de percepções, definições e lugares comuns acerca das instituições republicanas, sobre a política e o seu papel na sociedade brasileira, etc.

Esse deslizamento de sentidos e de julgamentos não era automático, seguindo uma suposta lógica de causa e efeito presente na documentação, que se valesse sempre dos mesmos critérios avaliativos, perdurando imutável ao longo dos anos e permeando por igual as três revistas estudadas. Tais ressalvas na verdade reforçam a possibilidade interpretativa que colocamos, pois evidenciam a existência de contradições, tensões, continuidades e

transformações no modo como essas publicações lidavam com o mundo da política em suas múltiplas expressões, sempre se manifestando a partir de casos concretos ou das circunstâncias com as quais se deparavam a cada momento. Assim, **o terceiro eixo temático**, que delimita o último capítulo da tese, trata de *como essas revistas, com base na cobertura humorística que fizeram do cotidiano parlamentar, plasmaram fluxos de significados de cunho generalizante sobre a política, as instituições republicanas e o Congresso Nacional.*

## 1. Política e humor nas revistas *Fon-Fon*, *Careta* e *O Malho*

O nosso objetivo é caracterizar as revistas com as quais trabalhamos a partir do objeto de pesquisa. A meta não é condensar a maior quantidade possível de dados sobre os periódicos, e sim compreender como o perfil editorial de cada um deles determinou escolhas e preferências na maneira como abordaram as temáticas políticas.

O impresso *revista* se destaca como um gênero específico em razão de certas características que o singularizam frente a outros congêneres. Normalmente se classifica como revista os periódicos compostos por uma capa, com formato próximo ao de um livro, de publicação periódica (semanal, quinzenal, mensal etc.), cujo preço é geralmente menor do que o de um livro e maior do que o de um jornal, de conteúdo variado, mas que visa normalmente um segmento específico de leitores, sendo que sua criação se deve, no mais das vezes, a um coletivo de idealizadores etc.<sup>47</sup>. Esses e outros aspectos de catalogação, apesar de úteis, não devem ser tomados isoladamente sob o risco de enquadrar os impressos em uma moldura artificial, reunindo títulos de forma mecanizada, o que pouco contribui para a compreensão dos mesmos. Qualquer tentativa de forjar uma designação universal incorreria em anacronismos, pois as revistas são qualificadas como tal de forma diferenciada ao longo do tempo, comportando variações que escapam a conceituações fechadas<sup>48</sup>. Assim, toda análise deve levar em conta a especificidade dos próprios impressos, considerando-os dentro da temporalidade em que nasceram.

No que se refere às *revistas ilustradas* as definições também são fluidas, já que o simples uso de estampas, desenhos, fotografias etc. não pode ser critério absoluto para conformar esse tipo de publicação. Como alerta Tania Regina De Luca, mais importante do que constatar a presença de imagens nos periódicos é avaliar como cada revista se comprometeu com a veiculação do seu conteúdo imagético como estratégia editorial para afirmar sua especificidade, seus objetivos e sua diferença no mundo dos impressos<sup>49</sup>. As

---

<sup>47</sup> Esses aspectos são levantados por diferentes autores, como: CARDOSO, Rafael. Projeto gráfico e meio editorial nas revistas ilustradas do Segundo Reinado. In: KNAUSS, Paulo, *et.al.* (orgs.). *Revistas ilustradas: modos de ler e ver no Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2011, p. 19; ROCHA, Clara. *Revistas Literárias do Século XX em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, págs. 24 e 25; VELLOSO, Monica Pimenta. As distintas retóricas do moderno. In: OLIVEIRA, Cláudia de; VELLOSO, Monica Pimenta; LINS, Vera. *O Moderno em revistas: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930*. Rio de Janeiro: Garamod, 2010, p. 43-44.

<sup>48</sup> MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em Revista: Imprensa e Práticas em Tempos de República, São Paulo, 1890-1922*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2008, p. 44.

<sup>49</sup> In: *Leituras, projetos e (Re)vista(s) do Brasil (1916-1944)*. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 3.

publicações aqui estudadas podem ser consideradas como integrantes da modalidade *revistas ilustradas* porque difundiram ao longo de décadas uma proposta editorial alicerçada, dentre outros fundamentos, na oferta de imagens para seu público leitor, dando grande destaque ao elemento visual como parte de sua estratégia de vendas. Esse tipo de publicação já se fazia presente no Brasil desde a segunda metade século XIX, momento de experimentação de técnicas de impressão e de projetos gráficos capazes de comportar o texto escrito e os novos elementos visuais. Até a primeira década do século XX os jornais raramente lançaram mão de imagens, de modo que as revistas ilustradas se afirmaram no mercado e junto ao público leitor como veículos especializados na criação e na reprodução desse tipo de recurso <sup>50</sup>.

*Careta* (1908), *Fon-Fon* (1907) e *O Malho* (1902) foram periódicos criados em uma época em que o Brasil assistiu ao lançamento de um grande número de impressos em razão, dentre outros motivos, das novas possibilidades técnicas e de comunicação que se descortinavam no mundo desde meados do século XIX. Antigos processos de composição manual dos tipos gráficos móveis, que exigiam horas de trabalho minucioso, passaram a conviver com a máquina *Linotype*; através de um teclado o operador compunha uma linha de texto que era imediatamente cunhada através do chumbo líquido contido no mecanismo. Outro avanço importante foi a invenção da máquina rotativa *Marinoni* que iria permitir a impressão de até 10.000 exemplares por hora. Tais inovações aceleraram o processo produtivo dos impressos, possibilitando o aumento das tiragens. No que toca às imagens, o aperfeiçoamento da litografia, a introdução de cores nas imagens e mais tarde a disseminação da fotoimpressão, compuseram um quadro técnico bastante favorável para a expansão das revistas ilustradas <sup>51</sup>. Contudo, esses avanços técnicos também exigiam um maior investimento econômico, capaz de suprir os custos com o novo maquinário e a contratação de profissionais especializados para operá-los. Se antes o lançamento de revistas estava muito ligado ao voluntarismo de alguns indivíduos que desejavam propagar suas ideias e que em poucos casos dependiam dessa atividade para sobreviver, a partir do século XX os empreendimentos editoriais ganharam cada vez mais uma feição “semi-empresarial” <sup>52</sup> e mercantil, cujo maior objetivo era a geração de lucro. Tais publicações “veiculavam o que era

---

<sup>50</sup> KNAUSS, Paulo. Introdução. In: KNAUSS, Paulo *et al.*, (orgs.). *Revistas Ilustradas: modos de ler e ver no Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2011, p. 11; MAUAD, Ana Maria. O olho da história: fotojornalismo e a invenção do Brasil contemporâneo. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P., MOREL, Marco, FERREIRA, Tania Maria Bessone (orgs.). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006, p. 366.

<sup>51</sup> Sobre o desenvolvimento das técnicas de impressão aqui citadas ver: CAMARGO, Mário de (org.). *Gráfica: arte e indústria no Brasil: 180 anos de história*. São Paulo: Bandeirantes gráfica/EDUSC, 2003.

<sup>52</sup> SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do Riso: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 41.

rentável no momento, procurando “suprir a lacuna” do mercado e atender a expectativas e interesses de grupos”, assim, o conteúdo difundido visava aumentar a “circulação e o consumo daquele impresso”<sup>53</sup>.

Tendo em vista a formação desse novo mercado editorial competitivo as revistas *Careta*, *Fon-Fon* e *O Malho* procuraram criar para si uma identidade própria, que as destacasse em meio ao universo de publicações de então. A veiculação de imagens era uma de suas características mais importantes, mas outro ponto fundamental na constituição de suas marcas foi a utilização da linguagem humorística. Essas publicações procuravam informar, instruir e atualizar o leitor de forma divertida, rápida, leve e dinâmica, e a incitação ao riso foi estratégia comunicativa privilegiada para a consecução desses objetivos. Certamente, nem todo o conteúdo das publicações era permeado pelo humor, e este não foi expresso da mesma forma e com o mesmo peso ao longo das muitas décadas de existência das revistas. O que se pode afirmar é que o humor constituiu, integrou e guiou o projeto editorial desses periódicos por muitos anos, ajudando a definir a sua vocação para o entretenimento e imprimindo certo grau de coesão a uma estrutura discursiva marcada pela fragmentação. Considerando essa peculiaridade, o fato das publicações terem abordado a temática política através da linguagem humorística estava em perfeita consonância com seu perfil editorial, ainda mais quando articulavam imagem e humor.

Parte significativa do conteúdo político das revistas era expresso por meio de charges e caricaturas. A charge “é um desenho de humor que estrutura sua linguagem como reflexão e crítica social”<sup>54</sup>, e que ao longo do tempo tem privilegiado como tema acontecimentos políticos. Esses momentos são captados no cotidiano, mas eles se reportam ao real de maneira oblíqua, pois a charge entremeia fatos e situações reais com a introdução do fantástico, do inusitado, daquilo que não está imediatamente dado<sup>55</sup>. Já a caricatura traceja as feições humanas usando a técnica da distorção e do exagero<sup>56</sup> para produzir o riso, ela pode ser utilizada na composição da charge, mas a caricatura, por si só, não aponta necessariamente para uma crítica política.

---

<sup>53</sup> MARTINS, Ana Luiza, op. cit., p. 22.

<sup>54</sup> TEIXEIRA, Luiz Guilherme Sodré. *Sentidos do humor, trapaças da razão: a charge*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2005, p. 11.

<sup>55</sup> *Ibidem.*, p. 79.

<sup>56</sup> DAVIES, Christie. Cartuns, caricaturas e piadas – roteiros e estereótipos. In: LUSTOSA, Isabel (org.). *Imprensa, Humor e Caricatura: a questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 95.

No que toca ao humor diversos pensadores teorizaram sobre essa categoria, tentando construir algum tipo de definição ou reflexão sobre o assunto <sup>57</sup>. Mas apesar de todos eles contribuírem para a compreensão do pensamento sobre o riso não é possível eleger uma dessas concepções e simplesmente transpô-la para a análise documental, justamente porque como ressaltava Elias Saliba, “o riso não tem essência e sim uma história, tornando todas as definições tão triviais” <sup>58</sup>. O que é possível e necessário fazer é familiarizar-se com algumas dessas propostas de modo a atribuir maior densidade à análise das fontes. Para tanto lançamos mão de trabalhos elaborados ao longo do século XX considerando que tais estudos já incorporam e criticam as construções teóricas anteriores, e que pela proximidade com o marco temporal deste estudo podem conter uma sensibilidade maior aos sentidos do riso no período em questão.

Henri Bergson, em ensaio originalmente escrito na forma de artigos para a *Revue de Paris* no ano de 1899, considera que o riso necessita ter uma “significação social”, tendo o intuito de gerar certo nível de compreensão entre os sujeitos. Para que ele possa existir o alvo em questão não pode despertar a comoção ou a piedade, sentimentos, segundo o autor, incompatíveis com a comicidade. Ri-se, sobretudo, daquilo que é mecânico no sentido de rigidez, de ausência de flexibilidade. Assim, o cômico não dependeria de um comportamento ou de um personagem específico, pois ele emerge muitas vezes da exteriorização inconsciente de certa atitude <sup>59</sup>.

Esse ponto foi retomado por Freud, em 1905, no texto *Os chistes e sua relação com o inconsciente*, onde o pai da psicanálise considera que o chiste tem por função possibilitar a manifestação de um desejo inconsciente em conformidade com as convenções sociais, provocando um momento de prazer e de alívio entre os envolvidos, surpreendidos pela perturbação e o imediato esclarecimento do dito <sup>60</sup>. Maria Rita Kehl recorda que além do estudo de Freud sobre o chiste o autor fez, em anos posteriores, outras considerações mais gerais sobre o humor, relacionando-o com uma atitude de coragem do sujeito diante da vida, indicativa da capacidade humana de relativizar as circunstâncias experimentadas, por mais

---

<sup>57</sup> Segundo Verena Alberti, “para as teorias clássicas, o sério e a gravidade coincidem com a verdade, de modo que o não-sério (o espaço do riso) é o não-verdadeiro. Na abordagem moderna, o sério e a gravidade não coincidem mais com a verdade; o riso continua a ser o não-sério, mas isso, agora, é positivo, porque significa que ele pode ir para além do sério e atingir uma realidade “mais real” que a do pensado”. In: *O riso e o risível: na história do pensamento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 197.

<sup>58</sup> SALIBA, Elias Thomé, op. cit., p. 21.

<sup>59</sup> In: *O Riso: ensaio sobre a significação da comicidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, págs.. 5, 6, 12, 97, 104.

<sup>60</sup> In: *Os chistes e sua relação com o inconsciente (1905)*. Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. VIII. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

trágicas e negativas que elas sejam ou pareçam. De acordo com a autora, na perspectiva freudiana o humor não seria um instrumento dos resignados e sim uma forma de intervenção na realidade através da linguagem; “A possibilidade de modificar a relação do homem com seu sofrimento é o que confere ao humor uma dignidade que o chiste, voltado somente para a produção de um efeito prazeroso, não tem”<sup>61</sup>.

Em um viés histórico, Mickhail Bakhtin estudou as manifestações populares da Idade Média e do Renascimento (festas, espetáculos, cultos) através da perspectiva do riso, como expressões de uma cultura carnavalesca voltada para a contestação da ordem estabelecida e das posições oficiais. O autor afirma que nesses momentos o “riso popular” tinha a oportunidade de ridicularizar os valores e o modo de vida das camadas superiores, questionando sua superioridade e as normas sociais por eles estabelecidas<sup>62</sup>. Apesar das contribuições inegáveis dessa obra, cuja primeira edição data de 1965, autores como Aaron Gurevich argumentam que Bakhtin fez uma separação muito rígida entre uma cultura oficial, retratada como triste e lúgubre, e uma cultura popular cuja principal característica seria a alegria quase irrestrita. Gurevich pondera que esse ponto de vista é reducionista, já que o riso e a jovialidade “andam lado a lado com o ódio e o medo”, integrando o conjunto dinâmico e volátil das emoções humanas, e que naquele período o medo e a insegurança também estavam muito presentes na cultura popular<sup>63</sup>.

O que mais nos interessa na crítica de Gurevich à obra de Bakhtin é sua suspeita de que seja possível fazer uma história do humor de feição generalizante, pois de acordo com o autor ao cotejar as conclusões desses estudos com o emaranhado das relações sociais o que se vê é que a realidade dos contextos históricos é quase sempre muito mais complexa e contraditória do que as investigações permitem entrever, por mais sofisticadas e inovadoras que sejam<sup>64</sup>. Não nos propomos, portanto, a fazer aqui uma história do humor durante a Primeira República que leve a conclusões genéricas sobre o período, e sim a investigar como, nas revistas estudadas, o humor se constituiu como uma prática discursiva fundamental, mas não exclusiva, na discussão de assuntos relacionados à política. Essa produção humorística emanava de uma realidade específica, tendo como alvo figuras e temas datados cultural e historicamente. Ao mesmo tempo em que ela revelava aspectos importantes do contexto abordado, ela também criava versões e alternativas interpretativas para a sociedade enfocada,

---

<sup>61</sup> In: *Sobre ética e psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, págs. 178,179, 180.

<sup>62</sup> In: *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, 2010.

<sup>63</sup> In: Bakhtin e sua teoria do carnaval. In: BREMMER, Jan; ROODENBURG, Herman (orgs.). *Uma história cultural do humor*. Rio de Janeiro: Record, 2000, págs. 84, 86 e 87.

<sup>64</sup> *Ibidem.*, p. 83.

às vezes aderindo outras vezes recusando os fundamentos da ordem estabelecida, mas sempre se reportando às percepções do cotidiano, em toda sua efemeridade e ambiguidade <sup>65</sup>.

A cobertura da vida política institucional brasileira integrava a proposta editorial dessas revistas, compondo seu conteúdo. A maneira como esses periódicos tratavam as questões políticas revela suas estratégias comunicativas e nos ajuda a compreender como a inserção da política nessas publicações estava de acordo com a “missão” que elas se arrogavam. Reproduzimos abaixo o quadro temático que referencia as questões desenvolvidas, sem a intenção de esgotar o debate, e sim com o intuito de mapear as relações entre política, humor e as escolhas editoriais das revistas.

<b>Elementos temáticos condensados através da leitura das fontes</b>	
<b>Política e humor nas revistas <i>Fon-Fon, Careta e O Malho</i></b>	<b>1. Linha/proposta editorial das revistas</b> (a quem se dirige, propósito anunciado, relação com o leitor, estratégias de comunicação etc.)
	<b>2. Relação das revistas com os homens públicos e com as correntes políticas da época</b> (afinidades, rejeições, agressões à imprensa, trânsito no meio político etc.)
	<b>3. Prática jornalística</b> (autoimagem, posição social, busca da notícia e do “furo”, fontes de informação, etc.)
	<b>4. Boatos</b> (especulação, rumores sobre situações políticas e os políticos)
	<b>5. Publicidade</b> (exploração comercial de personagens, acontecimentos, instituições e temas políticos)

Tabela 4: Elementos temáticos condensados através da leitura das fontes

<sup>65</sup> Elias Saliba caracteriza a representação humorística como “aquele esforço inaudito de desmascarar o real, de captar o indizível, de surpreender o engano ilusório dos gestos estáveis e de recolher, enfim, as rebarbas das temporalidades que a história, no seu constructo racional, foi deixando para trás. [...] analisar a representação humorística da nacionalidade é explorar a enorme ambivalência da linguagem, em todas as suas formas, na construção de um discurso alternativo e de outras possíveis narrativas das nacionalidades”. Ainda segundo o autor, a maioria dos humoristas brasileiros que surgiu no início do século XX e que atuou nas revistas ilustradas acompanhava “o sentimento generalizado daquilo a que chamamos de “humorismo da desilusão republicana”, presente na maior parte da intelligentsia brasileira no período”. In: SALIBA, Elias Thomé, op. cit., págs. 29, 31 e 77.

### **1.1. Linha/proposta editorial das revistas**

Sabemos bem que a maneira pela qual um impresso aborda as questões políticas está intimamente relacionada com sua orientação editorial e com o perfil dos seus proprietários e colaboradores. Daí surgem as diferenciações no modo como cada periódico expõe e caracteriza o cenário político institucional e seus protagonistas. No que toca às revistas que utilizamos como fonte existe uma grande dificuldade em traçar um perfil sobre suas posições políticas a partir da constituição do seu quadro de colaboradores, pois existia uma enorme volatilidade na composição dos seus dirigentes e empregados. Não raro as revistas mudaram de proprietário no decorrer dos anos, e aqueles que para elas trabalhavam ao invés de vincular-se com exclusividade a uma só publicação costumavam prestar serviços para várias delas, de modo a ampliar ao máximo seu círculo de atuação, potencializando os ganhos econômicos, em uma fase em que o jornalismo ainda não possibilitava, salvo poucas exceções, “assentar banca”. Além disso, a grande maioria do conteúdo era publicado sob anonimato, constando também uma variada gama de pseudônimos que torna difícil a identificação dos autores. Outro elemento complicador é a escassez de fontes de arquivo sobre essas revistas, reclamação recorrente dos historiadores que com elas trabalham. As informações levantadas e reunidas procedem da bibliografia especializada, de referências nas obras de autores da época e de dados contidos nos próprios semanários.

Contudo, como não temos como objetivo esmiuçar a trajetória dessas publicações, tais dificuldades não inviabilizam o nosso trabalho. Além do que, mesmo que em diversos momentos as revistas tomassem partido de certa corrente política e de determinados personagens, isso não as impedia de manter um tom geral de crítica com relação à política institucional e seus atores. O próprio fato de que os escritores e caricaturistas da época circulassem pelas mesmas publicações contribuía, certamente, para que se mantivesse um terreno comum na abordagem da vida política do país, ainda mais se considerarmos que tais revistas possuíam uma proposta editorial semelhante, disputando a mesma faixa de mercado. É razoável supor, ainda, que os semanários tivessem interesse pelo que era publicado na concorrência, e que aquilo que se tornava sucesso em uma publicação fosse adotado pelas demais, o que em parte explica a semelhança nas rubricas das revistas. Tais periódicos conformavam um espaço de convivência que extrapolava os limites de cada revista, estabelecendo um ambiente de criação coletiva que a nosso ver abrangia o universo das revistas ilustradas. Claro que existiam diferenças entre os impressos, no modo como

direcionavam seu conteúdo, mas pelo menos no que toca aos semanários aqui estudados percebemos que eles compartilhavam uma espécie de “roteiro editorial” que os aproximava, reiterando certos assuntos e optando por abordá-los através da linguagem humorística.

A revista *O Malho* foi fundada pelo jornalista Luiz Bartolomeu de Souza e Silva<sup>66</sup> e teve como diretor-artístico o desenhista Crispim do Amaral. Ao longo de suas muitas décadas de existência contou com a colaboração de diversos nomes de peso, como Olavo Bilac, Emílio de Menezes e Bastos Tigre, dentre vários outros. Suas páginas foram ilustradas pelos mais talentosos desenhistas e caricaturistas da época, como J. Carlos, Raul, Calixto e Nassara. Em 1905 a revista passou a ser propriedade do então senador Antonio Francisco Azeredo<sup>67</sup> que, com o assassinato de Pinheiro Machado no ano de 1915, assumiria a vice-presidência do

---

<sup>66</sup> São raras as referências biográficas sobre Luiz Bartolomeu de Souza e Silva. Ele era mineiro de Rio Preto, nascido no ano de 1864, “matriculou-se na Escola Militar em 1886. Estava no curso superior quando se proclamou a República e, tendo cooperado para a fundação do novo regime, foi promovido a oficial. Logo depois, foi secretário do governo do Paraná e, quando deixou esse cargo, fez parte da embaixada enviada à China [...]. Tendo deixado o serviço do exército, dedicou-se à imprensa, trabalhando no *O País*, *O Tempo*, *A República*, etc., até que fundou *A Tribuna*, e, depois, diversos jornais ilustrados. Durante a revolta de 6 de setembro, foi preso por ter escrito protestando contra o tratamento que estava sendo dado aos presos políticos. Em 1913, foi eleito deputado federal pelo Paraná [...]”. In: ABRANCHES, Dunshee De. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil. Apontamentos biográficos sobre todos os Presidentes e Vice-presidentes da República, Ministros de Estado, e Senadores e Deputados ao Congresso Nacional – 1889 a 1917*. São Paulo, [s.n.], v. 2, 1918, p. 419 e 420. A revolta que teria suscitado a prisão de Luiz Bartolomeu é a Revolta da Armada. Luiz Bartolomeu assumiu o cargo de deputado ao longo de quatro legislaturas, até o ano de 1924. Ele foi “pai de Hermínia Bartolomeu de Souza e Silva, casada em 1914, com Lindolfo Leopoldo Bockel Collor, o 1º Ministro de Trabalho do Brasil. Portanto, era bisavô do Ex-presidente Collor”. In: CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Deputados federais 30ª Legislatura*. Arquivo em PDF cedido pela Câmara dos Deputados, p. 91 e 92.

<sup>67</sup> Natural de Cuiabá, fez parte dos seus estudos na Escola Militar, mas formou-se em Direito. “Passou depois a trabalhar em jornais, entrando para o *Diário de Notícias* sob a direção do Conselheiro Rui Barbosa. Proclamada a República, foi eleito deputado à Constituinte [...]. Eleito senador em 1897 [...]”. In: ABRANCHES, Dunshee De, op. cit., v. 1, p. 427 e 428. A partir de sua primeira eleição, o Senador Azeredo, como era conhecido, foi reeleito sucessivamente até a última legislatura da Primeira República. Foi figura política importantíssima do período e dono de veículos de imprensa. As informações sobre a participação do político em *O Malho* são contraditórias, ora ele é apresentado como co-fundador da revista juntamente com Luiz Bartolomeu, ora como proprietário exclusivo ou sócio da publicação a partir de 1910. As edições do Diário Oficial da União nos auxiliaram a apurar informações mais precisas. No exemplar do dia 17/12/1905 foi publicado o Estatuto da Sociedade Anônima “O Malho”, cuja elaboração era datada de 23/09/1905, seu artigo 1º dizia que: “A Sociedade tem por objeto explorar o jornal *O Malho*, de propriedade do Sr. Dr. Antonio Azeredo, que é nesta data adquirido”. O capital da empresa era dividido em ações, contando com uma lista de 11 acionistas, sendo dois majoritários, o Senador Azeredo e Irineu Bandeira da Costa. Luiz Bartolomeu figurava como dono de umas poucas ações. In: BRASIL. *Diário Oficial da União*, seção 1, 17/12/1905, p. 6565 e 6566, p. 29 do arquivo em PDF. Disponível em: < <http://www.jusbrasil.com.br/diarios> >. Acesso em: 08/11/2013. No dia 12/04/1911 ocorre nova alteração na Sociedade Anônima “O Malho”, que segundo o artigo 1º do novo estatuto passaria a explorar: *A Tribuna*, *O Malho*, *A Ilustração Brasileira*, *O Tico-Tico*, *Leitura Para Todos*, o *Almanaque do Malho* e o *Almanaque do Tico-Tico*, de propriedade do Senador Azeredo e que passariam, a partir de então, a integrar o capital da dita Sociedade. O senador entraria com esse rol de bens e os demais acionistas contribuiriam com subscrições em dinheiro que dariam direito a certo número de ações (Luiz Bartolomeu consta na lista de acionistas). A Sociedade foi constituída no dia 08/05/1911. In: BRASIL. *Diário Oficial da União*, seção 1, 11/05/1911, p. (?)683 a (?)685, p. 43 a 45 do arquivo em PDF. Disponível em: < <http://www.jusbrasil.com.br/diarios> >. Acesso em: 08/11/2013.

Senado durante 15 anos, até a revolta de 1930. No ano de 1918, a revista passou para a propriedade da empresa gráfica Pimenta de Mello e Cia <sup>68</sup>.

A capa da primeira edição de *O Malho*, que tinha 21 páginas, traz um homem segurando um martelo. Ele apresenta, com um largo movimento do braço, o fruto do seu trabalho, diversas pastas contendo papéis, cada qual com o seguinte título: *cumprimentos à imprensa, política, assuntos diversos, arte* e, acreditamos, *literatura*, pois a palavra não pode ser totalmente visualizada. Nossa suposição é plausível se considerarmos o subtítulo escrito na capa: *Semanário humorístico, artístico e literário*. Atrás do homem que segura o martelo temos a visão parcial de um cavalete contendo uma tela onde observamos o desenho de um rosto humano de perfil, sinalizando para o público a presença de desenhos e de caricaturas como parte do conteúdo da revista.

Assim, o título do periódico dialoga com as representações visuais escolhidas para figurar na primeira edição da revista. O desenho do homem segurando o martelo/malho remete ao mundo do trabalho e pode servir como fator de aproximação e empatia entre a revista e um público leitor mais amplo. As pastas dispostas na imagem indicam o conteúdo da revista, que em última instância pode abranger qualquer matéria, pois apesar de destacar alguns temas específicos ela garante sua liberdade e abrangência na rubrica “assuntos diversos”. No subtítulo a publicação tem a oportunidade de se qualificar de modo mais específico, inscrevendo sua periodicidade (semanário), ao mesmo tempo em que aponta para sua vocação humorística, artística e a literária. Através desses recursos de identificação, a revista se individualiza no universo da imprensa, e se apresenta como uma ferramenta, um instrumento – o malho –, que será usada para bater e moldar os assuntos em pauta, apresentando o resultado desse trabalho aos leitores.

A capa, o título e o subtítulo estabelecem o primeiro contato do leitor com a publicação, informando-o sobre o que ele pode encontrar. Após esse primeiro contato, aquele que decide seguir adiante encontra no editorial da revista informações mais detalhadas sobre sua proposta, complementando o trabalho de familiarizar o público com a identidade do impresso, ao mesmo tempo em que tenta cativá-lo de maneira mais explícita <sup>69</sup>. *O Malho*, no seu primeiro número do dia 20 de setembro de 1902, dizia-se “iconoclasta de nascença”, pois não tinha programa, “é a audácia, é a alegria, é a sátira, é a crítica, é a mocidade mordaz e irreverente, é a saúde, com a breca!”. Garantia que “O povo rirá ao ver como se bate o ferro

---

<sup>68</sup> In: SOBRAL, Julieta Costa. J. Carlos, designer. In: CARDOSO, Rafael (org.). *O design brasileiro antes do design: aspectos da história gráfica, 1870-1960*. São Paulo: Cosac Naify, 2005, p. 129.

<sup>69</sup> In: ROCHA, Clara, op. cit., págs. 147, 155, 156 e 157.

nesta oficina e só com isso ficaremos satisfeitos”<sup>70</sup>, estabelecendo, assim, que seu único compromisso era com o povo-leitor da revista. A sua missão era fazer rir, introduzir a alegria e o prazer na vida do povo, destoando do “coro fúnebre de tristezas e lamentações” que se fazia ouvir por toda parte. A revista afirmava sua vocação humorística e se inseria na longa tradição da arte de fazer rir ao evocar o nome e a autoridade de Rabelais, “Já o grande ratão que era Rabelais anunciou gravemente esta inestimável verdade: que *rire est le propre de l’homme*”. Nada mais natural, portanto, do que a atividade humorística, pois ela seria uma expressão tipicamente humana. No editorial a revista faz algumas alusões ao mundo da política sem qualificá-la explicitamente como um dos seus alvos principais, o que não é necessário, pois na capa já consta o desenho de uma pasta com o título de *Política*. Nas páginas seguintes surge a seção *Bigorna da Câmara*, onde a revista dizia que “desde que resolvemos fundar *O Malho*, deixar de colocar uma bigorna na câmara seria falta de consideração ao poder legislativo”<sup>71</sup>, indicando que o acompanhamento dos trabalhos parlamentares constituía desde o início um dos interesses da publicação.

Já *Fon-Fon* caracterizava-se no subtítulo como um *Semanário Alegre, Político, Crítico e Esfuziante*. No editorial do seu primeiro número, com 35 páginas, de 13 de abril de 1907, se dizia “um jornal ágil e leve” e que por isso mesmo não se fixava a um “programa determinado [...] Queremos fazer rir, alegrar a tua boa alma carinhosa, amado povo brasileiro”. Sua resposta diante das dificuldades da vida e da seriedade dos grandes princípios, dentre os quais incluía a “mascarada Política”, seria o toque da “sirene” ecoando “Fô...ôn.Fô...ôn”<sup>72</sup>. Proclamava que “De tudo revelar ninguém me veda / E de tudo dizer não tenho medo! [...] Não minto nem aos outros arremedo / Trago aos dedos um látego de seda / E eis o meu programa, eis o meu credo!”<sup>73</sup>. Notamos assim que a política entrava, no subtítulo, como qualificativo da própria revista, que visava tratar desse e de outros assuntos dentro do registro da alegria e da crítica, prometendo agir com coragem, verdade e originalidade. O som da “sirene” do carro – símbolo da modernidade – reverberando *Fon-Fon* (resposta do periódico para todos os problemas) era a própria propagação da voz da revista, de suas opiniões, veiculadas com o propósito de fazer muito barulho e provocar alerta, susto e surpresa, sensações que as buzinas normalmente despertam. Dirigia-se ao povo brasileiro como seu interlocutor, o que revela a pretensão indefinida de abarcar um público variado.

---

<sup>70</sup> O MALHO. *O Malho*. Rio de Janeiro, Ano I, N. 1, 20 de Setembro de 1902, s./p. Informamos que para a melhor compreensão do leitor atualizamos a grafia das citações documentais.

<sup>71</sup> Ibidem., s./p.

<sup>72</sup> CHAUFFEUR. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano I, N. 1, 13 de Abril de 1907, s./p.

<sup>73</sup> Ibidem., s./p.

Na capa da primeira edição de *Fon-Fon* vemos ao fundo de uma estrada os faróis de um carro iluminando a escuridão, no primeiro plano da capa aparecem oito figuras masculinas de terno no meio da estrada, desenhadas de modo a que se perceba que estão correndo. Suas feições assustadas dão a impressão de que correm do carro que se aproxima e que, pela lógica, irá alcançá-los, implicando no risco de atropelamento. Reconhecemos algumas dessas figuras, como o então Presidente da República, Afonso Pena e o Barão do Rio Branco, Ministro das Relações Exteriores. Mesmo não conseguindo identificar os demais personagens com precisão, dado que vários deles são muito parecidos (tendo em vista o típico bigode e o cabelo penteado para a lateral que caracterizava a aparência dos homens da época), supomos que se trate de outros políticos em evidência no momento. Assim, a primeira capa da revista *Fon-Fon* já informava ao público o que ele poderia ali encontrar, a “perseguição” da revista aos homens públicos, e a proposta de iluminar o caminho escuro por onde andavam os poderosos do país. Não é de se estranhar, portanto, que após o editorial da revista e a publicação de alguns versinhos de apresentação, a primeira matéria da edição de lançamento fosse sobre a eleição municipal carioca, marcada segundo o periódico pela “votação póstuma” dos eleitores, “desenterrados” com o fim expresso de participar do pleito <sup>74</sup>. A partir daí a denúncia das fraudes nas eleições seria uma constante nas páginas do semanário.

*Fon-Fon* foi criada sob os auspícios de Jorge Schmidt, dono de tipografia no Rio de Janeiro e proprietário da revista *Kosmos* (1904-1909). Schmidt desejava fundar uma revista mais barata do que a precedente e de conteúdo mais leve <sup>75</sup>. A concepção do semanário contou com nomes como Emílio de Menezes, Alexandre Gasparoni, Giovanni Fogliani, Gonzaga Duque, Mário Pederneiras, Mário Behring, Lima Campos, dentre outros <sup>76</sup>. O nome de *Fon-Fon* é normalmente associado ao simbolismo, por ter contado com vários colaboradores ligados a esse movimento literário, como Gonzaga Duque, Álvaro Moreira, etc. Contudo, não se pode afirmar que a publicação tenha pautado toda sua trajetória com base

<sup>74</sup> Instantâneo eleitoral. *Ibidem.*, s./p.

<sup>75</sup> In: DIMAS, Antonio. *Tempos Eufóricos: análise da revista Kosmos, 1904-1909*. São Paulo: Ática, 1983, p. 4.

<sup>76</sup> No primeiro número do periódico consta um texto onde a própria revista, através de seu personagem símbolo, o motorista, conta como ocorreu seu nascimento. “[...] o meu glorioso nome, que, já de há muito, estava protocolado na vontade do Schmidt, rubricado no entusiasmo do Fogliani, gravado na memória do Gonzaga Duque, arquivado na cachola do Emílio de Menezes, registrado no bestunto do Mario e ponderado, analisado, esmiuçado, criticado e aprovado afinal, pelo bom senso do Bhering. [...] Estiquei um braço, uma perna [...] Mamãe Marinoni deu um gemido, mas eu berrei lá de dentro: venha a parteira. O Schmidt correu e aparou-me”. In: EU MESMO; ALVES, Constancio (pretor). *O meu carnaval*. *Ibidem.*, s./p. O texto é ilustrado por um desenho que retrata o chofer de *Fon-Fon* sendo expelido de uma máquina Marinoni, nu, portando apenas sua boina e seus óculos de proteção, do tamanho de um bebê; Schmidt, vestido de mulher, está postado com as mãos abertas, pronto para recebê-lo. A revista se apresenta, portanto, como fruto do engenho técnico e da iniciativa humana. O riso já se faz presente desde seu nascimento pela forma bem humorada através da qual o periódico narra e ilustra seu processo de criação.

nessa tendência, pois muitas vezes a participação dos colaboradores era volátil e pontual, e também porque as demandas do mercado e a necessidade da revista gerar lucro implicavam na necessidade de administrar diversas pautas e conteúdos <sup>77</sup>. Como quase tudo que diz respeito à história administrativa dessas revistas temos informações esparsas e por vezes contraditórias sobre sua propriedade e gerenciamento ao longo do período estudado. Pelo que podemos apurar J. Schmidt não permaneceu muito tempo ligado ao periódico, tendo se desligado da publicação em janeiro de 1908, a partir de então ele passou a se dedicar ao seu mais novo projeto, o de criação da revista *Careta*. Nesse momento a revista entrou para a propriedade de Giovanni Fogliani e Alexandre Gasparoni, que em 1915 teriam vendido o periódico para Antonio Sérgio de Silva Junior, permanecendo, contudo, como editores do semanário <sup>78</sup>. Em 1916 a revista passou a contar com a direção de Gustavo Barroso.

Essa mudança de propriedade de *Fon-Fon* em 1915, que levou para o segundo plano o grupo que dirigiu a revista desde a sua fundação, teve bastante impacto no conteúdo do semanário. As matérias políticas passaram a ocupar um espaço cada vez menor nas páginas da publicação, cedendo lugar para contos e resenhas literárias, informações sobre o mundo do cinema e seus atores, moda, colunismo social, etc. O humor ainda estava presente, mas a crítica política se fazia de forma cada vez mais séria e as charges diminuiriam drasticamente. Essa modificação no perfil editorial do impresso coincidiu com a eclosão da Segunda Guerra Mundial na Europa (1914-1918) e as notícias desoladoras do confronto conquistaram um lugar privilegiado na revista, o que também pode ter influenciado o impresso a adotar um tom mais sóbrio e circunspecto na veiculação do seu conteúdo. O grande conflito bélico exacerbou os sentimentos nacionalistas no mundo, incluindo o Brasil, que passou a vivenciar um clima

<sup>77</sup> De acordo com Vera Lins, “O que unia o grupo simbolista era uma ética. Interrogavam-se sobre a condição humana e o que se oferecia a eles dentro de um mundo já dominado pela mercadoria que não lhes poderia satisfazer. Criticavam o naturalismo e o evolucionismo positivista, do século XIX. Sua arte era uma aventura absoluta na ordem da criação artística com os riscos e perigos que isso implicava”. In: Em revistas, o simbolismo e a virada do século. In: *Fon-Fon! Buzinando a modernidade*. BASSO, Eliane Fátima Corti (orgs.). *Revista Senhor: modernidade e cultura na imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2008, p. 62. Disponível em: < <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204434/4101430/memoria22.pdf> >. Acesso: 12/11/2013.

<sup>78</sup> Essas informações estão fragmentadas em diversas referências: BRASIL. Sociedade Anônima Empresa “Fon-Fon” e “Selecta”. *Diário Oficial da União*, seção 1, 03/04/1925, p. 8416, p. 54 do arquivo em PDF. Disponível em: < <http://www.jusbrasil.com.br/diarios> >. Acesso em: 13/11/2013; DANTAS, Carolina Vianna. FON FON (verbete). In: ABREU, Alzira Alves de (coordenadora geral). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República 1889-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, FGV, 2011. Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica> >. Acesso em: 11/11/2013; FILHO, Adolfo Morales De Los Rios. O Rio de Janeiro da Primeira República – Capítulo Décimo Terceiro – Imprensa. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, vol. 274, janeiro-março 1967, 1968, p. 23. Disponível em: < <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1967volume0274c.pdf> >. Acesso em: 13/11/2013; FON-FON. Declaração. *Fon-Fon*, Rio de Janeiro, Ano II, N. 40, 11 de Janeiro de 1908, s./p.; FON-FON. *Fon-Fon! E Selecta na Intimidade*. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano X, N. 1, 1 de Janeiro de 1916, s./p.. A colaboração de Alexandre Gasparoni com *Fon-Fon* se encerrou em 1919, ano de seu falecimento.

de gravidade intelectual que tornava a sátira política, na opinião de muitos comentadores do período, algo de mau gosto, antipatriótico<sup>79</sup>. Para nós, todos esses fatores contribuíram para a progressiva diminuição da temática política em *Fon-Fon* a partir de 1915.

*Careta*, publicada pela primeira vez a 06 de junho de 1908, contando com 39 páginas, proclamava que era “feita para o Público, o grande e respeitável Publico com P. grande! [...] o nosso programa cifra-se unicamente em fazer caretas”, mas que “não correspondam caretas de mau humor; preferimos francamente, sorrisos”<sup>80</sup>. A revista se dirigia ao *Público* como uma totalidade indistinta que a todos poderia abarcar, e afirmava o humor como ferramenta para provocar caretas. O nome do periódico avisava o leitor do conteúdo irreverente da revista, que na capa da primeira edição já estampava a caricatura de rosto do Presidente Afonso Pena, indicando que nem mesmo a máxima autoridade nacional estaria a salvo de suas caretas. A revista foi fundada por Jorge Schmidt porque “*Kosmos* deixava um déficit considerável e o prejuízo financeiro era grande. J. S. abandonou *Kosmos* fundando a *Careta*, tipo popular de revista que interessava a todas as classes”<sup>81</sup>. Ao longo das muitas décadas de publicação contou com a colaboração de nomes como Lima Barreto, Olavo Bilac, Bastos Tigre, Emilio de Menezes e vários outros. O caricaturista J. Carlos trabalhou no periódico de forma ininterrupta desde a sua fundação até o ano de 1921, retornou aos quadros do periódico em 1935, lá permanecendo até sua morte, em 1950. Com o falecimento de J. Schmidt em outubro de 1935 o semanário passou a ser dirigido por seu filho, Roberto, até o fim da revista em 1960<sup>82</sup>.

Ao longo do período estudado o número de páginas das revistas sofreu variações. *Careta* foi a que manteve maior estabilidade, fixando-se em um número quase constante de 44 páginas a cada edição. Com exceção de algumas páginas centrais – editadas em papel de melhor qualidade –, foi impressa em papel jornal, seu tamanho era de 27,5 X 18,5 cm<sup>83</sup>. *Fon-Fon* foi a que mais ampliou seu miolo, as edições podiam conter 50 páginas e até 100 (a depender de alguma matéria especial ou data comemorativa, como Natal, Semana Santa,

<sup>79</sup> Sobre esse aspecto ver: VELLOSO, Monica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro: turunas e quixotes*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996, págs. 161 e 162.

<sup>80</sup> CARETA. *Artigo de Fundo*, N. 1, 6 de Junho de 1908, s./p.

<sup>81</sup> In: CARNEIRO, Maria Schmidt (depoimento da filha de J. Schmidt). In: DIMAS, Antonio, op. cit., p. 4.

<sup>82</sup> In: SODRÉ, Nelson Werneck, op., cit., p. 346. Alguns trabalhos acadêmicos apresentam a data de falecimento de J. Schmidt como sendo 26/10/1926, contudo, constatamos na própria documentação, através de artigos que noticiavam seu falecimento e lhe prestavam homenagem, que a referência correta é 26/10/1935. IN: CARETA. Jorge Schmidt. *Careta*. Rio de Janeiro, Ano XXVIII, N. 1428, 2 de Novembro de 1935, págs. 17 e 20.

<sup>83</sup> In: *Boletim Bibliográfico da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Ano I, N. 1, janeiro-março de 1918. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1918, p. 3. Disponível em: < [https://archive.org/stream/boletimbibliogr1918bibl/boletimbibliogr1918bibl\\_djvu.txt](https://archive.org/stream/boletimbibliogr1918bibl/boletimbibliogr1918bibl_djvu.txt) >. Acesso em: 23/03/2014.

Carnaval). Impressa em papel de boa qualidade, *couché*, media 27 X 18 cm <sup>84</sup>. *O Malho* oscilou entre 50 e 65 páginas, com dimensões de 23 X 32 cm, editada em sua maior parte em papel jornal, o papel *couché* era utilizado para reportagens especiais e também para destacar reproduções fotográficas e desenhos <sup>85</sup>. Os números de páginas indicados assinalam uma média observada empiricamente, pois tivemos que lidar com lacunas na documentação. As páginas desses periódicos não eram normalmente numeradas, mas a partir da metade da década de 1920 já aparecem edições que contém essa referência. As revistas tinham um design atrativo e sofisticado, utilizando cores principalmente na capa, nos desenhos e anúncios. *Fon-Fon*, no seu primeiro número, foi vendida na capital por 400 réis, 500 réis nos estados, e sua assinatura anual era de, respectivamente, 20\$000 e 22\$000, no fim de 1930 a edição avulsa custava 1\$000. *Careta* foi inicialmente comercializada por 300 réis na capital e 400 nos estados, a assinatura anual custava 15\$000 e a semestral 8\$000. O último número de 1930 vinha com os seguintes preços: capital, 500 réis, estados, 600 Rs., assinatura anual, 43\$000 e semestral, 22\$000. *O Malho* começou a ser vendido por 200 réis, as assinaturas semestrais na capital custavam 6\$000 e nos estados 8\$000. No último número por nós consultado, de 18 de outubro de 1930, o preço para todo o Brasil era de 1\$000, a assinatura anual valia 48\$000 e a semestral 25\$000. Percebe-se que, no período estudado, *Fon-Fon* – impressa em papel de melhor qualidade, com maior número de páginas e que se propunha, em termos comparativos, a dar maior ênfase à vida cotidiana das elites –, era a publicação mais cara; já *Careta* era a mais em conta. Para se ter uma noção da acessibilidade das revistas como bem de consumo informamos que, no ano de 1923, “um maço de cigarros custava trezentos réis, [...] um jornal diário, duzentos réis” <sup>86</sup>.

As três publicações pretendiam atingir um público variado, indicando nos subtítulos e editoriais de lançamento o caráter multifacetado das revistas, cujo conteúdo amplo objetivava, certamente, garantir o maior número de leitores possível, de modo a viabilizar o empreendimento comercial. O que para o leitor atual pode parecer uma confusão de conteúdos, sem critério de seleção aparente, configurava então uma estratégia comunicativa. A miscelânea dos temas se complementava em sua fragmentação, de modo que a pulverização dos assuntos não era indicativa de escolhas aleatórias, e sim a garantia de que qualquer um que abrisse a publicação poderia encontrar ali algo que lhe interessasse. A oferta variada de

---

<sup>84</sup> Ibidem.

<sup>85</sup> SOBRAL, Julieta Costa, op. cit., p. 136.

<sup>86</sup> LUSTOSA, Isabel. In: FRADIQUE, Mendes. *História do Brasil pelo método confuso*. LUSTOSA, Isabel (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 35.

conteúdos ajudava o leitor a se manter informado sobre os mais diversos assuntos sem exigir dele uma leitura demorada e profunda, pois as revistas abordavam os tópicos de forma condensada.

A linguagem empregada pelas publicações era acessível, afastando-se do jargão dos especialistas, qualquer que fosse o tema abordado: política, arte, literatura, ciência, etc. Muitas eram as estratégias de aproximação com o leitor como: utilização de gírias e de palavras que remetiam aos sons, à oralidade; abundância de imagens, facilitando a compreensão por parte daqueles que possuíam uma habilidade de leitura mais precária; composição de textos de todo tipo e tamanho, permitindo várias práticas de leitura, desde a mais tranquila e concentrada, até a mais ligeira, como dentro de um bonde ou folheada rapidamente na rua <sup>87</sup>. Encontramos nessas revistas contos que eram publicados em várias edições, piadas curtas, notinhas de apenas um parágrafo, novidades da moda, concursos que visavam atrair o leitor distribuindo prêmios, etc.; a diversidade de temáticas aumentava as chances de atrair todo tipo de público e assim potencializar as vendas, pois as publicações estavam cientes de que “Pouca gente lê um jornal de fio a pavio. Cada um tem a sua seção predileta, que corresponde a suas inclinações ou aos seus interesses” <sup>88</sup>.

Nessas revistas os conteúdos se manifestavam de maneira a facilitar a apreensão de múltiplos leitores. As piadas impressas sugeriam a possibilidade de uma leitura em voz alta para uma audiência expectante e pronta para rir, a grande quantidade de imagens convidava a formação de um pequeno agrupamento em torno da revista na tentativa de vislumbrar a figura estampada, os textos curtos permitiam uma leitura fragmentada, não linear, das páginas das revistas e garantiam que se a leitura tivesse que ser interrompida ela poderia ser facilmente retomada, os títulos e subtítulos marcados em negrito, centralizados e destacados por uma letra maior ajudavam a orientar o leitor na escolha do que ele poderia ler, as delimitações gráficas que separavam os textos (como linhas divisórias, asteriscos e margens) enquadravam a escrita, indicando o tamanho dos textos e auxiliando o leitor a calcular o tempo que gastaria para ler cada trecho, a diversidade de fontes para grafar as letras e o uso de expedientes como negrito, itálico e sublinhado impediam que o leitor se cansasse com a monotonia do texto e que se perdesse na leitura, pois as páginas eram normalmente recheadas com uma grande quantidade de material e com pouco espaço entre os trechos. Todo esse aparato gráfico e essas estratégias comunicativas ajudavam a configurar práticas de leitura que estavam em

---

<sup>87</sup> VELLOSO, Monica Pimenta. As distintas retóricas do moderno. OLIVEIRA, Cláudia de; VELLOSO, Monica Pimenta; LINS, Vera. *O Moderno em revistas: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930*. Rio de Janeiro: Garamod, 2010, p. 94.

<sup>88</sup> D. PICOLINO. Folhetins. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano II, N. 39, 4 de Janeiro de 1908, s./p.

consonância com o ritmo cada vez mais acelerado da vida urbana (pelo menos no que toca à cidade do Rio de Janeiro), cujo espaço de convivência se ampliava com a expansão da iluminação pública e do sistema de transporte por bondes, com o crescimento do número de veículos motorizados, e com a sofisticação e a popularização crescente de algumas invenções do século XIX, como a fotografia, o telégrafo, o cinema e o telefone <sup>89</sup>. A maior rapidez na comunicação e no transporte exigia das pessoas respostas igualmente ágeis às demandas diárias, e se ainda era necessário “matar o tempo” para espantar o tédio da rotina, cada vez mais se afirmava o desejo de “ganhar tempo”, economizá-lo para a fruição desse novo mundo que se descortinava perante os consumidores das revistas.

Não faz parte do escopo deste trabalho auferir como o público leitor recebeu, resignificou e se apropriou do conteúdo dessas publicações (aderindo, rejeitando, e transformando o que lia), pois as seções que estabeleciam uma comunicação mais direta com os leitores quase que se limitaram a publicar críticas de poemas, de contos e de todo tipo de material literário enviado pelo público para a redação dos periódicos. O aspecto da recepção compõe a esfera deste trabalho no sentido de que entendemos que o conteúdo das revistas não era apreendido pelos leitores de maneira mecânica e homogênea, ou em total consonância com o que era ali apresentado. A própria ambiguidade, contradição e discordância entre os textos publicados nos semanários já nos permite supor que a recepção do seu conteúdo era igualmente instável e heterogênea <sup>90</sup>. A temática variada e o esforço que faziam para alcançar o maior número possível de leitores também torna artificial a tentativa de delimitar um tipo restrito de público para essas revistas.

Acreditamos que o que ligava essa gama variada de leitores, com formação, gostos e interesses diversos não era um conteúdo específico, e sim o próprio ecletismo das publicações. Na impossibilidade de atribuir uma denominação precisa para seus leitores, interpelando-os a partir de um marcador exclusivo (como “senhoras”, “doutores”, “educadores”, etc.), os semanários procuraram integrar as múltiplas facetas do “leitor amigo” dentro de um único grupo: o de leitores daquela publicação específica. Aqueles que liam as revistas, assim como os que para elas trabalhavam, eram caracterizados como partícipes de uma mesma família, a de seguidores de *Fon-Fon*, *O Malho* ou *Careta*. O tom coloquial e

---

<sup>89</sup> COSTA, Angela Marques Da; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *1890-1914: No Tempo das Certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, págs. 95, 159 e 160.

<sup>90</sup> Sobre o vasto tema da leitura e da recepção, ver: BARTHES, R.; COMPAGNON, A. *Leitura*. In: *Enciclopédia Einaudi*, v. 11. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, pp. 184-206, 1987; CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990; DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; MOLLIER, Jean-Yves. *A leitura e seu público no mundo contemporâneo: ensaios sobre história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

familiar empregado pelos semanários fazia de cada leitor um agregado daquele coletivo afetivo, os textos eram compostos de modo a passar a impressão de uma conversa informal, de um pedaço de prosa trocado entre amigos que se comunicavam no conforto do “tu” e do “nós”, na troca de confidências entre iguais. Esses periódicos procuravam estabelecer uma relação pessoal com o leitor, interpelando-o, chamando-o a concordar com a opinião veiculada, estabelecendo uma relação de intimidade e empatia entre a publicação, o escritor e o público: “Leitor amigo: Vamos pela Avenida... Um auto? Se quiseres, mas para que? Flanemos, temos tempo. Vamos à Câmara e por mais devagar que caminhemos, nunca lá chegaremos antes de serem votados os orçamentos. Vês, cá estamos”<sup>91</sup>. O leitor é convidado a acompanhar o cronista em seu trajeto, integrar o percurso, seu desejo é levado em conta quando vem a pergunta “Um auto?”, o tom é de uma conversa divertida e amável, o “leitor amigo” era um coletivo que a todos abarcava, mas que, ao mesmo tempo, provocava a sensação de que incluía apenas aquele indivíduo que naquele momento estava a ler o texto. Ancorado na escrita vivaz e colorida do autor, o leitor poderia usar a imaginação para seguir seus passos.

A proposta das revistas de lidar com assuntos do cotidiano colocava em relevo a crônica<sup>92</sup> como gênero privilegiado para relatar os acontecimentos diários, alinhando-se com o restante do conteúdo das publicações, fragmentado na efemeridade de temas leves, transitórios e de fácil consumo, como dicas de moda, resultados de jogos esportivos, lançamentos cinematográficos, notícias de crimes, comunicação de nascimentos, aniversários e mortes. Já dizia Antônio Candido que a crônica, ao ligar-se às mais corriqueiras circunstâncias da vida “se ajusta à sensibilidade de todo o dia. [...] pega o miúdo e mostra nele uma grandeza”, ganhando ainda maior impacto “porque quase sempre utiliza o humor”. Na sua despreensão e informalidade, na utilização de uma linguagem simples, que remete à oralidade, ela pode transmitir pensamentos e suscitar reflexões surpreendentes, “por serem leves e acessíveis talvez elas comuniquem, mais do que poderia fazer um estudo intencional, a visão humana do homem na sua vida de todo o dia”<sup>93</sup>.

---

<sup>91</sup> JOÃO DA CÂMARA. Sob a cúpula do Monroe. *O Malho*. Rio de Janeiro, Ano XVIII, N. 883, 16 de Agosto de 1919, s./p.

<sup>92</sup> Sandra Jatahy Pesavento, ao escrever sobre a crônica, ressalta que ela “faz do incidente miúdo a chave para a compreensão do mundo e da vida. [...] indo do fato aparentemente isolado à compreensão da tessitura social. [...] O cronista estabelece versões para os fatos de seu tempo ou dos tempos passados e, ao fazê-lo, recria o real, oferecendo ao leitor uma representação. [...] A notícia “vende”, se adequada às preferências do público [...]. Captar o que agrada ou perturba, o que é amado ou detestado pelo público é fator decisivo que se justapõe à concisão da notícia e à clareza de estilo. [...] o gosto do leitor está relacionado com a própria orientação do cronista”. In: Crônica: a leitura sensível do tempo. *Anos 90*. Porto Alegre, n.7, julho de 1997, págs. 33 e 35.

<sup>93</sup> In: *Recortes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, págs. 23 e 24.

O modo familiar de dirigir-se ao leitor se estendia na abordagem dos assuntos em pauta nas revistas e a política e os políticos não fugiam a essa lógica. Seria ir contra a proposta editorial das publicações tratar o universo político formalmente, debatendo conceitos e princípios de maneira erudita e “pesada”. As três revistas tinham por objetivo divertir o público, daí a opção por integrar as informações e o debate sobre a política através, principalmente, do recurso ao humor, presente tanto no texto escrito como nas charges e caricaturas espalhadas por suas páginas. O foco no humor estava intimamente relacionado com o interesse por uma política que se fazia no cotidiano da capital, ligada ao efêmero das questões que eclodiam e que se resolviam no prazo de dias ou de semanas, nos boatos que circulavam e morriam ao se atravessar a rua, nas especulações que terminavam com a tão esperada nomeação de um figurão para um cargo público, no debate que tomava a tribuna da Câmara ao longo de algumas sessões, na emoção das eleições e na espera pelo seu resultado, na conduta pessoal e pública dos deputados e senadores, etc. Eram esses acontecimentos diários da vida política que mobilizam as revistas, estando de acordo com sua proposta editorial e em harmonia com o restante do conteúdo das publicações, voltadas para a realidade imediata do mundo.

## **1.2. Relação das revistas com os homens públicos e com as correntes políticas da época**

A intenção das revistas de atingir um público leitor diversificado não significava que elas deixavam de dar preferência às camadas mais privilegiadas da sociedade, publicando suas fotos, divulgando seus encontros festivos, comemorando suas personalidades destacadas, seus gostos e hábitos como padrão *chic* a ser seguido por todos. *Fon-Fon* era o periódico que mais se comprometia com a exibição dos eventos sociais da elite (bailes, corrida de cavalos, recepções, competições esportivas, etc.), enquanto que *Careta* era a que, em comparação com as demais, menos atenção concedia a esse tipo de interação social. Percebemos que as revistas operavam dentro de um equilíbrio precário, buscando ao mesmo tempo agradar, ter acesso e divulgar tudo o que dizia respeito aos grupos sociais privilegiados (que despertavam grande fascínio), e, ao mesmo tempo, criticar seus costumes, apontar sua hipocrisia, seu distanciamento e sua indiferença para com o restante dos brasileiros.

É provável que essa flutuação das revistas entre a adesão e a rejeição aos comportamentos dos grupos abastados também integrasse uma estratégia de sobrevivência dos periódicos, no sentido de que se eles se limitassem a tecer pesadas críticas a essa elite

político-social, em sua faceta pública e privada, os profissionais da imprensa provavelmente sofreriam restrições para frequentar os círculos políticos, deixando de ser aceitos nas recepções, nos banquetes comemorativos, nos clubes, nas convenções partidárias e residências particulares, perdendo o trânsito e a acolhida aparentemente cordial que gozavam dentro desse meio privilegiado, de onde emanava boa parte das informações e dos boatos estampados nas páginas desses semanários. Por sua vez, os políticos tendiam a aceitar ou pelo menos tolerar as críticas e as sátiras veiculadas pelas publicações, já que eles também se utilizavam das mesmas para reafirmar perante seus pares uma autoimagem de poder, privilégio, riqueza e influência, tendo a oportunidade de exibir suas figuras nas colunas sociais, nas fotografias e nas notas comemorativas publicadas pelos periódicos.

O envolvimento dessas revistas com o mundo da política institucional gerou alguns atritos entre as publicações e os políticos retratados, sendo que os episódios conflituosos podiam ser interpretados como mera brincadeira, um mal entendido, ou então levados a peito como grave ofensa, tanto da parte dos impressos como dos políticos. As revistas, ao levar perante o leitor essas disputas buscavam sempre favorecer o seu ponto de vista e suas escolhas editoriais. Em algumas situações elas tentavam contemporizar, acalmar os ânimos e assegurar a ausência de qualquer má intenção; em outros momentos, quando sua reputação estava em jogo, não aceitavam qualquer tipo de acomodação. Vejamos um desses episódios:

Tendo chegado ao nosso conhecimento que o deputado Ribeiro Junqueira disse, diante de algumas pessoas, num barbeiro, que “Caretá” lhe pedira dinheiro, fazemos este público apelo à honra do “leader” da bancada mineira na Câmara Federal, pedindo-lhe que declare quem o procurou em nome desta revista<sup>94</sup>.

Na semana seguinte, diante do silêncio do referido deputado, a revista estampa um ataque indignado contra as “caluniosas palavras” do “leviano *leader*”, portador de uma “máscara de nobreza”<sup>95</sup>, acusando-o de tentar retaliar a revista por conta das críticas que ela fazia às atitudes políticas da referida bancada. Impressiona ao leitor de hoje como um simples “disse me disse” originado no ambiente prosaico de uma barbearia (local de convivência masculina), e levado ao conhecimento da revista, tenha sido suficiente para embasar um pedido público de reparação e, posteriormente, um ataque frontal ao suposto caluniador.

Quando o ofendido era a figura política as revistas buscavam defender-se por detrás da muralha do humor, argumentando que este não poderia magoar, já que operava fora do registro da fala séria, dando a entender que somente esta poderia ferir intencionalmente;

---

<sup>94</sup> *Caretá*. Rio de Janeiro, Ano VI, N. 248, 1 de Março de 1913, s./p.

<sup>95</sup> *Idem.*, N. 249, 8 de Março de 1913, s./p.

tratava-se de uma estratégia para escapar de uma eventual escalada de tensões e ao mesmo tempo reafirmar, de forma enviesada, o conteúdo veiculado, pois, como esclarece Verena Alberti, “A inocência, como toda qualidade, também é uma relação política, que abre possibilidades. Dizer “é só uma piada” é também sugerir que poderia ser outra coisa além de uma piada”<sup>96</sup>.

Essas publicações frisavam constantemente sua independência com relação a qualquer corrente política da época, proclamando a todo o momento serem veículos isentos, apartidários, comprometidos apenas com a verdade dos fatos, sem rejeitar ou aderir a nomes e projetos políticos específicos. Esse discurso de imparcialidade certamente servia para fixar as opiniões ali divulgadas como mera observação dos fatos, de forma que as críticas veiculadas aparentavam provir da simples constatação de uma realidade transparente. O certo é que em muitos momentos esses periódicos tomaram posição a favor ou contra nomes e movimentos políticos. Achemos bastante interessante que a revista *O Malho*, muito conhecida pela historiografia por suas críticas políticas tenha sido a publicação mais explicitamente partidária dentre as estudadas, provavelmente em razão de que ao longo do tempo seus proprietários tiveram ligação direta com a política institucional, notadamente no caso do Senador Azeredo. Tal vínculo se expressou de forma muito clara nos posicionamentos tomados pelo periódico. O senador Azeredo foi inicialmente amigo de Rui Barbosa, tendo trabalhado junto com o jurista baiano no jornal *Diário de Notícias*<sup>97</sup>, contudo, a relação entre ambos se deteriorou quando da campanha presidencial de 1909-1910, momento em que Azeredo apoiou o candidato oficial Hermes da Fonseca, amparado pelas forças políticas lideradas pelo poderoso senador Pinheiro Machado<sup>98</sup>.

Embora o senador Azeredo proclamasse que não se envolvia com as decisões editoriais de *O Malho*, alegando que a revista “faz a crítica independente de tudo quanto ocorre”<sup>99</sup>, uma leitura rápida da publicação impressiona pela virulência dos ataques contra Rui Barbosa e pela adesão irrestrita à plataforma política do general Hermes da Fonseca. Tal alinhamento político causou mal-estar entre alguns colaboradores do semanário, aí incluindo,

<sup>96</sup> In: Prefácio. LUSTOSA, Isabel (org.). *Imprensa, Humor e Caricatura: a questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 19.

<sup>97</sup> In: ABRANCHES, Dunshee de, op., cit., p. 428.

<sup>98</sup> Por ocasião da Campanha Civilista *Fon-Fon* procurou se manter isenta com relação aos candidatos, mas é difícil não perceber sua simpatia por Rui Barbosa. Já *Careta* era explicitamente pró-Rui e com a eleição de Hermes da Fonseca nunca deixou de fazer oposição ao Presidente eleito, o que lhe angariou diversos problemas.

<sup>99</sup> AZEREDO, Antonio Francisco. *O País*, 06/09/1910. apud GÓMEZ, Hernán Eufemio. Consagração da imprensa maciça e transformação dos significados da opinião pública. O caso da charge d'*O Malho* (Rio de Janeiro, setembro de 1910). *XXIV Simpósio Nacional de História - História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos*. São Leopoldo, RS, 2007, p. 4. Disponível em: < <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0669.pdf> > Acesso em: 10/08/2013.

segundo Herman Lima, “todos os desenhistas [...] contrários à atitude assumida pela revista”. O autor atribui a essa postura a queda da tiragem do periódico, que ao longo da campanha teria perdido o apoio de parte dos leitores, passando de 40.000 para 18.000 exemplares <sup>100</sup>. Os funcionários, para manter o trabalho, precisavam submeter-se às diretrizes editoriais dos chefes, daí ser problemático concluir que pelo fato de um desenhista criar uma composição atacando certo político, ele estaria exprimindo sua posição política pessoal. Nesse sentido, fazer a análise isolada da produção de certo autor nesses periódicos na tentativa de mapear suas preferências políticas é algo arriscado, pois os colaboradores estavam emprestando seu talento para um empreendimento comercial, que visava lucro e que seguia diretrizes editoriais pautadas por vínculos sociais, econômicos e políticos.

[...] era do feitio do programa de “O Malho”, através de seu Diretor Luís Bartolomeu mandar as “notas”, ou seja, recados, para que os artistas executassem as charges políticas, ao gosto do interesse da revista. Luís Bartolomeu não era um artista. Era o diretor de uma empresa jornalística, e geria os negócios de acordo com os interesses econômicos e políticos a que essa empresa estava ligada. Tais notas, recados, pois, obedeciam a um interesse todo privado <sup>101</sup>.

Porém, no que se refere ao acompanhamento da vida parlamentar em geral, *O Malho* fazia uma cobertura próxima das demais publicações estudadas, não poupando a instituição legislativa de admoestações severas. Acreditamos que os políticos se sentiam de alguma forma afetados pelo conteúdo e pelas opiniões veiculadas por essas revistas e, obviamente, pela imprensa como um todo. Esse não é o tema principal do trabalho e temos poucos elementos para auferir tal hipótese, mas levantamos fortes indícios de que os homens públicos do período não eram alheios ao que se publicava sobre eles nas revistas ilustradas.

Um caso emblemático foi a publicação de uma charge em *O Malho* no dia 3 de setembro de 1910, intitulada LESMAS PERNICIOSAS, reproduzida a seguir.

---

<sup>100</sup> In: *História da Caricatura no Brasil*. Vol. 3. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963, p. 1.041.

<sup>101</sup> MURUCI, Lucio Picanço. *Seth: um capítulo singular na caricatura brasileira*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História. Rio de Janeiro, 2006, p. 204.

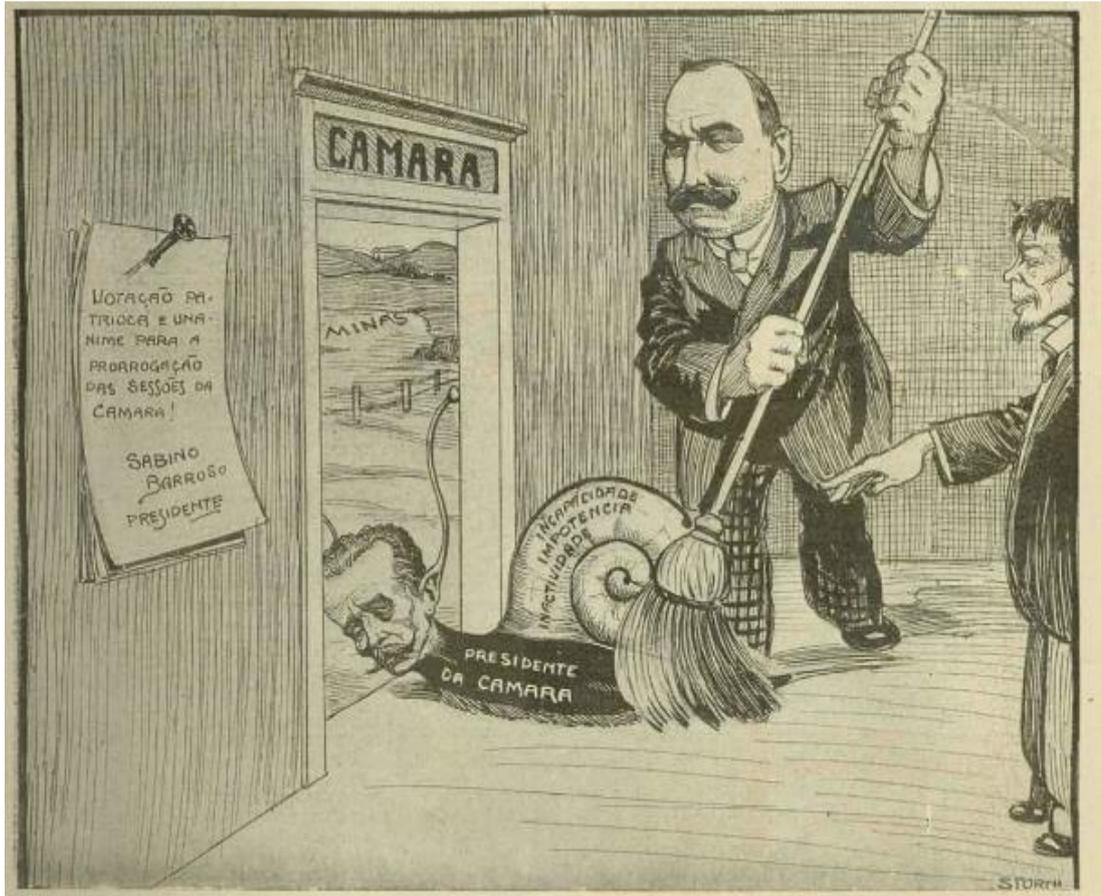


Ilustração 1: *Lesmas Perniciosas*

No topo da imagem constava o seguinte texto: “A Câmara dos Deputados só teve número para votar... a prorrogação subsidiada das suas sessões... Tem-se notado com tristeza que o maior culpado da esterilidade da Câmara é o Dr. Sabino Barroso, presidente, etc. (*Trecho de uma correspondência*)”. Na legenda, abaixo da imagem, estava escrito:

*Seabra (líder da maioria):* - Para varrer a minha testada, preciso varrer fora esta *lesma*, que não tem força nem jeito para ocupar o lugar que ocupa!  
*Zé Povo:* - Pois, varra, *seu Seabra*, varra! Si a “cousa” dependesse de mim, eu já teria despachado a *lesma* para as “alterosas montanhas”! Confiar lugares de importância e responsabilidade a tais *bichos de concha* é chover no molhado: é querer a repetição das *ratas* em que essa gente é fértil, quando ocupa esses lugares... Varra, *seu Seabra*! Sinão... varro eu... tudo!...<sup>102</sup>

A imagem representa o líder da bancada da maioria na Câmara dos Deputados, José Joaquim Seabra, mais conhecido como J. J. Seabra, varrendo para fora do recinto da Câmara uma lesma cujo rosto representava o deputado Sabino Barroso, Presidente da Câmara. Na carapaça do animal podemos ler as seguintes palavras: incapacidade, impotência e inatividade. Na parede do cômodo se vê uma nota pregada com os seguintes dizeres: “Lotação

<sup>102</sup> *O Malho*. Lesmas Perniciosas (charge). Rio de Janeiro, Ano VI, N. 257, 3 de Maio de 1913, s./p.

patriótica e unânime para a prorrogação das sessões da Câmara! Sabido Barroso – Presidente”. A charge criticava o pretense fato de que a Câmara só tinha quorum para votar a prorrogação dos seus trabalhos (mediante remuneração das sessões extras), e que após esse feito não se conseguia número suficiente para votar as matérias pendentes na pauta. A culpa de tal situação, na imagem, foi imputada ao presidente da Casa, retratado como fraco, lento e inoperante. Já J.J. Seabra, como líder da maioria, foi representado como alguém forte e disposto, desejoso de se ver livre dos obstáculos que dificultavam o trabalho. Zé Povo, figura muito comum nas revistas da época, representando o povo, foi retratado como seu aliado, dando-lhe respaldo, legitimidade e apoio. Sabino Barroso, deputado mineiro, era varrido em direção a “Minas”, como é possível ler na imagem e na menção que a legenda faz às “alterosas montanhas”.

Apesar de charges como essa serem bastante comuns na publicação e seu conteúdo não ser mais forte do que outras que tivemos a oportunidade de verificar, ela provocou grande comoção na Câmara dos Deputados. De acordo com Hernán Gómez, depois que a edição veio a público Sabino Barroso não compareceu à sessão seguinte, a bancada mineira também se ausentou em solidariedade ao conterrâneo e por considerar que as referências ao Estado foram ofensivas. Diversos parlamentares subiram à tribuna para desagravar o presidente da Casa e criticar o que se considerou como desrespeito do semanário para com uma figura pública. É provável que a questão tenha repercutido fortemente pelo fato de que *O Malho* pertencia ao Senador Azeredo, membro da maioria no Legislativo e, portanto, teoricamente aliado da bancada mineira e do próprio Presidente da Câmara, vítima da charge. Barbosa Lima, líder da minoria, em discurso na tribuna interpretou o episódio como um sinal de racha e desentendimento nas forças políticas que elegeram Hermes da Fonseca para Presidente da República. O imbróglio foi tamanho que o senador Azeredo veio a público negar qualquer envolvimento com a questão, alegando que não tomava conhecimento, previamente, do conteúdo da revista <sup>103</sup>.

O próprio semanário, nas edições seguintes, defendeu sua posição orgulhosamente, alegando que procuraram “atribuir a este periódico intenções que ele nunca teve nem podia ter [...] que *estavam em jogo o pundonor e a dignidade de Minas*”. A revista, como era de praxe, recorreu ao humor, alegando que tal ilação era uma tentativa de “misturar pólvora e dinamite a uma pitada de rapé, destinada, apenas, a fazer espirrar”, dando a entender que a charge desencadeou reações desmedidas, desproporcionais e que por isso mesmo tais respostas

---

<sup>103</sup> As informações sobre esse episódio foram retiradas de: GÓMEZ, Hernán Eufemio, op., cit., 2007.

seriam improcedentes e deslocadas. Contudo, apesar de não se retratar, a revista dá por encerrada a questão, “não retaliemos” diz o autor, procurando ao mesmo tempo demonstrar ao leitor que o semanário não temia o confronto e que não estava ali para satisfazer os poderosos, “pouco se lhe dá que a filáucia da intrigue o alfinete com a filigrana das costumeiras... lorotas”<sup>104</sup>.

Apesar dos protestos do semanário contra o que julgou ser uma reação exagerada da parte dos políticos com relação ao que foi publicado, as revistas desejavam sim impactar a opinião política do país, defendendo seu papel e sua especificidade frente aos outros veículos da imprensa.

Há muita gente que dá a maior importância ao que contra ou a favor dela publicam os jornais diários. Entretanto, não liga ao que digam as revistas. Não posso compreender essa tolice. [...] a revista é, do ponto de vista da publicidade, muito mais valiosa que o jornal. Este morre depois de lido, no mesmo dia, e somente na capital. A revista espalha-se pelo Brasil inteiro, penetra por toda a parte e dura quase tanto quanto o livro. Ninguém guarda os jornais velhos e é bem raro quem não guarda velhas revistas ilustradas<sup>105</sup>.

Temos aí uma preciosa e atual reflexão sobre o lugar das revistas no mundo dos impressos. O jornal seria efêmero, frágil, descartável, de circulação restrita ao local onde se publicava, alcançando, portanto, um público menor. Já as revistas, no caso das mais populares, eram distribuídas em diversas partes do país, sua qualidade material era atestada pela durabilidade maior, quase igual a de um livro (comparação que trazia prestígio), e os seus consumidores tendiam a colecioná-las, podendo consultar seu conteúdo ao longo dos anos, subentendendo, assim, que o que esses periódicos tinham a dizer possuía relevância para além do imediato<sup>106</sup>. Claro que se trata de uma caracterização dotada do interesse explícito de valorizar o próprio produto, mas nem por isso o trecho deixa de ser revelador, pois indica que os profissionais da imprensa estavam cientes do potencial de cada veículo, e que existia uma disputa por prestígio e pelo impacto dos diferentes tipos de periódicos entre o universo mais amplo dos leitores.

<sup>104</sup> J. BOCÓ. Crônica. *O Malho*. Rio de Janeiro, Ano IX, N. 418, 17 de Setembro de 1910, s./p.

<sup>105</sup> Garatujas. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano XXI, N. 48, 26 de Novembro de 1927, s./p.

<sup>106</sup> A prática de colecionar as revistas tinha possivelmente um lastro na realidade, pois a própria *Fon-Fon* anunciava, em dezembro de 1909, a venda da sua “coleção anual [...] Os 52 exemplares [...] reunidos em volume, como fazem inúmeros dos seus leitores em todo o Brasil [...] de grande utilidade para coleções e consultas futuras”. O periódico indicava que o seu conteúdo possuía um interesse que se estendia no tempo, para além do presente, pois “sintetiza [...] pela fotografia, pela “charge”, pelo humorismo, os acontecimentos mais dignos de realce, na política, bem como em todas as manifestações da vida nacional [...] precioso resumo da vida contemporânea brasileira”. Note-se que a política foi o único assunto nominalmente citado, e que a publicação destaca, como chamariz para os leitores, dois aspectos: sua vocação ilustrada e humorística. In: *Fon-Fon!*. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano III, N. 51, 18 de Dezembro de 1909, s./p.

Independentemente da real influência das revistas na vida pública do país é interessante ressaltar que os parlamentares, mesmo quando discordavam do conteúdo das publicações e da forma como eram retratados, tendiam a suportar as críticas sem recorrer a atitudes arbitrárias, violentas ou de censura. As revistas ilustradas não foram publicações incendiárias, que lutavam para subverter o *status quo*, pelo contrário, no que toca ao conteúdo sobre política elas apenas demandavam uma reforma do sistema vigente que ampliasse a participação das camadas “esclarecidas” da população nas decisões do país. Solidarizavam-se com as condições precárias de vida dos segmentos pobres através de discursos genéricos e superficiais, mas em nenhum momento prestaram apoio a movimentos de cunho fortemente contestador. A duplicidade da postura das revistas, criticando os políticos no exercício de suas funções, mas festejando-os no seu papel de elite social e cultural, certamente lhes angariou um grau maior de tolerância por parte dos poderosos, desejosos de exibir publicamente sua prosperidade e civilidade, diferenciando-se do restante da população. Mesmo assim acreditamos que existiu por parte dos parlamentares da época uma considerável tolerância diante das críticas e das piadas de que eram alvo. Alguns podem argumentar que a simples observância da lei não pode ser travestida de ato de magnanimidade, e que os legisladores não mereceriam crédito por respeitar a liberdade de imprensa. Contudo, em um período em que a máquina estatal podia ser facilmente usada para retaliar e calar opositores e descontentes consideramos que, de modo geral, deputados e senadores conviviam bem com a expressão de opiniões negativas a seu respeito, permitindo o trânsito dos profissionais da imprensa nas dependências do Legislativo e em outros locais de sociabilidade.

A título comparativo não se pode dizer o mesmo dos membros do poder Executivo. Talvez por conhecerem bem o terreno por onde circulavam, os limites implícitos de cada círculo de poder e as peculiaridades de cada instituição política, as revistas tendiam a se abster de tecer críticas pesadas ao Presidente da República. A irreverência e o deboche também eram usados para falar do ocupante da Presidência <sup>107</sup>, mas as piadas tinham por alvo manias e hábitos inofensivos como, por exemplo, a forte religiosidade do presidente Afonso Pena, que tinha o costume de ir à missa quase todos os dias. Não encontramos qualquer tipo de referência direta a um comportamento inadequado do presidente e dos ministros no que se refere ao desempenho de suas funções ou de como lidavam com a coisa pública. Insinuações nesse sentido podiam até ser feitas, mas sem citar o nome do ocupante do Executivo Federal.

---

<sup>107</sup> Isabel Lustosa aborda a relação entre a imprensa e os Presidentes da República no Brasil entre os anos de 1897 e 1960, em: *Histórias de presidentes: a República no Catete*. Rio de Janeiro; Petrópolis: Fundação Casa de Rui Barbosa; Vozes, 1989.

Essa cautela também pode ser atribuída à experiência conturbada dos anos iniciais da República, momento em que aqueles que ousaram criticar os Presidentes, notadamente Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, sofreram violenta retaliação, com empastelamento de jornais e até a morte de funcionários <sup>108</sup>.

Consideramos também que outro ponto relevante para essa atitude mais aberta de deputados e senadores para com a imprensa é que o Parlamento funcionava de modo mais transparente e público do que o poder Executivo. Adentrar a sede presidencial e privar com ministros e com o Presidente era tarefa quase impossível, e nos raros momentos em que isso ocorria era preciso obedecer a uma série de formalidades e protocolos. *Fon-Fon* retratou a dificuldade e a truculência dispensada à imprensa quando se tratava de lidar com os integrantes do Executivo, simulando um pedido de entrevista ao Barão do Rio Branco, então Ministro das Relações Exteriores.

Intrigado com a malévola notícia do modo por que S. Ex., o Sr. De Rio Branco, trata a imprensa todas as vezes que temos a subida honra de hospedar altos personagens estrangeiros, o *Fon-Fon* resolveu solicitar de S. Ex. a dignificadora ventura de uma pequena entrevista.

Antes [...] resolveu pedir a S. Ex., por escrito, a indispensável permissão de nos receber no nosso modesto caráter de repórter moderno. [...] recebemos o seguinte recado encantador [...] “Vá se catar, não me aborreça. – Rio Branco”. [...] E S. Ex., naturalmente, para poupar-me o cansaço dos fraseados e das perguntas, poz-me na rua no mais amável empurrão do protocolo. [...] S. Ex. é tudo quanto há de mais “gentleman” <sup>109</sup>.

Em tom de galhofa a revista praticava uma espécie de retaliação. Se o Barão tratava mal os repórteres, negando reconhecimento e acesso à imprensa, esta o desautorizava publicamente no cerne do que seria o comportamento esperado de um Ministro das Relações Exteriores (polidez, tato, finura, etc.), retratando-o como grosseiro e impaciente, o oposto do que deveria ser um homem da diplomacia. O humor protegia a publicação de uma possível sanção, pois sempre se poderia alegar que a entrevista era fictícia, e que tudo não passou de uma brincadeira. Notamos que, pelas falas das revistas, o poder Executivo era mais hermético quando se tratava de receber a imprensa e publicizar o dia-a-dia do seu funcionamento.

---

<sup>108</sup> No fim do ano de 1890 o jornal *A Tribuna*, editado no Rio de Janeiro, de tendência monarquista e que criticava frequentemente Deodoro da Fonseca e o Exército, teve sua sede invadida. Como resultado da ação violenta o revisor João Ferreira Romariz foi assassinado. In: MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em Revista: Imprensa e Práticas em Tempos de República, São Paulo, 1890-1922*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2008, p. 125. Ao longo do período estudado o país passou por períodos de Estado de Sítio que levaram à restrição da liberdade de imprensa, notadamente durante os governos de Hermes da Fonseca e de Artur Bernardes. No dia 31/10/1923 foi promulgada a lei n. 4.743, conhecida como lei Adolfo Gordo, cujo nome advém do senador responsável pela sua relatoria, e que colocava restrições à liberdade de imprensa, visando atingir, particularmente, a imprensa operária.

<sup>109</sup> Interview To “Fon-Fon”. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano I, N. (?), (?) de Abril de 1907, s./p.

Existia uma tensão entre o que os semanários julgavam ser o cumprimento do dever, sua atividade informativa, e a consciência de superioridade social que muitas vezes permeava não somente os altos escalões do poder Executivo, como também seus subalternos. A mesma *Fon-Fon* se queixa de que quando da ocasião de um almoço ao ar livre oferecido pelo Ministro da Marinha a uma comitiva de visitantes,

Precisando o Sr. Paulino Botelho, nosso fotógrafo, saltar apressadamente de um auto para fotografar instantaneamente a um grupo [...] pediu licença para passar ao Sr. Major Neiva de Figueiredo [...] Este oficial, que faz parte da casa militar do Presidente da República, bateu fortemente com o pé e respondeu negativamente. O fotógrafo, no cumprimento do seu dever, saltou rapidamente em terra. Então o Sr. Major Neiva de Figueiredo, membro da casa militar do Sr. Presidente da República, perdendo a compostura, bradou: - Cachorro! Saltastes na minha frente! E agrediu fisicamente ao Sr. Botelho, que [...] não tentou a mínima reação. [...]. Silenciaríamos sobre o caso, se o nosso silêncio não pudesse ser interpretado como uma demonstração de fraqueza <sup>110</sup>.

Esse caso demonstra como a imprensa da época estava sujeita aos desmandos e ao voluntarismo de pessoas revestidas de algum tipo de autoridade, e que mesmo as revistas ilustradas, muitas vezes retratadas pela historiografia como meras reprodutoras das práticas e dos valores culturais da elite, também sofriam seus reveses quando precisavam lidar com os poderosos. Transitar pelo meio político não era tarefa fácil, nunca se poderia prever quando uma suscetibilidade individual seria ferida, momento em que os profissionais da imprensa eram duramente lembrados do “seu devido lugar”, e que sua condição de proximidade com o poder não significava igualdade. A estratégia de defesa das revistas em tais ocasiões era sempre a mesma, dar publicidade ao acontecido, denunciar a injustiça e a arbitrariedade do tratamento, constranger os implicados e a instituição a qual pertenciam (o texto repete duas vezes o cargo do oficial, “membro da casa militar do Sr. Presidente da República”). A publicação angariava assim a simpatia do público que, supomos, tomaria partido do agredido, ao mesmo tempo em que passava a mensagem de que sua atividade demandava coragem e risco. Não se tratava de uma reação inócua, ter seu nome exposto em uma publicação relevante, associando-o a uma conduta implicitamente caracterizada como covarde, vaidosa e arrogante, certamente causaria no mínimo um desconforto social para o implicado. O semanário ainda publicou uma foto do oficial em meio a outras pessoas, com a seguinte legenda, “Major Neiva de Figueiredo, o membro da casa militar do Sr. Presidente da República que agrediu ao nosso fotógrafo”. A constante repetição da ligação do agressor com

---

<sup>110</sup> Almoço no Corcovado. Agressão ao nosso fotógrafo. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano II, N. 41, 18 de Janeiro de 1908, s./p.

a figura do Presidente visava causar um constrangimento institucional, forçando, quem sabe, a tomada de alguma medida punitiva contra o atacante e evidenciando o seu despreparo para ocupar uma posição elevada.

Interessante como os novos recursos colocados à disposição da imprensa em razão dos avanços tecnológicos, como a fotografia, também implicaram na reformulação de gestuais e da velocidade com a qual um profissional respondia às circunstâncias. Se o objetivo do colaborador da revista fosse compor um texto escrito sobre o tal almoço ele poderia esperar o momento apropriado para sair do carro. Mas o seu desejo era fotografar uma determinada composição, um conjunto de pessoas que a qualquer momento poderia se dispersar, e essa urgência o levou a desafiar as convenções (saltar por cima de uma autoridade). A introdução dessas tecnologias exigia novos movimentos e atitudes por parte dos trabalhadores da imprensa, implicando às vezes na invasão repentina e inesperada do espaço de conforto alheio, situação que deveria causar surpresa e até desgosto, principalmente nas camadas da elite, que valorizavam como sinal de educação e de distinção social a contenção física, a postura estudada, a economia e a formalidade dos gestos, pelo menos nas ocasiões públicas.

Sobre o estranhamento diante do ato de fotografar e da reação dos presentes aos efeitos inesperados da ação temos o testemunho de José Vieira sobre um episódio passado na Câmara dos Deputados:

Durante as votações, um fotógrafo assestou a sua máquina numa sacada do fundo do recinto, apanhando a mesa, grande parte dos deputados e a galeria esquerda. Muita gente grave fez pose para o retrato. [...] e estavam todos assim bem, [...] quando o magnésio espocou com um estrondoso tiro. A galeria direita não raciocinou. Precipitaram-se uns por cima dos outros numa tentativa louca de fuga [...]. Na sala do chefe, indignava-se, diante de uma xícara de mate, Baltazar Bernardino: - Sou contra isso. Avalie que estivesse aí um cardíaco! Morria. Um tiro igual a um tiro de revólver! Na Câmara! Todo o mundo distraído! Não! Eu sempre fui contra isso, em festas, em banquetes, em tudo. Está a gente quieto, quando menos espera, lá vem um tiro de magnésio: bei! Não! Eu sou contra isso, francamente!<sup>111</sup>.

O elemento surpresa é o causador do momento de pânico, o estrondo da máquina é associado àquilo que é mais familiar, um tiro, provocando uma espontânea reação de fuga. Aqueles que captaram a intenção do fotógrafo antes que ele agisse fizeram pose e puderam se preparar para o som que viria, o problema estava em, como disse o indignado senhor, pegar as pessoas distraídas, introduzindo o inesperado em suas rotinas, confundindo seus sentidos. Para lidar com essas novas tecnologias era preciso preparar mente e corpo, “treinando-os”

---

<sup>111</sup> In: VIEIRA, José de Araújo. *A Cadeia Velha. Memória da Câmara dos Deputados 1909*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa-MEC, 1980, págs. 202 e 203.

para manter o equilíbrio em face de luzes e ruídos abruptos. Os profissionais da imprensa não ignoravam o impacto causado pelos seus novos instrumentos de trabalho, no caso da fotografia as reações do público oscilavam entre fascínio e repúdio pela captura da imagem, como deixa entrever uma das revistas ao agradecer, na legenda da foto, a disponibilidade de alguns políticos, “prestando-se à *doce violência* de se deixarem fotografar especialmente para *Fon-Fon*”<sup>112</sup>.

Em se tratando do Parlamento as sessões legislativas eram abertas ao público, existiam galerias para quem desejasse acompanhar os trabalhos, e os profissionais da imprensa eram normalmente bem vindos, circulando de forma livre pelos ambientes coletivos, compondo rodas de conversa, frequentando a famosa salinha do café, ponto de encontro mais animado do recinto, onde boatos e fofocas eram servidos bem quentinhos e cujo espaço apertado favorecia o ouvido afiado do repórter, sempre pronto para ouvir a conversa alheia e “pescar” informações. “A saleta vive cheia. É estreita, são seis apenas as mesinhas [...] fazem trocadilhos os repórteres [...]. É na saleta do café que se combinam os mais graves arranjos da sessão, se fazem as *blagues*, se contam anedotas e se diz mal do próximo”<sup>113</sup>.

Além disso, não raro os profissionais da imprensa construía uma proximidade maior com uma determinada figura política, passando a frequentar confeitarias e cafés junto com os parlamentares, que transitavam constantemente pela rua e por outros espaços de sociabilidade públicos.

No *Restaurant Sul América*, que é hoje o ponto de reunião... gastronômico da maioria do congresso, da que apoia a candidatura Hermes, ia surgindo a dias um conflito de... língua entre um conhecido jornalista e um ardoroso deputado, que considera o marechal como sendo o *salvador* da Pátria no atual momento político.

Felizmente o debate acabou sem maior novidade, ambos camaradas como dantes, passando do terreno político para o das banalidades comuns<sup>114</sup>.

Construía-se assim uma espécie de camaradagem entre os profissionais escalados para acompanhar as atividades do Parlamento e os deputados e senadores. Acreditamos que essa convivência mais próxima também influenciava o modo familiar pelo qual as revistas abordavam o cotidiano desses políticos, sentindo-se à vontade para apontar suas idiossincrasias, comentar sobre suas personalidades e até sua aparência física. Por outro lado, essa proximidade provocava tensão na forma como o conteúdo das revistas se apresentava, ora denegrindo impiedosamente o poder Legislativo e seus ocupantes, ora revelando a maior

<sup>112</sup> *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano II, N. (?), (?) de Setembro de 1908, s./p.

<sup>113</sup> VIEIRA, José de Araújo, op. cit., p. 93.

<sup>114</sup> *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano III, N. 25, 19 de Junho de 1909, s./p.

simpatia e uma alegre condescendência para com as manias e o temperamento dos parlamentares, constituindo uma espécie de separação entre as ações do legislador/político e a expressão da índole e das características do indivíduo nos bastidores do poder e em momentos de descontração.

O que podemos afirmar é que a relação dessas revistas com o mundo da política era vivenciada, na linha de frente, pelos seus cronistas e repórteres, aspecto que abordaremos a seguir.

### 1.3. Prática jornalística

Nossa documentação nos dá muitas pistas sobre o modo como os colaboradores que escreviam nessas revistas encaravam seu trabalho, qual missão se arrogavam, de quais estratégias e instrumentos se utilizavam para alcançar seus objetivos, como se relacionavam com os políticos e de que forma encaravam sua condição profissional e social, principalmente se comparada com o que denominavam de classe política. O crescimento demográfico ocorrido no Brasil nas últimas décadas do século XIX e a concentração populacional, de capitais e de serviços na cidade do Rio de Janeiro ajudaram na expansão da imprensa, o que por sua vez ampliou o campo de oportunidades para os chamados “homens de letras”<sup>115</sup>, que convergiam para a capital em busca de postos de trabalho, de um ambiente favorável para a troca de ideias e de maior visibilidade para suas produções. Muitos deles colaboraram nas revistas semanais, conciliando suas ambições literárias com o trabalho de cronista, jornalista e repórter, denominação que eles mesmos utilizavam sem fazer diferenciação entre elas.

Mas o que significava ser um repórter? Em diversos momentos os escritores dessas revistas deixavam entrever como se estabeleciam as bases do que já se esboçava então como uma profissão<sup>116</sup>. O repórter “é um animal sociável [...] Inimigo encarniçado da solidão, ele vive unicamente nas cidades, e principalmente nas grandes cidades”<sup>117</sup>; portanto, para ser

---

<sup>115</sup> VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: História Cultural e Polêmicas Literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 137.

<sup>116</sup> Segundo John B. Thompson, “A formação da profissão jornalística data do final do século XIX. Os proprietários de jornais e os editores passaram a contar cada vez mais com escritores contratados e repórteres que eram pagos para conseguir notícias e escrever histórias. À medida que o corpo de repórteres e escritores se expandia, começou a emergir um *ethos* profissional que definia os princípios da boa prática jornalística. Esse *ethos* enfatiza acima de tudo a obrigação de descobrir e apresentar os fatos. Mas ele também reconhece a necessidade de narrar os fatos na forma de uma história que deveria ser viva, colorida e divertida. Os fatos e o entretenimento foram as ideias gêmeas da emergente profissão jornalística”. In: *O Escândalo Político: poder e visibilidade na era da mídia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 82.

<sup>117</sup> R.P. A Psicologia do repórter. *Careta*. Rio de Janeiro, Ano V, N. 238, 21 de Dezembro de 1912, s./p.

repórter é preciso buscar a convivência com seus semelhantes, vivenciar o corpo a corpo das ruas, mergulhar no seu burburinho. Ele precisa das pessoas e dos aglomerados urbanos, locais para onde convergiam e por onde se disseminavam as informações. O repórter

penetra na sociedade não é para se divertir: seus olhos afuroantes procuram o motivo para o artigo; passeia entre as pessoas presentes com o ouvido alerta apanhando no ar todas as indiscrições: seu olhar percuciente atravessa as paredes e apreende coisas invisíveis aos olhares do comum dos mortais: pelo faro vai descobrir um papel que todos julgavam seguro a sete chaves e que põe a calva à mostra ao rico advogado administrativo, ao banqueiro falido, ao funcionário desonesto, ao político traidor <sup>118</sup>.

Fica claro, portanto, que ser repórter era uma atividade profissional, ele não estava ali para se “divertir”, mesmo que aparentasse fazê-lo. Ele precisava se misturar aos convivas, ser um tanto furtivo, se camuflar em meio aos presentes para surpreender um segredo, flagrar uma situação inusitada. Suas qualidades únicas, seu estado de constante alerta e sua atenção lhe conferiam “poderes”, para ele não existiam obstáculos, nada fugia a sua argúcia, ninguém estava protegido de seu olhar. Se esse quadro traçado poderia levar o leitor a questionar os princípios morais que regiam tal conduta, tomando-a como dissimulada e vil por espionar a vida alheia, o autor logo esclarece que o fim era nobre, ele visava *denunciar*, tornar público, expor os abusos, as falhas e as irregularidades cometidas pelos detentores do poder econômico e político, que escondiam seus mal feitos por de trás de uma fachada de honestidade que caberia ao repórter desmascarar.

Mas, se a profissão lhe dava a prerrogativa de penetrar no mundo dos poderosos e desvelar suas vidas, ela também tinha seu preço, o repórter era acossado constantemente: “Duas moléstias o atacam e por vezes o matam: o *furo* e a *barriga*” <sup>119</sup>, e por de trás do glamour que a profissão evocava existia uma sensação de pauperização, de “ser um João Ninguém como muitos outros que escrevem nas folhas” <sup>120</sup>. A busca incessante pela notícia dada em primeira mão, pela novidade avassaladora, pela revelação capaz de chocar e cativar o público, exauria o repórter, que se via submetido a uma pressão constante para produzir histórias excepcionais, suscetíveis de despertar a atenção do leitor e de incrementar as vendas do jornal. Isso sem contar a ameaça da penúria, a vida remediada a que estava submetido, já que a atividade seria mal remunerada e não cobriria sequer as necessidades básicas.

No caso das revistas com as quais trabalhamos o viés humorístico das publicações também alcançava a própria autoimagem dos profissionais, capazes de rir de si mesmos, das

---

<sup>118</sup> Idem.

<sup>119</sup> Idem.

<sup>120</sup> STEOGOMIA. Mosquitos. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano III, N. 23, 5 de Junho de 1909, s./p.

suas atribuições e da vaidosa seriedade que contaminava os colegas da imprensa, tão orgulhosos de seu talento na escrita e do seu envolvimento com a transmissão acurada dos “fatos”. *Careta* publicou ao longo de algumas edições do ano de 1921 uma espécie de manual parodiando o *métier*. Julgamos esses textos bastante representativos porque eles compõem uma espécie de espelho que reflete, às avessas, as características, a formação, as qualidades, as possibilidades de trabalho e o fazer do jornalista na visão de alguém que aparentava conhecer essa realidade. A matéria intitulava-se *A Iniciação jornalística (curso especial para candidatos a mentores da opinião)*, já deixando entrever a existência de uma consciência por parte desses profissionais do impacto e da influência que seus textos poderiam ter junto ao público leitor. A vocação para o ofício viria da infância, manifestando-se na criança curiosa e falante, atenta ao mundo ao redor. Nessa fase primeira o maior defeito do “jornalista precoce” seria o de “cingir-se estreitamente aos fatos”, falha que se corrigiria na adolescência, momento em que o aspirante já apreende a vida através de “sua ampla imaginação. Pouco importa que a inteligência não corresponda em nada absolutamente à realidade objetiva das coisas porque tudo no mundo é ilusão”. Assim, apesar do tom irônico, o trecho levanta a questão sobre a fantasia de que seria possível captar o mundo tal qual ele é, reconhece a possibilidade de que o sujeito e sua imaginação ajudam a configurar a realidade e que esta, em última instância, não existiria como essência a ser capturada.

O segundo ponto definidor para a escolha da carreira seria a “reprovação sistemática e reiterada dos preparatorianos em todos os exames principalmente no de português. [...] abandona para sempre a aspiração de um anel de doutor, só tem um recurso, o de ser jornalista”<sup>121</sup>. A graça do texto está em apontar a inépcia do neófito justamente no que é o principal instrumento de trabalho do jornalista, a língua, mas o mais relevante aqui é como o jornalismo se apresenta como uma opção de trabalho para a camada média letrada que não conseguiu seguir (ou não desejava) as carreiras de maior reconhecimento social e acadêmico (direito, medicina, engenharia), constituindo-se uma melhor alternativa em comparação ao trabalho braçal ou à lida no comércio, pois era uma ocupação intelectual que tinha seu prestígio, com a vantagem de não exigir formação superior.

Na edição posterior o semanário dá continuidade ao “passo a passo”, nesta etapa cabe ao aspirante encontrar “um posto de confiança em qualquer gazeta ou diário de reconhecida independência como o de [...] repórter nas repartições do único governo existente e que o jornal afirma ser o melhor”. A troça é dirigida contra a tão prolatada independência editorial

---

<sup>121</sup> *A Iniciação jornalística (curso especial para candidatos a mentores da opinião)*. *Careta*. Rio de Janeiro, Ano XIV, N. 698, 5 de Novembro de 1921, s./p.

dos jornais da época, ponto tão caro na construção da autoimagem da imprensa e dos seus profissionais (inclusive as próprias revistas), mas que quase sempre camuflava a adesão a determinado projeto político e, não raro, aos poderosos da situação, de modo que o jornalista, de boa vontade ou não, precisava adaptar sua pena aos princípios políticos do seu empregador. Segue na apostila que nesse instante o colaborador já “é da classe mas se sente um desclassificado porque quando procura os limites de seus interesses coletivos ou quando tateia o apoio dos outros membros componentes da classe, vê-se lamentavelmente só”. Existiria, assim, o sentimento de pertencimento a um conjunto profissional, dotado de singularidade, mas faltaria o componente da solidariedade capaz de alavancar a ação coletiva na busca por direitos comuns <sup>122</sup>. Diante desse quadro de desamparo “O perfeito jornalista [...] toma resolutamente o partido dos fortes e se faz um deles. Então ele abandona a ilusão de sua classe e se cria o individualismo integral dos fortes”. A crítica é severa, a desorganização do grupo desembocava na busca individual pelo sucesso, valendo a pena procurar até mesmo o amparo dos poderosos, dado em troca da subserviência das ideias e da capacidade de convencimento do jornalista <sup>123</sup>.

O *métier* jornalístico continua a ser esmiuçado no sábado seguinte, revelando a sujeição hierárquica do profissional ao seu superior imediato “encarregado de manter financeiramente a “independência” [...] dos empregados. Sem o gerente, o grande iniciado corre o risco de se apaixonar por uma verdade ou por uma causa justa e ir até o abismo de uma prisão por dívidas” <sup>124</sup>. A organização empresarial dos veículos de comunicação, cada vez mais especializada, supunha a submissão do trabalho do colaborador a um editor que deveria aprová-lo ou recusá-lo, impedindo que se publicasse algo em desacordo com a proposta do veículo, o que em muitos casos significava tolher e mesmo censurar a opinião do colaborador, compelido a contrariar as suas convicções pela necessidade de sobreviver. Os exemplares da revista se sucedem e a tal *Iniciação jornalística* continua a frequentar as suas páginas, ressaltando a capacidade dos profissionais de revestirem o mais banal dos acontecimentos com um verniz de importância, fascínio e sensação, de modo a cativar o leitor e promover a venda do periódico: “Dois políticos se encontram num botequim para matar a sede com água que passarinho não bebe; o jornalista deve afirmar que alguma coisa paira no

---

<sup>122</sup> A primeira associação de imprensa do Brasil foi fundada em abril de 1908, no Rio de Janeiro, visando amparar os jornalistas, mediar suas relações com os empregadores e zelar pela liberdade de imprensa, dentre outros objetivos. In: SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 309.

<sup>123</sup> D. A Iniciação jornalística (Continuação). *Careta*. Rio de Janeiro, Ano XIV, N. 699, 12 de Novembro de 1921, s./p.

<sup>124</sup> Idem. *Careta*. Rio de Janeiro, Ano XIV, N. 700, 19 de Novembro de 1921, s./p.

espaço e que convém que todos os cidadãos leiam o seu jornal porque desvendará segredos imanentes no mistério das coisas”<sup>125</sup>. O tom sensacionalista, o mistério, a insinuação de que algo grave estava para ocorrer eram estratégias utilizadas pelos colaboradores para manter o interesse do leitor. Supomos que o noticiário político também era escrito valendo-se do expediente do exagero, a dramaticidade pintava um acontecimento qualquer como indício de uma crise iminente e avassaladora.

Muito ainda poderia ser dito a partir desse rico texto, contudo, nosso objetivo é evidenciar que se a profissão jornalística não era academicamente institucionalizada, podendo ser exercida por qualquer indivíduo com certa formação letrada, ela já era reconhecida como atividade específica, diferenciada, sendo possível tecer reflexões em torno das condições em que se desenvolvia a ocupação. O que o material assinala é como a prática de trabalho, o dia-a-dia da redação, em muitos casos diferiam dos princípios publicamente prolatados pelos periódicos e pelos próprios jornalistas: independência de pensamento, acuidade da informação, boa formação dos colaboradores, etc.. E se a política tinha seus bastidores com o jornalismo não era diferente, ele também se fazia (ou principalmente se fazia), nas coxias, onde os constrangimentos financeiros e políticos ditavam pautas, sufocavam ideias e estabeleciam parâmetros de competição individual<sup>126</sup>. Com isso não estamos afirmando que o cinismo era a nota dominante do meio, e sim que a autoimagem de formadores de opinião, de homens comprometidos em levar a “verdade” para o público leitor estava em constante tensão com a necessidade de sobrevivência pela manutenção do emprego, com a premência dos prazos para a escrita e a entrega das matérias, com a obrigação de cativar o público e manter a vendagem das folhas, além da dificuldade em noticiar eventos livremente durante os períodos de estado de sítio que marcaram a época, as exigências de chefes que pressionavam a favor de certos pontos de vista, etc.

A vida de quem se dedicava às seções políticas não era fácil, a escassez de publicidade que permeava os atos e as decisões oficiais, e a movimentação dos grupos políticos (as instituições não possuíam assessorias de imprensa e nem se costumava soltar notas explicando as decisões partidárias e oficiais), obrigava o cronista a circular por vários ambientes, sempre alerta, no sentido de aproveitar qualquer oportunidade para capturar algum material suscetível de virar notícia. Em alguns momentos a falta de informação era o assunto da crônica:

---

<sup>125</sup> Idem. *Careta*. Rio de Janeiro, Ano XIV, N. 702, 3 de Dezembro de 1921, s./p. A última parte do manual foi publicada na edição do dia 17 de Dezembro de 1921.

<sup>126</sup> Robert Darton, ao analisar as relações entre imprensa e cultura, ressalta como a atividade jornalística está fortemente referenciada às condições e exigências internas do *métier*, “O contexto do trabalho modela o conteúdo da notícia”. In: *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 96.

Por mais que se fareje uma intriga, um pequeno boato, uma simples previsão, não se encontra nada e em Política não há nada mais insípido do que a harmonia geral. [...] Os deuses descansam, ou então, estão a fazer as coisas muito às escondidas e muito disfarçadamente, de modo que escape à argúcia reconhecida da reportagem e... dos amigos officiosos, que são em muito maior número, nesta espécie, do que em qualquer outra. Ora, numa pasmeira destas, nem dá vontade à gente de fazer crônicas, não acham? <sup>127</sup>.

O cronista conta com a empatia do leitor para a falta de assunto e explica o motivo dessa ausência, ele investigou, farejou com toda a “argúcia reconhecida”, mas nem suas fontes de informação mais precárias, como os boatos e os amigos officiosos, foram capazes de produzir alguma novidade, seja porque ela não existe seja porque pode estar muito bem disfarçada, protegida das suas investidas profissionais.

O jornalista encarregado da coluna política precisava estar munido de algumas qualificações importantes para desempenhar seu trabalho. Um das mais relevantes era gozar de bom trânsito entre os políticos e da simpatia de pelo menos alguns parlamentares que, juntamente com os funcionários das Casas, poderiam servir como fonte, o “informante insuspeito a quem ouvimos reservadamente sobre o assunto e cujo nome calamos por natural gentileza” <sup>128</sup>. Estabelecia-se, assim, uma relação de confiança, onde o anonimato precisava ser repetido, mantendo-se certa dependência entre os envolvidos. O jornalista conseguia material para a escrita e o informante repassava aquilo que lhe interessava ver publicado.

Essa proximidade dos profissionais da imprensa com o poder e com a elite social e política da capital não passava despercebida para a sociedade de então. Apesar de todas as dificuldades e percalços enfrentados pelos jornalistas sua atividade tinha apelo e fascínio, pois o título de repórter, jornalista, redator ou fotografo de um veículo da imprensa abria portas nos círculos sociais restritos, permitia observar de perto os mais abastados, travar conhecimento com pessoas influentes. As próprias revistas se encarregavam de glamourizar a vida, os comportamentos, a indumentária, as festas das camadas mais favorecidas, de modo a valorizarem a si mesmas como publicações que tinham acesso a esse mundo exclusivo, tornando-se elas mesmas parte desse espetáculo de sofisticação e abundância.

Esse cenário de encanto traçado pelas publicações atraía os leitores, criando um fascínio em torno da figura do jornalista e da sua prática profissional. Parece que os semanários tiveram sucesso nesse esforço de autopromoção, tanto que alguns cidadãos não se

---

<sup>127</sup> CHAUFFEUR. Cova de Cacos (Um Pouco de Política). *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano II, N. (?), (?) Setembro de 1908, s./p.

<sup>128</sup> Notas agudas. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano III, N. 20, 15 de Maio de 1909, s./p.

contentaram em viver essa vida cheia de charme apenas através da mediação das revistas, preferindo experimentar de forma concreta o que era veiculado.

Frequentemente, estamos sendo vítimas de audaciosos abusos praticados por indivíduos que, intitulado-se representantes de “FON-FON”, como tal se apresentam, ora no caráter de redatores, ora no de repórteres fotográficos, nos lugares onde se realiza um banquete, um casamento, um baile ou qualquer outra reunião social, no intuito evidentemente criminoso de gozar das regalias dispensadas a um homem de imprensa [...]. A repetição desses abusos tem determinado fatos sumamente desagradáveis para nós [...] Prevenimos, assim, aos nossos leitores que qualquer representante desta revista possui uma carteira que o acredita como tal e cuja apresentação pode e deve ser exigida pelos que se julguem no direito de fazê-lo <sup>129</sup>.

No aviso a revista reclamava da frequência da fraude e dos constrangimentos que a publicação sofria em razão da ação dos falsos colaboradores. Ao longo da nossa pesquisa nos deparamos com esse mesmo alerta em outras edições do semanário. Resta saber se *Fon-Fon*, periódico que se afirmava perante os leitores como íntimo da *finá sociedade*, foi a única vítima do golpe. Tal episódio nos dá indícios para refletir sobre a imagem socialmente construída dos profissionais de imprensa. Apesar de todas as suas reclamações sobre a instabilidade econômica e as dificuldades no exercício do *métier*, os jornalistas e outros colaboradores mais visíveis das publicações gozavam de um recurso muito importante: prestígio. Esse prestígio lhes abria portas no mundo político, na vida social da elite (a despeito de suas possíveis origens humildes ou seu baixo poder econômico), propiciando-lhes, como apontou o excerto acima, “regalias”. Já os segmentos desfavorecidos da população estavam autorizados a acompanhar e a apreciar de longe o espetáculo (de preferências comprando as revistas), jamais participar. Contudo, entre a ânsia dessa elite social de ver e ser vista nas páginas da imprensa, exibindo-se em toda sua glória, e a intenção das revistas de explicitarem sua intimidade com os altos círculos do poder, se abria uma pequena fresta, rapidamente percebida e aproveitada pela esperteza dos excluídos. A vaidade era o ponto cego por onde entravam os “penetras” da época.

#### 1.4. Boatos

A precisão em pontuar a fonte da informação jornalística, a prática de ouvir e publicar a versão de todos os envolvidos em determinado episódio, e o princípio de não levar a público

---

<sup>129</sup> Explorando em nome de “FON-FON”. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano XIX, N. 41, 10 de Outubro de 1925, p. 50.

uma notícia construída unicamente através de boatos não eram encarados, no período estudado, como marcos incontornáveis para o funcionamento de uma publicação. A adoção real ou aparente dessa “cartilha” certamente não garante a tão proclamada imparcialidade e objetividade que a mídia hodierna se arroga, mas ela indica uma intencionalidade, a de se constituírem diante de si próprios e perante o público como veículos de informação “isentos”, que trabalham para principalmente “apresentar os fatos como eles são”. Quando se trata da opinião do jornal ou de determinado autor que ali escreve isso deve ficar evidente, para não prejudicar o chamado “compromisso com a verdade”.

Percebemos que em *Fon-Fon*, *Careta* e *O Malho* essas questões estão presentes, mas elas não tolhiam nem determinavam a forma ou o tipo de material ali publicado. Os boatos, as fofocas <sup>130</sup>, a especulação eram presença constante nas páginas dessas revistas, nutrindo informações que se desmentiam na edição da semana seguinte, levantando diversas hipóteses para a compreensão de certa situação política, introduzindo elementos de mistério com diversas alusões veladas a personagens importantes, o que revelava uma forte ligação desses impressos com a cultura oral, com o ambiente das ruas, os cafés, as livrarias, as confeitarias, locais privilegiados para colher todo tipo de novidade <sup>131</sup>. Essa maior liberdade profissional e editorial (para os padrões de hoje), permitia que a notícia fosse apresentada de forma mais saborosa e divertida, recheada de humor e de ironia, tornando os textos agradáveis à leitura, pois mesclavam informação e entretenimento.

Eram muito comuns as expressões: “Corre em rodas parlamentares que...”, “Andam a espalhar notícias de que...”, “Nos corredores da política afirma-se que...”, etc. Esses expedientes eram tidos como legítimos, pois os canais institucionais poucas vezes vinham a

---

<sup>130</sup> De acordo com John B. Thompson, a fofoca “pode também ser feita através de comunicação midiática. [...] é conversa informal que pode, ou não, ser verdadeira, que pode ser positiva ou negativa em qualidade e que pode estar interessada em muitos diferentes aspectos da vida de outras pessoas. [...] tende a ser nada mais que uma conversa informal sobre outras pessoas ou assuntos relativamente triviais”. Já o boato, ou rumor, “é sempre uma notícia não autenticada; uma notícia que foi definitivamente confirmada ou desconfirmada deixa, *ipso facto*, de ser boato. [...] os rumores podem ser sobre qualquer outra coisa, incluindo assuntos muito sérios, e eles podem ter consequências de longo alcance (por exemplo, boatos sobre o estado de saúde de um líder político [...])”. In: *O Escândalo Político: poder e visibilidade na era da mídia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, págs. 54-55.

<sup>131</sup> Robert Darnton, em estudo sobre o que ele denomina de “história da comunicação”, fala da importância dos boatos como fonte de informação na França do Antigo Regime e do destacado papel daqueles que “espalhavam oralmente informações sobre os eventos correntes”, colhendo e disseminando notícias em locais como bancos de jardins, cafés, esquinas, etc. O historiador conclui que “Apesar de eu ser cético a respeito de tentativas de fazer a história ensinar lições, eu penso que a Paris de Luís XV pode nos ajudar a ganhar alguma perspectiva sobre a Washington de Bill Clinton. Como se orientam a maioria dos norte-americanos em meio à confusão política e aos bombardeios da mídia do ano 2000? Não, temo eu, analisando questões, mas tirando da nossa própria variedade de folclore político — ou seja, ao contar histórias a respeito da vida particular de nossos políticos, assim como os franceses se regalavam com a *Vie privée* de Louis XV. [...] quando os segredos do rei eram expostos sob a Árvore de Cracóvia e a mídia os costurava em um sistema de comunicação tão poderoso que provou ser decisivo no colapso do regime”. In: Uma precoce sociedade da informação: as notícias e a mídia em Paris no século XVIII. *Varia História*. Belo Horizonte, n. 25, jul. de 2001, p. 11, 12 e 51.

público para divulgar a posição oficial sobre determinada medida, acontecimento ou situação, favorecendo assim um clima de dúvida que, por sua vez, era potencializado pelos próprios boatos publicados na imprensa.

Como um vasto nevoeiro que envolve um navio e amedronta os passageiros, um véu de parda incerteza envolve a Terra de Santa Cruz, inquietando os brasileiros. Fervilham boatos. Anuncia-se a queda de um político: augura-se a ascensão de um politicoide e a inquietadora incerteza continua. Vamos ter um novo senhor? Governa-nos alguém, que não seja o presidente legal? Para onde vamos? <sup>132</sup>.

A opacidade que revestia os atos públicos (como um “nevoeiro” que turva e encurta o raio de visão), o segredo que marcava as negociações para a composição dos cargos eletivos (normalmente feitas por troca de cartas e sacramentadas por encontros privados em clubes ou residências particulares), contribuía para que os boatos e a especulação se espriassem por esses periódicos, consolidando-se como fonte de informação, e de desinformação, sobre os acontecimentos políticos. Nesse sentido valia qualquer atitude para conseguir a notícia almejada, pois não existiam canais oficiais de comunicação com a imprensa e o público, as confirmações e os desmentidos sobre uma situação só ocorriam quando da concretização do fato, antes disso restava às revistas especular, mobilizar seus informantes, apresentar aos leitores as possibilidades em aberto, as conversas de bastidores e os flagrantes conseguidos pelos repórteres em suas andanças pela capital.

Noite. [...] Bond da *Jardim*, linha do Largo dos Leões. Poucos passageiros. Acolho-me à ponta do quinto banco, na minha frente, dois políticos em evidência [...] Conversam interessadamente e não percebem que, sobre eles, dirijo a curiosidade do meu olhar e a argúcia da minha curiosidade de repórter. [...] Fala o mineiro:

- E se eu te disser que, embora cedo, já se trata da sucessão presidencial? [...] há outros candidatos prováveis, entre os quais, não se pode esquecer o Pinheiro Machado.

- O Pinheiro?! [...]

Segui satisfeito, por ter conseguido este *furo*, ascendi o cigarro, recostei-me mais no banco, puxei uma fumaça mais longa.

Estava com o dia ganho <sup>133</sup>.

Os espaços de convivência pública eram perfeitos para que os profissionais da imprensa exercessem sua bisbilhotice. A crescente urbanização do Rio de Janeiro e a introdução de um sistema de transporte coletivo abriam novos espaços de convivência (passeios públicos, jardins, praças, etc.), para além da sociabilidade mais exclusivista dos salões, dos clubes, das residências privadas, dos *coupés* e das carruagens (que transportavam

<sup>132</sup> *Careta*. O Ausente. Rio de Janeiro, Ano IV, N. 140, 4 de Fevereiro de 1911, s./p.

<sup>133</sup> Cova de Cacos (Um pouco de política). *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano II, N. 11, 20 de Junho de 1908, s./p.

um ou pouquíssimos passageiros). Os repórteres se aproveitavam dessa maior proximidade para se camuflarem na indistinção dos agrupamentos humanos que circulavam pela urbe, captando fragmentos de conversas e repassando para o público o que julgavam ser do seu interesse. Naquele período o sistema de informação oficial era tão precário que a simples conversa entre dois deputados era considerada um *furo*. Em um ambiente político pouco transparente, dominado por um punhado de indivíduos que negociavam e decidiam sobre os rumos do país os cidadãos viviam em estado de insegurança, desconfiança e ansiedade, favorecendo enormemente a propagação de boatos que funcionavam como um mecanismo de escape das tensões, com múltiplas funções sociais: prevenir as pessoas sobre possíveis acontecimentos, alertar para uma situação de risco, esforço de explicação e de compreensão de uma realidade instável, etc.<sup>134</sup>.

Os rumores eram uma constante nas revistas e essenciais para a elaboração das páginas políticas: “Sem o boato, a imprensa seria uma coisa cacetíssima. Principalmente no que concerne à política, cujo noticiário vive mais de palpites e suposições, que propriamente de fatos concretos. [...] é um elemento indispensável para a seção política de um jornal”<sup>135</sup>. É bem provável que diante dessa situação de imprecisão informativa o público leitor da época fosse bem mais tolerante do que o atual com relação à possível publicação de notícias inconsistentes, dados errôneos, previsões equivocadas. A credibilidade das revistas não estava necessariamente fundada na acuidade e na veracidade da informação veiculada e sim na sua intenção e no seu esforço em apresentar ao leitor a maior quantidade possível de referências, de possibilidades em aberto, trançando hipóteses e cenários plausíveis e fazendo projeções a partir do que ouviam nas ruas e nos círculos políticos. O fato de uma notícia publicada pelos semanários ser desmentida na semana seguinte não causava constrangimento nem suscitava pedido de desculpas, pois mesmo quando o boato não era explicitamente designado como tal os periódicos costumavam sinalizar para os leitores o caráter indefinido da informação: “não sei se é verdade, mas...”, “me falaram que...”, “ouvi dizer que...”, etc.

As teorias apresentadas sobre determinada circunstância e o mistério envolvendo as decisões políticas se apresentavam como uma trama a ser seguida a cada edição, as revistas colhiam pistas e indícios, teciam conjecturas. Os impressos apresentavam a si mesmos e aos leitores como espectadores de um jogo sobre o qual não tinham influência, essa posição

---

<sup>134</sup> In: DIFONZO, Nicholas. *O Poder dos Boatos: como os rumores se espalham, ditam comportamentos, podem ser administrados e por que acreditamos neles*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. Esse pesquisador, psicólogo especialista no tema dos boatos ressalta que eles “consistem em afirmações em circulação que as pessoas geralmente consideram importantes ou de interesse para os falantes e ouvintes. Tendem a tratar de assuntos que consideramos relativamente mais urgentes, vitais, consequentes ou imperativos”, págs. 43 e 44.

<sup>135</sup> Os sete dias da política. *O Malho*. Rio de Janeiro, Ano XXVIII, N. 1.389, 27 de Abril de 1929, pág. 21.

externa era fonte de tensão, pois significava a falta de controle sobre os processos em andamento, mas também propiciava um grau de conforto, pois exonerava os assistentes da responsabilidade pelas decisões tomadas. Mais do que oferecer informações prontas e definitivas ao público as revistas ofertavam um problema, apresentavam os protagonistas do caso, expunham suas opiniões e aguardavam, junto com o leitor, a solução do episódio. Assim, os boatos não apenas ajudavam a administrar as tensões causadas pela falta de transparência política como também eram fonte de diversão, o que estava em perfeito acordo com o projeto editorial dos semanários. Os rumores compunham uma trama sujeita a reviravoltas, surpresas, desenlaces de última hora, segredos, revelações, onde o que menos importava era o resultado final e sim o percurso, o envolvimento, o debate em torno do assunto em pauta.

Aqui os boatos são mais do que mera “conversa fiada”, fala improdutiva, leviana e inconsequente (apesar deles poderem ser tudo isso). No caso de *O Malho*, *Careta* e *Fon-Fon* os rumores ajudavam a configurar a discussão pública, eles funcionavam como tópico inicial de um assunto, desencadeando um debate amplo sobre determinada situação política. Claro que nem todos os rumores tinham repercussão, mas de modo geral eles funcionaram como sondagem de um terreno político acidentado, impreciso, de difícil acesso, mas que valia a pena ser percorrido, pois dali saíam decisões, escolhas e medidas com potencial impacto coletivo.

## 1.5. Publicidade

Em diversos momentos as revistas estudadas veicularam anúncios que lançaram mão de situações e personagens do mundo da política para divulgar produtos dos seus patrocinadores, de modo que não raro o conteúdo editorial e o publicitário convergiram para reafirmar a importância dos políticos nas páginas dos periódicos. Naquela época esses “anúncios ou *réclames* eram todos produzidos na redação dos jornais”, com a participação ativa dos humoristas “tanto na elaboração dos textos como na confecção de desenhos e caricaturas”, adaptando seu “talento verbal e lúdico [...] à concisão, à rapidez automática do anúncio e ao nó acústico do trocadilho”<sup>136</sup>. De modo que os colaboradores das revistas

---

<sup>136</sup> In: SALIBA, Elias Thomé, op. cit., p. 81. O autor ainda recorda que “Alguns escritores que não classificamos aqui como *humoristas*, como Olavo Bilac ou Coelho Neto, também criaram várias quadrinhas para *réclames* de publicidade”, p. 81. Bastos Tigre, colaborador de diversas revistas ilustradas do período e humorista reconhecido

podiam dedicar-se tanto a escrever artigos e crônicas como a elaborar peças publicitárias, tudo para complementar os rendimentos que auferiam.

Não podemos nos esquecer de que as revistas ilustradas eram veículos produzidos para o mercado, visando lucro. A receita era originária não apenas das vendas mas também da publicidade que veiculavam, quanto maior a tiragem mais interesse o periódico despertava entre os anunciantes, desejosos de que seus produtos fossem conhecidos por um grande número de potenciais consumidores. Se a procura dos anunciantes por um espaço nas páginas dos semanários fosse alta estes poderiam cobrar um preço mais elevado pelo espaço publicitário. Os periódicos abrigavam todo tipo de publicidade, abrangendo cosméticos, remédios, bebidas, vestimentas, seguros, loterias, restaurantes, utensílios domésticos, hotéis, maquinários pesados, cursos por correspondência, dentre dezenas de outras categorias de produtos. Os anúncios se concentravam nas páginas iniciais e finais dos semanários, mas também estavam presentes no meio das revistas, podendo ocupar uma folha inteira ou um pequeno cantinho da página, muitos vinham acompanhados de desenhos e de bordões, o que certamente ajudava a destacar os produtos e serviços, fixando-os na memória do leitor.

Para nós foi uma surpresa encontrar o nome e a fisionomia de figuras políticas associados ao mundo da publicidade, verdadeiros “garotos propaganda” de marcas, integrando uma estratégia de venda. Não temos informações sobre como se dava o processo de publicação desses anúncios, supomos que os autores das peças publicitárias não pediam permissão para a exploração comercial da imagem dos políticos e que estes não eram remunerados. Desconhecemos se as figuras públicas que apareciam nos anúncios possuíam algum tipo de vínculo com as empresas comerciais. Os políticos retratados eram do alto escalão do Executivo (ministros e Presidente da República) e membros do Parlamento, representados de forma isolada ou coletiva. Raramente os reclames mesclavam os membros dos dois poderes, como no seguinte caso.

No ano de 1913, *Careta* estampou um informe publicitário com o título: *Ecos da Abertura do Congresso*. Seguia um desenho que retratava o Congresso reunido, onde estava presente o Presidente da República (naquele momento Hermes da Fonseca), a quem cabia comparecer à primeira sessão do ano legislativo para ler a mensagem presidencial, ele tomou a palavra. Transcrevemos a seguir a legenda que vinha logo abaixo do desenho publicitário.

---

foi um dos grandes nomes da publicidade de então, tendo realizado trabalhos para “Confeitaria Colombo, o Magazine Notre Dame, a Drogeria V. Silva, os cigarros York [...] redigiu, por muitos anos, o “Almanaque Bayer”, além do trabalho regular para a Brahma e para Daudt & Oliveira”. In: BASTOS TIGRE, Sylvia (coord.). *Bastos Tigre – Notas Biográficas*. Brasília, [s. n.], 1982, p. 48.

## ECHOS DA ABERTURA DO CONGRESSO

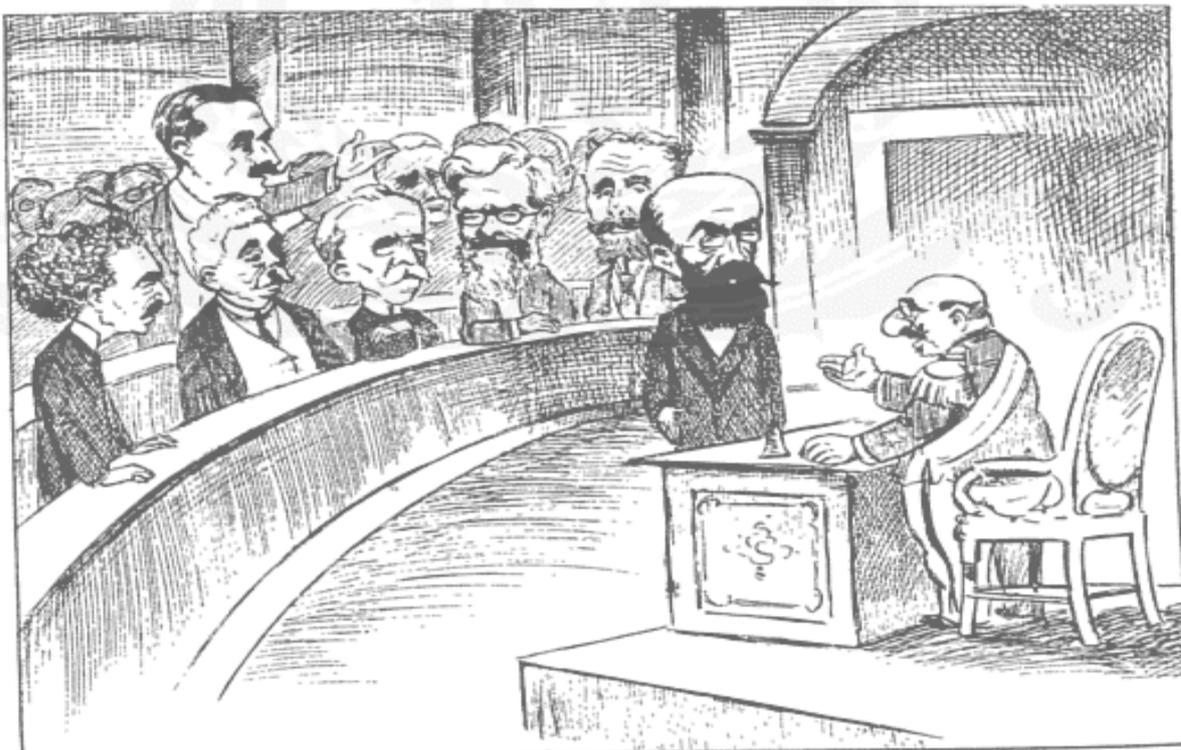


Ilustração 2: *Ecos da Abertura do Congresso*

Dentre os fatos ocorridos durante o ano avulta a organização d' **A Carioca**, sociedade para cujo progresso devem concorrer todos os patriotas porquanto virá diminuir de muito os compromissos do Estado. Pelo seu plano de pensões dispensará o Congresso do trabalho de votá-las e a verba respectiva; construindo casas para seus mutualistas, para desaparecer a necessidade das vilas proletárias, militares, etc., com seu plano de dotes, facilitará os casamentos, reduzindo a verba do povoamento do solo...

B. LIMA – Eis um ponto em que estamos de perfeito acordo!

ANTONIO CARLOS – Diminui as despesas?!... Então todos **À Carioca**, em benefício próprio e das finanças da PÁTRIA!!<sup>137</sup>.

No primeiro plano do desenho percebemos que o presidente Hermes estava a discursar de pé, usando de um gestual para acompanhar a fala, indicando que ele se dirigia à audiência. Sentados, na linha de frente da bancada, sobressaíam políticos ilustres, únicos cujos traços eram facilmente perceptíveis, escolhidos certamente não apenas porque seu prestígio ajudava a corroborar a mensagem veiculada, mas também porque, como personalidades de destaque, suas fisionomias poderiam ser identificadas com mais facilidade pelo leitor, como era o caso de Pinheiro Machado e de Rui Barbosa. Além do presidente os únicos parlamentares de pé eram justamente os que intervinham através da fala para complementar os propósitos do

<sup>137</sup> *Careta*. Echos da abertura do Congresso (publicidade). Rio de Janeiro. Ano VI, N. 257, 3 de Maio de 1913, s./p. De acordo com Herman Lima o autor desse anúncio foi o caricaturista Álvaro Martins, pseudônimo *Seth*. O autor identifica os demais políticos da audiência como: Azeredo, Irineu Machado, Urbano dos Santos e Rosa e Silva. In: *História da Caricatura no Brasil*. Vol. 2. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963, p. 704 e 706.

anúncio; colocando-os nessa posição o desenhista ajudava o leitor a distinguir os oradores do restante da audiência, promovendo a interação entre a imagem e a legenda. Barbosa Lima, com sua famosa barba cerrada, fazia oposição ao governo Hermes, mas quando se tratava de corroborar os indiscutíveis méritos da empresa **A Carioca** (que atuava no ramo de seguros e consórcio), logo se estabeleceu o consenso no meio político. Antônio Carlos, integrante da Comissão de Finanças, portanto um conhecedor do assunto, arrematava o anúncio conclamando todos a aderir à sociedade comercial.

A propaganda caracterizava a empresa não apenas como uma iniciativa que visava beneficiar seus usuários, mas também como um empreendimento de interesse público, capaz de desonerar o Tesouro Nacional e contribuir para o equilíbrio das finanças do país. O assunto dos orçamentos da nação era muito discutido à época, e quando chegava o momento de votá-los a imprensa dava ampla cobertura ao procedimento, pois a partir dele se decidia como seria gasto o dinheiro público. Assim, através de uma simples peça publicitária o leitor se deparava com várias questões importantes no cenário político de então: a existência de diferenças políticas dentro do Congresso Nacional (oposição e situação); a insuficiência de recursos provenientes do Estado para suprir as necessidades sociais da população (como moradia e pensões); os projetos caros ao governo, como o do povoamento; e sutilmente evidenciava um processo de transferência das responsabilidades do Estado para o âmbito da iniciativa privada. Acreditamos ser extremamente interessante que naquele momento assuntos políticos, e a imagem dos políticos, fossem usados como estratégia de venda para certos produtos (o que seria impensável nos dias de hoje), isso aponta mais uma vez para a centralidade das figuras políticas na vida social e cultural de então, referenciais investidos de múltiplos sentidos.

A referida publicidade apresenta ao público a ilusão de que seria possível encontrar uma solução individual para problemas coletivos, sugerindo que as insatisfações sociais poderiam ser rapidamente resolvidas através do consumo. Os políticos estavam ali reunidos afirmando a incapacidade do poder público de promover o bem estar da população, o que colocava em dúvida a própria razão da sua existência, ao mesmo tempo em que o anúncio engrandecia a iniciativa privada, que aparecia como alternativa competente em contraste com a morosidade e a ineficiência do sistema público. O Congresso Nacional foi retratado como espaço de defesa e de negociação de interesses privados travestidos de bem comum, de modo que aquele que adquirisse os serviços da empresa, além de obter um produto que o livraria de depender da ineficácia estatal, estaria contribuindo para o progresso da pátria. Há que se considerar também que na vigência de um Estado que se pretendia liberal o ideal era que a

intervenção estatal na sociedade fosse pontual, cabendo ao mercado o papel de autorregulador das demandas econômicas e sociais.

As propagandas que lançavam mão dos políticos não escolhiam seus figurantes de modo aleatório, as características dos personagens, seus gostos ou a natureza das suas funções emprestavam um sentido aos produtos anunciados, estando de acordo com a mensagem que se desejava passar. O exemplo mais simples é o caso do *Manah*, espécie de complemento alimentar destinado, segundo o anúncio, a crianças e convalescentes. A propaganda de meia página trazia o desenho de um menininho a conversar com o Barão do Rio Branco:

- *Seu Barão*, o que devo fazer para ficar forte e bonito como o senhor?

*Barão* – Deves te alimentar com o milagroso MANAH, que além de ser atualmente a salvação das crianças, ainda oferece um prêmio de 500\$000<sup>138</sup>.

No desenho a criança, bem magrinha, está de pé de frente para o Barão, este está sentado, mas mesmo em tal posição o ministro se impõe como uma figura forte, verdadeiro gigante, as mãos do político são maiores do que a cabeça do menino. Naquela época ser magro não era sinal de saúde e de beleza como nos dias de hoje (até meados do século XX ainda existiam concursos de robustez para bebês e crianças). A corpulência, principalmente entre os homens, era sinal de saúde e de boa condição financeira. O anúncio lançou mão de uma figura bem conhecida da época, pois enquanto os Presidentes se sucediam no cargo o Barão do Rio Branco permaneceu como Ministro das Relações Exteriores do Brasil ao longo de dez anos (1902-1912), tendo sido bem sucedido no desempenho de suas funções. Sua figura corpulenta e sua calvície, combinadas com um grande bigode branco, o tornavam facilmente identificável pelos leitores das revistas. Além disso, o Barão tinha fama de comilão, e em algumas ocasiões as revistas ironizaram o fraco do político pela boa mesa. Seu corpo avantajado aparecia como promessa a ser cumprida por aqueles que consumissem o produto, ao mesmo tempo em que existia a mensagem implícita de que o suplemento alimentar poderia transformar uma criança raquítica em um homem de destaque, abastado e poderoso, o Barão era a projeção no futuro do que aquela criança poderia vir a ser. Essa propaganda, que apareceu durante muito tempo nas páginas das revistas, certamente não funcionaria se seu criador tivesse optado por colocar como protagonista um homem bem sucedido, porém magricela, como o político catarinense Lauro Muller, conhecido pela sua

---

<sup>138</sup> *Fon-Fon*. [propaganda Manah]. Rio de Janeiro, Ano III, N. 3, 16 de Janeiro de 1909, s./p. De acordo com Herman Lima o autor desse anúncio foi o desenhista Calixto Cordeiro, que assinava *K. Lixto* e que também usava o pseudônimo *Sib*. In: op. cit., p. 702.

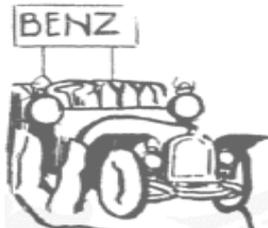
estrutura física delgada, nesse caso a eficiência do produto seria negada pela imagem, em descompasso com a finalidade do suplemento alimentar.

Algumas propagandas também faziam referência, explícita ou velada, à situação política da época, destacando a centralidade de certos políticos, sua proeminência no cenário nacional, como era o caso de Pinheiro Machado. O senador riograndense era por si só uma força política, ocupando a vice-presidência do Senado ele orquestrava o reconhecimento dos parlamentares eleitos e influenciava na escolha dos nomes que disputariam a Presidência da República. Verdadeira eminência parda do período, as revistas o caracterizavam como uma figura implacável, homem sério, sóbrio, manipulador, decidido, frio, calculista, temido justamente porque era capaz de agir sem paixão, sabendo quando recuar, aguardando o momento propício para fazer valer seus interesses e para retaliar seus inimigos. Não raro os semanários insinuavam que ele era o verdadeiro governante do país, encarnação da autoridade maior, sendo o Presidente da República quase que uma figura de fachada, pois nada de importante se decidia na política nacional sem consultá-lo. Até a sua morte, em 1915, Pinheiro Machado talvez tenha sido o político mais citado, criticado, observado e caricaturado nas revistas *O Malho*, *Careta* e *Fon-Fon*, as referências diretas e indiretas a ele eram uma constante nas páginas dos periódicos.

No caso dos anúncios encontramos alguns protagonizados pelo senador, eles fazem referência a qualidades que lhe eram atribuídas e ao seu *status* políticos, aludindo a acontecimentos e a fatos do momento, como na seguinte propaganda.

## PEÇO A PALAVRA...

— “ Não vos posso melhor dar ideia das características que procuro inculcar ao meu partido do que comparando-o a esses maravilhosos



**AUTOMOVEIS  
BENZ**

*A força, o engenho, a disciplina fizeram-nos triunfar no Brasil. Com essas mesmas qualidades triunfará sempre o partido que chefio.*

*(O orador é longamente ac'amado)*



**STEINBERG, MEYER & C.**

Successores de *Carlos Schlosser & C.*

**AVENIDA RIO BRANCO, 63 — RIO DE JANEIRO**

**Casa filial em S. Paulo : 12, Rua Ypiranga**

Ilustração 3: *Automóveis BENZ*

Apesar de não constar a identificação nominal do senador a imagem não deixa dúvida de que se trata de Pinheiro Machado<sup>139</sup>. O texto do anúncio inicia-se com o jargão próprio dos debates parlamentares, pois quando um legislador desejava se pronunciar na tribuna ele pedia a palavra para o presidente da sessão. O espaço, portanto, era o do Senado Federal e o político estava a se dirigir aos seus pares. Como o plenário e seus ocupantes não eram diretamente enfocados na imagem o leitor tinha a possibilidade de se projetar na audiência e sentir-se como um dos presentes. O tema do discurso era o partido do senador, que se referiu a

<sup>139</sup> *Careta*. [propaganda Automóveis BENZ]. Rio de Janeiro, Ano VI, N. 254, 12 de Abril de 1913, s./p. Essa propaganda seria de autoria do caricaturista Julião Machado. In: LIMA, Herman, op. cit., p. 700 e 714.

ele como “meu partido”. Tal afirmação de propriedade poderia ser interpretada como figura de linguagem no sentido de ser o partido do qual ele fazia parte, contudo, o que poderia valer para qualquer outro político não cabe no caso de Pinheiro Machado. Era o ano de 1913, três anos antes, em 1910, o político riograndense articulou a criação do Partido Republicano Conservador (PRC) de modo a unir forças políticas em torno da candidatura do general Hermes da Fonseca à Presidência da República <sup>140</sup>. Tendo conseguido seu intento o partido continuou a existir, estando fortemente associado à figura de Pinheiro Machado, tratava-se realmente do *seu* partido. O produto anunciado, um automóvel BENZ, era o parâmetro a partir do qual o senador buscava as qualidades para o seu partido, “a força, o engenho e a disciplina”. Essas características poderiam ser do automóvel, mas elas também qualificavam de forma precisa a imagem pública do senador. Na ilustração o desenho de Pinheiro Machado domina a cena, ele segura em apenas uma das mãos o automóvel, que se assemelha a um brinquedo, quase desaparecendo diante da imponência e da autoridade que emanam do político. Mas tal situação não diminuía o produto aos olhos do público, afinal de contas quem, ou o que, poderia se equiparar a Pinheiro Machado? No desenho é como se o olhar do senador, sua fala sóbria, dignificasse a mercadoria, emprestando-lhe o sucesso e o poder de um dos homens mais influentes do país. O político segura na mão o veículo do mesmo modo que ele detém em suas mãos o poder de intervir nos rumos da nação. A propaganda termina com a afirmação do triunfo político do senador, não existe espaço para dúvida, essa segurança inabalável empresta credibilidade ao produto. Para finalizar consta no anúncio de que o orador foi “longamente aclamado” pela audiência, não simplesmente aplaudido, era preciso explicitar que a aprovação e o reconhecimento eram absolutos.

Tratava-se, certamente, de uma propaganda voltada para um público muito abastado, pois um automóvel era um investimento caro. Porém, os políticos emprestavam suas faces para anunciar produtos mais triviais, como bebidas, cimento, utensílios domésticos, etc. Para nós é particularmente interessante como os anúncios faziam referência à vida política da época, indicando situações em curso e assumindo que o leitor/consumidor entendia o que estava sendo aludido. As propagandas, mesmo sendo feitas para atingir segmentos específicos de consumidores, devem ser elaboradas para atingir um interlocutor médio, capaz de decodificar texto e imagens, compreender a mensagem. O objetivo maior é estimular a venda

---

<sup>140</sup> In: VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: C/ Arte, 2001, p. 218.

da mercadoria, e não criar um enredo tão sofisticado que não alcance as referências culturais cotidianas do público.

Outra propaganda envolvendo Pinheiro Machado explicita bem como os anúncios se apropriavam das circunstâncias políticas e culturais da hora para criar empatia com o leitor, inserindo seu produto em meio às conversas e brincadeiras da atualidade. No ano de 1910 estreou na França a peça de teatro *Chantecler*, do escritor e dramaturgo francês Edmond Rostand, os personagens eram os animais de uma fazenda e o principal deles era o galo (*chantecler*)<sup>141</sup>. O galo acreditava que era graças a seu canto que o sol nascia todos os dias, o que lhe dava um grande senso de poder e orgulho. Um dia o galo dorme demais e quando acorda percebe que o sol já tinha nascido independentemente do seu canto, o que fez cair por terra todas as suas pretensões de grandeza. A repercussão internacional dessa peça foi grande, no Brasil a imprensa logo associou o famoso galo à figura de Pinheiro Machado. Trava-se justamente do período da eleição presidencial, quando Hermes da Fonseca e Rui Barbosa disputavam a Presidência da República. Pinheiro apoiou Hermes, que saindo vencedor reafirmou o poder do senador na política nacional, fazendo do quadriênio do seu governo o auge da influência de Pinheiro Machado. Nas páginas das revistas ilustradas abundavam referências ao *Chantecler*, ao canto do galo, suas esporas, sua penugem, seu domínio no “terreiro” político; versinhos, piadas e caricaturas representavam Pinheiro Machado como galo, e sempre que aparecia o nome *Chantecler* sabia-se que se tratava do poderoso senador<sup>142</sup>.

A publicidade, sempre atenta ao que é popular, aos temas que circulam e que fazem sucesso nas rodas de conversa e na imprensa, ao que diverte e faz rir as pessoas, não deixou

<sup>141</sup> In: LIMA, Herman, op. cit., vol. 1, p. 309.

<sup>142</sup> As revistas ilustradas exigem do pesquisador o domínio de uma enorme gama de referências culturais próprias do período, difícil de obter na premência dos prazos estipulados para uma tese. Ao que tudo indica a associação entre Pinheiro Machado e o *Chantecler* obteve grande sucesso, tendo gerado um curta-metragem com esse título, lançado no dia 10/10/1910. Impressiona a rapidez com que os agentes culturais se apropriaram da peça francesa, encenada em Paris pela primeira vez em fevereiro do mesmo ano. O filme de maior sucesso no Brasil do início do século XX foi *Paz e Amor*, lançado em abril de 1910, “O título foi retirado do discurso de posse do presidente Nilo Peçanha (“Farei um governo de paz e amor”) [...] O filme fazia uma crítica extremamente mordaz ao governo e às instituições [...] teve mais de mil exibições contínuas no Rio de Janeiro e fez carreira semelhante em São Paulo, sendo portanto o primeiro sucesso de bilheteria da história do cinema brasileiro”. *Chantecler* foi concebido seguindo essa trilha de sucesso, que satirizava os políticos brasileiros. Em outubro de 1910 se inaugura no Rio de Janeiro um cinema com o nome de *Chantecler*. In: RAMOS, Fernão; MIRANDA, Luiz Felipe (Orgs.). *Enciclopédia do Cinema Brasileiro*. São Paulo: Senac: 2004, p. 242. Mais informações sobre o filme *Chantecler* podem ser encontradas no site da Cinemateca Brasileira em: <<http://cinemateca.gov.br/cgiin/wxis.exe/iah/?IsisScript=iah/iah.xis&base=FILMOGRAFIA&lang=P&nextAction=search&exprSearch=ID=000842&format=detailed.pft>>. Assim, a nossa documentação nos leva a questionar a ideia de que a população da época, especialmente a da capital, era desinteressada pela política, mesmo a institucional. Como isso poderia ser verdade se muitas das produções culturais de então tinham como assunto a política, conquistando um público variado e alcançando sucesso?

passar a oportunidade. O produto anunciado eram as águas minerais de São Lourenço <sup>143</sup>, os dizeres da propaganda não tinham nada de extraordinário, apenas descreviam a mercadoria (que por sinal não aparece no anúncio).

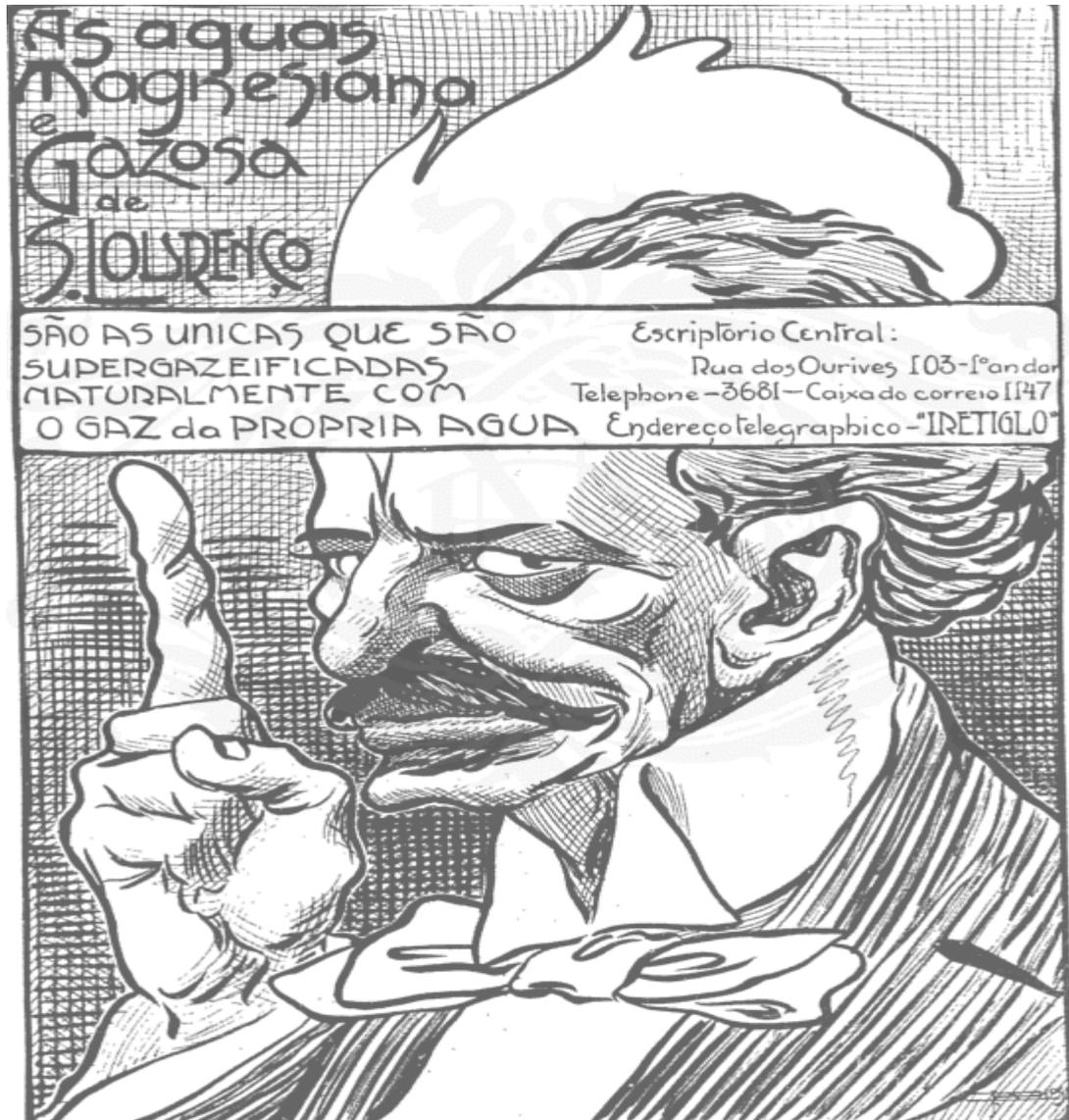


Ilustração 4: Águas São Lourenço

A imagem traz o busto de perfil de Pinheiro Machado que informa o consumidor sobre as propriedades exclusivas do artigo. Com o dedo em riste, o olhar enviesado que segue o leitor, o cenho franzido, o aviso transforma-se quase que em uma ameaça. Uma faixa de texto ocupa a parte de cima da ilustração, cobrindo em cheio a testa do senador e fazendo um corte

<sup>143</sup> *Careta*. [propaganda Águas São Lourenço]. Rio de Janeiro, Ano IV, N. 146, 18 de Março de 1911, s./p. O autor do anúncio, que aparece em várias edições da revista, seria o caricaturista J. Carlos. In: LIMA, Herman, op. cit., p. 700 e 714.

brusco no conjunto do desenho. Os desenhistas brasileiros do período eram altamente capacitados, dominando as técnicas de criação e de composição das imagens, nenhum artista que se prezasse cometeria esse tipo de erro. A inserção da faixa de texto naquele local específico era intencional, tinha a função de chamar a atenção do leitor para a frente do senador, guiando o seu olhar, informando o que era importante ver. As partes textuais do anúncio enquadram, no topo do desenho, à direita, uma crista de galo que nasce entre os olhos de Pinheiro Machado e sobe em toda a extensão da sua cabeça. Da crista temos apenas o contorno, justamente por ela não ser preenchida com qualquer cor ou tracejado a crista se destaca do restante da estampa, aludindo a um poder que se faz presente mas que não se revela totalmente, não se assume na realidade. É como se o leitor fosse detentor de um segredo (bastante público), que o torna cúmplice de uma intriga, tornando-o especial. Pinheiro Machado pode parecer apenas mais um senador, mas ele é na verdade o galo que canta no terreiro da política nacional, e como tal ele sabe bem o que está falando, deve ser ouvido. Somente um ingênuo tomaria suas declarações como as de um homem qualquer. É como se o senador dissesse “você sabe quem eu sou de *verdade*, portanto esteja avisado”, trata-se de uma invocação de autoridade.

Já as propagandas do *Bazar Japão* e da *Casa Limoges* se especializaram em usar o nome e a imagem de ministros de Estado e do Presidente da República para vender “talheres para o peixe na quaresma [...] xícaras finíssimas [...] artigos de *Alumínio*”<sup>144</sup>, etc. Rui Barbosa figurou como vendedor de vermute, emprestando sua reputação de homem público honesto para afirmar as qualidades do produto, “Educado na escola da verdade, senhores, eu nunca menti. [...] somos fortes, graças às virtudes do vermute CINZANO”<sup>145</sup>. Não raro os anúncios usavam como cenário o espaço legislativo, simulando um debate parlamentar, a pronúncia de um discurso na tribuna, um aparte, o que presume a familiarização do público com os ritos desse poder. As funções e a composição política do Parlamento eram citadas com naturalidade:

Pedi a palavra meus senhores, para secundar o LEADER da maioria nas palavras que ontem pronunciou em elogio dos Pneumáticos Continental [...] É uma afirmação em que se sentem inteiramente solidários o partido situacionista e a oposição. (*Grandes aplausos em todas as bancadas*)<sup>146</sup>.

Assumia-se assim que o leitor sabia que o Legislativo comportava correntes políticas diversas, agrupadas em maioria e minoria e que ambas tinham seus líderes, que a situação

---

<sup>144</sup> *Fon-Fon*. [propaganda Casa Limoges]. Rio de Janeiro, Ano III, N. 10, 6 de Março de 1909, s./p. O criador dessas propagandas seria o chargista Calixto Cordeiro, K. Lixto. In: LIMA, Herman, op.cit., p. 702 e 714.

<sup>145</sup> *Careta*. [propaganda Vermute Cinzano]. Rio de Janeiro, Ano X, N. 449, 27 de Janeiro de 1917, s./p.

<sup>146</sup> *Fon-Fon*. [propaganda Pneumáticos Continental]. Rio de Janeiro, Ano VII, N. 18, 3 de Maio de 1913, s./p.

apoiava o governo e a oposição a ele se contrapunha, que as bancadas defendiam interesses diversos, e o fato de elas concordarem unanimemente sobre os benefícios do produto propagandeado apenas evidenciava a excepcionalidade da situação, pois o normal era que discordassem. Supunha-se, portanto, que os leitores das publicações possuíam um conhecimento socialmente partilhado sobre a política institucional e os principais nomes que a compunham. A publicidade não lança mão de mensagens herméticas e que exijam análise demorada para a apreensão da mensagem.

Mas porque usar políticos como anunciantes de produtos? Ora, os políticos de então representavam não apenas a força do poder institucional, eles faziam parte também da elite social, econômica e cultural do período. Os políticos, de modo geral, gozavam dos benefícios de uma vida abastada, muitos tinham algum tipo de formação superior, o que era fonte de grande prestígio em um país de analfabetos, viajavam para a Europa, consumiam produtos importados, frequentavam e promoviam eventos dotados da aura de sofisticação e elegância (chás, banquetes, corridas de cavalo, etc.), no exercício das suas funções recebiam a visita de chefes e autoridades estrangeiros, ofereciam recepções ao corpo diplomático, usufruíam do respeito temeroso reservado aos poderosos, encarnavam a autoridade institucional dos poderes da República, ostentavam seus títulos de deputado, senador, ministro, presidente, o que lhes garantia o direito de portar brasões oficiais, participar de cerimônias públicas, merecer deferência, etc. A imagem dos políticos nas propagandas emprestava glamour aos produtos, pois apesar de todas as piadas e brincadeiras de que eram alvo, eles eram os homens mais poderosos do país, em total evidência, sobrepondo em suas figuras as noções de luxo, poder e riqueza.

Anúncios buscam persuadir, convencer e seduzir o espectador sobre a necessidade ou conveniência do produto, no caso das peças publicitárias aqui retratadas elas insinuavam ao consumidor que ao adquirir os bens e serviços propagandeados pelos políticos eles estariam de alguma forma experimentando a realidade de um mundo de poder e abundância. Nesse período a indústria cultural estava despontando, e pelo que observamos os artistas do rádio e do cinema ainda não eram os grandes protagonistas dos anúncios, figurando mais em matérias de divulgação de filmes e espetáculos. No Brasil os referenciais mais próximos e visíveis de uma vida de fausto, esplendor e requinte ainda eram as elites do país, pois eram elas que traziam as novidades das modas, dos artigos de luxo, do comportamento *chic*, dos gestos elegantes. Os políticos valorizavam simbolicamente a mercadoria apregoada, associando-a a esse universo exclusivo, adquirir o produto em questão significava sair um pouco da trivialidade da vida comum e entrever os prazeres desse ambiente fechado.

É possível argumentar que essas propagandas eram dirigidas para a elite, e que a escolha dos políticos para protagonizá-las seria uma forma dessa elite ver a si mesma, reconhecer seus pares e consumir o que era próprio do seu mundo. Contudo, como já falamos anteriormente, as propagandas protagonizadas por políticos não versavam apenas sobre produtos de luxo ou de preço elevado. Para nós a utilização da imagem desses homens públicos explicita sua importância como grupo, representando o desejo e a aspiração do público comum de diferenciação social através do consumo <sup>147</sup>. Se a organização política e social da época deixava pouca margem para a mobilidade social e restringia a participação política institucional tanto dos indivíduos (cujo voto pouco valia diante das fraudes eleitorais) como dos coletivos (através da repressão aos movimentos sociais, da indiferença diante das reivindicações das camadas médias, etc.), as propagandas que utilizavam as figuras dos políticos e o espaço legislativo abriam uma possibilidade de envolvimento com o mundo da política oficial através da aquisição de bens. A publicidade sempre procura detectar os anseios e as angústias da sociedade, canalizando-os para a solução fácil do consumo <sup>148</sup>. Essas necessidades (que também podem ser criadas pela própria publicidade), jamais são supridas, pois o que a propaganda deseja é perpetuar a insatisfação para manter as vendas.

Contudo, se a publicidade nunca traz uma resposta plausível para um problema social ela é um valioso material de estudo para os pesquisadores detectarem as expectativas não cumpridas de certa sociedade. No caso das propagandas aqui analisadas, que lançavam mão dos referenciais do mundo da política para vender suas mercadorias, acreditamos que elas se aproveitaram da existência de um desejo frustrado de participação política no meio social, reorientando-o para o consumo. Na impossibilidade de ser cidadão o sujeito poderia ser consumidor, solução individual, que dava a ilusão de autonomia e de independência com relação ao coletivo, aplacando temporariamente a sensação de impotência frente a um cenário político-institucional excludente. Se na sua atividade cotidiana a política institucional negava acesso real e participação à população, nos anúncios ela estava comprometida com outro tipo de “publicidade”, aquela voltada para a propagação irrestrita dos interesses privados. Os políticos apareciam como porta-vozes de marcas, negócios e empresas, promotores do bem-estar particular, das relações mediadas pelo dinheiro. Tais anúncios parecem não ter provocado estranhamento no meio social da época, sobressaindo nas páginas das revistas

---

<sup>147</sup> Esse aspecto da publicidade é explorado por Maria de Fátima Vieira Severiano em: *Narcisismo e publicidade: uma análise psicossocial dos ideais do consumo na contemporaneidade*. São Paulo: Annablume, 2001, p. 21.

<sup>148</sup> In: LASCH, Christopher. *A cultura do narcisismo: a vida americana numa era de esperanças em declínio*. Rio de Janeiro: Imago, 1983, p. 222.

durante todo o período estudado, o que indica que a associação entre política/políticos e interesses privados era percebida como algo natural.

Os colaboradores das revistas eram profissionais acostumados a lidar com as demandas do público, possuindo sensibilidade afinada para captar os gostos e desejos do leitor, capitalizando-os em matérias vendáveis. Assim, a confecção de anúncios deve ter parecido algo natural para esses criadores, já engajados em um ramo da imprensa que construía seu conteúdo com a finalidade de comercializá-lo e gerar lucro. A mobilização de personagens e contextos políticos como temas de publicidade estava de acordo com a proposta editorial das revistas, que optavam por retratar acontecimentos e homens públicos de forma familiar e irreverente, para maior divertimento do leitor.

Neste capítulo procuramos evidenciar como os perfis editoriais das revistas ilustradas, voltadas para um público amplo e diversificado, fizeram da política mais um conteúdo a ser explorado na tentativa de responder ao interesse de diversos tipos de leitores. Em consonância com o projeto editorial dessas publicações, que procuravam se comunicar com o público de modo rápido, leve e divertido, a política e os políticos não poderiam ser retratados de maneira sisuda, através de artigos de fundo ou de ensaios complexos, o humor se afirmou como o eixo condutor dos temas políticos, tornando o assunto acessível e palatável para uma gama variada de leitores. As revistas traziam a política e os políticos para o rés do chão da vida cotidiana, recusando-se a revesti-los com a mesma gravidade dos discursos oficiais. Como os periódicos não tinham compromisso com uma abordagem aprofundada dos temas a partir de um viés austero e solene, eles também ficavam livres para compartilhar com o leitor suas próprias práticas de trabalho de uma forma bem humorada, revelando, por exemplo, como a composição das notícias era alimentada por boatos e como o fazer jornalístico estava sujeito a inúmeras variáveis, evidenciando ao leitor atento que entre a escrita e a publicação final da matéria existiam fatores de ordem econômica, social, política e cultural a serem enfrentados, e que estes ajudavam a pautar o conteúdo das publicações. Mas essas “revelações” eram sempre feitas de modo a suscitar a empatia do leitor para com a revista e os seus profissionais.

A linha editorial dos semanários definiu não apenas o modo como eles abordaram a política, sob o ângulo do cotidiano, da informalidade e do humor, como também indicou quais assuntos prevaleceriam na composição da pauta política, como veremos no capítulo seguinte.

## 2. Representações humorísticas do cotidiano parlamentar

Por meio de uma proposta editorial fundada no humor e no desejo de informar divertindo, as revistas *O Malho*, *Careta* e *Fon-Fon* introduziram uma visão peculiar da política institucional e dos políticos da Primeira República. Na perspectiva desses periódicos o mundo político institucional do período aparecia como espaço de disputas, tensões e contradições, no qual os políticos sobressaiam como homens de carne e osso, exercendo suas funções na integralidade de suas características humanas.

O interesse das revistas ilustradas pela política era orientado para o cotidiano das práticas parlamentares. Os questionamentos, as críticas e os posicionamentos que adotavam advinham do acompanhamento de episódios e situações do imediato. Isso não quer dizer que deixavam de construir reflexões mais amplas sobre a política para além do circunstancial, mas sim que o faziam *a partir dele*. Por isso mesmo as opiniões e apreciações emitidas pelas publicações eram mutáveis, elas variavam segundo os acontecimentos, compondo discursos abertos, que captavam a dinâmica vivaz de um fazer político indefinido. Se na conjuntura da época existiam acordos e forças políticas incontornáveis, que ditavam regras e enquadravam posições, eles não eram, porém, absolutos, e o mapa político traçado pelas revistas revela que os percursos dos parlamentares, individuais e de grupo, dependiam de uma negociação constante, levada a cabo no calor dos acontecimentos e que resultavam em arranjos políticos costurados no dia-a-dia, necessários para ajustar as rotas. Assim, justamente por se interessarem pelos atos e circunstâncias cotidianas, as percepções desses impressos sofriam alterações, partilhando as contradições e tensões presentes na própria vida política institucional.

Certamente, o olhar dessas revistas era direcionado para detalhes e interesses específicos, definido a partir de pressupostos editoriais de como o universo político deveria ser retratado. O humor era o elemento comum que dava o tom de grande parte do conteúdo publicado, a ponto de *Careta* ter elaborado um guia intitulado *A Iniciação Humorística - curso teórico e prático para ser muito engraçado e fazer rir*. O manual não se dirigia a alguém em especial, e sua intenção era claramente a de fazer rir, pois estabelecia de forma zombeteira os passos e preceitos que o candidato a humorista (termo empregado no texto), deveria seguir para tornar-se um profissional. A revista *Careta* tinha a peculiaridade de falar sobre o seu próprio fazer como impresso, tendo publicado guias sobre a iniciação humorística

e a jornalística. O conteúdo de ambos era recheado de muita ironia, e supomos que ao criar esses manuais o periódico estava afinado com o interesse da época por essas duas atividades, que produziu uma safra inigualável de humoristas que trabalhavam na imprensa <sup>149</sup>, e que a todo o momento recebia novos aspirantes. Nesse sentido cremos que esses manuais jocosos poderiam configurar uma “piada interna” entre os trabalhadores do ramo, que ao rir de si mesmos estavam expondo ao público e aos postulantes dessas ocupações as exigências da profissão, as pressões e dificuldades que enfrentavam, as limitações e os compromissos a que estavam submetidos, e como todos esses fatores configuravam o que era publicável.

Em ambos manuais fica claro que as determinações editoriais dos donos e diretores dos impressos não eram necessariamente encampadas pelos autores, mas eles precisavam se adequar a elas para manter sua colocação. No guia, o autor revelava como certos quesitos editoriais e econômicos restringiam a criação de conteúdo, “Nada de fazer graça com aqueles que desencadeiam a fome e a injustiça no mundo, porque esses são geralmente os únicos que sabem ler e compram os jornais. O humorista corre o risco de ser boicotado [...]” <sup>150</sup>. Havia, portanto, plena consciência de que o mercado dos impressos sofria com o baixo poder aquisitivo e com a limitada habilidade de leitura da população em geral, de modo que era preciso tomar todo o cuidado para não perder o apoio de quem tinha condições econômicas e culturais de adquirir o periódico.

Mas porque *Careta* permitiu a publicação de tal “passo a passo” se o texto apontava para certas condições existentes nas redações que desmistificavam a imagem propagada pela própria revista de isenção na abordagem dos assuntos? A verdade é o guia foi publicado a conta gotas, ocupando pouco espaço nas edições, vindo geralmente nas suas páginas finais. Talvez ele interessasse mais àqueles que praticavam a profissão, que poderiam se identificar com o cenário descrito e desfrutar melhor das piadas e do sarcasmo construídos sobre o *métier*. Além do mais, o guia foi escrito em termos genéricos, não citando nomes de pessoas ou de impressos, de forma que a revista poderia estar insinuando que as práticas ali expostas, quando negativas, eram atributos dos outros, e nunca dela mesma, caso contrário ela não estaria desvelando-as. Por fim, o próprio viés humorístico do manual atenuava o peso das colocações, alinhando-se com a proposta de diversão propagada pela revista e dando espaço

---

<sup>149</sup> A importante participação dos humoristas na imprensa brasileira, principalmente no fim do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, foi discutida por: LUSTOSA, Isabel. Humor e Política na Primeira República. *Revista USP*. São Paulo, n. 3, pp. 53-64, set./ out./ nov. 1989 e VELLOSO, Monica Pimenta. A modernidade carioca na sua vertente humorística. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, pp. 269-278, 1995.

<sup>150</sup> A Iniciação Humorística - curso teórico e prático para ser muito engraçado e fazer rir (continuação). *Careta*. Rio de Janeiro, Ano XIII, N. 649, 27 de Novembro de 1920, s./p.

para que seus colaboradores aliviassem um pouco da pressão interna e das frustrações que eventualmente sentissem no ambiente de trabalho.

Esse guia indicava para algumas escolhas levadas em conta pelo fazer humorístico da época, sendo uma delas a de que, para atrair o leitor, a pauta dos periódicos deveria calcar-se no presente, versando sobre acontecimentos imediatos, capazes de mobilizar o interesse do público, que assim se identificava como testemunha, partícipe, autor ou espectador da vida que se desdobrava. O alcance do humor dependeria portanto de sua ligação com o tempo presente, de sua capacidade de ser compreendido pelos códigos sociais e culturais vigentes:

A atualidade é um grande fator de sucesso. Nem seria lícito que alguém de bom gosto pretendesse alegrar os leitores contando-lhes coisas que datam da fundação da república ou que já serviam de tema aos gaiatos da guerra dos mascates. [...] No mais em tudo se deve ser hodierno e até mesmo um pouco adiantado sobre o século: mas nós não somos partidários da pilhéria futurística porque o autor cai na desgraça de não ser compreendido <sup>151</sup>.

A abordagem da política pelas revistas não fugia desse viés. Nada de artigos de fundo, reflexões sobre princípios, isso já era feito pelos jornais diários da época através de textos escritos por intelectuais e políticos. Segundo *Fon-Fon*, a política que servia de tema para o semanário era aquela que advinha do

pitoresco das situações, as mudanças teatrais rápidas e as convicções absolutamente... inabaláveis... por tempos determinados e ajustados. Isso sim, é o que amamos da política para regalo de um comentário bem humorado e bem desopilante. [...] E olhem que faz falta à normalidade da vida de um jornal humorístico. Dá sempre assunto para *suelos* providenciais que preenchem a falha clássica do material de redação e proporciona ao lápis irreverente do caricaturista a fantasia de calungas e de legendas inefáveis. Por isso, quando se não tem preocupações partidárias, nem disciplina militar de agrupamentos, o sossego político é um desastre e um desconsolo <sup>152</sup>.

A atenção que as revistas dedicavam ao cotidiano dos parlamentares, retratando-o através do humor configurava uma escolha consciente, que dava especificidade a esses periódicos, diferenciando-os do conjunto dos impressos da época. Nesse sentido, as revistas com as quais trabalhamos não estavam, no geral, interessadas em sustentar uma imagem formalizada da política e dos políticos, o riso minava as tentativas oficiais de conferir solenidade e grandeza às atividades dos parlamentares. Em um sistema político quase impermeável à vontade popular, guiado pelos interesses de uns poucos homens influentes, rir do poder instituído era uma forma de negar deferência a um corpo político que governava através de pactos officiosos, em contraposição ao ordenamento legal do país. Retratar esse

<sup>151</sup> In: *Careta*. Rio de Janeiro, Ano XIII, N. 650, 4 de Dezembro de 1920, s./p.

<sup>152</sup> *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano V, N. 46, 16 de Novembro de 1912, s./p.

universo de modo “sério” seria capitular um pouco mais, recompensando os políticos com uma distinção que, na perspectiva dos impressos, eles raramente mereciam. Contudo, todo esse aparato humorístico, que era bastante crítico, mordaz e implacável para com os poderosos, acabava por ser refutado ou atenuado pelo próprio conteúdo das revistas, que em outras seções e por meio de notas e fotografias tratava de festejar a elite política do país, destacando seu refinamento e sua riqueza. Os periódicos se esforçavam por captar a passagem desses indivíduos elegantes pelas ruas da cidade, como se a sua simples presença dignificasse a urbe, testemunhando seu progresso e sua crescente civilização <sup>153</sup>. Essa oscilação entre a recusa e a adesão aos políticos pautava-se geralmente por duas perspectivas, mobilizadas segundo a especificidade do tema tratado em cada coluna e de acordo com o tipo de evento que se estava cobrindo. Na primeira perspectiva os políticos eram questionados e deslegitimados quanto a sua eficiência, dedicação e competência no exercício do mandato, na outra eles eram enaltecidos e incensados como detentores de poder político, econômico e social. Assim, nada impedia que certo parlamentar fosse criticado e ridicularizado na crônica política e que, algumas páginas depois, ele tivesse sua foto estampada na publicação, aparecendo ao lado da esposa em algum encontro social e angariando elogios na legenda da imagem por seu porte elegante.

Analisando a documentação detectamos os principais assuntos que integravam o debate sobre esse dia-a-dia dos legisladores. A listagem não esgota os temas tratados, apenas esboça as matérias mais recorrentes, oferecendo um volume expressivo de conteúdo a ser investigado. Segue uma tabela que permite uma visão abrangente dos elementos temáticos que destacamos das revistas.

---

<sup>153</sup> Sobre a celebração que as revistas ilustradas faziam das elites através da divulgação de imagens, ver: MAUAD, Ana Maria. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 13, n. 1, pp. 133-174, jan./jun. 2005; OLIVEIRA, Cláudia de. A iconografia do moderno: a representação da vida urbana. In: OLIVEIRA, Cláudia de; VELLOSO, Monica Pimenta; LINS, Vera. *O Moderno em revistas: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930*. Rio de Janeiro: Garamod, 2010, pp. 111-266.

	<b>Elementos temáticos condensados através da leitura das fontes</b>
<b>Representações humorísticas do cotidiano parlamentar</b>	<b>1. Identidade Parlamentar</b> (atribuições dos congressistas, obrigações que deveriam cumprir e seus desvios, o que significava ser um parlamentar)
	<b>2. Perfil das personalidades políticas</b> (comportamentos e hábitos de certos parlamentares, destaque e liderança de alguns deles, seus “defeitos” e “qualidades” segundo as revistas)
	<b>3. Vida Social</b> (fofocas, coluna social, aspectos pessoais, eventos sociais, etc.)
	<b>4. Práticas de favorecimento</b> (proteção, nepotismo, uso de relações e vínculos privados para auxiliar terceiros, bajuladores)
	<b>5. Privilégios da classe política</b> (vantagens e benefícios advindos da função, abuso da posição, subsídios, jornada de trabalho, etc.)
	<b>6. Bastidores da política e do Parlamento</b> (anedotas, funcionamento administrativo, estrutura)
	<b>7. Eleições</b> (processo eleitoral, fraudes, reconhecimento dos eleitos, campanhas eleitorais, representatividade dos parlamentares)

Tabela 5: elementos temáticos condensados através da leitura das fontes

### 2.1. Identidade Parlamentar

Quando utilizamos a expressão identidade parlamentar não estamos nos referindo a uma essência identitária que descobrimos a partir da documentação, ou que o perfil que essas revistas traçaram dos parlamentares fosse o único existente ou o mais disseminado na sociedade. Investigamos como essas revistas, através da observação interpretativa da movimentação cotidiana de deputados e senadores, colocada em relação com o restante da sociedade, foram delineando generalizações que acabavam por estabelecer certos traços

comuns como próprios desse grupo e que nós condensamos sob a alcunha de “identidade parlamentar”. Obviamente, essa identidade era constituída e dada a ver através de operações de seleção, de pontos de vista e ângulos de observação definidos pelos periódicos, de modo que não se trata de corroborar um quadro simplista, totalizador e negativo da função representativa em si. As abordagens das revistas explicitavam tensões e dilemas que tornavam a avaliação do mundo da política algo complexo, para além dos limites estreitos das posturas maniqueístas e da exigência de coerência em um mundo heterogêneo e que se afigurava muitas vezes absurdo.

O fato é que existia uma expectativa de como os parlamentares deveriam agir e se comportar, tanto no desempenho de suas atribuições como em suas vidas particulares, pois como representantes da nação também se esperava que mantivessem certo decoro e discrição em suas condutas pessoais. Contudo, no mais das vezes, o que as revistas destacavam era como os legisladores primavam pelo desvio do padrão de comportamento esperado. Na rotina do funcionamento do Congresso várias atitudes eram notadas: “A Câmara tem funcionado com 60 membros, no máximo. Entretanto, o Tesouro Nacional, isto é, o povo, paga subsídio a 212 representantes da nação... Não há exemplo de um tal escândalo em parlamento algum do mundo!”. O cronista aponta para a falta de quórum na casa legislativa e para o desperdício de dinheiro público. Já “Os interesses nacionais correm à revelia de quem tem o dever de promovê-los, de os encaminhar, de os zelar...”<sup>154</sup>. O autor ressalta que essa conduta seria uma especificidade negativa do parlamento nacional, não ocorrendo conduta similar em outros países, o que tornava mais grave a situação, por ela constituir uma excrescência. Na comparação com o “outro” a imagem que se fixava do legislador brasileiro era a do antiparlamentar. O que, na concepção do colaborador da revista, deveria fazer um deputado? Promover, encaminhar e zelar pelos interesses nacionais, mas no caso brasileiro os deputados se destacariam justamente pelo desvio desses princípios, instaurando verdadeiro abismo entre a realidade e o dever ser.

Na rotina dos afazeres parlamentares os congressistas precisavam garantir o funcionamento do Legislativo cumprindo uma agenda mínima, que envolvia o compromisso com algumas obrigações básicas e bastante corriqueiras, mas que eram, pelo relato dos periódicos, sistematicamente desconsideradas. A primeira delas e a mais óbvia de todas era o comparecimento de deputados e senadores ao recinto parlamentar, de sua presença dependia o debate dos assuntos em pauta, o funcionamento das comissões e o quorum para as votações. É

---

<sup>154</sup> J. BOCÓ. Crônica. *O Malho*. Rio de Janeiro, Ano IV, N. 167, 25 de Novembro de 1905, s./p.

sabido que a ausência de legisladores no plenário pode às vezes configurar uma estratégia de obstrução, levada a cabo para impedir o encaminhamento de questões sobre as quais exista desacordo, contudo, na perspectiva das revistas o absenteísmo dos parlamentares era quase sempre atribuído a razões bem mais “mundanas”:

Os jornais noticiaram naquele dia que, na véspera, não houvera sessão na Câmara, *por falta de número*. Pudera! Pelas indiscrições cometidas verificou-se que mais de trinta deputados estavam, à hora da sessão, em vários cinemas; um estava no Leme almoçando em agradável companhia, três ou quatro perambulavam pela Avenida, fascinados pelas belezas que transitavam e muitos outros tinham afazeres ou complicações particulares que os impediam de ir ao Monroe. Com franqueza, por um lindo dia de sol, não há tanta coisa boa a fazer, mais atraente que as estafadas chicanas da Política? <sup>155</sup>.

Outro ponto constantemente ressaltado pelos periódicos era de que o poder de legislar não era exercido em benefício do povo, e que quando os interesses dos deputados e senadores estavam em jogo eles rapidamente entravam em acordo para estabelecer medidas que os beneficiavam. Cunhou-se uma imagem dos parlamentares como oportunistas, e com base nesse diagnóstico as três revistas constantemente representaram os congressistas através da figura do papagaio, ou periquito, devorando avidamente uma espiga de milho, encarnação do tesouro nacional <sup>156</sup>. Nos textos e desenhos publicados essas aves, tão comuns no país, apesar de sua bela plumagem, de sua bulha alegre e festiva, configuravam uma praga, pois atacavam as plantações em bando, ceifando o produto do trabalho alheio e deixando para trás prejuízo e desolação. Além do mais, elas estavam associadas à produção de uma “fala” vazia, já que esses pássaros tem a capacidade de repetir vocábulos humanos, mas sem necessariamente compreendê-los, o que também remete à ideia bastante vigente na época de que os parlamentares se limitavam a reproduzir, de forma adestrada, os comandos do Executivo. Deputados e senadores eram caracterizados como uma “revoada de papagaios [...] grasnando, na gavalhada alegre do papo cheio, e na esperança de voltarem em breve ao dourado sedutor das espigas maduras” <sup>157</sup>; ou como “ociosas aves paroleiras [...] Voam direto à casa do Senado [...] Saudosas do bom milho já papado e do milho sequiosas” <sup>158</sup>. Através da figura do papagaio as revistas construíram, durante décadas, um tipo que condensava as características dos legisladores e que encarnava um repertório de ações e comportamentos que se repetiam

<sup>155</sup> TREPADOR. Trepações. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano X, N. 28, 8 de Julho de 1916, s./p.

<sup>156</sup> Segundo Herman Lima, “O costume de representar os parlamentares como papagaios vem de muito longe, sendo realmente inumeráveis as caricaturas nas quais eles aparecem transformados naquelas aves palradoras e vorazes [...]”. In: *História da Caricatura no Brasil*. Vol. 1. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963, p. 190.

<sup>157</sup> Os Papagaios. *Careta*. Rio de Janeiro, Ano X, N. 497, 29 de Dezembro de 1917, s./p.

<sup>158</sup> ARAÇARY. En Avant! *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano I, N. (?), (?) de Abril de 1907, s./p.

exaustivamente, fixando uma identidade parlamentar que se destacava pela perfeita oposição à imagem ideal de um deputado ou senador: trabalhador, comprometido com o bem público, honesto, que apresentasse coerência entre seu discurso e suas ações, etc. Inúmeras imagens representavam os parlamentares como essas aves, propagando uma personificação que pela constante reiteração já devia ser amplamente conhecida pelo público leitor.

As comparações traçadas encerravam um pesado julgamento da ação parlamentar, bastante negativo, mas que apesar de ser muitas vezes reducionista e limitado, focando apenas em uma cena específica e deslocada de um quadro político mais amplo e complexo, revelava o grau de insatisfação e de angústia com uma política institucional incapaz de dar vazão às demandas dos diversos segmentos sociais. O perfil que se sedimentava era o do parlamentar egoísta, interessado em legislar em causa própria e em beneficiar-se das prerrogativas que o cargo oferecia, como evidencia o desenho a seguir <sup>159</sup>, intitulado a *Atividade parlamentar*. A imagem traz um bando de papagaios atacando de forma sôfrega uma espiga de milho segurada por uma mão enluvada, como que para se proteger da investida feroz das aves. O título do desenho é complementado pela legenda que traz os seguintes dizeres, “A discussão das coisas que interessam o país”, de modo que a imagem informa ao leitor que os legisladores resumiam suas atividades à defesa dos seus desejos, travestidos de interesse nacional. Os papagaios parecem aflitos, ansiosos por comer mais e mais, eles estão em grupo, mas disputam espaço uns com os outros e querem tirar a máxima vantagem individual do que está sendo ofertado. Não há qualquer contenção na ação das aves/legisladores, como se estivessem em transe, de olhos arregalados, exclusivamente focados em “encher o papo”. Ao contrário do que sugere a legenda os parlamentares não usam a boca para discutir, eles empregam o *bico* para comer o milho, símbolo de riqueza nas sociedades agrícolas, sua cor dourada remetendo ao ouro, cada bago poderia ser uma moeda do tesouro nacional que se esvaia na barriga/bolso dos deputados e senadores. A mão que oferta a espiga é destacada, mas o corpo não aparece, sua existência se intui pela visão do braço que se prolonga para fora do círculo. Quem oferece o banquete? O Presidente da República, o Brasil, O Povo? Talvez a ausência de uma identificação seja proposital ao remeter ao coletivo anônimo de todos os cidadãos do país que, invisíveis, seriam percebidos pelos parlamentares apenas como um instrumento, plataforma que sustenta suas ambições. O círculo que envolve parte do desenho pode remeter ao desenho da bandeira do Brasil, que nesse caso funcionaria como uma bandeja, mero suporte para a conveniência dos congressistas.

---

<sup>159</sup> Atividade Parlamentar. *Careta*. Rio de Janeiro, Ano V, N. 205, 4 de Maio de 1912, s/p.

## Actividade parlamentar



A discussão das coisas que interessam o paiz

Ilustração 5: *Atividade Parlamentar*

Em uma rara publicação dedicada a debater o Congresso Nacional, intitulada *Revista Parlamentar*, encontramos artigos que assumiram uma postura de defesa do Legislativo, nos quais se declarava que a imagem negativa traçada por setores da imprensa sobre o Parlamento era injusta e parcial. Não se tratava de uma revista oficial, mas pela lista de colaboradores elencados no primeiro número, que incluía o nome de diversos congressistas, nota-se que era um impresso oficioso, com o objetivo de promover debates sobre o funcionamento do poder Legislativo brasileiro.

O jornalismo popular faz crer, entretanto, a seus leitores que no Congresso não há gente de valor. E essa propaganda logra as vezes êxito, porque o

Congresso não se agita e não discute coisas sérias, fazendo delas assuntos do dia. [...] Hoje, alguns cronistas lamentavelmente ignorantes chamam ainda os parlamentares de *papagaios*. O Senado e a Câmara são as assembleias menos palradoras do mundo <sup>160</sup>.

Nesse trecho documental temos a oportunidade de verificar que a opinião da imprensa repercutia entre os integrantes do poder instituído, e que veículos como esse serviam de porta-voz para o Legislativo, plataforma de contra-ataque que também recorria ao poder da palavra impressa para divulgar uma versão diferente daquela veiculada pelo “jornalismo popular”. Não é de se estranhar o incômodo dos deputados e senadores com os textos de alguns periódicos. Em certos momentos surpreende a virulência dos comentários publicados, contendo termos bastante ofensivos para designar os parlamentares. A “Câmara dos Deputados, agora reduzida, com raríssimas exceções, a um *cordão* carnavalesco de malandros, salpicado de cafajestes... Por mais duro que pareça, o qualificativo está aquém da verdade” <sup>161</sup>. Tais rasgos retóricos exprimiam uma sensação de impotência e desespero frente ao que era considerado como total falta de virtude cívica dos legisladores brasileiros, revelando também uma crença ingênua de que a simples reforma dos costumes morais dos políticos seria suficiente para ajustar os rumos do país e iniciar um ciclo de abundância e justiça social.

Outro indício importante de que o que era publicado nas revistas ilustradas sobre o universo político repercutia no meio parlamentar foi uma matéria de meia página veiculada em *O Malho* sobre a crítica que certo deputado fez a esse tipo de impresso. Infelizmente não pudemos localizar o texto original, pois a revista não revelou onde o relato foi originalmente publicado, mas ela faz uma longa citação literal, com aspas, de alguns trechos e acreditamos que a transcrição deve ter sido fiel à fonte. O legislador em questão era o deputado federal pelo Rio Grande do Sul, José Carlos de Carvalho, agrimensor e militar de carreira <sup>162</sup>, que após uma viagem por terra “do Rio de Janeiro à Bahia”, expôs suas impressões sobre a realidade que encontrou. Em trecho selecionado pelo *O Malho* o deputado apontou para a nova realidade de formação da opinião pública nacional em razão das condições tecnológicas existentes. O legislador parecia saudososo da época em que “tudo se resolvia na capital do

<sup>160</sup> VIANNA, Victor. Costumes Parlamentares – No Brasil e no Estrangeiro. *Revista Parlamentar*. Rio de Janeiro, Ano I, N. 4, 16 de Setembro de 1915, p. 11. O periódico lançou seu primeiro número no dia 2 de agosto de 1915, sua periodicidade era quinzenal, a edição era bem cuidada e o papel de qualidade, no fim de cada revista constavam algumas propagandas. Tivemos acesso apenas a quatro exemplares e não conseguimos determinar quando a revista deixou de ser editada. A consulta foi realizada no acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro.

<sup>161</sup> J. BOCÓ. Crônica. *O Malho*. Rio de Janeiro, Ano IX, N. 413, 13 de Agosto de 1910, s/p.

<sup>162</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Deputados federais 27ª Legislatura*. Arquivo em PDF cedido pela Câmara dos Deputados, págs. 82 e 83.

Império, e quando o resultado chegava ao interior do país, os seus efeitos eram tardios e modificados pela deficiência dos processos de circulação”. A realidade seria outra naquele momento presente, o ano de 1909.

Com a distribuição regular e abundante de maior número de jornais de toda a parte, e sobretudo com o gosto e predileções pelas publicações ilustradas e jornais burlescos, a opinião pública do interior do país já se faz sentir independentemente da vontade das direções locais.

Uma caricatura bem colorida ou uma pintura de um episódio político movimentado, com graça e calor, diz mais do que um artigo de fundo do próprio *Diário Oficial*, ou as explicações solenes e documentadas do *leader* do Governo na Câmara ou no Senado.

Deste modo, o poder público federal [...] nunca terá força bastante para destruir o julgamento que se forma lá fora de seus homens e de seus atos, por via da galhofa do ridículo que é saboreado e compreendido por todos, sem distinção de idades e posição social, sem a exigência do saber ler e escrever.

Foi isto o que fui encontrar por toda a parte por onde andei; a caricatura e o ridículo incutindo no espírito do povo o conhecimento verdadeiro ou falso dos homens mais qualificados do país.

Ninguém mais liga interesse em seguir os acontecimentos da vida nacional e apreciar a pública administração pelo que escrevem os patrícios de valor que ainda temos felizmente no jornalismo carioca.

Todos preferem formar o seu juízo e dar a sua opinião pelas impressões que recebem das fantasias de um lápis brejeiro ou das alusões que encontram nas meias tintas de um quadro atrevido <sup>163</sup>.

Trata-se uma intervenção bastante interessante no que toca à repercussão das publicações ilustradas. O autor aponta as facilidades de transporte e comunicação como fatores que ajudaram a disseminar os impressos para locais distantes da Capital, incluindo o interior do país, onde, do seu ponto de vista, os chefes locais estariam perdendo a capacidade de impor sua interpretação da realidade. A difusão desses periódicos, com seu colorido e suas imagens atraentes, e principalmente seu *humor*, estaria desbancando outras fontes de leitura, principalmente as que provinham do poder oficial (e que com sua linguagem rebuscada e seu jargão jurídico deveriam ser bastante aborrecidas). O deputado ressaltava como o humor teria a capacidade de ser compreendido por todos, ainda mais quando veiculado por meio de imagens, o que dispensaria, para a indignação do parlamentar, até mesmo a necessidade de se saber ler. Por onde passou o legislador teria testemunhado o apreço de muitas pessoas pelos impressos ilustrados, que independentemente da sua condição social formavam “o seu juízo” e “opinião” através do que era ali publicado.

Mais relevante ainda foi a reação da revista *O Malho* ao que teria sido escrito pelo deputado. Ao final da transcrição literal o semanário diz “Isto, positivamente, é com *O Malho*, que encara a opinião pública e vai a todos os recantos do país”. O periódico apropriou-se das

<sup>163</sup> O deputado José Carlos e “O Malho”. *O Malho*. Rio de Janeiro, Ano VIII, N. 349, 22 de Maio de 1909, s./p.

palavras do autor, escritas em tom de reprovação e que visavam ressaltar o aspecto negativo da situação, e transformou-as em um elogio a si mesmo. Em nenhum momento o deputado se refere a uma publicação em particular, mas *O Malho* logo tomou para si as palavras do legislador para afirmar-se perante o público como uma revista formadora da opinião pública, com alcance em todo o país. Dentro da proposta editorial do impresso as críticas do autor eram qualidades, e inadvertidamente o texto do parlamentar acabou servindo de base para a revista propagandear seus méritos e aproximar-se do público que foi desprezado e desqualificado pelo político.

Tendo a coragem de se opor a todas as prepotências, políticas e sociais, e sendo lido, como é, em todas as localidades do Brasil, ainda as mais recônditas, *O Malho*, representa uma força de orientação com a qual, queiram ou não queira, devem contar todos os que exercem parcela de autoridade pública. [...]

Agradecemos ao ilustre deputado a brilhante síntese que fez do valor do nosso modesto semanário, podemo-nos congratular, todos, por ver que em matéria de opinião sobre governos e coisas do Brasil, não estamos mais nos saudosos tempos em que se amarravam cachorros com língua<sup>164</sup>.

O semanário se aproveitou dos dizeres do autor para se promover, mas os autoelogios vinham como resposta aos supostos ataques do parlamentar. O periódico firmava uma imagem de destemido, que não se alinhava com os poderosos, independente, defensor dos oprimidos, popular, pois alcançaria locais “recônditos”, enfim, uma verdadeira força opinativa que, em razão de todas essas qualidades deveria, inclusive, ser levada em conta pelas autoridades. Chega a ser cômico como a revista subverte a intenção do autor e transforma suas críticas em uma oportunidade para exaltar-se e para converter o lamento do deputado em comemoração pela liberdade de imprensa e de opinião que estaria sendo vivenciada naquele momento.

No contexto do fim do século XIX e início do XX a imprensa brasileira adquiria cada vez mais um caráter comercial, visando a produção de lucro. Habermas, analisando as transformações da imprensa europeia nos séculos XVIII e XIX, assinala que ao longo do século XIX os periódicos passaram gradativamente a dar maior ênfase ao aspecto comercial e publicitário da empresa jornalística, o que, aliado ao declínio de certos espaços de sociabilidade e discussão, como os cafés e salões, teria esgarçado a feição de crítica política da imprensa, que aos poucos foi dando maior ênfase a aspectos de consumo e divertimento<sup>165</sup>. Sem a intenção de transpor uma análise específica para a realidade histórica brasileira

<sup>164</sup> Ibidem.

<sup>165</sup> In: *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, págs. 213 a 218.

acreditamos que o caráter cada vez mais empresarial das publicações no nosso país, principalmente a partir do século XX, certamente alterou o tom, o conteúdo e a prioridade de muitos impressos, cada vez mais atentos a aspectos relacionados ao consumo e ao entretenimento (e por consequência à vida privada das pessoas). Mas, do nosso ponto de vista, esses fatores acrescentaram novos desafios para o debate público, que passou a atender, também, para o banal, o prosaico, o terra-a-terra, como dimensões que poderiam servir como ponta de lança para discussões e questionamentos mais amplos, de interesse geral, rompendo um pouco com as noções estabelecidas de como deveria ser feito o debate político, quais temas deveriam ser retratados, quais perspectivas eram válidas, qual linguagem deveria ser empregada. De certo modo é esse cenário que suscita o lamento do deputado acima, sua queixa é contra a ampliação descontrolada e a “baixa” qualidade das discussões, que teriam deixado de firmar-se na opinião balizada das fontes oficiais, dos líderes locais e dos veículos *sérios* do “jornalismo carioca”, para espriar-se em meio a gente de todo tipo, incluindo analfabetos. O riso tornaria tudo ainda pior, pois ele seria o contrário da reflexão racional, pressuposto que deveria pautar as discussões políticas. O som da gargalhada era insuportavelmente irreverente, já que estilhaçava qualquer pretensão de superioridade daqueles que desejavam guiar e monopolizar a discussão política no país.

Além desse tipo de opinião elitista, a péssima reputação dos congressistas também era alimentada por atitudes e proposições absurdas por parte de senadores e deputados, que em meio às necessidades prementes do país partiam em longas viagens para a Europa, prorrogavam a duração da legislatura para votar os orçamentos nacionais (onerando os cofres públicos com o pagamento dessa atividade extra, pois no tempo previsto para o funcionamento do Legislativo não davam quorum para as sessões), e às vezes recorriam a agressões físicas no recinto parlamentar, “Na câmara houve cascudos, por onde se vê que o sistema parlamentar adotado pelos deputados... vai melhorando sensivelmente”<sup>166</sup>, ou “Na Câmara já não tem conta os gestos em que o revólver figura como argumento de defesa e se não for adotada uma providência enérgica, ainda um dia, terá de lamentar uma desgraça horrível. Proíba aos deputados o uso de armas [...]”<sup>167</sup>.

No ano de 1912 uma proposta apresentada por certo deputado abriu oportunidade para que as revistas tecessem considerações em tom de caçoada sobre o que significava ser um congressista, quais particularidades configuravam sua identidade e quais hábitos os distinguiam. O projeto versava sobre a criação de um *distintivo parlamentar*, espécie de

---

<sup>166</sup> *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano III, N. 49, 4 de Dezembro de 1909, s/p.

<sup>167</sup> O Regimento. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano VIII, N. 30, 25 de Julho de 1914, s/p.

carteira de identidade profissional a que todo deputado teria direito, mas que seria exibido na vestimenta do legislador, possibilitando seu imediato reconhecimento como membro do Congresso Nacional. A primeira consideração de *Fon-Fon* sobre o assunto foi destacar ironicamente a necessidade premente de tal projeto para o progresso da nação.

Dentre as medidas de utilidade que atualmente cogita a Câmara dos nossos Deputados, nenhuma pede mais urgência nem maiores aplausos do que a da instituição do distintivo parlamentar. O que essa medida contém de justo e palpitante, de bom e de eficaz, só um espírito tacanho, atrasado e inculto, pode negar <sup>168</sup>.

Ciente de que a proposta apresentada se fundava no desejo de reconhecimento público do poder do qual estavam investidos, revelando a vontade de afirmar uma excepcionalidade social e política frente aos demais cidadãos que anonimamente circulavam pela cidade, a revista apresenta algumas sugestões para a confecção do distintivo. “O botão à lapela, está fora do concurso, porque tem a inconveniência de confundir a superioridade legislativa com o vulgar policial”. Se o objetivo era marcar uma diferenciação imediata, capaz de expressar ao primeiro olhar a natureza do cargo e a autoridade especial do indivíduo, “A faixa parece mais apropriada. Uma faixa branca larga, colocada a tiracolo, tendo em toda a sua extensão longitudinal a inscrição EU SOU DEPUTADO”, como estampado no croqui desenhado por *Fon-Fon*.

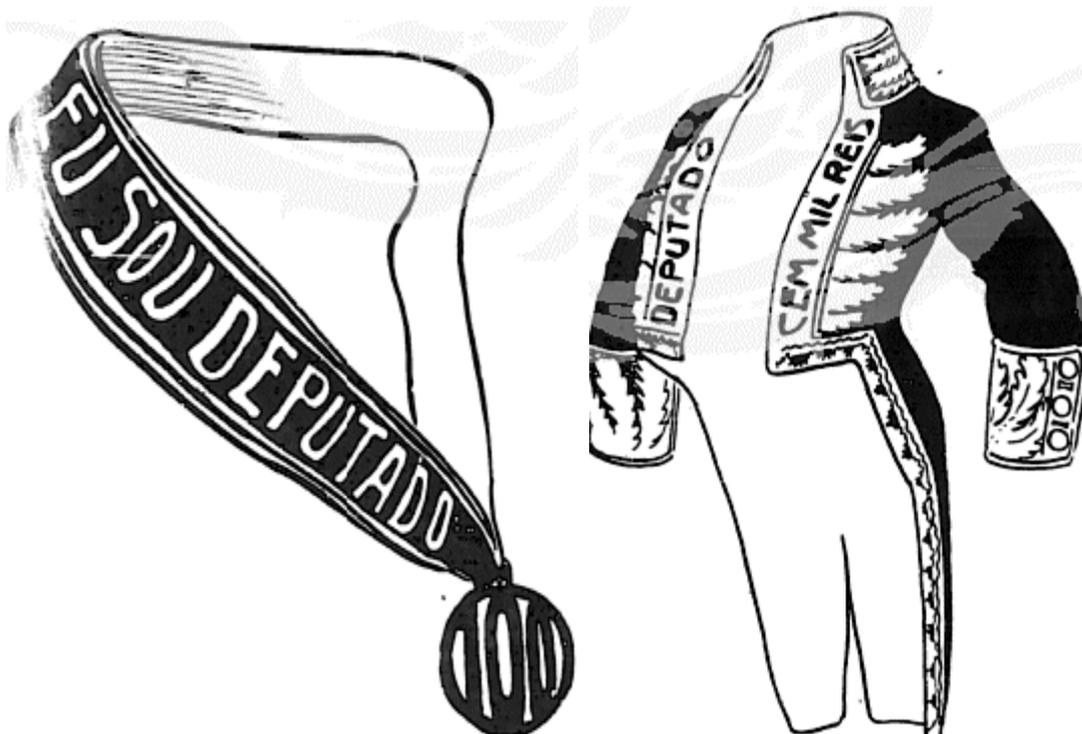


Ilustração 6: *O distintivo Parlamentar*

<sup>168</sup> FON-FON. O distintivo parlamentar. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano V, N. 30, 27 de Julho de 1912, s/p.

As ideias jocosas e exageradas do periódico para o distintivo colocavam a descoberto o ridículo de uma proposição tão vaidosa. Em seguida a revista passou a enumerar as atividades “típicas” da vida de um deputado onde a identificação poderia ser exibida: “funções noturnas ou digressões alegres pelo *Palace-Theatre*, *High-Life* [...] recepções diplomáticas, *five-o-clocks*, temporadas teatrais”, insistindo na necessidade de que o distintivo viesse acompanhado “das palavras – *deputado* e *cem mil réis* por serem as melhores qualidades que um legislador pode exibir e aqueles que estão mais ao alcance do conhecimento popular”<sup>169</sup>. Cem mil réis era a remuneração recebida pelos parlamentares naquela data e, de acordo com *Fon-Fon*, era o principal qualificativo de um deputado, aquilo que juntamente com sua vida de prazeres e de lazer melhor resumia a investidura parlamentar. No desenho a faixa parece mais uma condecoração, e na sua base vemos uma espécie de selo com o número cem, reforçando a relação entre a identidade de deputado e o seu “custo” para o país. Já a casaca criada pela revista era ricamente bordada, lembrando um traje cerimonial ou de festa. O peito estufado da vestimenta, os braços arqueados para trás, sugerem arrogância, mas o traje está vazio, sem uma figura humana para preenchê-lo, parecendo inflado de ar, de “nada”, sua forma seria sustentada apenas pela exagerada noção de grandeza que os deputados teriam de si mesmos.

Na tentativa de criarem para si uma identidade superior, à parte dos demais brasileiros, que os destacasse frente à multidão de faces incógnitas que transitavam por uma cidade que crescia a cada dia e que dificultava o pronto reconhecimento de que se estava frente a alguém poderoso, os congressistas produziram o efeito contrário do que almejavam, ao invés de angariarem respeito e distinção eles ajudaram a consolidar uma perspectiva negativa de si mesmos, fundada na arrogância, na vaidade, na futilidade, no desconhecimento ou na indiferença frente às necessidades e carências do país. Esse tipo de proposta era uma afronta à ideia de igualdade entre os cidadãos que em tese deveria existir na República.

A proposição do distintivo foi engavetada, mas voltou à pauta do Legislativo no ano de 1922, quando, segundo *Careta*, foi pedido “ao Congresso a legislação oficial e oficial promulgação do distintivo para os congressistas de ambas as casas deliberantes”. Era o ano da comemoração do Centenário da Independência do Brasil e diante das festas que se desenrolavam, com diversas oportunidades de exibição pública em meio aos convidados “das *istranjas*”, ressurgiu “a mania do rótulo”, convenientemente reapresentada “nos tempos *centenários*”. O semanário fez interessante consideração sobre o amor do país pelas

---

<sup>169</sup> Ibidem.

“insígnias”, a começar pela bandeira nacional, ““Ordem e Progresso”, um lema positivista, sistema filosófico que está para a nossa história e para a nossa tradição, assim como um espeto está para um ovo, ou um gramofone para a orquestra mexicana...”. A obsessão nacional pela criação de signos que possibilitassem o reconhecimento imediato de posições sociais se reafirmava nos anéis dos “bacharéis e doutores com os *rubis*, os *ônix*, as *safiras*”, e se completava com a proposta de criação da identificação parlamentar, constando no projeto de lei que o formato do “distintivo é a bandeira, e, em relevo, por baixo da dita, a palavra – *deputado* ou *senador*”<sup>170</sup>.

As primeiras décadas do século XX no Brasil testemunharam, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, a expansão de capitais estrangeiros atraídos pelos lucros da atividade cafeeira, o que alargou sobremaneira as atividades comerciais, bancárias e de prestação de serviços. A capital passou a atrair um número cada vez maior de imigrantes, trabalhadores, aventureiros, interessados em aproveitar as oportunidades em aberto. Pelas ruas da cidade circulavam caixeiros, operários, proprietários de pequenos empreendimentos, novos ricos que fizeram fortuna através da especulação financeira, funcionários públicos, homens de letras, etc. O grupo dos abastados e tradicionais não podia mais contar com os títulos nobiliárquicos distribuído no Império para firmarem sua hierarquia e superioridade, de modo que esse aglomerado humano indistinto ofuscava o destaque social almejado pelas elites. De acordo com Nicolau Sevckenko, “A reação das classes conservadoras diante desse panorama inseguro e ameaçador”, foi o “estabelecimento de um verdadeiro culto da aparência exterior, com vistas a qualificar de antemão cada indivíduo”<sup>171</sup>. Nesse contexto, a insistência na proposta do distintivo parlamentar fazia todo sentido.

O episódio é relevante porque ele contrapôs, de um lado, a intenção dos parlamentares de instituir uma forma de identificação aparente que lhes conferisse visibilidade e destaque frente às pessoas “comuns”, garantido de imediato que fossem tratados conforme a autoridade e a respeitabilidade do seu cargo e, por outro lado, a maneira como o projeto foi acolhido pelas revistas, em total oposição à autoimagem dos legisladores. Na perspectiva dos semanários, o distintivo marcava uma identidade parlamentar às avessas, fundada no desprezo pelas suas obrigações legislativas, na incompetência para o encaminhamento das questões que afligiam a nação, na leviandade com que tratavam o dinheiro público, no desrespeito à noção de que o parlamentar – excetuando as prerrogativas necessárias ao exercício do cargo –

---

<sup>170</sup> PADRE ASSIS MEMÓRIA. A Mania do Rótulo. *Careta*. Rio de Janeiro, Ano XV, N. 746, 7 de Outubro de 1922, s./p.

<sup>171</sup> In: *Literatura como missão – Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, págs. 56 e 57.

deveria comportar-se como representante do povo, e não como alguém superior aos seus concidadãos.

Assim, a cobertura do dia-a-dia dos parlamentares construiu e reafirmou, nas páginas desses periódicos, certas características e comportamentos como atributos típicos da função de deputado e senador. A caracterização negativa dos congressistas era disseminada pelas revistas como se fosse algo já posto e partilhado pelo senso comum, passível de ser compreendido pelos leitores. Questionava-se não apenas a capacidade dos legisladores como também o seu caráter, já que alguns comportamentos, mesmo não sendo ilegais, colocavam em dúvida a integridade dos políticos. As notícias publicadas espriavam um clima de descrédito a respeito do Legislativo, mas também estimulavam a discussão sobre como se exercia o poder institucional no Brasil, sobre o papel da imprensa como mecanismo de controle da conduta dos homens públicos e sobre o distanciamento dos mesmos da realidade, dos clamores e das expectativas dos diversos segmentos sociais.

## 2.2. Perfil das personalidades políticas

Os periódicos tinham um interesse exacerbado e grande curiosidade pela vida dos poderosos, envolvendo não apenas o dia-a-dia dos políticos em função, como também suas vidas privadas e aquilo que se poderia chamar de suas personalidades. Os hábitos e as idiossincrasias dos parlamentares integravam os comentários políticos, o que além de permitir um momento de descontração no debate de temas muitas vezes espinhosos, também gerava uma sensação de intimidade e de proximidade do leitor com as figuras políticas proeminentes, que deixavam de povoar um universo institucional visto como impessoal e árido, para transformarem-se em figuras familiares, dotadas de gostos, particularidades e preferências. Vejamos:

Senado – Sisudos e alegres [...] Ao gênero alegre pertencem: o venerando General Glycério, com sua simpática fisionomia expansiva, a sua frase galhofeira, o seu gênio jovial. [...] O Sr. Gonçalves Ribeiro, amador de anedotas picantes, de fatos leves; o arqui-simpático Sr. Azeredo, de uma afabilidade franca, repontada de um pouco de boemia educada [...] E os carrancudos? [...] Srs. Lauro Sodré e Augusto Vasconcellos, apesar do contraste do sorriso que têm sempre nos lábios <sup>172</sup>.

---

<sup>172</sup> Fon Fon! No Congresso. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano III, N. 31, 31 de Julho de 1909, s/p.

Acreditamos que, naquele momento, a falta de transparência que marcava os atos públicos e o encaminhamento das questões políticas institucionais criava uma conjuntura favorável para que a individualidade dos políticos despertasse grande atenção; muitas vezes as revistas iam buscar nos traços de personalidade dos políticos algum tipo de pista, ou indício, que fornecesse uma informação mais precisa e segura, capaz de “decifrar” os códigos que regiam esse mundo tão opaco:

O gesto e a atividade dos deputados variam infinitamente e indicam positivamente se são sinceros ou não. [...] Os oradores que se mexem de um lado para o outro, são versáteis, mudam de opinião conforme as circunstâncias. Nunca se sabe o que querem. [...] O gesto, porém, que representa o auge da sinceridade e do desinteresse é o que consiste em abrir largamente os dois braços e descobrir completamente o peito. Desconfiai, porém, dos oradores que batem no peito com a mão fechada. São os penitentes, os que publicamente confessam os seus erros, dizendo baixinho: *mea culpa*<sup>173</sup>.

Essa tendência era exacerbada quando se tratava das figuras mais destacadas em dado momento político, como era o caso do todo poderoso senador Pinheiro Machado<sup>174</sup>, ou tantos outros que ocupavam funções importantes (presidentes da Câmara e do Senado, líderes da maioria e da minoria, líderes de bancadas, ministros, etc.). Cada qual era esquadrihado pelo olhar avaliador das revistas, que buscava traçar seu perfil através da divulgação de seus hábitos, manias, qualidades e defeitos, personalidade, posição que ocupava na hierarquia informal das influências políticas, dentre outros aspectos. O leitor se deparava nas páginas desses periódicos com um intrincado mundo político e social revelado em seus mínimos detalhes, de modo que, se ele se aventurasse a acompanhar o conteúdo desses periódicos, ele estaria apto a identificar e a situar cada político no dinâmico quadro do “quem é quem” da política institucional.

Em um mundo político regido pelas relações pessoais – onde ser amigo ou inimigo, conterrâneo, parente, agregado, afilhado ou padrinho, protegido, fazia a diferença no momento de ter seu diploma eleitoral reconhecido, a indicação para um cargo confirmada ou uma dotação orçamentária aprovada – ter conhecimento sobre os aspectos privados, os passatempos cultivados, os laços familiares existentes, as antipatias e simpatias que regiam a vida de cada parlamentar não constituíam informações fúteis ou curiosidade inútil. Pelo

<sup>173</sup> De um dos redatores de debates da Câmara *Fon-Fon* recebeu as observações seguintes. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano III, N. 10, 6 de Março de 1909, s/p.

<sup>174</sup> Raymundo Faoro tratou das articulações políticas de Pinheiro Machado e ressaltou seu papel central na definição dos rumos políticos do Brasil, principalmente entre os anos de 1909 e 1914, qualificando-o como um homem astuto e calculista. In: Capítulo XIV – República Velha: os fundamentos políticos. 1. A força e a fragilidade da política dos governadores. O consulado de Pinheiro Machado. *Os Donos do Poder – Formação do Patronato Político Brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001, p. 682 a 711.

contrário, ser capaz de mobilizar essas peculiaridades pessoais era ferramenta importante no trânsito do mundo político, não apenas para a conquista de metas individuais, mas também para operar no cotidiano dos procedimentos políticos de proposição de projetos, votações, etc.. Era preciso saber, dadas as características de cada legislador, com quem se podia contar ou não para levar adiante um acerto institucional ou acordo político. Cada tarefa e empreendimento tinha mais chance de ser bem sucedido dependendo de quem se convocava para integrar uma equipe ou levar a cabo um projeto. Certamente, as notícias de cunho pessoal sobre a vida dos políticos poderiam ser lidas com intenções diferentes, interessando tanto a quem estava imiscuído no meio institucional e poderia fazer uso prático da informação, como àqueles que desejavam apenas saborear uma fofoca e saber da vida privada dos poderosos.

Nesse sentido, um bom entendedor do perfil de cada congressista não seria ingênuo de chamar, por exemplo, o deputado pelo Pará, Antônio Felinto de Souza Bastos, para compor uma comissão, já que, segundo *Careta*, ele “Deve ter estado um mês em cada sessão da atual legislatura [...] Os 11 meses restantes passa-os em Paris a passear no Bois”, nem se daria ao trabalho de indicar como relator de um projeto o deputado por Alagoas, Octávio Rocha de Lemos Lessa, “Pertencente à categoria dos mudos. Não se lhe arranca nem um apoiado”<sup>175</sup>. Daqueles de que nada se sabia ou nada se tinha a dizer atestava-se a sua nulidade no âmbito do quadro político no que toca às questões mais candentes, e a ausência de qualquer influência em assuntos importantes, como as eleições e o orçamento nacional. Recorrer a um homem público sem informações prévias sobre ele, confiando na impessoalidade do sistema político e no seu papel de representante do povo, que deveria se interessar por todas as questões e problemas públicos, era quase sempre a certeza de acabar cometendo um erro de cálculo político, pois em torno de cada parlamentar orbitava um universo de particularidades que demarcavam posições políticas e partidárias, laços familiares, trajetória profissional, desafetos, interesses econômicos, talentos, pontos fracos, rede de amigos, etc.

Não é de estranhar, portanto, que as revistas se esforçassem tanto em oferecer aos leitores o perfil mais detalhado possível das figuras parlamentares de destaque em determinado período. Para se fazer política institucional do Brasil de então, e para compreender ou antever o rumo das medidas tomadas, era preciso, primeiro, conhecer os políticos, e para tanto sempre que possível se unia uma fotografia, desenho ou caricatura à figura em pauta, de modo que o leitor pudesse associar ao nome um rosto, o que reforçava a sensação de intimidade, de interação face a face, e a possibilidade de, quem sabe, reconhecer

---

<sup>175</sup> Carnet Parlamentar. *Careta*. Rio de Janeiro, Ano I, N. 27, 5 de Dezembro de 1908, s./p.

esses personagens pelas ruas da capital ou pelas suas cidades de origem. *O Malho* estampou em vários dos seus exemplares fotografias que nos recordam muito as imagens dos “ricos e famosos” das revistas de fofoca atuais, onde se identifica e situa cada celebridade na cena social com a ajuda de uma pequena legenda. A diferença é que os semanários aqui estudados não poupavam seus protagonistas de ironias, alfinetadas e tiradas humorísticas.



Ilustração 7: *O Momento Parlamentar*

As legendas traziam as seguintes palavras:

6- Raul Faria, mineiro, Faria, mas não faz. Nunca fez. [...] 8- Ubaldino de Assis, baiano. Apesar dos anos, é sempre garboso, elegante e querido das moças. [...] 15- Abelardo da Luz, catarinense. É um guapo rapaz, mas na fotografia saiu com uma cara de sapo em dia de chuva. [...] 12- Oliveira Botelho, “leader” da bancada fluminense, ex-presidente do Estado do Rio. É um orador amável e clássico <sup>176</sup>.

Vemos acima as imagens de quatro parlamentares retiradas de duas edições de *O Malho*, publicadas sob o título de *O Momento Parlamentar*, compostas de duas páginas onde se perfilavam fotografias de senadores e deputados, acompanhadas por um número de identificação que remetia os políticos à legenda correspondente. Seleccionamos quatro dessas

<sup>176</sup> As três primeiras imagens foram retiradas de: *O Momento Parlamentar*. *O Malho*. Rio de Janeiro, Ano XXVI, N. 1.295, 9 de Julho de 1927, págs. 22 e 23. A última imagem aparece em: *O Momento Parlamentar*. *O Malho*. Rio de Janeiro, Ano XXVI, N. 1.301, 20 de Agosto de 1927, págs. 24 e 25.

figuras de modo a explicitar como os políticos povoavam o conteúdo das publicações nas mais variadas facetas, como homens públicos, personalidades sociais, “garotos propaganda” de produtos comerciais, obedecendo a um processo constante de singularização, que apontava para a importância cada vez maior do indivíduo e de sua trajetória pessoal, muitas vezes em detrimento de debates em torno de organizações políticas coletivas, como os partidos. Na *ilustração 7* os legisladores eram “surpreendidos” andando pela rua, seus passos e a postura do corpo davam ideia de movimento, do fluir cotidiano das ações comuns. Os políticos olhavam para a câmera e permitiam ser fotografados, pois ter sua figura estampada nas publicações era uma forma de afirmação social. Mas eles não tinham controle sobre como as revistas fariam uso das imagens, elas tanto poderiam estampar uma coluna social que resultasse em elogios, como servir de suporte para um dito jocoso e crítico a respeito da aparência física ou da postura política do legislador. Essas publicações tinham diversos interesses, elas eram ambíguas e contraditórias no trato com os poderosos, e ao mesmo tempo em que ressaltavam o glamour da alta sociedade da qual faziam parte os políticos elas contestavam os homens públicos no desempenho de suas atividades públicas.

Identificar fisicamente os congressistas, tomar conhecimento de suas fisionomias, traços de caráter, passado político, modo como se expressavam, era uma tentativa de dominar parte desse universo político institucional distanciado, resistente a ingerências e a mecanismos de fiscalização externos. Travar relações com esses sujeitos, capturá-los em uma imagem, pode ser interpretado como uma celebração das elites do país, mas também como gesto de aproximação, tentativa de compreender e adentrar os meandros da política oficial através daquilo que era mais aparente, ou seja, os próprios políticos, já que a organização política vetava a participação de “estranhos”, restringindo o poder de intervenção a iniciados cuidadosamente escolhidos.

Seguramente, a descrição do perfil dos legisladores distribuía críticas e elogios conforme as simpatias das próprias revistas. Para *Careta*, Pinheiro Machado era “uma raposa”, que para “apertar os frouxos laços federativos [...] intervém na vida autônoma dos Estados, rasga diplomas legítimos, anula impecáveis eleições, dilacera os magnos acórdãos dos tribunais”<sup>177</sup>. Já o jovem deputado mineiro Carlos Peixoto Filho era muito elogiado e incensado pela *Fon-Fon* e por *Careta*, por sua oposição a Pinheiro e por simbolizar a promessa de renovação da política nacional, sendo caracterizado como alguém “altivo e

---

<sup>177</sup> VOL-TAIRE. Almanaque das Glórias. General Pinheiro Machado. *Careta*. Rio de Janeiro, Ano IV, N. 182, 25 de Novembro de 1911, s./p.

digno” de “nobre conduta parlamentar”<sup>178</sup>. Carlos Peixoto, um nome hoje pouco lembrado, causava frisson nas páginas das revistas, que davam destaque a todos os seus passos, principalmente após ele ter sido eleito Presidente da Câmara dos Deputados, no ano de 1907, com a idade de 35 anos. Juntamente com outros políticos, esse jovem mineiro integrou um grupo de apoio ao Presidente Afonso Pena, apelidado de *Jardim da Infância*, não apenas pela juventude do círculo, mas também pela sua pretensão em instalar no país práticas de governo mais profissionais e transparentes. A simpatia e boa vontade que *Careta* e *Fon-Fon* dispensavam a Carlos Peixoto era proporcional à ojeriza dirigida a Pinheiro Machado, que naquele momento, em confrontação com Afonso Pena e o grupo do *Jardim da Infância*, acabou saindo vencedor, conseguindo impor o nome de Hermes da Fonseca para a sucessão presidencial<sup>179</sup>. Assim, os perfis delineados pelos semanários não correspondiam a uma descrição objetiva e neutra das personalidades políticas, o que se fazia era atribuir repetidamente uma série de adjetivos e peculiaridades a certo sujeito, de modo que com o passar do tempo sua imagem estava sedimentada por esse acúmulo de definições, positivas ou negativas, que estabeleciam um tipo do qual era difícil escapar. Obviamente existia uma disputada pela fabricação das reputações e da imagem dos homens públicos, cada veículo jornalístico, conforme suas preferências políticas, disseminava representações diferentes dos indivíduos em questão, de modo que Pinheiro Machado, na perspectiva de *O Malho*, não era autoritário e ultrapassado, e sim forte e sábio, e Carlos Peixoto não passava de um ingênuo, sem experiência para lidar com assuntos políticos.

As matérias das revistas deixavam entrever que os acordos, composições e desfechos políticos dependiam mais da liderança e do poder de certas individualidades do que de mecanismos institucionais de negociação, como alianças partidárias, formação de coligações e o diálogo igualitário entre os três poderes da República. Seria falso afirmar que tais instâncias eram inexistentes ou totalmente inoperantes, mas o fato é que elas estavam submetidas a fatores que no jogo político também se revelavam como determinantes: pertencer a certo ramo de uma dada oligarquia regional, cultivar relações íntimas e de confiança com os chefes políticos, saber quais pessoas deveriam ser consultadas no momento de resolver determinada questão ou interesse, conhecer as capacidades, os pendores, os dons e as competências dos

---

<sup>178</sup> Dr. Carlos Peixoto. *Careta*. Rio de Janeiro, Ano V, N. 191, 27 de Janeiro de 1912, s./p.

<sup>179</sup> In: CÂMARA DOS DEPUTADOS. Presidentes das Câmaras dos Deputados: VIII- Carlos Peixoto Filho. Boletim da Biblioteca da Câmara dos Deputados, v. 9, n. 2, jul./dez. 1960, págs. 173 e 174. Disponível em: < <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/12797> >. Acesso em: 19/12/2013; VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: C/ Arte, 2001, p. 186.

parlamentares na hora de distribuir funções, estar a par do grau de envolvimento e comprometimento de cada um com a atividade legislativa, e, porque não, estar atento às circunstâncias pessoais dos congressistas, o modo como levavam suas vidas particulares, administravam suas finanças (ou fortunas) e encaravam a vida familiar. Numa dimensão prática, não idealizada, quantos favores políticos não podem ser angariados quando se está ciente dos pontos fracos e das necessidades dos poderosos?

### 2.3. Vida Social

Podemos afirmar que, naquele momento, o mundo da política (e a dimensão individualizada dos próprios políticos), frequentava diferentes seções das revistas, como: “O Rio em flagrante” e “Notas mundanas” (*Fon-Fon*), indicando uma clara sobreposição das colunas social e política. Esse fato não é irrelevante, e mostra bem como a vida política estava imersa numa rede de sociabilidade que ultrapassava os locais oficiais de encontro (como o Congresso e os gabinetes), fazendo-se presente nas ruas, nos cafés e restaurantes, nas residências particulares, etc. Naquele momento, o segmento parlamentar coincidia com o que se chamava de “boa sociedade”, de modo que muitos deputados e senadores ficavam em evidência, e eram flagrados, não somente no exercício de suas funções, como também no papel de verdadeiros astros da vida social (claro está que da elite), concentrada na cidade do Rio de Janeiro.

As três revistas aqui estudadas noticiavam aspectos da vida privada dos políticos, contudo *Fon-Fon* se destaca como o periódico que mais atenção concedia a esse tema. As informações abrangiam um amplo espectro de assuntos: aparência física dos congressistas (como se vestiam, quais os mais elegantes, padrões de beleza), hábitos e comportamentos sociais (quais os parlamentares mais festeiros, os reclusos, locais que frequentavam, programas preferidos), convivência familiar e indiscrições sexuais (devoção à família, casos extraconjugais, relação com as mulheres), condição financeira dos deputados e senadores, etc. Claro está que esses diversos tópicos não eram tratados da mesma forma. Segundo um código de conduta subentendido da imprensa da época, mesmo as revistas ilustradas e de viés humorístico – que não hesitavam em fazer piadas desabonadoras sobre a vida pública dos congressistas, ou rir de algum aspecto de seus corpos (magreza, gordura, calvície, etc.) e da falta de traquejo social, citando nominalmente o alvo das gaiatices – jamais estampavam o nome dos envolvidos quando se tratava de alguma transgressão da moral sexual da época.

Independentemente do teor da matéria, o certo é que essas notícias revelavam várias facetas da vida social e política de deputados e senadores, ajudando a solidificar imagens, contestar reputações, disseminar desconfianças e reafirmar a fama ou traços de caráter dos congressistas.

RIO EM FLAGRANTE – *Os nossos instantaneos.*

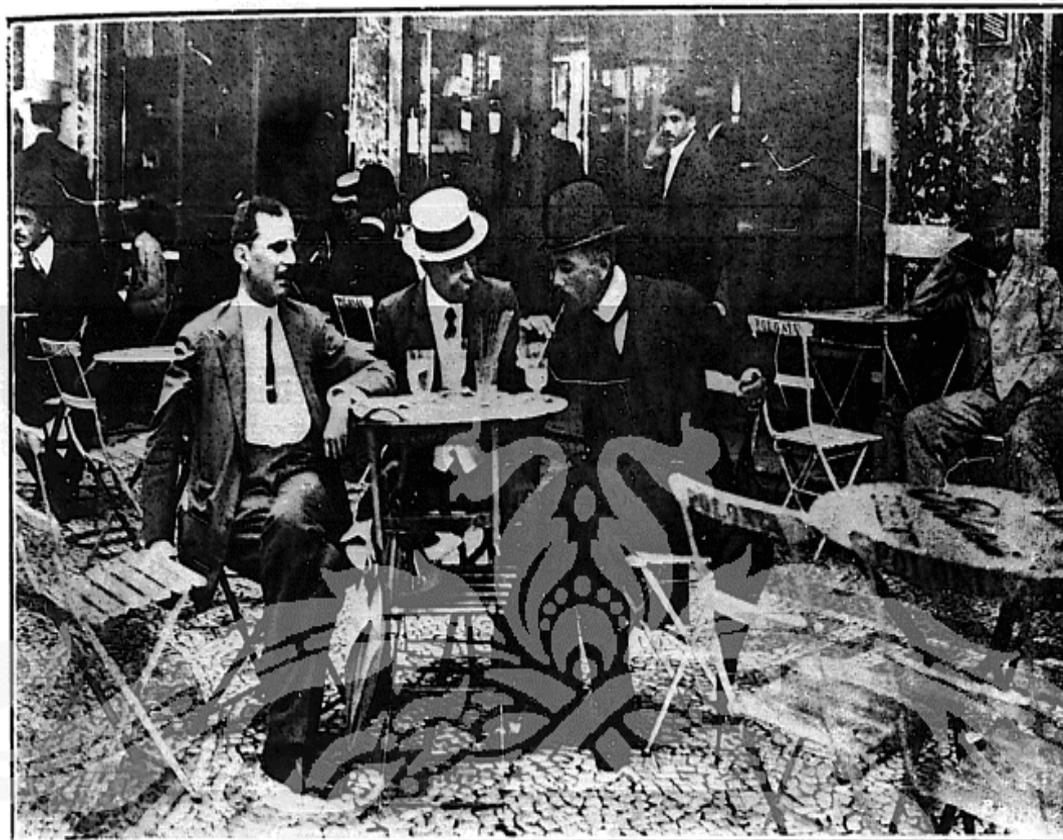


Ilustração 8: *Rio em Flagrante – Os nossos instantâneos*

A fotografia acima tinha a seguinte legenda:

A Kodak de *Fon-Fon*, sempre em movimento, apanhou este interessante grupo: o Dr. Lauro Muller, chupando uma refrigerante cajuoda, o senador Dr. Victorino Monteiro à frescata e o Watson, o chapeleiro dos nossos mais salientes políticos, insinuando o preço de uma cartola Christie <sup>180</sup>.

A máquina fotográfica, a postos para surpreender qualquer situação pitoresca ou inusitada, “apanha” o momento de descontração das altas figuras políticas, capturando na imagem uma cena que diverte e desconcerta, pois introduz na composição imaginada do mundo da política – com sua pretensa sisudez, circunspeção e cerimônia, – uma fresta: um

<sup>180</sup> Rio Em Flagrante. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano III, N. 10, 6 de Março de 1909, s./p.

senador da República com um canudinho à boca chupando um refrigerante de caju. Apesar de um quê de ridículo insinuado pela legenda da foto, ela tampouco deixa de inspirar certa simpatia, pois a fruição desse prazer simples amaina, momentaneamente, a aura de poder que o distingue do restante dos homens, recordando sua humanidade através da satisfação do mais simples dos deleites. Ao mesmo tempo a fotografia afirma que se trata de um grupo privilegiado, capaz de comprar artigos importados e sustentar dispendiosos hábitos de consumo, o que reestabelece sua diferenciação com relação aos cidadãos comuns. A descontração da cena está em todos os detalhes, o braço casual apoiado na mesa, a afirmação da revista de que os protagonistas estavam discutindo assuntos fúteis (como o preço de um chapéu), os demais clientes espalhados pelas outras mesas do estabelecimento, com destaque para a figura solitária ao fundo, à direita, com a mão a sustentar a cabeça, sentado de modo a poder acompanhar o movimento da rua. Ao mesmo tempo em que os políticos estão misturados com o ambiente que os cerca, a fotografia opta por um ângulo que dá a impressão de que a mesa por eles ocupada se destaca das demais, formando um semicírculo que os isola do restante dos frequentadores, centralizando-os em sua importância. Esse jogo de aproximação e de distanciamento dos políticos em face à sociedade permeava diversas passagens das revistas.

Falar dos parlamentares, comentar suas aparições, fofocar sobre a situação familiar de cada qual, era um grande divertimento público, pois, nas palavras de um cronista de *O Malho*, “digam o que disserem, por mais cosmopolita que seja, a Capital Federal continua a ser uma Grande aldeia, onde toda gente se conhece”. O início do ano legislativo era acompanhado de muita animação, senadores e deputados constituíam uma fonte inesgotável de assunto, especulação e mexericos, “Imaginem a falta que não fazem nos bondes, à porta dos cinemas, nos cafês, em toda parte onde se comenta o fato do dia, o anedotário do Congresso”<sup>181</sup>. Conhecer e detalhar o cotidiano dos legisladores era como viver um pouco sua realidade de poder e riqueza, saber dos seus hábitos e preferências era como privar de sua companhia, imaginar seus percursos pelos locais da moda, saber dos gostos da elite, quais programas eram tidos como refinados, como os poderosos passavam seu tempo livre:

Os que são *chics* e mundanos, como o Sr. Arthur Lemos, jogam o *pocker*, à tarde, nos “Diários”, vão ao chá das cinco da Cavé e à noite envergam a elegância suprema da casaca preta e assistem aos encantos do Lyrico. Os que não são *chics* nem mundanos, como o Marechal Pires Ferreira, envergam a pijama caseira e deixam-se ficar em casa, estirados na comodidade da cadeira de balanço a ver correr o tempo. [...] o resto da representação

---

<sup>181</sup> PADILHA, Leão. O Terceiro Ato da Comédia Legislativa. *O Malho*. Rio de Janeiro, Ano XXVIII, N. 1.392, 18 de Maio de 1929, p. 18.

pernambucana, posta-se, como sempre, à porta da chapalaria Watson a ver as moças bonitas que passam, a discutir os últimos acontecimentos políticos <sup>182</sup>.

Através das revistas ilustradas é possível observar outra dimensão dos poderosos da Primeira República, já que diferentemente dos jornais diários, que de modo geral primavam pelo tom sério em seu conteúdo (base de sua credibilidade), as revistas, em razão de sua faceta humorística e mundana, estavam autorizadas a fazer uma cobertura mais irreverente, o que permite ao historiador de hoje matizar aquela imagem sisuda, bacharelesca, maçante e formal do ambiente político do período. Quem consultar os discursos oficiais, os livros escritos por políticos, os jornais diários, os Anais do Congresso, se depararão com outra versão da realidade parlamentar, pois esses veículos estavam geralmente comprometidos com a perpetuação de uma imagem sóbria e circunspecta dos políticos. Já a versão da realidade de *Fon-Fon*, *Careta* e *O Malho* disseminava a faceta extraoficial do universo político, apanhando tudo que pudesse alimentar a rede de boatos e fofocas consumidas pelos leitores das revistas (dentre os quais supomos que se encontravam os próprios protagonistas da política institucional), que se divertiam com o tom galhofeiro, leve e divertido.

Mas o fascínio por essa vida que se afigurava como fácil e prazerosa despertava, além de curiosidade, indignação por parte das revistas, que não deixavam de assinalar o prisma negativo desse tipo de ambiente, sempre permeado pelo perigo da decadência moral e da ruína financeira. Ao mesmo tempo em que os semanários festejavam a faceta chique e refinada desse círculo social, eles expunham certas atitudes como prova da degeneração moral de tal meio, que tendo à sua disposição tantas regalias corria o risco de cair facilmente no excesso. Desse modo o leitor que não pertencesse à elite, ao ter acesso a essas duas perspectivas, poderia admirar e se pasmar diante da abundância em que viviam os poderosos sem se sentir muito diminuído, pois as revistas franqueavam-lhe a possibilidade de, por outro lado, se perceber como moralmente superior aos mandatários. Nesse viés muito se ressaltava a “vida secreta” (nem tão secreta assim), dos políticos.

O NOBRE deputado cultiva amores com o mesmo desvelo com que cultiva a amizade dos eleitores...

Tem o vício das mulheres e não perde vasa.

Agora, por exemplo, esquece as sessões da Câmara, porque tem de comparecer, diariamente, às sessões diurnas de certo “congresso feminino” existente na rua que tem o nome de um dos fundadores desta República que... não é a dos nossos sonhos...

E com que ansiedade aguarda o período dos trabalhos noturnos do Parlamento, porque, assim, poderá também justificar, em casa, as saídas à noite, sem o protesto desconfiado da esposa...

<sup>182</sup> Fon-Fon! No Congresso. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano IV, N. 27, 2 de Julho de 1910, s./p.

Com a palavra o nobre deputado para... desmentir a nossa inocente “trepção”<sup>183</sup>.

O episódio, além de apontar para uma conduta moralmente discutível, já que, segundo o autor, o deputado trai, dissimula, engana e mente para a esposa, indica também um total descompromisso com suas obrigações de parlamentar já que ele deixaria de comparecer às sessões da Câmara para cuidar de interesses que, além de privados, não seriam corretos segundo os padrões da moral vigente. A coluna insinua que a própria atividade legislativa seria conspurcada por essa conduta particular, pois ela era usada pelo “nobre deputado” para mentiras e indiscrições. Esse “congresso feminino” que funcionava em paralelo ao Congresso Nacional se situava em uma rua batizada com o nome de um dos fundadores da República, evidenciando o descompasso entre os princípios daqueles que idealizaram o regime e a suposta “pândega” dos seus sucessores, o que, na visão do cronista, contribuía para “prostituir” um projeto inicialmente “puro”, matando os sonhos daqueles que almejavam uma República diferente daquela que teria se produzido.

De outra feita a revista *Careta* fez comparação similar sobre como os políticos despendiam energia, entusiasmo e engajamento nas suas atividades pessoais, e a intensidade do seu empenho e esforço na vida legislativa.

O Sr. Alaor Prata Soares, moço de olhos chineses e bigodes turcos que é o enlevo das costureiras do *Petit Chic* da rua Visconde de Itaúna. Em um salão *demi-smart* ninguém pode com a vida do Sr. Alaor; para brindes de sobremesa, especialmente se for convidado a saudar o belo sexo, o Sr. Alaor é inigualável, de uma eloquência inexcedível, embasbacavel. Entretanto na Câmara o Sr. Alaor Prata, moita! Mergulha-se num mutismo de jaburu à beira do rio e daquele bico, perdão daqueles lábios tão rosadinhos nem um apoiado brota<sup>184</sup>.

Esse suposto descompasso entre uma vida social e privada cheia de glamour, prazeres e luxo dos congressistas (segundo as revistas), e um trabalho parlamentar qualificado como medíocre, mal feito e que não era levado a sério, foi muito destacado. As publicações viam aí uma hipocrisia, pois enquanto nas tribunas e nos órgãos de imprensa os políticos discursavam sobre a necessidade de valorização da função legislativa, a busca pelo bem comum, a necessidade de corrigir as injustiças sociais existentes e de moralizar os costumes, muitos deles viviam exatamente o oposto do que pregavam, contribuindo para minar a credibilidade do Congresso Nacional com suas condutas privadas, pois em diversas ocasiões estas ocorriam

<sup>183</sup> Trepção era um termo usado à época que significava falar mal dos outros, zombar, usar de maledicência, fazer uma crítica alegre e leve. Trepções. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano XIX, N. 25, 20 de Junho de 1925, p. 39.

<sup>184</sup> X. Se eu fosse deputado. *Careta*, Rio de Janeiro, Ano V, N. 193, 10 de Fevereiro de 1912, s./p.

em detrimento, ou em oposição, aos deveres dos parlamentares: ausência nas sessões legislativas, falta de participação ativa na proposição de projetos e no debate na tribuna, desinteresse pelo desempenho do mandato, etc.

No que toca ao fato de que muitos senadores e deputados possuíam amantes (de acordo com o que insinuavam as revistas), podemos dizer que existia uma apreciação dúbia sobre essa questão. Por um lado detectamos certa tolerância e compreensão pela “fraqueza” masculina, pois se a sociedade da época não tivesse ciência de que tais condutas eram comuns e até certo ponto esperadas não seria permitido que as revistas estampassem esse tipo de comentário em suas páginas. A regra de ouro era preservar o anonimato dos envolvidos, nunca citando seus nomes. Contudo, em uma cidade onde a elite circulava pelos mesmos locais, mantendo relações de parentesco e amizade, era bem provável que muitos soubessem exatamente a quem se referia a coluna indiscreta. Apesar da condescendência com esse tipo de “transgressão”, em diversas ocasiões as revistas, principalmente *Fon-Fon*, ressaltavam que tais condutas eram também vergonhosas para o país, cujos representantes políticos malbaratavam suas horas de ócio e o dinheiro ganho diretamente do erário público com diversões imorais, degradando suas famílias e prestando-se ao papel de serem assunto de falatório e alvo de risos. O desenho abaixo trata desse suposto comportamento, considerado comum pelas publicações.



Ilustração 9: *Despedidas*

A imagem retrata o estereotipo do homem rico e poderoso, político influente, cativado pela beleza e juventude de uma moça de origem presumivelmente simples que estaria interessada nos recursos financeiros do parceiro, como aponta a legenda da imagem:

*O deputado* – Embarco para o Amazonas no primeiro vapor. Vou gozar as férias parlamentares: mas em princípios de Maio cá estarei de novo, para continuarmos as nossas deliciosas sessões.

*Ela* – Não sei se resistirei tanto tempo longe de ti.

Se ao menos, como recordação, tu me deixasses os... 10% ?!!<sup>185</sup>.

A moça está vestida de forma luxuosa e até exagerada, sua juventude fica em relevo frente ao semblante mais velho do interlocutor. Eles estão em um lugar público que aparenta ser refinado, usufruindo de um momento de lazer. O político informa a amante da sua partida, e esta, ao invés de se mostrar entristecida, como é de praxe nas situações de *Despedidas* (título da imagem), só pensa em angariar mais alguma vantagem que lhe permita “resistir” – financeiramente – à ausência do seu provedor. Os 10% que a mulher cita se refere à porcentagem de aumento concedido aos proventos dos congressistas naquela ocasião, com grande repercussão nos impressos, que criticaram ferozmente o absurdo desse acréscimo salarial diante das condições precárias de vida da maioria da população brasileira e dos muitos privilégios que já gozavam os políticos. A mercantilização das relações amorosas e sexuais era relacionada, assim, com aquilo que os periódicos consideravam como sendo o vínculo mercenário que muitos legisladores mantinham com o cargo, a mulher “pública” e a função pública se assemelhavam em sua condição prostituída pela mediação do dinheiro e pela intenção de lucro. Do mesmo modo que as amantes não possuiriam, presumivelmente, um amor verdadeiro pelos seus mantenedores, na perspectiva das revistas os parlamentares tampouco almejavam uma cadeira no Congresso para defender crenças e projetos políticos, e sim para manter certo estilo de vida, “Aos poucos vamos descobrindo porque os deputados necessitam de duzentos mil réis diários, para viver. E, enquanto o povo paga impostos, achando a vida um pesado fardo, uma viuvinha alegre sorri satisfeita”<sup>186</sup>. Não bastasse o quanto era comum esse tipo de comportamento entre os representantes da nação, as publicações também destacavam que os políticos se arriscavam a passar da posição de traidores das esposas, para a de enganados pelas amantes, cenário que se afigurava como ridículo e patético na concepção machista das revistas.

Depois que o ilustre deputado partiu para a terrinha natal [...] certa criatura [...] resolveu adotar novos hábitos... Pelas manhãs de sol ela vai à praia e aí já encontra alguém, para companheiro dos seus demorados banhos de mar.

<sup>185</sup> *Despedidas. Fon-Fon.* Rio de Janeiro, Ano II, N. 41, 18 de Janeiro de 1908, s./p.

<sup>186</sup> *Trepações. Fon-Fon.* Rio de Janeiro, Ano XXI, N. 37, 10 de Setembro de 1927, s./p.

[...] Quando é noite fechada, ambos se fecham em lugar ignorado. Ela, certamente, procura distrair-se, matando *saudades* do deputado ausente, que, por sinal, ainda paga a casa e mais *comidas*, enquanto o rapaz moreno, espadaúdo, vai tirando, com bastante habilidade, a sua *casquinha*. Para alguma coisa, afinal, devia servir um deputado...<sup>187</sup>.

Assim, as peripécias amorosas dos políticos eram invariavelmente relacionadas com o cargo que ocupavam, e ao final de cada relato relacionava-se o estilo de vida desses homens com a sua função pública, “O Rio tem seus encantos, é verdade, e que deputados são uns pândegos também ninguém duvida”<sup>188</sup>, de modo que a identidade parlamentar fixada pelos periódicos advinha não apenas de seu desempenho como legisladores, mas também do modo como se comportavam no âmbito pessoal, abrangendo um amplo espectro de características e atitudes que moldavam a reputação dos homens públicos. A reputação é um elemento frágil e às vezes um simples boato pode prejudicar concretamente a vida de alguém, ainda mais se ele é um político profissional, no caso de se viver em uma democracia esse sujeito depende da credibilidade junto ao eleitorado para seguir carreira. No que toca aos deputados e senadores da época as revistas geralmente questionavam a reputação em termos de honestidade do grupo como um todo, não fazendo referência a nomes específicos. O que elas sim faziam era descrever as condutas de alguns legisladores (identificando-os nominalmente), como claramente inadequadas (como passar todo o período da legislatura viajando pela Europa), na certeza de que tais abusos não seriam punidos, já que a eleição dos mandatários independia de uma eventual retaliação popular. Porém, ao expor esse tipo de comportamento os semanários acabavam por colocar em dúvida a reputação da classe política em seu conjunto, o que, ao longo do tempo, pode ter ajudado a minar a confiança dos leitores/cidadãos nos parlamentares e no próprio poder Legislativo<sup>189</sup>.

O enfoque na vida privada de deputados e senadores configurava mais do que um simples interesse pela fofoca, ele ajudava a traçar um perfil dos políticos através de diversos prismas, confrontando o leitor com questões fundamentais: os limites entre a vida pública e a

<sup>187</sup> Trepções. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano XXI, N. 4, 22 de Janeiro de 1927, s./p.

<sup>188</sup> Trepções. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano XXII, N. 20, 19 de Maio de 1928, s./p.

<sup>189</sup> De acordo com John B. Thompson, “Reputação é um aspecto do capital simbólico; é a relativa apreciação e estima concedida a um indivíduo ou instituição, por outros. [...] Podemos distinguir entre dois tipos de reputação – o que eu chamaria de *reputação específica da competência e reputação de caráter*. A reputação específica da competência é o tipo de reputação que alguém consegue da demonstração de competências específicas [...]. A reputação de caráter [...] consegue por ser uma pessoa fidedigna e confiável, uma pessoa de probidade e integridade. [...] você deve demonstrar um padrão de comportamento através do tempo que outros possam julgar ser digno de sua estima. Ambos os tipos de reputação constituem um recurso no qual os indivíduos se apoiam e usam a fim de conseguir seus interesses e objetivos. [...] necessita-se de um longo período de tempo para conseguir certa reputação”. In: *O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002, p. 297.

privada, quais os atributos ideais de um político, o que é legítimo esperar ou exigir de uma figura pública. Richard Sennett observa que a partir de meados do século XVIII viria se exacerbando, no mundo ocidental, uma “superposição do imaginário público e privado”, de modo que “Na política moderna, seria suicídio para um líder insistir em dizer: esqueçam a minha vida privada; tudo o que precisam saber ao meu respeito é se sou um bom legislador”<sup>190</sup>. Claro está que as reflexões do autor incidem sobre uma realidade histórica e social específica, mas suas ponderações nos ajudam a pensar sobre aspectos da nossa documentação que apontam nitidamente para o entrecruzamento entre a vida pessoal e pública dos parlamentares como dados que interessavam de modo igual as publicações ilustradas.

*Fon-Fon* bem compreende a missão bisbilhoteira do jornal moderno e sabe que hoje, à curiosidade do leitor já não basta a exibição externa da vida, nem o simples conhecimento exterior das grandes individualidades nacionais. O leitor de hoje, não se contenta em *ler*, em *ver* somente; quer mais, exige que o jornal moderno penetre nas intimidades e depois venha contar-lhe o que viu, o que se passa, o que se sente lá dentro <sup>191</sup>.

Os tropeços íntimos dos congressistas não eram avaliados apenas segundo os códigos morais então predominantes, pois nesse viés parecia existir certa condescendência por parte das revistas que se divertiam com as peripécias dos políticos, a condenação emergia quando da comparação entre o universo público e privado, da devoção desequilibrada que os parlamentares aparentemente dedicavam ao último, quase sempre em detrimento dos seus deveres e à custa do Tesouro. Possuir amantes não seria um grande problema caso os deputados e senadores fossem legisladores competentes, se mostrassem engajados em suas tarefas, interessados em melhorar os índices de saúde, da educação e da economia do país. A conduta individual leviana era apenas a gota d’água no momento de avaliar os políticos, pois além de conduzirem uma política ineficiente e fracassada, eles coroavam sua indiferença pelo coletivo com toda sorte de desejos e caprichos ilimitados que – e aqui está o ponto fundamental – muitas vezes entravam em conflito com suas obrigações parlamentares e que se afiguravam como desabonadores não apenas em termos de, por exemplo, a moral sexual da época, mas em razão de externalizarem uma atenção desproporcional a suas vidas privadas, em detrimento de uma ação mais efetiva no mundo público.

<sup>190</sup> In: *O Declínio do homem público – As tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 41.

<sup>191</sup> Os nossos Grandes Homens na intimidade. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano II, N. 19, 15 de Agosto de 1908, s./p.

## 2.4. Práticas de favorecimento

Ao acompanhar o cotidiano dos parlamentares as revistas frequentemente denunciavam o que chamamos de práticas de favorecimento, disseminadas, segundo os periódicos, não somente entre os congressistas, mas em todos os escalões e instâncias governamentais como: preferência dada a amigos e parentes para o preenchimento de ocupações públicas, privilégios concedidos a familiares e conhecidos, proteção dispensada à *entourage* que orbitava em torno dos políticos e que constantemente cercava os parlamentares em busca de algum benefício ou favor, etc. A procura pelas mercês dos deputados e senadores seria constante, mas alguns eram mais assediados do que outros. “O senador que mais cartas e visitas recebe no Senado, é o Sr. Severino Vieira [...] procuram-no porque Sua Excelência tem sempre uma frase de agrado, uma promessa consoladora”; no caso da Câmara, “O deputado mais procurado é, incontestavelmente, o Sr. Seabra [...] Procuram-no para pedir proteção, para pedir emprego”<sup>192</sup>. A possibilidade de ascensão social ou de uma melhoria na condição de vida aumentava em razão da maior proximidade com o poder, dependendo da discricionariedade de indivíduos que detinham recursos econômicos, políticos e sociais e que, portanto, podiam distribuí-los, vez ou outra, entre os demandantes. A peregrinação à procura de uma indicação, de um posto de trabalho, da solução de algum problema pessoal era definida na gíria da época como *cavação*; o *cavador* era um tipo conhecido, que deveria se submeter a um ritual diário se aspirava a conquistar o auxílio e a intervenção dos poderosos.

[...] o cavador [...] aporta sem sentir à Câmara dos Deputados [...]. E o cartão do pobre diabo que à custa tomou passagem, sulcando os corredores, subindo e descendo escadas, chega por fim ao seu destinatário que o recebe já de revés [...]. E o infeliz, que fora, anseia qualquer decisão, boceja, coça a cabeça [...] o cavador se demora até que o soar de uma campainha [...] anuncia a terminação do espetáculo, ora que diabo! da sessão, e a conseguinte retirada dos parlamentares. E não perdeu tempo e dinheiro o cavador coitado?! [...] Volta no dia seguinte; as mesmas cenas se repetem [...]. Ingênuo! Pois não desconfia ele que o Deputado está o engazopando?! Que em vez de ser-lhe franco, anima-o a procurá-lo sempre... todos os dias?! É que ninguém sabe de uma coisa, e vem a ser, que os políticos supõem que a sua importância cresce na razão da procura; e eis porque nunca dissuadem, preferindo enganar, dizer rindo-se e abraçando: Volte amanhã... você sabe... quando me interesse...<sup>193</sup>.

Pelo que se descreve no trecho o requerente dependeria totalmente da boa vontade do deputado para ter suas aspirações atendidas, mas os políticos, na perspectiva do autor, não

<sup>192</sup> Fon-Fon! No Congresso. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano III, N. 42, 16 de Outubro de 1909, s/p.

<sup>193</sup> SORAM, Alsemer. Um momento de “cavação” na Câmara. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano II, N. (?), (?) de Setembro de 1908, s./p.

demonstrariam uma real preocupação pelas necessidades alheias, o que se infere é que neles não se podia confiar, a simpatia que expressavam seria simulada e visaria apenas o próprio interesse. A crônica termina concluindo que a única fonte de proteção disponível para o cidadão, e que poderia ampará-lo diante dos imprevistos da vida, era a que advinha da solidariedade que emanava das relações mais íntimas e pessoais, o texto tem o seguinte desfecho: o *cavador* desesperado um dia “encontra um amigo que sem ser Ministro nem Deputado o coloca ao abrigo das necessidades”<sup>194</sup>. É no cuidado das relações afetuosas<sup>195</sup> que o necessitado poderia ter alguma esperança de escapar do anonimato e da indiferença que pairava sobre a multidão de seres humanos, ignorada em sua carência coletiva. Para alguns seria possível alcançar a salvação ao contar com a palavra amiga de um conhecido qualquer, que os alçava do desamparo de ser mais um, individualizando-os no pertencimento a um grupo restrito qualquer, um *nós* que se encarregava de cuidar dos *seus*.

As tentativas de aproximação com o poder na busca por remediar uma situação qualquer não ocorriam sem antes se “pagar tributo” aos pequenos funcionários do Congresso, mediadores entre os peticionários e os parlamentares, capazes tanto de agilizar uma demanda como de tornar inviável um acesso, esse era o caso do

proverbial Cidade [...]. É o encarregado do vestiário [...]. Popularíssimo; conhece toda gente. À beira dele há sempre vários solicitantes que esperam as boas graças dos paredros. Cidade não é propriamente o verdadeiro Cérbero do estabelecimento, embora consta que morda... Que diabo: é mister viver, a carestia aumenta, o Estado é parcimonioso com seus servidores humildes<sup>196</sup>.

“Morder” significava tirar algum proveito financeiro de uma pessoa ou de um episódio. Ao que tudo indica o comportamento do referido funcionário era conhecido por todos, que aceitavam seu papel com naturalidade, pois mais do que viver dos seus proventos se esperava que o encarregado explorasse sua posição privilegiada para angariar vantagens, mesmo à custa da desgraça dos outros, numa clara demonstração de que as práticas predatórias não eram prerrogativa dos políticos, e sim algo comum, disseminado por toda a sociedade, tratava-se apenas de uma questão de oportunidade. Não é à toa que *Careta*, em sua coluna humorística chamada *La Carète Économique*, incluiu a *cavação* no rol das atividades econômicas do país, definindo-a como “L’industrie des cavations [...] un des plus prospères

---

<sup>194</sup> Ibidem.

<sup>195</sup> In: BIGNOTTO, Newton. Das barricadas à vida privada. *Nova Economia*. Belo Horizonte, vol. 16, n. 3, setembro/dezembro de 2006, p. 471.

<sup>196</sup> JOÃO DA CÂMARA. Sob a cúpula do Monroe. *O Malho*. Rio de Janeiro, Ano XVIII, N. 883, 16 de Agosto de 1919, s./p.

du Brésil. [...] qui occupe plus de gent dans notre terre”<sup>197</sup>. O ordinário desse costume se revela pela variedade de palavras e de expressões usadas para descrever esse universo de apadrinhamento, como *engrossar*, que significava prestar reverência àqueles que possuíam algum recurso almejado pelo requerente. Em dada oportunidade *Fon-Fon* informou o leitor sobre a emergência de uma nova expressão para designar esse hábito nacional.

*Pega na chaleira. Que é? Que significa? Dizem que a sua origem vem dum hábito doméstico – quando a criadagem quer testemunhar amizade à patroa, ou a quer engrossar, há sempre algum criado que tem o porfiado interesse em ser o primeiro a pegar na chaleira para servir a dona de casa. Assim, o termo significa adular, bajular. [...] E aqui tem os leitores a origem e o significado do novo termo, que ouvirá muitas vezes*<sup>198</sup>.

Os parlamentares reclamavam do assédio, mas procuravam atender minimamente os pedidos dos demandantes, assegurando uma rede de correligionários que lhes devesse algo, de modo a mobilizá-los a seu favor quando necessário. Segundo as revistas, para dar vazão a tantos requerimentos e quando a pressão se tornava muito grande, surgia a ideia conveniente de se reformar algum órgão público, como “do tribunal de contas, da guarda-civil ou do hospício de alienados”, ampliando o quadro de funcionários, assim, “tendo conseguido encaixar na reforma os seus protegidos (?), deputados e senadores podem circular com certa liberdade pelos corredores. Depois, novo assédio, nova reforma, e outro ciclo se completa”<sup>199</sup>. A esperança de melhoria das condições de vida estava depositada em grande parte na busca por algum tipo de relação pessoal que pudesse garantir a ascensão do indivíduo. Agir em nível coletivo, através de sindicatos ou associações, trazia o risco da repressão policial e introduzia um elemento de impessoalidade difícil de ser suportado na sociedade brasileira<sup>200</sup>. Estabelecer uma conexão direta com os poderosos, enunciar seu nome, portar uma carta de recomendação, explicar a peculiaridade do caso e torná-lo mais legítimo do que as necessidades gerais da sociedade, traduzia o desejo de se colocar acima da pluralidade dos homens e reafirmava a descrença nos mecanismos públicos para o encaminhamento das insatisfações sociais.

<sup>197</sup> *Careta*. Rio de Janeiro, Ano IV, N. 183, 2 de Dezembro de 1911, s./p. Elias Thomé Saliba esclarece que a referida coluna era “escrita numa língua macarrônica franco-brasileira”, tendo “como recurso cômico menos o conteúdo do que a própria forma de expressão, reiterando aquela estratégia do *efeito humorístico criado pela própria linguagem*”. In: *Raízes do Riso: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 107.

<sup>198</sup> CASTROLOPES. A última criação da gíria. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano III, N. (?), (?) de Fevereiro de 1909, s./p.

<sup>199</sup> I. GREGO. O sinal decisivo. *Careta*. Rio de Janeiro, Ano XV, N. 709, 21 de Janeiro de 1922, s./p.

<sup>200</sup> DAMATTA, Roberto. *A casa & a rua – espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991, p. 59, 60 e 84.

Na esperança de usufruir dos benefícios a que os políticos tinham acesso formava-se uma corte em torno deles, como bem representa a ilustração abaixo, que contém a seguinte legenda: “Chuva de amigos íntimos sobre um cidadão preconizado para um alto cargo”<sup>201</sup>. O desenho traz um homem encoberto da cintura para cima por um amplo guarda-chuva que tampa suas feições. Sobre ele caem várias figuras humanas, como que lançadas do céu, indicando que vieram de “lugar nenhum”, e a expressão “chuva de” ressalta a abundância de amigos que recaiu sobre o sujeito. Ele parecia estar preparado para essa tempestade de colegas que repentinamente desejavam privar da sua intimidade, tanto que está com o guarda-chuva aberto como a esperar a investida, suas pernas se vergam sob o peso de tanta “consideração” e ele tenta se proteger dos adutores que com certeza rapidamente se transformarão em pedintes. O fato é que o aparato estatal, com sua relativa abundância de postos de trabalho, sua constante demanda por fornecedores de bens e serviços e suas valiosas concessões econômicas era frequentemente encarado como um instrumento para a realização de projetos pessoais. Alcançar uma colocação importante não significava apenas ascender individualmente, mas também ganhar relevo social pelas dádivas que o sujeito poderia, em tese, distribuir.



Ilustração 10

<sup>201</sup> *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano III, N. 22, 29 de Maio de 1909, s./p.

Outra prática destacada pelas revistas era a da utilização privada de bens e recursos públicos pelos amigos e familiares de políticos: “lá vai com a família a divertir-se, no gozo honesto e cômodo dos automóveis oficiais”; ironiza o cronista, “peço ao Altíssimo, cheio de Fé, cheio de ardor, que me conceda a graça suprema das relações oficiais, para que, por um domingo destes, eu possa ir [...] em automóvel de luxo, com *chauffeur* fardado e armas da República”<sup>202</sup>. A denúncia dessas atitudes era permeada pela clara noção da desigualdade entre os poderosos e o restante da população no que toca à observação dos preceitos legais, “Pois então um filho de ministro, um irmão de senador, [...] pode estar sujeito aos mesmos rigores da lei, da mesma maneira que um pobre diabo que não anda agarrado aos parentescos do alto? Que tolice...”. No caso desses privilegiados serem apanhados em algum contratempo bastava ameaçar o interlocutor, que “receberia logo pela cara o nosso característico: - *Você sabe com quem está falando?*”<sup>203</sup>. Roberto DaMatta, ao analisar a formação da sociedade brasileira, considera que a frase “Você sabe com quem está falando” é uma típica tentativa de afirmação de autoridade do brasileiro nas relações cotidianas, ela visa sedimentar a hierarquia social e a superioridade de quem enuncia a sentença. Frente a uma situação de conflito se lança mão da frase para colocar o adversário no seu devido lugar, lembrando-lhe que mesmo sob o império da lei existiriam forças maiores, fundadas no poder político e econômico que fariam prevalecer a vontade dos mais privilegiados<sup>204</sup>. Assim, para além dos discursos sobre a igualdade entre os cidadãos e o fim da categoria de súdito inaugurada com a proclamação da República, a hierarquização social prevalecia pela diferenciação econômica, pelas relações de parentesco, amizade e compadrio, colocando alguns sujeitos acima do princípio republicano de aplicação universal da lei. Esse abismo entre o que era estabelecido pelo ordenamento legal abstrato e aquilo que se efetivava na realidade cotidiana se tornava ainda mais desesperador quando os próprios legisladores, e políticos em geral, burlavam o sistema legal que ajudaram a implantar, disseminando um clima de cinismo que atingia a credibilidade de todo o sistema político.

Tal quadro se adensava quando o foco das publicações recaía sobre os privilégios usufruídos diretamente pelos congressistas.

---

<sup>202</sup> FLAVIO. Dias Passados. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano IV, N. (?), (?) de Outubro de 1910, s./p.

<sup>203</sup> *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano V, N. (?), (?) de Junho de 1912, s./p.

<sup>204</sup> In: *Carnavais, Malandros e Heróis – Para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, págs. 187 a 217.

## 2.5. Privilégios da classe política

O interesse das revistas pela vida dos congressistas no exercício de suas funções públicas incidia sobre acontecimentos e rotinas que mesmo não sendo diretamente relativas à atuação dos parlamentares, decorriam diretamente do fato de possuírem um mandato, como por exemplo privilégios e regalias que angariavam pelo simples fato de serem deputados e senadores. Eram frequentes os protestos contra legisladores que estariam deturpando certos direitos e prerrogativas do cargo, tirando vantagem pessoal e indevida de institutos legalmente previstos, como o da licença remunerada, ou mesmo se permitindo a ausência injustificada do trabalho para tratar de interesses particulares:

Tem-se verificado, ultimamente, que aumenta o número de deputados que estão a partir ou já partiram para a Europa a fim de gozar, no velho mundo, as vantagens do subsídio. [...] felizes congressistas que, sem nenhum motivo plausível que lhes justifiquem as ausências, tomam o vapor aqui no cais do porto e batem a linda plumagem, deixando a Câmara, em pleno regime de trabalho, com o *leader* da maioria a lutar com as maiores dificuldades para obter número para as votações. [...]. Deste modo, com certas facilidades, inerentes ao cargo, que encontram para redução nas passagens de vapores nacionais ou mesmo estrangeiros, o deputado chega a Paris [...] com aquela bela soma mensal, que só ela lhe permite todas as fantasias, no caso de não contar com outros recursos<sup>205</sup>.

A situação evidenciada coloca em destaque o hipotético descompromisso de alguns deputados com suas obrigações legais e para com o país. Ao contrário dos demais trabalhadores que precisavam cumprir sua jornada de labor e, em caso de falta, sofrer as consequências, certos parlamentares se sentiam à vontade para abandonar seus postos no auge do ano legislativo, com a segurança daqueles que se sabem resguardados de qualquer punição. A falta de quorum nas reuniões legislativas era um problema constante, que permeou as páginas das revistas durante todas as décadas que pesquisamos. As pautas se acumulavam com projetos para serem votados, as comissões parlamentares ficavam paralisadas pela ausência de seus membros, os orçamentos da nação demoravam meses além do previsto para serem discutidos e votados. Em um sistema político onde a participação institucional dos cidadãos era bastante restrita, tanto pelos critérios legais para ser eleitor como pela realidade de falseamento das eleições, as revistas consideravam um acinte que muitos congressistas abrissem mão espontaneamente da ação política e do envolvimento com a vida pública, concebendo a função como meio para gozar livremente do seu tempo, sem qualquer constrangimento perante o povo.

---

<sup>205</sup> Olho de Moscou. Viagens de Congressistas à Europa. *O Malho*. Rio de Janeiro, Ano XXVII, N. 1.350, 28 de Julho de 1928, p. 18.

Não há dia em que a imprensa não noticie que mais um membro do Congresso está com as malas arrumadas e passagem comprada para partir para a Europa. [...] Não há nada como a gente ter prerrogativas e exata compreensão de seus deveres. [...] Quando se abre o Congresso, já a pasta da comissão respectiva está cheia de pedidos de informações. Mas porque pedem licença? Porque não embarcam livres desse pedido? É que sem licença não há a regalia do recebimento mensal do subsídio<sup>206</sup>.

O que se destaca no comentário é o fato de que, de acordo com os periódicos, os legisladores agiam segundo um cálculo, manobrando o regimento interno de forma a obter vantagens pessoais por meio dos instrumentos legais disponíveis, impedindo assim qualquer tipo de perda financeira. Essa deturpação e abuso das normas reforçava um clima de desilusão com relação à atividade legislativa, entendida como mecanismo que reafirmava o fosso existente entre cidadãos de primeira e de segunda classe, “a condição especial de Deputado ou Senador, separadamente, dá direito a umas tantas comodidades, desconhecidas de outros mortais”<sup>207</sup>. Na imagem a seguir<sup>208</sup> se evidencia a ruptura entre as necessidades institucionais do país, que aparecem como abandonadas no Brasil, sofrendo pelo descaso dos parlamentares, e a vida supostamente boêmia de vários deputados que se recusavam a trabalhar, mas que davam número para as farras em Paris, fazendo dali a sede informal do Congresso pela quantidade notável de políticos brasileiros reunidos na *cidade luz*, como informa o título da ilustração. Nesse desenho o poder Legislativo é encarnado por uma mulher chorosa, vestida de modo simples, pouco atraente e com ar de abandono. Os parlamentares aparecem se divertindo em Paris, como indica a linha divisória traçada no chão, enquanto que no Brasil a Câmara padecia com o absenteísmo e a indiferença dos seus membros. Em contraposição à tristonha figura da Câmara, que não tem ninguém do seu lado, os congressistas desfrutavam da companhia animada de três cocotes, vestidas elegantemente conforme a moda, e que se comportam de maneira irreverente e voluptuosa, mantendo contato físico com os deputados, dançando e sorrindo. A legenda, “Oh filha! Dá uma folga n’isso!”, reforça a suposta condição de “amante” das moças, pois o termo *filha* era uma forma típica de tratamento dos maridos para com as esposas da época. O deputado está admoestando a Câmara para que pare com esse papel tão frequentemente atribuído às esposas de se lamuriarem em razão da conduta desregrada dos homens, que não suportariam tantas cobranças e reclamações.

<sup>206</sup> *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano IV, N. (?), (?) de Maio de 1910, s./p.

<sup>207</sup> M.P. Sete dias de um neurastênico. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano IV, N. 22, 28 de Maio de 1910, s./p.

<sup>208</sup> *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano IV, N. 29, 16 de Julho de 1910, s./p.

## O CONGRESSO NACIONAL..... EM PARIZ



Ilustração 11: *O Congresso Nacional... Em Paris*

O tema da falta de quorum era um dos mais comuns nas páginas das publicações, o que parece ter aborrecido os legisladores da época, pois a já citada *Revista Parlamentar*, veículo oficial dos legisladores, veio a público expor sua visão do quadro e mostrar as nuances que segundo ela deveriam ser levadas em conta no momento de se avaliar a atuação e o desempenho do Legislativo.

Houve este ano, como de costume, campanha contra a Câmara, sendo os atuais deputados, como todos os outros, acusados de trabalhar pouco. [...]

À primeira vista, essa questão de faltas, que de fato não influi grandemente sobre os trabalhos parlamentares, parece ter a sua importância.

A verdade, porém, é que os deputados, quando não se trata de dar número para as votações, podem deixar de ir à Câmara sem prejudicar a boa marcha dos seus trabalhos. Se lhes escapa um discurso, ou qualquer detalhe do debate, corrigem a falta pelo “Diário do Congresso”. E como todos os projetos e orçamentos têm que passar pelos trâmites regimentais e têm que ser objeto de consciencioso estudo das comissões, a Câmara não pode votar todos os dias. [...] Poucas vezes tem sido a Câmara tão censurada de vadiagem como este ano. E, talvez, nunca a censura foi tão injusta <sup>209</sup>.

<sup>209</sup> *Revista Parlamentar*. Rio de Janeiro, Ano I, N. 5, 2 de Outubro de 1915, p. 29.

Interessante que, na perspectiva do impresso, o que ocorria era uma campanha de desmoralização do Congresso, e mesmo admitindo implicitamente que as faltas existiam alegava que elas não significavam “vadiação”, pois o trabalho parlamentar se fazia em vários níveis, e não apenas nas votações. Assim, o desconforto com a cobertura da imprensa era real, incomodava, suscitava reações, motivava esclarecimentos, repercutia no ambiente político e acabava por promover algum tipo de debate sobre o funcionamento das instituições, mesmo que tímido e circunscrito a um pequeno público. As críticas eram conhecidas e pelo menos uma parcela da elite política não era imune ou indiferente a elas.

Outro assunto exaustivamente tratado e ironizado pelas revistas era o salário dos congressistas (então denominado de subsídio), tido por elas como excessivo e em total desacordo, segundo a avaliação dos periódicos, com as realizações dos parlamentares e com a realidade material vivenciada pelos demais brasileiros.

A situação do Deputado é excessivamente precária entre nós.  
Essa pobre gente que tanto trabalha e tanto bem faz a Pátria, ganha apenas setenta e cinco mil réis por dia! [...]  
Façamos para demonstrá-lo um pequeno cálculo da despesa diária de um Deputado:

Hotel.....	15\$000
Tilbury (para ir à Câmara).....	5\$000
Almoço na cidade.....	6\$000
Jantar “ “.....	7\$000
Despesas de representação.....	20\$000
Vida noturna.....	30\$000
	83\$000

Vê-se pois que passando eles regularmente há um *déficit* de oito mil réis!  
Imaginem agora se o infeliz tem família! [...] Sobre esses magros setenta e cinco mil réis existia um imposto de 10%. [...]  
Abnegados, resignados, suportavam esta *facada* legal, mas um deles, num ímpeto de justíssima indignação passando por sérias privações, soltou o grito da revolta.  
Não lhes digo nada! Os 10% foram parar nas profundezas do Inferno!  
Parabéns aos incansáveis trabalhadores que com tanto fervor se bateram por esta legítima reivindicação <sup>210</sup>.

No texto, a injustiça da desoneração de impostos sobre o alto subsídio pago aos congressistas fica ainda mais patente diante do cenário traçado pelo cronista, que apresenta a vida dos parlamentares como uma folgança diária, plena de diversão e bem estar. Nessa mesma edição de *Fon-Fon* o tema aparece outras vezes, e a publicação faz um contraponto entre a decisão do Congresso de extinguir em benefício próprio os “10%” que gravavam seus ingressos e a resolução desse mesmo Parlamento que “Reduziu, cortou, reprovou todas as

<sup>210</sup> DR. PICOLINA. Os 10%. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano II, N. 39, 4 de Janeiro de 1908, s./p.

despesas necessárias ao desenvolvimento da Instrução Pública, à organização da Assistência Pública [...] Instrução Pública não é gênero de primeira necessidade”<sup>211</sup>. Confrontava-se o zelo com o qual os parlamentares resguardavam seus interesses e o suposto descaso dos mesmos quando o que estava em jogo era o bem da coletividade. As críticas feitas pelos periódicos aos privilégios usufruídos por deputados e senadores ganhavam espessura por irem além da mera condenação dessas vantagens, apontando para a injustiça das decisões tomadas quando comparadas com as condições de vida do povo e pelo fato do Congresso não se mobilizar com o mesmo desvelo quando o assunto era a melhoria ou a ampliação de direitos dos cidadãos. A falta de quorum para as sessões legislativas, as licenças remuneradas que resultavam em viagens de diversão, os altos salários pagos aos congressistas culminavam com as previsíveis prorrogações do ano legislativo. Dentro da normalidade e segundo previsão constitucional o Congresso deveria funcionar durante quatro meses por ano, a contar do mês de maio<sup>212</sup>. Porém, às dificuldades políticas para a votação dos orçamentos somava-se a falta de assiduidade dos parlamentares, e ao fim do prazo regulamentar as Casas eram obrigadas a prorrogar seu funcionamento. Como os subsídios só eram pagos enquanto o Congresso estivesse funcionando a prorrogação dos trabalhos configurava vantagem financeira, e quase todo ano as revistas bradavam que os “Srs. pais e avós da pátria [...] não se mostravam absolutamente dispostos a largar a teta já muito chupada da esquelética vaquinha da rua do Sacramento”<sup>213</sup>.

Enfim, ser deputado ou senador, na perspectiva das revistas, significava gozar de uma série de privilégios que transformava o espaço legislativo em um enclave dentro da República, com direitos e normas especiais. Os impressos reconheciam a necessidade de se resguardar o parlamentar de eventuais perseguições políticas e pressões financeiras, o que não se aceitava era a deturpação das garantias legais e a exorbitância dos poderes investidos. Em dada ocasião certo deputado, Alfredo Varela, praticou um delito comum (que não conseguimos precisar qual foi através da documentação), mas que, segundo *O Malho*, “Não é nenhum crime político, ele não precisava de o praticar para exercer o seu mandato de deputado em liberdade”, contudo, ao ser interpelado pelas autoridades o congressista teria retrucado que “era membro do poder mais alto que a polícia”<sup>214</sup>, indicando sua excepcionalidade dentro da ordem estabelecida. Em última instância, o que estava em jogo

---

<sup>211</sup> Ano Novo. Boas saídas e melhores entradas. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano II, N. 39, 4 de Janeiro de 1908, s./p.

<sup>212</sup> BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*, artigo 17. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm) >. Acesso em: 29/11/2011.

<sup>213</sup> F. Crônica do Malho. *O Malho*. Rio de Janeiro, Ano III, N. 76, 27 de Fevereiro de 1904, s./p.

<sup>214</sup> Bigorna da Câmara. *O Malho*. Rio de Janeiro, Ano III, N. 91, 11 de Julho de 1904, s./p.

nesse caso era a discussão sobre o princípio da igualdade perante a lei, um dos pilares do regime Republicano, e a indisposição de alguns políticos em respeitar as leis que ajudaram a criar, deixando o cidadão comum impotente e desprotegido diante da discricionariedade dos poderosos. Os princípios republicanos contidos na Constituição de 1891, presentes nos discursos oficiais e nos tratados sobre política e direito pouco reverberaram nas práticas cotidianas. Estas eram regidas por hierarquias sociais há muito internalizadas e realimentadas pelo fazer político da Primeira República, expressando-se de modo automático na espontaneidade da rotina diária, e colocando em relevo o poder das normas não escritas, plasmadas por condutas consuetudinárias do tipo “manda quem pode, obedece quem tem juízo”.

## 2.6. Bastidores da política e do Parlamento

As revistas também consideravam os bastidores da vida parlamentar como campo de acontecimentos políticos que revelavam tendências, boatos, anedotas, idiossincrasias dos congressistas, amizades e inimizades entre eles, de modo que os trâmites internos do Legislativo, sua burocracia, a movimentação informal dos representantes no intervalo das sessões, a estrutura física dos edifícios que abrigavam as casas legislativas, o papel dos funcionários do Congresso, os enredos políticos que se desenvolviam durante as férias ou recessos parlamentares, também se afiguravam como importantes para o encaminhamento e a definição de acordos e alianças políticas.

Começaram agora as férias parlamentares. Começa a retirada dos representantes da Nação que se recolhem aos lares buscando descanso. Tudo entra em férias... menos a política que pelo contrário se ativa preparando forças para futuras escaramuças. Recomeçam as cartas aos governadores, agora que só eles podem responder pelas bancadas esparsas. – (R.P.)<sup>215</sup>.

As revistas tinham ciência de que a política se fazia além do tempo regulamentar estabelecido para o funcionamento das instituições, mais ainda, que boa parte das conversações e pactos realizados ocorriam fora das vistas do público e da imprensa, por meio de correspondências, conversas privadas e reuniões fechadas, portanto, atentar para essas atividades era tão importante quanto acompanhar as situações visíveis, que transcorriam diante dos olhos de todos. O trecho acima evidencia a influência que os governadores

---

<sup>215</sup> R.P. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano II, N. 40, 11 de Janeiro de 1908, s./p.

exerciam sobre as bancadas dos seus estados, respondendo pelo alinhamento dos correligionários com o Executivo Federal, de modo que o poder Legislativo se via esvaziado, em grande medida, como instância decisória<sup>216</sup>. Assim, seguir o dia-a-dia da vida parlamentar significava, também, estar atento a variáveis aparentemente distantes do que se passava no primeiro plano, mas que se conectavam diretamente com as decisões tomadas e com o resultado final das negociações empreendidas. A política se desenrolava em variados espaços e se valia de ocasiões insuspeitas para ocorrer. A tribuna do Congresso, as comissões que avaliavam projetos, as mesas das Casas que desembaraçavam os procedimentos internos constituíam, muitas vezes, lugares protocolares, onde se conferia formalidade a pactos e discussões feitos de antemão. As revistas estavam atentas a todo tipo de movimentação extraoficial, tendo que ampliar a cobertura do Legislativo para além do seu expediente normal e das paredes da sua sede, “Na reunião política realizada ontem na residência do ilustre General Pinheiro Machado, à qual concorreram todas as eminências do antigo *Bloco* [...] foi decidido nomear-se uma comissão”<sup>217</sup>.

O leitor contava com os periódicos para ficar a par desses acontecimentos oficiais, pois os jornalistas não somente possuíam uma rede de informantes que lhes repassava as novidades, como também tinham, muitas vezes, acesso livre a locais reservados para os políticos, como a afamada salinha do Café do Congresso. “Vão recomençar, brevemente, os apreciados *five-ó-clock*, que o Senado e a Câmara, oferecem a seus amigos na *salinha* do Café. É um excelente ponto de reunião. Conversa-se, fala-se mal da vida alheia, discute-se, combinam-se votações [...]”<sup>218</sup>. A articulação política ocorria em diversos espaços de sociabilidade, públicos e privados, em reuniões com poucas pessoas, em conversas *tête-à-tête*, nos banquetes políticos, nas recepções em casas particulares. Se faltava quorum para as sessões parlamentares isso não quer dizer que deputados e senadores estavam ausentes do recinto, talvez estivessem apertados no exíguo espaço da saleta do café, o cômodo mais animado e concorrido do Congresso, onde era possível deixar para traz a formalidade do plenário e dos procedimentos burocráticos, os protocolos de etiqueta, a seriedade dos discursos, mas que era o local onde se ficava sabendo das coisas, combinavam-se encontros, intercambiavam-se impressões e opiniões, e também se levava adiante propostas legislativas,

---

<sup>216</sup> De acordo com Renato Lessa, com a adoção da Política dos Governadores, criada no governo de Campos Sales (1898-1902), “As questões políticas relevantes já estavam tratadas por um eixo que excluía o Legislativo enquanto instituição. O Presidente falava diretamente aos Estados e o comportamento legislativo será função da extensão do acordo entre aquelas partes”.. In: *Invenção Republicana - Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988, p. 110.

<sup>217</sup> Cova de Cacos (Um pouco de política). *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano II, N. 15, 18 de Julho de 1908, s./p.

<sup>218</sup> Notas Mundanas. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano II, N. 6, 16 de Maio de 1908, s./p.

“O Marechal Pires Ferreira só vai à *salinha* do Café, quando está tratando de arranjar assinaturas para algum projeto seu”<sup>219</sup>. Quem desejava saber da política oficial deveria ir para o plenário ouvir os discursos ou consultar os Anais Legislativos, mas aqueles que queriam se inteirar do que fervilhava nos bastidores, do andamento das questões importantes, daquilo que ainda estava para ser decidido, precisava frequentar esses espaços de encontro, onde a conversa fluía de maneira mais despreocupada, lúdica, e a distinção entre os políticos e os jornalistas se atenuava na camaradagem de relações amigáveis e no desejo de intercambiar informações, indiscrições e mexericos. Os articulistas tinham total ciência desse fato, “Encerrado o Congresso, fechadas as portas bisbilhoteiras da “salinha do café”, desapareceram para o cronista destas pequenas notas, uma das fontes mais férteis de *trepações*”<sup>220</sup>.

Nas sessões do Congresso desembocavam as questões que já tinham sido longamente debatidas nos bastidores e até decididas de antemão, era o momento do debate normatizado, da expressão de uma opinião formal (elaborada para constar nas atas e ser transcrita nos jornais diários), e onde ocorria a votação final. Contudo, se o desejo do jornalista era se inteirar das motivações, das negociações, dos acordos, das disputas internas, ele precisava circular pelos recantos dos edifícios legislativos.

Há uma animação extraordinária nas imediações do recinto. Cidadãos excitadíssimos peroram em grupos bastos. Outros em passos miúdos perambulam de um lado para o outro. Contínuos desabotoados e importantes, gingam por entre os grupos com as mãos cheias de papéis. A Câmara está literalmente atulhada: só se transita com dificuldade... Lá ao fundo, os irmãos Mangabeira, o sr. Alfredo Ruy, o Sr. Cincinato Braga [...] tramam a ruína de Seabra. [...] O longuíssimo Lemgruber ouve impertinências de Manoel Reis e dos repórteres [...]. As horas passam... [...] A sessão? [...] Soam os tímpanos. O sr. Astolpho subiu à cátedra primaz. O sr. Andrade Bezerra faz a chamada... Não há número!<sup>221</sup>.

Estar fisicamente presente nos ambientes por onde circulavam os políticos era essencial para ter acesso às novidades. Em um período onde a interação face a face ainda era o modo mais eficaz para se manter uma conversação, o repórter se convertia nos olhos e nos ouvidos do leitor, transmitindo para ele o resultado de suas investigações e tocaias, descrevendo a atmosfera dos locais frequentados, familiarizando-o com os nomes, as manias, as afinidades dos congressistas, de forma que o leitor podia valer-se do quadro esboçado pelo

<sup>219</sup> POLYCARPO. Na “salinha” do Café. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano II, N. 15, 18 de Julho de 1908, s./p.

<sup>220</sup> Trepações. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano IV, N. 2, 8 de Janeiro de 1910, s./p.

<sup>221</sup> JOÃO DA CÂMARA. Sob a Cúpula do Monroe. *O Malho*. Rio de Janeiro, Ano XVIII, N. 883, 16 de Agosto de 1919, s./p.

cronista para imaginar o que se passava e projetar-se naquele espaço, visualizando cores e proporções, ouvindo sons, captando humores.

Além de se fazer presente nos lugares onde os parlamentares se encontravam regularmente, o jornalista também tinha que cultivar as boas graças dos funcionários do Congresso para manter o fluxo de notícias, pois eles eram informantes valiosos e sabiam de quase tudo que se passava nos bastidores. Uma forma de valorizá-los era concedendo-lhes um afago público, como fez *Fon-Fon*, que passou em revista alguns desses empregados de destaque, que ocupavam postos estratégicos, “A Secretaria do nosso Venerando Senado é alegre, cheia de sol [...] A gente que lá trabalha é moça, alegre, amabilíssima, cheia de verve e delicadeza”, como “Benevenuto Pereira, o popular contador de anedotas, João Pedro de C. Vieira [...] Secretário da Comissão de Finanças do Senado e, portanto, apesar da sua pouca idade, quase Senador... honorário”<sup>222</sup>. A assistência da imprensa no Congresso era ostensiva, a ponto de um escritor comentar que,

O recinto é de todos! A reportagem manda a desmanda ali. Debruça-se sobre as curúes, recosta-se à mesa presidencial, passeia *bras-dessous*, pelos corredores e nas comissões com os *leaders* e os relatores. Na sala do café, há repórteres que parecem deputados e há deputados que parecem focas de 2ª classe<sup>223</sup>.

Parte significativa dessa movimentação social e política ocorria nas dependências dos edifícios legislativos. A Câmara dos Deputados funcionou até o ano de 1914 na chamada Cadeia Velha, na rua da Misericórdia, construção colonial que abrigou a antiga prisão (onde esteve Tiradentes) e a Câmara do Rio de Janeiro. O prédio foi demolido em 1923 para que se construísse no local a nova sede da Câmara. Entre os anos de 1914 e 1922 os deputados reuniram-se no Palácio Monroe, inicialmente criado em 1904 como o Pavilhão do Brasil na Exposição Universal dos Estados Unidos, na cidade de Saint Louis; no ano de 1906 o edifício foi reconstruído no Rio de Janeiro. A partir de 1922, e até 1926, a Câmara teve sua sede no prédio da Biblioteca Nacional, quando finalmente ficou pronto e foi inaugurado o Palácio Tiradentes, casa da atual Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Já o Senado esteve instalado até o ano de 1925 no Palácio do Conde de Arcos, construção da segunda

<sup>222</sup> As Nossas Assembleias – Secretaria do Senado Federal. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano II, N. 6, 16 de Maio de 1908, s./p. A reportagem contém duas fotos de grupos de funcionários.

<sup>223</sup> FONTES, Hermes. Dois aspectos da Câmara. *Vida Parlamentar*. Rio de Janeiro, Ano I, N. 1, 18 de Maio de 1920, p. 5.

década do século XIX, localizado na rua do Areal, sendo, após essa data, definitivamente transferido para o Palácio Monroe <sup>224</sup>.

As dependências do Congresso Nacional sempre foram assunto de notícia das revistas ilustradas. Desde o início se criticava a estrutura precária que os antigos edifícios ofereciam, a arquitetura colonial simbolizando o atraso da própria instituição e sua desarmonia com a imagem de modernidade e de renovação que a elite do país queria exibir para o mundo. Criticava-se a demora em providenciar habitação digna para o Legislativo nacional, instalado em “velhos pardieiros” <sup>225</sup>, “casarões, que são bem um triste símbolo da nossa preguiça e do nosso mau gosto” <sup>226</sup>. Em vários momentos a decrepitude das construções era comparada com a qualidade sofrível do trabalho dos legisladores, “constituído como está, não merece mais o nosso Senado, nem a nossa Câmara pode se queixar do pobre cenário em que se passam as risíveis cenas da atual legislatura. As casas estão à altura do Parlamento” <sup>227</sup>. Fazia-se uma clara correlação entre o pretense desmazelo das fachadas, os traços arquitetônicos de um passado colonial que se buscava apagar, a suposta pobreza das construções, com o caráter dos ocupantes daquele espaço, o que não é de se estranhar diante da sanha demolidora que marcou o período, empenhada em destruir muitas das antigas construções da capital e expulsar os moradores pobres que viviam no centro, associando o embelezamento da cidade com a moralização dos costumes e o banimento para longe de pessoas qualificadas como sujas e perigosas <sup>228</sup>.

Ora, como a decência da moradia, e o alinhamento do interior denunciam a decência e a linha do habitante, pode concluir-se que a nossa política é o que é, choca, vulgar e ambiciosa, devido ao interior em que se agita e vive. Uma casa nova e limpa, dá compostura e esclarece as ideias. Um palácio novo para o nosso Congresso, talvez conseguisse até modificar o modo interesseiro e pessoal com que ele costuma legislar <sup>229</sup>.

<sup>224</sup> In: ASSEMBLEIA Legislativa do Estado Do Rio de Janeiro. *Palácio Tiradentes – lugar de memória do parlamento brasileiro*. CPDOC-FGV. Rio de Janeiro, s/d.; CASTRO, Ramiro Berbert de. *Histórico e Descrição dos edifícios da Cadeia Velha, Palácio Monroe e Biblioteca Nacional*. Separata do “Livro do Centenário da Câmara dos Deputados” (1826-1926). Rio de Janeiro: Empresa Brasil Editora, 1926. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/179460>>. Acesso em: 15 maio 2014; CONGRESSO NACIONAL. *Sedes históricas*. Página da internet: <<http://www2.congressonacional.leg.br/visite/sedes-historicas>>.

<sup>225</sup> M.P. Sete dias de um neurastênico. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano III, N. 44, 30 de Outubro de 1909, s./p.

<sup>226</sup> *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano VII, N. 14, 5 de Abril de 1913, s./p.

<sup>227</sup> A propósito da sede do nosso Parlamento. *Careta*. Rio de Janeiro, Ano VII, N. 297, 7 de Fevereiro de 1914, s./p.

<sup>228</sup> O ciclo de reformas urbanas que marcou o Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX teve início com a administração do prefeito Pereira Passos (1902-1906) e alterou profundamente a dinâmica espacial e social da cidade, fazendo-se à custa da exclusão da população pobre das áreas centrais da capital. In: BENCHIMOL, Jaime. *Reforma urbana e Revolta da Vacina da cidade do Rio de Janeiro*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Livro 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 233.

<sup>229</sup> *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano VIII, N. 8, (?) de Fevereiro de 1914, s./p.

A noção simplista e elitista de que uma “boa aparência” refletia uma boa formação moral e intelectual, e até mesmo a eficácia política, fortalecia os julgamentos superficiais e ligeiros sobre homens e instituições, que passavam a ser avaliados não apenas pelas suas ações públicas, mas também pelos sinais exteriores de elegância e riqueza, a ponto de se cogitar que a construção de sedes mais modernas para o Congresso poderia moldar uma nova identidade parlamentar. Certamente, era muito mais fácil reformar a cidade e suas construções do que pactuar a renovação do sistema político do país.

## 2.7. Eleições

No Brasil, a instauração do regime republicano não ampliou as possibilidades de participação popular, através dos canais oficiais, nas decisões políticas do país. As eleições, além de mera encenação, também ofereciam perigo para quem se aventurava a comparecer aos locais de votação; capangas contratados pelas facções políticas usavam métodos violentos para assegurar os resultados e eliminar qualquer tentativa de oposição. Diante das limitações impostas à livre participação eleitoral, muitos cidadãos preferiam abster-se no momento dos pleitos, conscientes de que seu envolvimento dificilmente alteraria a ordem estabelecida. Apesar disso podemos afirmar que as eleições, tanto a presidencial quanto as voltadas para a composição do Congresso Nacional, despertavam grande interesse por parte das revistas *O Malho*, *Careta* e *Fon-Fon*, que acompanhavam – com um misto de entusiasmo e descrença, esperança e resignação – o lançamento das candidaturas, as campanhas, a votação, os trabalhos da Comissão de Verificação de Poderes e as disputas internas para o reconhecimento de deputados e senadores, até a diplomação final dos escolhidos. O processo de indicação e de apoio às candidaturas, as práticas levadas a cabo durante as campanhas, a relação dos postulantes com o eleitorado (antes e depois do escrutínio), delineavam escolhas e compromissos feitos pelos futuros representantes do povo desde o início de suas carreiras, funcionando, na perspectiva das revistas, como uma espécie de prévia para a definição do perfil individual e coletivo dos parlamentares.

O comparecimento dos cidadãos às seções eleitorais era importante para dar volume às votações e para compor e formalizar o ritual das eleições, mas não era imprescindível para a vitória dos candidatos. Ocupar uma cadeira no Congresso poderia ser uma questão de indicação, de manter liames com os líderes estaduais que, por sua vez, definiam em acordo com o Executivo federal a composição do Legislativo nacional. Afirmava a revista *O Malho*

que “Em negócio de política, não são os atos que valem, são as atas! Que valem os maus atos diante de boas atas e que valem os bons atos diante das atas mal feitas?”<sup>230</sup>. Na ausência de um eleitorado livre e independente não existia muita possibilidade de conduzir ao poder aquele candidato que, por seus atos, poderia, na avaliação do votante, representá-lo melhor; tampouco seria possível excluir, pela recusa das urnas, o pretendente que não atendesse os critérios do eleitor. Certamente, mesmo no caso de eleições livres, não existe garantia de que o processo de escolha dos candidatos seguirá os postulados acima, mas ao menos essa possibilidade está colocada, é um recurso disponível para o eleitor, o que não ocorria no sistema eleitoral da Primeira República<sup>231</sup>.

Essa e outras questões envolvendo o processo eleitoral permearam constantemente as páginas das revistas, integrando o amplo debate acerca da representatividade dos homens públicos da época que incluía um rol de opiniões sobre a necessidade e a oportunidade do processo eleitoral para a organização e a composição da política institucional. Diante do quadro de fraudes, violência e da ausência de uma oposição real que pudesse concorrer livremente através do escrutínio (situação que se repetia a cada período eleitoral), não poderia o país, na visão dos periódicos, prescindir desse triste e deprimente “espetáculo” das eleições? Afinal, qual seria sua utilidade ou eficácia para a resolução dos problemas do país se os resultados eram quase sempre previsíveis e apenas refirmavam o *status* vigente?

Mesmo diante desse quadro deprimente os periódicos debatiam animadamente o processo eleitoral, noticiando as articulações políticas, especulando sobre as chances dos candidatos e denunciando a todo o momento as práticas fraudulentas que guiavam o pleito e das quais tinham plena consciência. Existia, contudo, uma diferenciação entre os candidatos, uma expressiva parte deles era “bafejado pela proteção oficial, isto é, quando é do gosto do Catete que ele seja eleito. Nestas condições, o candidato pode deixar correr o marfim, porque ainda que não queira há de ser eleito”<sup>232</sup>. O restante dos aspirantes a uma cadeira legislativa

---

<sup>230</sup> Bigorna da Câmara. *O Malho*. Rio de Janeiro, Ano I, N. 14, 20 de Dezembro de 1902, s./p.

<sup>231</sup> Segundo Marilena Chaui, as eleições “não significam mera “alternância no poder”, mas assinalam que o poder está sempre vazio, que o seu detentor é a sociedade e que o governante apenas o ocupa por haver recebido um mandato temporário para isso. [...] sujeitos políticos não são simples votantes, mas eleitores. Eleger significa não só exercer o poder, mas manifestar a origem do poder [...] “dar a alguém aquilo que se possui, porque ninguém pode dar o que não tem” [...] eleger é afirmar-se soberano para escolher ocupantes temporários do governo”. Nesse sentido os cidadãos aptos a participar dos pleitos durante a Primeira República seriam meros votantes, não eleitores; e o poder, mesmo exercido em nome do povo, não tinha nele a sua origem, não era ele que “dava” o mandato aos parlamentares porque o povo não era soberano. Acreditamos que essa situação favoreceu a percepção, disseminada nas páginas das revistas, de que o Congresso Nacional, e suas duas Casas, eram uma mera expressão dos políticos que as ocupavam. In: O que é Política. In: NOVAES, Adauto (org.). *O esquecimento da política*. Rio de Janeiro: Agir, 2007, p. 52.

<sup>232</sup> VELHO ELEITOR. Como se faz um Deputado. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano III, N. 4, 23 de Janeiro de 1909, s./p.

poderia contar com a influência de algum padrinho político, calcular o peso e o prestígio de cada grupo político estadual e alinhar-se com um deles na esperança de ter escolhido o “lado certo”. É possível afirmar que o número de votos não garantia a vitória de ninguém, mas tampouco se pode desconsiderar que a expressividade da votação poderia contar como recurso simbólico, dando respeitabilidade à demanda do candidato. Assim, caso existisse alguma indefinição sobre o preenchimento da vaga em disputa, o número de votos poderia influir como um dos diversos elementos a serem levados em conta pela Comissão de Verificação de Poderes, de modo que fazer campanha para angariar votos não era necessariamente inútil. Tanto é assim que se praticava a tentativa de convencimento do eleitorado, não somente como teatralização para se legitimar formalmente a eleição, mas também, em alguma medida, com a esperança, ainda que por vezes vã, de conquistar uma posição no Congresso.

Há, no Rio, uns tolos alegres, que pensam em se fazer deputados, apenas com a propaganda do seu nome, por meio de cartazes, que mandam afixar nos quatro cantos da cidade. Em vésperas de eleição, as árvores, as paredes dos edifícios, os muros e até os monumentos aparecem cobertos de cartazes com um retratinho do ilustre candidato [...] <sup>233</sup>.

Há que se ressaltar que na década de 1920 fortaleceram-se as dissidências intra-oligárquicas e os grupos e estados da federação alijados das decisões principais passaram a reivindicar mais enfaticamente mudanças nos critérios de ocupação do poder. A Campanha Civilista de 1910 e a Reação Republicana de 1921 vivificaram a disputa para a eleição do presidente da República, contando com ampla propaganda eleitoral e a mobilização da população, principalmente a que residia nos maiores centros urbanos <sup>234</sup>.

Assim, a disputa legítima se misturava com a compra de votos, e nesse momento muitos eleitores sentiam que poderiam obter algum tipo de compensação pela sua presença nas urnas, abrindo campo para a negociação e o intercâmbio de favores através do recebimento de pequenos bens, de dinheiro e de promessas. A charge a seguir retrata um candidato em postura amistosa, alegre e receptiva, sua roupa bem talhada e seu porte robusto indicam que se trata de alguém bem de vida. Já o eleitor aparece como um senhor simples, um pouco fragilizado e amparado em uma bengala, sua roupa é digna, mas pende do corpo de

<sup>233</sup> Coisas. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano XXI, N. 8, 19 de Fevereiro de 1927, s./p.

<sup>234</sup> Consultar os trabalhos de: BORGES, Vera Lúcia Bogéa. *A Primavera de Sangue: a cidade do Rio de Janeiro na batalha eleitoral de 1910. Dimensões*. Vitória, vol. 26, n. 27, pp. 115-128, 2011 e FERREIRA, Marieta de Moraes. *A Reação Republicana e a crise política dos anos 20. Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, pp. 9-23, 1993. A revista *Careta* noticia que em 1910 a casa comercial *Standard* estava “aproveitando o momento político para fazer propaganda de seus clubes”, distribuindo em todo o país botons com a imagem dos dois candidatos (Rui Barbosa e Hermes da Fonseca), tendo encomendado “trezentos mil de cada um desses distintivos”. In: *Careta*. Rio de Janeiro, Ano III, N. 90, 19 de Fevereiro de 1910, s./p.

maneira desalinhada, como a indicar uma condição de necessidade, o pacote na mão provavelmente contém a muda de roupa que ele acabara de negociar pelo seu voto. A legenda é a seguinte:

O CANDIDATO: - Dê cá um abraço, seu Polydoro... Aí vêm as eleições... não se esqueça deste seu velho amigo!

O ELEITOR: - Já breganhei o meu voto por um terno de roupa e alguns gêneros... se dobra a parada *à vista*... dou o fora no outro! <sup>235</sup>.



Ilustração 12: *A verdade nas urnas*

O título da imagem ironiza a fala de muitos políticos que comemoravam suas vitórias com discursos que louvavam a “verdade das urnas”, ditada pela vontade do povo. Mas a verdade ali contida seria outra, aquela condicionada pela ilegalidade da comercialização de votos, pela indignância do cidadão que premido pelos imperativos da sobrevivência, desamparado pelo poder público, via nas eleições uma oportunidade para receber alguma compensação. No desenho o eleitor, um senhor que aparenta ser mais velho e portanto experiente no assunto, logo corta a falsa gentileza e o fingido interesse do candidato por ele e com a franqueza de quem não tem tempo a perder coloca as cartas na mesa e confronta o político com a mesma perspectiva puramente instrumental que este conferia ao cidadão. Não

<sup>235</sup> A verdade nas urnas. *Careta*. Rio de Janeiro, Ano XI, N. 502, 2 de Fevereiro de 1918, s./p.

há bem público a se discutir, ou propostas, apenas a troca de vantagens entre indivíduos, o voto por roupas e alimentos. E a barganha tinha que ser à vista, pois em político não se confia...

Para incentivar o comparecimento às zonas eleitorais eleitores recebiam “uma garrafa de cerveja, um par de tamancos ou um grosseiro chapéu de palha; outros recebem a vaga promessa de um emprego que nunca virá”, outros simplesmente eram obrigados ao voto “sob a pressão tirânica dos chefões, chefinhos e chefetes”<sup>236</sup>. Além de arrebanhar os cidadãos para dar uma aparência de legitimidade ao pleito, as facções em disputa arregimentavam correligionários para atuar no dia do escrutínio, empregando coação, ameaças e violência para pressionar os eleitores e os integrantes das mesas de votação que estavam sob o risco da “barulheira de navalhadas, cacetadas, facadas”<sup>237</sup>. Como o voto era facultativo o eleitor que comparecia às urnas diante de todas essas condições adversas era taxado pelas revistas de ingênuo. Diante desse cenário desolador, o baixo número de votantes reais era avaliado como algo positivo, expressão de resistência popular diante da tentativa de imposição de uma estrutura eleitoral que humilhava e burlava do cidadão, “E o valor do abstencionismo nacional em que à espontaneidade da repugnância corresponde à compreensão do valor negativo do sistema [...]. E o brasileiro não vota [...]. Resta-lhe, assim, [...] o direito de repulsa e de represália contra o que em seu nome se perpetra”<sup>238</sup>.

A verdadeira eleição ocorria no momento do reconhecimento dos candidatos pelo Congresso, fase de depuração dos nomes indesejáveis e de confirmação dos apadrinhados, “em vez dos Srs. Clementino do Monte e Pereira Braga, eleitos de verdade, o Senado e a Câmara, reconheceram os Srs. Raymundo de Miranda e outros, eleitos... de mentira”<sup>239</sup>. Essa movimentação política que legitimava a fraude era feita a vista de todos, demonstrando como os políticos se sentiam seguros, confortáveis e imunes a qualquer tipo de intervenção popular ou jurídica capaz de reverter suas decisões. A única disputa a ser levada em conta era aquela que se dava entre as elites e os pares, quase todos mais ou menos comprometidos com as regras do jogo e cientes de que eventuais discordâncias deviam ser dirimidas com compensações e acertos estabelecidos pelo grupo de iguais. Isso não significa que inexistiam políticos contrários ao sistema eleitoral vigente, que denunciavam a cínica teatralização da vontade popular nas urnas através de discursos proferidos na tribuna e publicados na

---

<sup>236</sup> J. GREGO. Cavação eleitoral. *Careta*. Rio de Janeiro, Ano XIV, N. 662, 26 de Fevereiro de 1921, s./p.

<sup>237</sup> LIMA BARRETO. Eleições. *Idem*.

<sup>238</sup> D. RIBEIRO FILHO. Looping the Loop. A Repulsão Instintiva. *Careta*. Rio de Janeiro, Ano XVIII, N. 888, 27 de Junho de 1925, p. 9.

<sup>239</sup> *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano V, N. 22, 1 de Junho de 1912, s./p.

imprensa<sup>240</sup>, mas sim que a repulsa às práticas eleitorais espúrias ocorria de maneira formalizada. O cidadão era chamado a participar do pleito de forma ritualizada, mas era-lhe vetado definir a composição institucional do corpo político.

A ilustração abaixo sintetiza bem que o “princípio eleitoral” que prevalecia era o da discricionariedade dos poderosos, “O povo põe e a força dispõe”<sup>241</sup>, diz a legenda da imagem.



O povo põe e a força dispõe.

Ilustração 13: *O princípio eleitoral*

A cena traz duas figuras humanas, a Câmara, representada como uma mulher obesa e um com ar desleixado, e o Senado, um homem mais velho, forte, portando um avental de açougueiro. Ele segura em uma das mãos um papagaio e na outra um enorme machado onde está escrito “Reconhecimento de Poderes”; como já foi dito o papagaio representava à época a figura do parlamentar, no desenho ele parece antever sua sorte, pois tem uma expressão de desespero, se debate tentando fugir e sua boca está aberta em um esgar de medo, sugerindo que grita em protesto diante da execução iminente. Câmara e Senado formam um casal

<sup>240</sup> HOLLANDA, Cristina Buarque De. *Modos da representação política: o experimento da Primeira República brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009, p. 208.

<sup>241</sup> O princípio eleitoral. *Careta*. Rio de Janeiro, Ano XIV, N. 673, 14 de Maio de 1921, s./p.

concentrado na tarefa que tem pela frente, seus rostos e suas posturas expressam indiferença e até um pouco de tédio, evidenciando que estão acostumados à tarefa sangrenta e não se comovem com a sorte do animal. Não há emoção envolvida (ódio, raiva, alegria, regozijo), apenas a necessidade de se realizar o trabalho, cumprir uma tarefa que já se insere na ordem do cotidiano, rotineira, o que se confirma pelos gestos casuais das figuras, pela segurança com que se maneja o instrumento mortal e pela informalidade das roupas que portam os protagonistas. Sintomaticamente o povo está ausente da imagem, pois sua vontade não era essencial para a definição dos ocupantes dos cargos eletivos. A frase *O povo põe e a força dispõe* recorda o ditado *O homem põe e Deus dispõe*; na fórmula a palavra “povo” substitui “homem”, ele remete à contingência histórica, ao fazer político como processo aberto e indefinido, sujeito a mudanças porque humano; já a “força”, que representa o poder dos mandatários, está no lugar de “Deus” na sentença, indicando potência, a capacidade de irromper na realidade humana e impor decisões. Frente a esse poder o povo era impotente, tendo que se conformar com os caprichos das “divindades” que não hesitavam em fazer valer sua vontade pela força, sobrepondo ao livre arbítrio um destino fixado por mãos alheias. Essa noção de que os políticos brasileiros se assemelhavam a deuses onipotentes esteve sempre presente nas páginas dos periódicos, “Antes do reconhecimento, reúnem-se no Olimpo, os deuses da alta política e decidem quais os candidatos que devem ser reconhecidos”<sup>242</sup>.

O reconhecimento da eleição de um candidato dependia da vontade das lideranças estaduais que, por sua vez, deveriam estar alinhados com o programa do Executivo Federal. Durante o mandato de Pinheiro Machado como vice-presidente do Senado ele controlou a Comissão de Verificação de Poderes com rédeas curtas, de modo que um nome expressamente vetado ou aprovado por ele concluía definitivamente o caso. Foi com seu apoio que Hermes da Fonseca chegou à Presidência da República e muito se insinuava nas revistas que na gestão do militar o Presidente de fato era Pinheiro Machado. Inúmeras charges retratam a força dessa figura quase mítica na história política da Primeira República brasileira, capaz de “usurpar” ao mesmo tempo os poderes do povo, do Legislativo e do Executivo, mas sempre atuando nos bastidores, de modo discreto, porém implacável. *Fon-Fon* publicou uma charge bastante significativa sobre o papel do senador no reconhecimento das candidaturas parlamentares e são muitas as imagens que retratam o político gaúcho no papel de algoz dos demandantes ou de padrinho benemérito que concedia a felicidade da homologação eleitoral.

---

<sup>242</sup> *Fon-Fon*. Rio de Janeiro. Ano V, N. 17, 27 de Abril de 1912, s./p.



**Deputado** — *General, reconhecido agradeço a V. Ex. o meu reconhecimento.*  
**P. M. (soprando)** — *Não é general, é marechal !...*

Ilustração 14

Na imagem <sup>243</sup> vemos um deputado curvado em reverência respeitosa e subserviente diante do Presidente da República, o Marechal Hermes da Fonseca. Na legenda se faz um trocadilho com os sentidos do vocábulo “reconhecer”, o legislador se diz reconhecido, que indica tanto gratidão como o fato de agora gozar da certificação necessária para exercer o mandato. Mas o deputado, na sinceridade do seu agradecimento, acaba por romper com a teatralização que mandava conferir o máximo poder à figura do Presidente, direcionando sua fala a Pinheiro Machado, que gozava do título honorário de General. O senador aparece atrás de Hermes, projetando-se como o poder por detrás do poder, aquele que possui a real força decisória, sua figura parece pairar como uma entidade, ela domina a cena e seu tamanho é proporcionalmente maior do que os demais personagens. Pinheiro corrige o desastrado deputado que enunciou em voz alta a “nudez do rei”, e sussurrando alerta o novo legislador que as aparências devem ser mantidas e o poder precisa ser simbolicamente conferido ao

<sup>243</sup> ROMANO. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano V, N. 27, 6 de Julho de 1912, s./p.

Presidente, o Marechal. Assim, o leitor das revistas era confrontado com um intrincado jogo de luz e sombra que exigia nunca confiar no que estava no primeiro plano de visão; conspirações, dissimulações, disfarces compunham a ordem do dia e para se compreender os meandros das decisões políticas era preciso estar a par dessa tensa realidade.

O fato dos parlamentares serem escolhidos segundo a vontade e os critérios emanados de um grupo político restrito, e não do povo, levantava a questão da total falta de representatividade do Legislativo em relação aos cidadãos, o que levava as revistas a questionar a necessidade de toda essa encenação de pleito livre, “Que tem o povo a ver com esses malabarismos da alta política? [...] Não houve uma candidatura que se benzesse com a consagração popular”<sup>244</sup>. A institucionalização da farsa eleitoral esgarçava a credibilidade da política e dos poderes constituídos, “hoje ninguém já se pode iludir com o desvalor das eleições e com a inutilidade, de fato, do poder legislativo [...] Para que as *fitas* de uma reação puramente jurídica e doutrinária?”<sup>245</sup>. Assim, as discussões abstratas, as querelas jurídicas, não mais podiam fazer frente a uma realidade cotidiana impermeável a mudanças. Como manter a fé nas instituições e não confundi-las com a transitoriedade dos seus ocupantes se inexistia a possibilidade de renovar os poderes instituídos pelo mecanismo das eleições? Não seria melhor passar sem elas e sem o cinismo devastador dos escrutínios ensaiados?

Todos os discursos feitos em nome do povo, os compromissos firmados nas reuniões políticas, a palavra empenhada nas palestras abertas ao público, eram, na perspectiva dos impressos, esquecidos após o pleito, e a engrenagem política voltava a funcionar de acordo com pactos não escritos firmados pela elite política e pela defesa de interesses pessoais ou de grupos sociais restritos. *Careta* expressou bem essa última frustração pela qual passava o brasileiro no período eleitoral. A imagem a seguir mostra dois indivíduos, qualificados na legenda como eleitores, caracterizados pelas suas vestimentas e pelas ferramentas que portam como trabalhadores braçais ou operários. A terceira figura é um deputado, que leva escrita a palavra “político” em seu paletó, a trajar uma vestimenta elegante. Por fim temos a representação do povo no desenho de um homem que assiste à cena a partir de um ponto mais distante e que porta roupas simples, mas um pouco mais formais do que a dos trabalhadores, como a indicar que o povo representa o cidadão médio que se liga e comunica com diferentes estratos sociais.

---

<sup>244</sup> Eleições. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano V, N. 6, 10 de Fevereiro de 1912, s./p.

<sup>245</sup> BLUFF. De mau humor. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano V, N. 27, 6 de Julho de 1912, s./p.

## DEPOIS DA ELEIÇÃO



Ilustração 15: *Depois Da Eleição*

Diz a legenda da imagem:

OS ELEITORES – Dr; aqui estamos. Queremos saber das promessas...

O DEPUTADO ELEITO – Agora não os posso atender. Voltem para a semana.

O POVO – São os eternos ludibriados, todos os quadriênios compram o mesmo bonde <sup>246</sup>.

Na charge os eleitores tentam se fazer visíveis, chamar a atenção para sua existência e quase suplicar o reconhecimento de sua condição de cidadãos, o que os habilitaria a cobrar do candidato eleito o cumprimento de seus projetos de campanha. Um dos operários estende a mão na direção do parlamentar, como tentando alcançá-lo, mas o deputado não reconhece sua presença pelo olhar, rejeita-os dando-lhes as costas de modo indiferente, afastando-se na direção oposta, marcando o descompasso e o distanciamento entre os políticos e os eleitores. Estes estão parados, como que estagnados no mesmo lugar, e ao fundo da imagem está a representação do povo que contempla o episódio como espectador, apontando para a repetição do estado de impotência em que o cidadão se encontrava, invisível aos olhos do poder

<sup>246</sup> STORNI. Depois da Eleição. *Careta*. Rio de Janeiro, Ano XXIII, N. 1.134, 15 de Março de 1930, p. 30.

institucionalizado, ignorado em sua vontade e necessidades. Enquanto as mãos dos eleitores estão ocupadas com instrumentos de trabalho, indicando sua condição de sujeitos produtivos e ocupados, o deputado tem as mãos cruzadas nas costas, segurando uma bengala que é apenas um enfeite, mostrando que ele leva uma vida despreocupada, ociosa, e que sua alegação de indisponibilidade para atender os operários era claramente mentirosa.

Contudo, apesar de toda a desilusão e desesperança estampada pelas revistas em suas páginas, o período das eleições inaugurava um tempo de frenesi, em meio ao qual os periódicos acompanhavam e noticiavam cada passo das campanhas, dos boatos, das chances dos candidatos, especulando sobre os possíveis eleitos. Os impressos oscilavam entre o entusiasmo e a expectativa de que naquela ocasião a situação poderia finalmente mudar, e a resignação, a amargura e o desânimo diante da realidade que se impunha no final de cada escrutínio. A fase do lançamento das candidaturas e da realização das campanhas era vivenciada intensamente, o leitor era chamado a participar e a opinar sobre o assunto na convicção de que se tratava de matéria palpitante, tema de conversas cotidianas e motivo de animados debates pelas ruas da cidade. Investindo no interesse do leitor pela política *Fon-Fon* lança em 1909 um *Grande Concurso Eleitoral*, explicando que por não ser “indiferente às manifestações da proclamada Soberania Nacional”, promovia um concurso para que o leitor tentasse adivinhar, entre “os candidatos nas próximas eleições federais [...] qual a votação que conseguirão todos estes candidatos reunidos”. O parâmetro seria o resultado numérico publicado pelo *Jornal do Comércio* e aqueles que se aproximassem mais dos votos computados na apuração final ganhariam os seguintes prêmios:

1º Prêmio: **Um costume de brim**, à escolha, feito sob medida, pela Alfaiataria *Antonio Freire & C.*, [...] cujo variado e magnífico sortimento e apurada confecção já a tornaram uma das mais procuradas pelos nossos elegantes.

2º Prêmio: **1 chapéu de castor**, fabricado especialmente pelo importante estabelecimento *Souza Machado & C.*, que obteve o *Grande Prêmio*, a maior recompensa, na Exposição Nacional.

3º Prêmio: **Uma dúzia de colarinhos**, da conhecida Casa *Carnaval de Venise*, cuja variedade de artigos para homens rivaliza com as congêneres da Europa <sup>247</sup>.

Com esse tipo de expediente o leitor/eleitor poderia se sentir um pouco mais partícipe do pleito, tendo a oportunidade de dar vazão a seu interesse pela política (e ao mesmo tempo extravazar a paixão pelos jogos). O concurso presumia que o concorrente estava inteirado dos nomes dos candidatos, da posição de cada qual no cenário político, de forma a fazer um

<sup>247</sup> Grande Concurso Eleitoral. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano III, N. 4, 23 de Janeiro de 1909, s./p.

cálculo que não dependesse apenas da sorte, mas que fosse capaz de dimensionar, mais ou menos, as chances dos pretendentes aos cargos parlamentares (a revista explicou que o leitor poderia tentar adivinhar tanto o número total de votos quanto “indicar os votos que cada candidato conseguirá”). Apesar de não explícito nas regras do concurso, a natureza dos prêmios – indumentária masculina –, pressupõe que a competição era voltada apenas para homens, e que a chamada visava atrair um público mais popular, já que é difícil imaginar que os próceres da elite nacional se sujeitariam a entrar em uma competição com o intuito de ganhar um punhado de colarinhos. Certamente a revista firmou uma parceria com as lojas que distribuiriam os prêmios em troca de fazer propaganda dos estabelecimentos, indicando mais uma estratégia para cativar o leitor e ao mesmo tempo estabelecer cooperações lucrativas com o comércio local. Supomos que um periódico como *Fon-Fon*, “antenado” com o burburinho das ruas e ansioso para agradar ao público, só promoveria um concurso sobre um tema que julgasse palpitante e popular. A onipresença das eleições nas páginas das revistas reforça a hipótese de que a política e o momento eleitoral, apesar de tão duramente criticados, desqualificados e desmoralizados, exerciam fascínio sobre os periódicos e parcela do seu público leitor, que mesmo tendo sua participação institucional negada ou falseada teimavam em ensaiar algum tipo de papel no espetáculo que se desenrolava, nem que fosse como apostador...

Do nosso ponto de vista, todos os elementos temáticos aqui analisados estavam presentes nas páginas das revistas por se coadunarem com a proposta editorial das mesmas. As três publicações se propunham a tratar dos mais variados temas, inclusive a política, de forma leve e divertida, e mesmo assuntos que seriam em tese sérios, como as eleições, eram comentados de modo a informar o leitor e ao mesmo tempo distraí-lo, se possível fazê-lo rir. Assim, o que sobressai na abordagem dos semanários, no que se refere à política institucional e aos políticos, é seu apego a tudo o que era corriqueiro, à movimentação e à sociabilidade diária dos parlamentares, seus vínculos políticos e pessoais, o modo como criavam e vivenciavam convenções e praxes profissionais, as visões de mundo que supostamente partilhavam e como as externavam em suas condutas, a forma como circulavam pela capital e quais espaços frequentavam, a maneira como agiam tanto no exercício da função como na vida particular e de que modo isso os diferenciava, na visão das revistas, frente ao restante dos brasileiros, permitindo sua identificação como agrupamento dotado de singularidade. Os semanários “revelavam” o que era ser um deputado ou senador nas mais diversas situações do dia-a-dia, e para cada circunstância e cenário descritos emergiam características, uma

qualidade, uma predisposição ou habilidade que, em muitos casos, serviam para designar o grupo dos parlamentares como um todo.

Essa operação de generalização também pode ser constatada em uma dimensão mais vasta. Ao observar e valorar as ações dos legisladores, os periódicos, em inúmeras ocasiões, deram um salto associativo e passaram a atribuir a institutos amplos, como o Legislativo, o Executivo, a política (com “p” maiúsculo), etc., atributos e qualificações extremamente semelhantes àqueles que conferiam aos políticos em geral, e aos congressistas em particular. A partir da conduta do grupo que eles nomeavam como os *políticos profissionais* as revistas elaboraram avaliações, apreciações e juízos sobre tópicos de alcance bem abrangente, tomando os acontecimentos do cotidiano como parâmetro para prolatar sentenças e definições de cunho absoluto sobre a vida política, os poderes instituídos e as possibilidades futuras delineadas para o país. Essa transição quase direta de episódios, casos, peripécias, lances do dia-a-dia para elementos de ordem mais genérica é fundamental para percebermos como os acontecimentos do cotidiano, fundados na experiência imediata (ou melhor, no modo como esta foi apreendida e construída pelas revistas), serviu de base para a construção, nas páginas dos semanários, de um pensamento generalizador sobre a realidade política brasileira. É disso que trataremos a seguir.

### 3. A produção humorística das revistas ilustradas: atribuição de significados ambivalentes para a política e o Congresso Nacional

A cobertura diária do fazer dos políticos, de suas práticas, atitudes, hábitos, atuação profissional e privada, ajudava a conformar e a solidificar, no quadro das revistas, uma série de percepções, definições e lugares comuns acerca do Congresso Nacional, sobre a representatividade do Parlamento em face do povo, dentre outras reflexões importantes. Para nós fica claro que ocorreu uma transposição ou um deslizamento de sentidos daquilo que era imediatamente observado – a movimentação diária dos agentes políticos e o funcionamento dos poderes – de modo que os julgamentos e os diagnósticos emitidos sobre essa realidade cotidiana foram estendidos para as instituições republicanas e para a própria política. Essa transposição de sentidos e de julgamentos não lançou mão de critérios avaliativos iguais, perdurando imutável ao longo dos anos e permeando de modo idêntico as três revistas. Existiram contradições, tensões, continuidades e transformações no modo como as publicações lidaram com o mundo da política em suas múltiplas expressões, mas quase sempre elas se manifestaram a partir de casos concretos ou das circunstâncias com as quais se depararam a cada momento, dedicando sempre maior atenção à vida diária dos parlamentares.

Foi a partir da chave do cotidiano, de retalhos do fazer rotineiro, que se teceram generalizações, opiniões e juízos sobre importantes elementos da organização política do país.

*Fon-Fon*, durante este tempo, andou estudando, andou observando, andou aprendendo e agora traz consigo, a recolta de magníficos ensinamentos, colhidos, dia a dia, na convivência íntima do que mais notável e mais laborioso possui o sistema político que nos felicita e orgulha<sup>248</sup>.

A operação do pensamento estava ancorada no fluir de uma experiência imediata, e as considerações elaboradas, os resumos e sínteses do quadro político, não pretendiam ter uma sofisticação conceitual e poucas vezes tentaram alcançar um distanciamento reflexivo. As generalizações criadas mesclaram impressões, ideias, valores e conhecimentos prévios com o desenrolar de cenas do aqui e agora, de modo que elas emergiram como híbridos da conjunção entre o pensamento e a experiência, sem compromisso com uma coerência teórica. O que se procurava era dar sentido imediato a cada episódio particular, que por sua vez induzia a relações mais amplas, mas que nas páginas das revistas poderiam entrar em contradição com o que era publicado na semana seguinte, a depender do teor do mais recente

---

<sup>248</sup> FON-FON. Cova de Cacos (Um pouco de Política). *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano III, N. 2, 9 de Janeiro de 1909, s./p.

acontecimento. O fato relatado era o ponto fixo a partir do qual oscilava o movimento do pêndulo opinativo, e obviamente há de se considerar que as revistas contavam com a colaboração de diversos escritores, que naturalmente possuíam entendimento diverso sobre as questões em pauta, o que impedia a unanimidade de ideias.

Além disso, o que caracterizava o tom do material publicado era o humor, que poderia se apresentar sob diversos matizes, ora ferino e demolidor, ora revestido de uma graça e camaradagem que pareciam aceitar como inevitável a realidade estabelecida. Mas o uso de uma linguagem leve e humorística não tentou escamotear a opressão do cenário político vigente e nem visou apaziguar a indignação diante dos eventos observados. O humor configurou uma estratégia editorial de diferenciação dessas revistas no mundo dos impressos da época, uma forma de cativar o leitor, pois o humor diverte, ele tende a agregar as pessoas (quando não se é a “vítima” do riso), e torna o interlocutor mais propenso a buscar a companhia daquele que proporciona o momento prazenteiro, fixando a atenção do leitor na fala do gaiato, que conta então com o privilégio de uma audiência atenta. As tiradas humorísticas dirigidas *contra* os políticos, em especial os parlamentares, ajudaram a conformar uma cumplicidade e uma aliança entre os periódicos e o leitor, estabelecendo a partilha entre o *nós* e o *eles*. O leitor jamais era alvo de gozação, ele ria junto com o escritor, participava da piada, constituía o lado *bom* da sociedade que poderia ao mesmo tempo rir e se indignar diante das ações dos políticos, pois ele era moralmente *superior* a eles. É certo que os periódicos muitas vezes denegriam e faziam mofa do “povo”, do “brasileiro”, do “eleitor”, etc., mas estava claro que esses tipos, quando caracterizados negativamente, configuravam uma comunidade que excluía o leitor, exceção a todas as generalizações desfavoráveis.

Os episódios do cotidiano político institucional observados pelas revistas eram retratados como algo transparente, mas que continham em si mais sentidos do que aqueles imediatamente percebidos. As revistas *expandiam* os temas corriqueiros, transformando esses fragmentos do real em algo mais do que o estado provisório do fazer político em um momento histórico qualquer, esses fragmentos seriam indicativos de uma substância que os atravessava e constituía e que, ao mesmo tempo, era maior do que eles. O cotidiano observado era apontado como sintoma de questões mais amplas, que envolviam a problematização dos poderes instituídos, da política, da República, do povo, do sistema representativo, etc. Assuntos aparentemente comezinhos poderiam dilatar a discussão de forma impressionante, levando à construção de diagnósticos e de definições essencialistas sobre, principalmente, os seguintes aspectos.

	<b>Elementos temáticos condensados através da leitura das fontes</b>
<b>A produção humorística das revistas ilustradas: atribuição de significados ambivalentes para a política e o Congresso Nacional</b>	<b>1. Identidade institucional</b> (Senado/Câmara/Congresso Nacional)
	<b>2. Poder Executivo e sua relação com o Legislativo</b> (dependência, subordinação, confrontos, comparações)
	<b>3. Relação dos políticos com o povo</b> (representatividade, proximidade, empatia, etc.)
	<b>4. República</b> (realizações alcançadas sob a égide do novo regime, expectativas futuras, etc.)
	<b>5. Política</b> (definições, qualidades, função na sociedade, perspectivas futuras, etc.)

Tabela 6: elementos temáticos condensados através da leitura das fontes

*O Malho*, *Careta* e *Fon-Fon* mesclaram emoção e reflexão em suas falas, postulando opiniões através da descrição dramatizada dos acontecimentos, e ao fim do texto muitas vezes arrematavam o artigo com algum pensamento simplificado e reducionista sobre ideias e conceitos complexos. Apesar do curto alcance reflexivo da maioria desses conteúdos consideramos que as questões levantadas pelas publicações foram importantes e integraram o campo do debate político da época. Nesse sentido, não importa estabelecer se os diagnósticos enunciados pelos impressos eram verdadeiros ou falsos, e sim que eles expressavam o que as revistas consideravam como a realidade do momento, configurando um conjunto temático que se repetiu durante muitos anos nas páginas das publicações, de forma que é possível supor que os seus leitores sabiam que tipo de “análise” política encontrariam nos semanários, criando uma expectativa para os interessados de que a cada edição eles poderiam ler mais do mesmo. A predominância de uma visão negativa da política e dos políticos nesses periódicos pode estar relacionada com a opção editorial pelo humor, já que esse normalmente não se presta muito ao elogio, e as ações edificantes quando destacadas pelo riso são geralmente contrapostas a uma conduta oposta, que ao ser retratada desfavoravelmente coloca em relevo a positividade da atitude benéfica.

### 3.1. Identidade Institucional

Não faltaram nas páginas das revistas considerações várias acerca do papel do Congresso Nacional na vida política do país, e essas observações e avaliações recaíram tanto sobre o Congresso como um todo (abrangendo as duas Casas legislativas), como especificamente sobre a Câmara e o Senado. O fato é que se acompanhava com enorme interesse os trabalhos do poder Legislativo, “Para os efeitos alegres de uma crônica humorística, o Congresso é sempre um assunto apreciável. [...] O Congresso vai-se abrir. [...] Preparemo-nos, pois, para a *season* parlamentar”<sup>249</sup>. Quando se encerravam as atividades anuais não se deixava de pontuar o fato, “é uma nota triste, principalmente para nós cronistas de Bom Humor. Perdemos uma das fontes mais fartas dos nossos assuntos e conosco perdem os leitores um dos seus mais apreciados pratos d’escândalo”<sup>250</sup>. Nem sempre esse tom leve, e que visava provocar o riso, resistia diante de circunstâncias que as revistas julgaram ser insuportáveis, em alguns momentos o bom humor não foi suficiente para resignificar o que julgaram ser os descaminhos do Congresso Nacional, instaurando um clima de desilusão que levou ao próprio questionamento da razão da existência dos poderes constituídos, em especial do Legislativo federal.

Reabre-se, dentro de poucos dias, o Congresso e segundo cremos, pois é preciso fingir para dar crédito na legítima representação do povo em tal reduto político, haverá uma série de discursos, algumas descomposturas, muito dinheiro gasto com subsídio, reprodução sistemática de cada ano, e... nada, nada mais...

Cansados estamos de demonstrar a inutilidade dessa instituição constitucional, [...] pois cada vez mais patente fica aos olhos do Brasil inteiro que as duas casas que representam o seu poder máximo não passam de *guichês* da baixa política<sup>251</sup>.

Essa suposta “baixeza” do Congresso foi atribuída, em grande parte, aos seus componentes, de modo que o comportamento dos deputados e senadores, suas ações, o compromisso que demonstravam diante da função pública, foram determinantes para que se conformasse o que denominamos de uma *identidade institucional*, sendo raro que essas publicações separassem o valor atribuído aos homens da avaliação que faziam da própria instituição. Em 1908, a revista *O Malho* já falava da,

decadência do poder legislativo [...] Essa decadência era, aliás, esperada. Salvo honrosíssimas e ainda mais raras exceções, compõem-se o Congresso de numerosos indivíduos reconhecidamente inaptos [...] a maioria dos

<sup>249</sup> *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano IV, N. 15, 9 de Abril de 1910, s./p.

<sup>250</sup> Encerrou-se o Congresso. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano V, N. 1, 7 de Janeiro de 1911, s./p.

<sup>251</sup> *Careta*. Rio de Janeiro, Ano XIV, N. 670, 23 de Abril de 1921, s./p.

congressistas não passa de uma troça de malandros, boçais ou filauciosos, mas todos semelhantes na sua inutilidade como representantes da nação. Cada qual trata de si e dos seus interesses, a começar pelo principal: o da reeleição<sup>252</sup>.

O Congresso Nacional foi alvo do mais profundo descrédito. A ausência de uma pauta de atividades planejada (com objetivos que resultassem em algum benefício concreto para o povo), a reiterada falta de quorum para as votações (absenteísmo), os atrasos, a postergação e os atropelos que marcariam o processo legislativo, a lentidão e a burocracia das Casas compunham o quadro traçado pelas revistas sobre o Parlamento, desembocando em avaliações duras, e jocosas, acerca da instituição. Essa pretensa debilidade do Congresso em ir além de suas obrigações básicas, de ater-se a votar os orçamentos do país e nada mais produzir de construtivo, desesperava os colaboradores das revistas encarregados de cobrir o cotidiano parlamentar. A visão de que os parlamentares eram incapazes de atuar de modo consistente em prol do bem comum colocou em xeque a função do poder Legislativo na ordem política nacional. Afinal de contas, questionavam os periódicos, para que servia o Congresso Nacional se ele, além de não representar legitimamente o povo, sequer produzia algo de útil para o país?

Principalmente a partir da década de 1920 os periódicos pontuaram, com frequência, que o Legislativo, além de fracassado, era um entrave para o avanço da nação, e que esta estaria melhor sem a sua existência. A opinião negativa sobre o Parlamento foi apresentada como uma unanimidade nacional, “o Poder Legislativo [...] só tem no Brasil o desprezo público, o escárnio da Nação inteira [...] só faltando o competente decreto para que a data da reabertura do Congresso seja considerada de fato o Dia de Finados da República...”<sup>253</sup>. *Fon-Fon* elencou as vantagens auferidas pela sociedade quando o Legislativo entrava de férias e parava de funcionar.

Em primeiro lugar, estando o Congresso fechado, economiza o Tesouro milhares e milhares de contos, que bem podiam ser aplicados em melhoramentos públicos. Em segundo lugar, quando os “papagaios” não falam, não discutem, tudo corre às maravilhas, reina paz, o sossego tão necessário para o país trabalhar e produzir [...]. Quando o Congresso está fechado é que a gente se apercebe da sua inutilidade. Como eu detesto os inventores da tal Democracia, com a sua divisão de poderes!...<sup>254</sup>.

---

<sup>252</sup> AO POVO! A Demonstração de Sua Miséria. *O Malho*. Rio de Janeiro, Ano VII, N. 315, 26 de Setembro de 1908, s./p.

<sup>253</sup> Looping the Loop. A reabertura do Congresso. *Careta*. Rio de Janeiro, Ano XV, N. 725, 13 de Maio de 1922, s./p.

<sup>254</sup> Coisas. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano XXII, N. 13, 31 de Março de 1928, s./p.

O enfado expresso pelo autor do comentário corrobora uma tendência que notamos na documentação. Com o passar dos anos cresce nas revistas o sentimento de desesperança a respeito de uma possível mudança positiva no cenário político. Como o ordenamento político era refratário à participação do cidadão ele era visto apenas como um agrupamento de instituições formais, não vivificadas pela interação com o povo, em nada expressando as necessidades e a diferença dos diversos segmentos sociais <sup>255</sup>. Essa falta de estofo, de identificação com a sociedade, tornou as instituições alvos fáceis dos ataques das revistas, já que era fato de que elas realmente serviam como espaço para o encaminhamento dos interesses das elites. Por maiores que fossem os reparos feitos à atuação do Executivo, no mais das vezes se pregava seu fortalecimento como a única saída viável para a resolução dos problemas nacionais.

O Congresso Nacional, com seus muitos integrantes, permitia a visualização mais clara do trânsito das camadas privilegiadas, o recinto era acessível à imprensa, que podia acompanhar livremente os debates e as votações. Paradoxalmente, a maior publicidade e abertura do Legislativo deixavam em evidência suas falhas e limites, enquanto que o Executivo, que funcionava quase que a portas fechadas e cujas decisões vinham a público por meio de decretos prontos (sem o desgaste das discussões em plenário), aparentava ser muito mais eficiente e produtivo. A fala pretensamente excessiva e improdutivo dos parlamentares foi contraposta à pronta ação do Presidente e dos seus ministros, e na comparação entre as duas práticas (falar e fazer), a primeira foi amiúde qualificada como perda de tempo, atividade que gerava distúrbios e embates estéreis, enquanto que a segunda foi encarada como intervenção direta na realidade, visando resultados imediatos. Tendo em vista essas diferenciações, nas páginas das revistas o Congresso Nacional foi tido como um dos grandes responsáveis pelo “atraso” da nação, como evidenciou *Careta* na seguinte charge.

---

<sup>255</sup> A Constituição de 1891 negava o direito de voto aos analfabetos, estrangeiros e aos homens menores de 21 anos. De acordo com José Murilo de Carvalho tais restrições limitavam o eleitorado a 10% da população do país. Ainda segundo o autor, entre os anos de 1894 e 1930, para as eleições presidenciais, “a participação eleitoral girou entre 1,4% e 3,4% da população”. In: Os três povos da República. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de (org.). *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001, págs. 70 e 72.

## SÓ ASSIM : SORRATEIRAMENTE...



Ilustração 16: *Só assim: Sorrateiramente*

A imagem <sup>256</sup> traz ao fundo um casal. No vestido da figura feminina está escrito “Câmara”, e supomos que o companheiro masculino seja o Senado, como tradicionalmente representado nas revistas. No primeiro plano temos um homem de gatinhas, paramentado com roupa de vaqueiro, tentando seguir pela via na direção indicada por uma placa que informa “Estrada do Progresso – Vire à direita”. A faixa na cintura dessa figura esclarece que se trata do Brasil. Em um galho de árvore vemos um pássaro a cantar “pinião, pinião, pinto fugiu com medo do gavião”. Na legenda da imagem está escrito, “O BRASIL. – Vou aproveitar enquanto o Congresso está em férias, para progredir um pouco...”. A charge assinala que era o momento de férias do Congresso Nacional, daí as duas casas parlamentares serem retratadas em um momento de descontração, de costas, sugerindo com tal postura que estavam “fechadas” para o mundo que está atrás deles, mundo esse que marcava tanto a posição da figura do Brasil, como a do leitor que contemplava a página. O Senado abraça os ombros da Câmara, e o gesto tem certa conotação sexual, pois a Câmara representa uma mulher jovem,

<sup>256</sup> STORNI. Só assim... Sorrateiramente. *Careta*. Rio de Janeiro, Ano XXI, N. 1029, 10 de Março de 1928, p. 22.

vestida de forma provocante, seu vestido é justo, marcando bem as curvas do corpo, o decote nas costas é generoso e ela está com os braços descobertos, expondo-se publicamente ao contato físico do parceiro. Podemos dizer que na perspectiva machista predominante à época o comportamento dessa figura feminina seria próprio de uma mulher de “vida fácil”, na imagem a Câmara dos Deputados é uma moça que se entrega, à vista de todos, aos avanços, às decisões do Senado. Tal ponto de vista seria coerente com vários dos desenhos das revistas, que em diversas ocasiões retrataram o Senado como um senhor mais velho e a Câmara como uma moça jovem. Isso porque os senadores eram normalmente mais idosos do que os deputados, e se atribuía uma maior circunspeção ao recinto senatorial, enquanto que a Câmara, dada a juventude de grande parte dos seus membros, era tida como mais jovial e buliçosa. Na imagem, enquanto o Congresso permanece alheio a tudo que está a sua volta, a figura do Brasil se esgueira por uma estrada cujo nome era o progresso, indicando não um destino final, mas um caminho a ser percorrido. O sentido que se deveria seguir era o da direita, o lado “certo” das coisas, aquele que produziria bons resultados. O homem que representa o Brasil leva um chapéu enfeitado com algumas estrelas sobre uma base redonda, que lembra a orbe da bandeira do país, e sua vestimenta, em contraste com a do casal que representa o Congresso, aponta para o mundo do trabalho, mas não como um ofício urbano, e sim para a lida no campo, possivelmente fazendo menção à vocação agrícola do país. A figura do Brasil tem uma expressão alegre, voltada para o leitor, de modo que este tem maior probabilidade de se identificar não com as figuras de costas, distanciadas e indiferentes, e sim com o homem comum, que convoca, pelo olhar, a cumplicidade do leitor para sua tentativa de escapar e seguir adiante. O Brasil está posicionado em uma curva, um ponto de inflexão, tudo parece depender de sua habilidade em passar desapercibido dos personagens sentados, que estão à margem da “estrada do progresso”. O título da imagem diz, “Só assim: sorrateiramente...”, e o sentido dessa frase era complementado pela legenda, que contrapunha o Brasil ao Congresso Nacional, ressaltando que este, estando de férias, abria a oportunidade para o país progredir.

Fica claro, portanto, que o Parlamento era um empecilho ao avanço da nação, estando fechado ele deixaria o caminho livre e desimpedido para a marcha produtiva do Brasil, que só poderia avançar se demonstrasse esperteza e conseguisse evitar que o Parlamento interferisse em seu curso. Deixando o Congresso para trás o que se descortinava à frente era uma longa estrada livre de obstáculos. Além do leitor, no desenho o único personagem que tinha uma visão completa do cenário era o pássaro pousado na árvore. Nos contos de fadas e histórias infantis os pássaros muitas vezes fazem o papel de mensageiros, de guias, que tentam alertar

os protagonistas sobre os perigos que tem pela frente <sup>257</sup>. No caso em questão a ave era uma testemunha que estava acima dos acontecimentos e que com seu canto fazia alusão ao episódio que se desenrolava abaixo. O Brasil era o “pinto” que fugia com medo do “gavião”, o Congresso. O Parlamento era o predador, aquele que atacava e devorava, e o Brasil era a ave domesticada, a presa jovem, a vítima, que na impossibilidade de se defender de um ataque frontal precisava fugir para não perecer.

Trata-se de uma imagem bastante elucidativa da percepção que as revistas construíram ao longo dos anos sobre o Legislativo, e o pessimismo explicitado vinha da observação das ações cotidianas que se desdobravam, “Em tudo, o Congresso dia a dia se tem desprestigiado”<sup>258</sup>. Esse tipo de avaliação se tornou cada vez mais comum no fim da década de 1920, e as publicações, que antes primavam pelo tom jocoso e alegre em suas críticas, assumiram cada vez mais um tom melancólico e fatalista, desesperançado. De acordo com os semanários a experiência estaria ensinando aos brasileiros que o Parlamento não poderia ser redimido como poder, “O Congresso fechou as portas, sendo apenas de lamentar que não seja para sempre”<sup>259</sup>.

As avaliações sobre o Congresso Nacional recaíam tanto sobre a instituição como um todo como sobre a Câmara e o Senado separadamente, sendo que geralmente as duas Casas foram caracterizadas segundo os atributos imputados a seus ocupantes, os deputados e senadores. No universo da política a cadeira senatorial era a mais valorizada, normalmente reservada para os políticos experientes, “Tenhamos bem presente que é no Senado que estão todos os chefes da política brasileira. Todos os que mandam nos Estados tem assento nessa casa”<sup>260</sup>. Ele era qualificado com adjetivos como, velho, circunspecto, venerando, digno, calmo e solene. Já a Câmara era tida como “mais moça e mais ardente”<sup>261</sup>, encarnando as supostas qualidades dos seus integrantes: agitada, barulhenta, jovem, trêfega, nervosa, desengonçada. Na comparação do comportamento das Casas as opiniões variavam,

Quem deixa o sossego calmo e a ponderação solene do Senado e vai à balbúrdia desembaraçada e incompreensível da Câmara, assusta-se, com certeza. Fica-se a pensar se aquilo será mesmo uma assembleia de legisladores ou um *meeting* de arruaceiros. Que gritaria! Que barulhada! Que agitação inútil! Apresenta-se a mocidade dos senhores deputados como justificativa de todas estas agitações. [...] Mas isso não impede que haja mais compostura e menos gritaria. [...] O Senado também tem suas paixões

<sup>257</sup> BONAVENTURE, Jette. *O que conta o conto?*. São Paulo: Edições Paulinas, 1992, págs. 117 e 118.

<sup>258</sup> Comentários da Semana. Homenagens sem valor. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano XXII, N. 48, 1 de Dezembro de 1928, p. 3.

<sup>259</sup> Coisas. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano XXII, N. 3, 21 de Janeiro de 1928, p. 51.

<sup>260</sup> Crônica do Malho. *O Malho*. Rio de Janeiro, Ano III, N. 93, 25 de Junho de 1904, s./p.

<sup>261</sup> O Senado e a Câmara. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano VIII, N. 28, 14 de Julho de 1914, s./p.

políticas, também tem as suas explosões partidárias, mas felizmente, até agora, não os levou ainda aos exageros censuráveis da Câmara <sup>262</sup>.

Por outro lado, se as vívidas manifestações dos deputados “abala nervos e irrita” <sup>263</sup>, a Câmara era também um espaço mais atrativo para o repórter, pois “Ser deputado é quase que receber com o diploma o... prurido de falar [...] é preciso é falar, falar sempre... Daí o interesse que as crônicas humorísticas encontram na sessão da Câmara” <sup>264</sup>. A chance de surpreender um fato inusitado era muito maior ali, onde,

Quem tem de dizer o seu desaforo, diz mesmo, quem pretende ensaiar a sua taponia, ensaia mesmo. Forma-se o *rolo*, há gritaria [...] Por isso é que eu digo sempre que a Câmara representa melhor o temperamento do nosso povo e as explosões da nossa índole de brigadores. À vista de tudo isto, hão de concordar que as sessões da Câmara são mais divertidas do que as do Senado. Eu também penso assim <sup>265</sup>.

Ao longo dos muitos anos de cobertura das revistas dos recintos legislativos percebemos que a identidade fixada para cada uma das Casas alinhou-se com a identidade construída sobre os deputados e senadores. Câmara e Senado personificaram, concentraram, os traços dos seus ocupantes, assimilando em um único personagem/tipo os atributos imputados a cada uma das categorias de parlamentares. Conforme as características atribuídas aos deputados e senadores, as revistas conformaram a individualidade das duas Casas, que se expressava em todas as suas atividades, fixando o ritmo de trabalho, o ambiente e o grau de “respeitabilidade” de cada qual. Interessante que no exercício de extrair as características dos legisladores e transferi-las para as Assembleias os marcadores que se firmaram, permanecendo durante todo o período estudado nas páginas das três revistas, foram os de idade e de gênero. O identificador etário se explica pelo fato já citado de que os senadores possuíam uma média de idade superior à dos deputados, pois era condição para sua elegibilidade, segundo a Constituição de 1891, possuir mais de 35 anos. Para lá se dirigiam os políticos com maior prestígio, atuantes há mais tempo, as vagas eram mais limitadas do que para a Câmara (três senadores por Estado), e o mandato mais longo, de nove anos, enquanto que o de deputado durava três anos. Assim, o Senado foi quase sempre representado como um homem idoso, de longa barba branca, magro, podendo portar óculos ou não. Nas imagens contidas nos semanários Senado e Câmara formavam um casal, tratando-se com a familiaridade própria de quem convivia junto há muitos anos. A Câmara sempre parecia mais

<sup>262</sup> FON-FON. Fon-Fon! No Congresso. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano III, N. 49, 4 de Dezembro de 1909, s./p.

<sup>263</sup> M.P. Sete dias de um Neurastênico. *Ibidem.*, s./p.

<sup>264</sup> Em torno do Congresso. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano V, N. 26, 29 de Junho de 1912, s./p.

<sup>265</sup> Em torno do Congresso. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano V, N. 28, 13 de Julho de 1912, s./p.

jovem do que a representação do Senado e seu corpo, ora retratado como jovem e longilíneo, ora como o de uma senhora gorda, aparentava saúde e vigor.

O outro fator que se destacou na identificação das duas Casas Legislativas foi o gênero. Claro está que o fato das palavras *Câmara* e *Senado* pertencerem a gêneros diferentes facilitou a personificação das instituições como mulher e homem, respectivamente. Porém, essa diferenciação era mais sutil e, a nosso ver, se deveu à dinâmica de interação entre as Assembleias e à caracterização diferenciada dos deputados e senadores. Os deputados, de acordo com os impressos, eram mais falantes, exagerados, buliçosos, seu temperamento se afigurava como instável, suas reações eram percebidas, às vezes, como desmedidas e excessivamente emocionais. Todos esses traços se ajustavam à percepção mais ou menos consensual da época sobre as mulheres <sup>266</sup>. Certamente, essas características também se adéquam à ideia de juventude, mas tal fato, a nosso ver, reforça a distinção de gênero, já que naquele momento as mulheres eram tidas como mais imaturas, portanto mais próximas do universo infantil/jovem do que os homens. Assim, os deputados representariam o lado juvenil e feminino do Congresso. Já os senadores eram vistos como indivíduos mais compostos, racionais, sensatos, frios, lacônicos, contidos, controlados, *maduros*, encarnando, através dessas qualidades, uma “essência” masculina. O Senado aparecia como o homem adulto, o líder, enquanto que a Câmara, representada pela figura feminina, parecia simbolicamente subordinada ao Senado, desempenhando papel de seguidora e auxiliar.

O “casal legislativo” povoou as páginas das publicações principalmente através das charges, que retratavam a dupla nas mais diversas e irreverentes situações, criando vários sentidos para a atividade parlamentar no Brasil e para a dinâmica de convivência entre as duas Casas do Parlamento, como na imagem de *Careta*, de 1921 <sup>267</sup>.

---

<sup>266</sup> Para tanto ver: HAHNER, June E. *A Mulher Brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981; RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

<sup>267</sup> J. CARLOS. *Insônia. Careta*. Rio de Janeiro, Ano XIV, N. 656, 15 de Janeiro de 1921, s./p.



Ilustração 17: *Insônia*

O desenho acima retrata uma figura masculina, o Senado, e outra feminina, a Câmara. A cama que os abriga é confortável, a coberta generosa assinala que estão ao abrigo das intempéries, o alto espaldar da cama reafirma a posição superior do casal, e se o quarto é simples, sem sinais de opulência, pode-se notar que o casal está bem alojado, fora do alcance das necessidades e das exigências do mundo externo. O quarto, cômodo mais íntimo de uma casa, tem um ar de isolamento, nem sequer uma paisagem é vislumbrada pela janela, ele está completamente fechado na relação auto-referencial do casal. Ambos usam aliança, símbolo que reitera o vínculo da dupla, e mostra que estão oficialmente casados, juntos, associados nas situações do cotidiano, partilhando experiências, comprometidos por toda a vida um com o outro.

A charge se intitula *Insônia*, e pela posição mais elevada do travesseiro da Câmara insinua-se que enquanto o Senado dormia ela estava recostada, sem conciliar o sono. Em dado

momento ela se sobressalta e é quando a legenda da figura ganha relevo, “– Você não escutou um barulho? / – Dorme, Catharina, dorme. Isso é a consciência”. Na imagem ela parece tomada de um estado de ansiedade, projetando sua inquietação para o ambiente externo, de modo que ela crê ter escutado algo, se sobressalta e demonstra temor. Não é aleatório que a Câmara tenha sido a escolhida para encarnar o susto na imagem, pois a expressão do medo era mais compatível com a mulher, tida como o sexo frágil. O homem precisava sustentar uma imagem de coragem, força, e a externalização do medo por ele não era socialmente bem vista, podendo passar por covarde. Ela se volta para o Senado-homem na busca de confirmação para sua impressão, a resposta dele seria determinante para conferir realidade ou não ao que ela pensou ter ouvido. A fala do Senado é tranquilizadora, reafirmando sua posição de protetor, incitando a “esposa” a dormir, pois o ruído teria origem interna, advindo da sua consciência.

A imagem aludia às atividades do Congresso Nacional, sua suposta ineficiência e incompetência. Tal fato não atrapalharia os trabalhos diurnos, mas ele rondava o inconsciente político e a culpa reprimida acabou se manifestando por meio de terrores noturnos. Algo desagradável se imiscuiu nos limites da redoma que abrigava o casal parlamentar. Em resposta ao “barulho” da consciência da Câmara, o Senado instou a companheira a não *dar ouvidos* a conflitos e divisões interiores, a culpa que atormentava a mente de quem sabia ter praticado algo de errado deveria dar lugar ao estado calmo e inconsciente do sono. O nome próprio *Catharina*, com o qual o Senado designou a Câmara, significa “pura”, “casta”, revelando na própria denominação da figura o descompasso ou a contradição entre aquilo que o nome designava e a realidade de uma instituição que, de acordo com as revistas, estaria bem longe do ideal de pureza, da encarnação de uma conduta correta e sem mácula.

O repúdio ao Congresso Nacional e a suas Casas foi recorrente nas páginas das publicações. Para Sandra Pesavento, a repetição de imagens pode “conduzir a uma fixação de tipos e perfis”<sup>268</sup>, o que dificulta seu questionamento mesmo diante da apresentação de análises alternativas que busquem relativizar os juízos absolutos. Porém, no caso das revistas, vez ou outra surgia uma voz dissonante, que tentava fazer algum tipo de ponderação sobre a importância da instituição, desvinculando o Parlamento da imagem negativa dos homens que o ocupavam.

Todos nós falamos mal dos nossos senadores e deputados: todos nós os apelidamos o mais atrozmente; mas quando o Congresso se fecha, há um vazio na nossa vida comum e nos enchemos de pavor. Todo o brasileiro

---

<sup>268</sup> In: Um moderno folhetim (ou uma história em quadrinhos trágico-cômica). In: LUSTOSA, Isabel (org.). *Imprensa, Humor e Caricatura: a questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 176.

nasceu mais ou menos para ser um tiranozinho em qualquer coisa [...]. Então, quando é Presidente da República [...] Apossa-se dele logo um delírio cesariano e a sua autoridade que é limitada e contrabalanceada, ele a transforma em ilimitada e sem peias [...]. Quando o Congresso está aberto, os governos têm medo de agir tão limpamente à moda dos pachás turcos. [...] Se o Congresso estivesse aberto [...] Haveria debate e, sempre, ele seria uma válvula aberta, por onde pessoas protegidas por imunidades sagradas, poderiam protestar contra as violências governamentais [...]. Seja assim ou seja assado, custe caro ou custe barato, o certo é que o Congresso nos é útil e só sentimos a sua utilidade quando ele se fecha <sup>269</sup>.

Essas foram palavras do escritor Lima Barreto, colaborador de *Careta*. Em outras passagens desse mesmo texto o autor não deixou de alfinetar os congressistas, rir da sua atuação canhestra, mas com a sensibilidade que lhe era peculiar ele intuiu a necessidade de se separar os indivíduos da instituição. Por mais inconsistente que fosse o Parlamento brasileiro ele ainda representava um contraponto ao Executivo, que precisava levá-lo em consideração, ouvi-lo, consultá-lo, de modo que o Presidente tinha ali um limite ao seu eventual autoritarismo. O Legislativo era o local do debate por excelência, da fala livre, da diversidade de opiniões, e por tudo isso ele valia o “preço” que o país pagava pela sua existência. O Congresso fechado inaugurava um vazio institucional, um desequilíbrio no exercício do poder, que colocava todos em risco, pois o cumprimento da lei passava a depender da discricionariedade de um só indivíduo ou de um grupo muito reduzido de sujeitos. Mas também aqui Lima Barreto cumpriu sua sina intelectual de estar na contramão do pensamento e do gosto dominante, pelo menos no que diz respeito à opinião que prevaleceu nos impressos<sup>270</sup>. Nas páginas de *O Malho*, *Careta* e *Fon-Fon* a “identidade” do Congresso Nacional foi construída em torno das qualidades observadas e atribuídas aos deputados e senadores, de modo que a instituição legislativa se tornou refém da imagem dos políticos e por meio dela foi caracterizada como predominantemente negativa.

### 3.2. Poder Executivo e sua relação com o Legislativo

Impossível tratar de como as revistas ilustradas cobriram o dia-a-dia dos parlamentares e os trâmites do Congresso Nacional sem fazer referência a como o poder Executivo apareceu

---

<sup>269</sup> LIMA BARRETO. O Encerramento do Congresso. *Careta*. Rio de Janeiro, Ano XV, N. 708, 14 de Janeiro de 1922, s./p.

<sup>270</sup> Para uma análise da trajetória intelectual de Lima Barreto, ver: SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão – Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

nessas publicações e foi valorado em sua relação com o Parlamento. As referências ao Executivo eram menos abundantes se comparadas com a atenção dedicada ao Congresso. Não identificamos qualquer seção nesses periódicos voltada especificamente para o acompanhamento de suas atividades, mas a movimentação do Executivo também foi muito destacada, principalmente na sua interação com o Legislativo.

Muitas foram as críticas, sátiras e reclamações dirigidas contra o Executivo federal, mas percebemos que elas se davam dentro de certos limites, que preservavam no mais das vezes a figura do Presidente da República, poupado das desqualificações mais contundentes comumente dirigidas a deputados e senadores. O fato do poder Executivo estar muito associado à imagem de um homem só talvez tornasse mais perigoso para as revistas fazer dos Presidentes seu alvo. Ao qualificar os deputados e senadores como preguiçosos, incompetentes e ignorantes, mas sem apontar nomes, as revistas diluíam o efeito de sua fala em meio ao vasto número de parlamentares. Mesmo supondo que os legisladores se sentiam ofendidos com os adjetivos recebidos seria difícil a um indivíduo qualquer reagir de modo direto e contundente, pois os semanários sempre poderiam alegar que não se referiam a alguém em específico. Ora, o Executivo federal, mesmo contando com ministros e funcionários de alto escalão, é encarnado pela figura do Presidente da República e estava fora de questão dirigir-lhe termos tão abertamente negativos, que poderiam dar a azo a processos judiciais (na melhor das hipóteses) e até mesmo ao fechamento do impresso, a depender do momento político vivenciado.

*Careta* experimentou as consequências de bulir com a figura presidencial em termos diretos e pessoais. A revista, que em 1909/1910 apoiou a candidatura presidencial de Rui Barbosa, nunca deixou de fazer oposição ao vencedor do pleito, Hermes da Fonseca. Quando o então governante decretou estado de sítio, em outubro de 1913, a revista sofreu perseguição em razão não apenas de sua posição política contrária a Hermes como também pelas piadas e sátiras que lançou sobre o casamento do presidente, um senhor de 58 anos, com a jovem caricaturista Nair de Teffé, de 27 anos <sup>271</sup>. A revista fazia constante alusão à diferença de idade entre os noivos, à viuvez recente do marechal, à família da noiva e ao suposto papel ridículo que estaria sendo desempenhado pelo Presidente que aparecia nas charges como alguém tomado pela paixão, representado com uma flecha cravada no peito e outras vezes tendo por companhia a figura do cupido, “acusado” de promover as maiores confusões no Palácio do Catete. Mesmo que as revistas a todo o momento corroborassem o estilo de vida

---

<sup>271</sup> In: SILVA, Ivanete Paschoalotto; SIMILI, Ivana Guilherme. Nair De Teffé: uma narrativa biográfica para as mulheres dos séculos XIX e XX. *Diálogos & Saberes*. Mandaguari, v. 7, n. 1, 2011, p. 127.

das elites, cortejando-as através de felicitações de aniversário, cobrindo suas festas e eventos, isso não significou que elas estivessem livres do olhar vigilante do Estado. Rir dos poderosos era uma atividade que trazia risco e causava tensão política, do contrario, se a postura das revistas fosse tão inócua quanto se supõe, não haveria motivo para a pesada censura estatal ter recaído sobre a irreverente *Careta*.

Parece que foi, afinal, suspenso o Estado de Sítio. Na vigência desse regime excepcional, o Presidente da República, abusando do poder e da força, mandou encarcerar o diretor, o secretário e um redator de CARETA, cuja publicação mandou suspender, por ato ilegal e violento. Prefiro atribuir essa perseguição a motivos puramente políticos. Se outros há, que a expliquem, são de tal ordem que, uma vez expostos, amesquinhariam o governo, sem comprometer a nossa dignidade. Jamais os nossos redatores escreveram nem CARETA publicou uma linha capaz de ferir moral ou intelectualmente a qualquer senhora <sup>272</sup>.

Certamente a revista estava se referindo à esposa do Marechal, Nair de Teffé. Consta que o caricaturista J. Carlos teve que se refugiar durante um curto período de tempo em São Paulo após ter publicado em *Careta*, no ano de 1913, um desenho do Marechal vestido de noiva, o que teria causado indignação entre os apoiadores do Presidente <sup>273</sup>. Portanto, mesmo que esses semanários tenham servido para reforçar o gosto e a autoimagem das elites como camada social civilizada <sup>274</sup>, eles investiram em várias frentes de trabalho, e por vezes suas falas produziram consequências práticas ao contradizer aquilo que o poder instituído queria ouvir. *Careta* informou a seus leitores que até o dia 30 de outubro de 1914 esteve submetida ao rigor da censura, e com o fim do Estado de exceção denunciou ferozmente os desmandos que sofreu, apontando as prisões dos seus redatores (estampando suas fotos), dando exemplo de matérias que foram proibidas de circular, e nomeando o Presidente Hermes como “um pobre desditado a quem não se liga séria importância” <sup>275</sup> e que se “O longo estado de sítio / Está enfim terminado: / Não há meio de acabar-se, / Porém, o sítio do Estado” <sup>276</sup>.

*Careta* não se intimidou diante dos desmandos do Executivo, e além de denunciar publicamente as agressões sofridas, processou o governo federal alegando prejuízos financeiros, como comprova a decisão da Justiça publicada no Diário Oficial, anos depois do episódio.

<sup>272</sup> J. SCHMIDT. *Careta*. Rio de Janeiro, Ano VII, N. 333, 7 de Novembro de 1914, s./p.

<sup>273</sup> ARESTIZÁBAL, Irma. *J. Carlos: cem anos*. Rio de Janeiro: FUNARTE; Instituto Nacional de Artes Plásticas, 1984, p. 45.

<sup>274</sup> MAUAD, Ana Maria. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 13, n. 1, jan./jun. 2005, págs. 152 e 153.

<sup>275</sup> *Careta*. Rio de Janeiro, Ano VII, N. 333, 7 de Novembro de 1914, s./p.

<sup>276</sup> JOTA. FOLK-LORE. *Ibidem.*, s./p.

#### Ação Ordinária

Autor, J. Schmidt. Ré, a União Federal.

J. Schmidt, proprietário da revista semanal – “Caretta” – alega que, durante o mês de março, em que foi decretado o estado de sítio pelo decreto n. 10.796, de 1914, foi proibida pelo governo a publicação de três números dessa revista e que, essa medida, desnecessária e ilegal, ocasionou perdas e danos e pede pela presente ação ordinária seja condenada a União a lhe pagar a importância de 39:052\$168, enquanto calcula os prejuízos que sofreu [...].

Atendendo a que o ato do Governo proibindo a impressão e circulação do jornal não se pode dizer que seja justificado ou autorizado pelo estado de sítio, medida facultada pela Constituição somente em casos graves [...] nada autorizava o Governo a paralisar a vida comercial e econômica de um órgão de publicidade, [...] e que se durante o estado de sítio ficam suspensas as garantias constitucionais não podem ser ofendidos os direitos assegurados pela mesma Constituição [...]. Atendendo, em vista do que fica dito, que foi ilegal a proibição do Governo de que se queixa o autor, a que ele conseguiu provar que essa medida lhe trouxe danos [...] Julgo procedente a ação para condenar a ré a pagar a quantia de 39:052\$168 com os juros de mora e custas ao autor. [...].

Distrito Federal, 21 de setembro de 1921 – Olympio de Sá e Albuquerque<sup>277</sup>.

Creemos ser importante destacar aqui dois pontos. Primeiro, o fato da revista não ter se curvado perante as intimidações do governo e confiado nos mecanismos legais como recurso por meio do qual poderia ter seus direitos reconhecidos. Se a publicação não acreditasse minimamente na existência de um regime pautado na separação de poderes (mesmo que precária), ela não teria perdido seu tempo ajuizando ação que sabia ser caso perdido. O segundo ponto a se destacar é que a Justiça julgou o mérito da ação a favor do impetrante, contra a União, reconhecendo que esta exorbitou dos poderes constitucionais e causou dano a um cidadão. O processo seguiu os trâmites legais, a sentença tardou sete anos desde a ocorrência dos acontecimentos, mas o fato é que o poder Judiciário deu uma resposta independente do Executivo, condenando-o pelos seus atos abusivos. Não sabemos se a decisão foi cumprida e se houve recurso, mas a nosso ver isso não importa. Sobressai o fato de que apesar de todas as críticas dirigidas ao funcionamento dos Poderes ao longo da Primeira República, vivia-se sob um regime político e legal complexo e contraditório, dominado pelos interesses das elites, que governavam em causa própria, mas que não descartou completamente princípios como os da liberdade de pensamento, mesmo que se possa alegar, e com razão, que no presente caso o autor da ação fazia parte do segmento privilegiado do país, para quem a lei tinha muito mais chances de ser favoravelmente aplicada.

<sup>277</sup> BRASIL. *Diário Oficial da União*, 30/09/1921, p. 18552, p. 21 do arquivo em PDF. Disponível em: < <http://www.jusbrasil.com.br/diarios> >. Acesso em: 08/11/2013.

Contudo, a maior prudência das publicações em investir contra os presidentes, por temor de que estes usassem o aparato estatal para promover retaliações, não explica, por si só, a primazia do Legislativo como alvo primeiro da observação e dos julgamentos das revistas. Os debates, apartes, prorrogações, postergações, impasses nas votações ocorridos no Congresso eram percebidos como incompetência e indiferença desse poder para com os problemas e as urgências nacionais. Em contrapartida, o Executivo, que não estava tão submetido a ritos e procedimentos, tinha um campo de ação mais livre para decidir com relativa agilidade quando as demandas surgiam, aparecendo como instituição realizadora. “Contrastando com os esforços do Executivo, que tudo tem feito para manter o país sob o império da lei, mais uma vez o Legislativo dá uma prova pública da sua inutilidade, faltando descaradamente ao seu principal dever, que é fornecer ao governo os orçamentos”<sup>278</sup>. Essa crítica ao Congresso Nacional foi tecida na vigência do Estado de Sítio, em 1926, quando governava o presidente Arthur Bernardes. De modo que o “império da lei” a que se referia o autor era do tipo que impunha severas restrições à organização e à manifestação políticas, concentrando poderes nas mãos do Executivo. Vale lembrar que em setembro do mesmo ano foi promulgada a reforma da Constituição de 1891 que, dentre outras alterações, restringiu os casos em que se poderia aplicar o *habeas corpus*, tornando o ambiente político ainda mais ameaçador.

Contudo, independentemente do momento político, não raro o Executivo foi retratado como vítima da lentidão e da má vontade política do Legislativo, por diversas vezes as revistas frisaram que “as atribuições da Câmara e do Senado, no regime presidencial, são de natureza essencialmente orçamentária”<sup>279</sup>. O Congresso deveria ser um facilitador das ações da União, aprovando o mais rápido possível as dotações de modo que o Presidente pudesse acessar os recursos públicos e administrá-los. As controvérsias em torno de como gastar o dinheiro público eram encaradas, em alguns momentos, como parte importante do debate político, mas em outras ocasiões as discussões eram vistas como desperdício de tempo, já que as necessidades do país seriam prementes e o Parlamento as agravava com suas tardanças. Nos últimos anos da década de 1920 encontramos nas revistas muitas passagens que anelavam pelo fim dos trâmites legislativos e pela prevalência absoluta do poder decisório do Executivo, “[...] um dia virão aí uns presidentes, verdadeiramente fortes e pouco amigos de

---

<sup>278</sup> Sinais do Tempo. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano XX, N. 2, 9 de Janeiro de 1926, p. 31.

<sup>279</sup> J. BOCÓ. *O Malho*. Rio de Janeiro, Ano IX, N. 425, 5 de Novembro de 1910, s./p.

hipocrisias, que dissolverão sem mais aquela essas assembleias dispendiosas, inúteis e ridículas”<sup>280</sup>.

Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que os semanários retrataram o Congresso como um poder atuante, no sentido de que ele agia conforme uma agenda própria, com aparente capacidade para irritar e estorvar os desejos do Executivo, as publicações frisavam o quanto o Parlamento era submisso às ordens da União. Alguns poucos autores ponderavam que o papel subordinado do Legislativo “reside no próprio espírito do regime que adotamos [...] a culpa não é talvez tanto da corporação como do defeito do mecanismo institucional que nos rege. É o que estão cansados de proclamar os adversários do regime presidencialista”<sup>281</sup>. O problema, portanto, não seria da “essência” da instituição, e sim da forma como estavam organizados os poderes, concentrando grande parte da capacidade decisória nas mãos do Presidente. As revistas indicaram a existência de uma culpa compartilhada entre o Executivo e o Legislativo, o primeiro era por demais autoritário, intervindo nas competências legislativas e exercendo pressão política sobre os parlamentares para ter seus projetos aprovados, o segundo era passivo, incompetente e fraco, e mesmo que em algumas situações fosse visto como “vítima” dos desmandos do Executivo, a ele se atribuía a maior parcela de responsabilidade pelos descaminhos do Brasil, sendo um dos seus maiores pecados o da omissão, como expressa a seguinte charge.

---

<sup>280</sup> O Fim dos Congressos. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano XXII, N. 3, 21 de Janeiro de 1928, p. 3.

<sup>281</sup> BAPTISTA JUNIOR. O que fez a Câmara dos Deputados em 1926. *O Malho*. Rio de Janeiro, Ano XXVI, N. 1.268, 1 de Janeiro de 1927, p. 41.

## A CARNEIRADA !



WASHINGTON. — Já sabes que vou fechar terminantemente o Congresso em Dezembro !  
 O CONGRESSO. — Seja tudo pela sua vontade, Senhor! Estou nesta Republica para balar e obedecer...

Ilustração 18: A Carneirada!

A imagem <sup>282</sup> da revista *Careta* retratava o então Presidente da República, Washington Luís, trocando algumas palavras com o Congresso. O chefe do Executivo apresentava uma postura ereta, portava as roupas de alguém de alta posição, seus traços eram fortes, o cenho franzido e as sobrancelhas grossas expressavam severidade, ele não sorria, seu olhar era perscrutador, ele exalava autoridade e sua figura dominava a imagem. O chicote nas mãos lembrava a postura de um senhor de escravos ou domador de animais, que detém nas mãos o poder de submeter pela força física, castigar, aqueles que ousassem desobedecê-lo. O látigo estava apoiado no chão, mas a charge contém uma tensão, e é fácil imaginar que a qualquer momento aquele homem poderia sair da sua contenção e açoitar quem o contrariasse.

Às suas costas aparecia uma figura com corpo de homem e cabeça de carneiro. Ele aparenta ser um criado, pois porta uma casaca de *libré*, calções e sapatos fora de moda. No seu paletó vemos escrito *Congresso – Maioria*. Temos a impressão de que se a criatura experimentasse apumar as costas ela se equipararia em tamanho ao Presidente, mas sua

<sup>282</sup> STORNI. A Carneirada! *Careta*. Rio de Janeiro, Ano XX, N. 995, 16 de Julho de 1927, p. 14.

postura era de submissão, ela estava encurvada, demonstrando não apenas respeito perante um superior, mas temor em razão do chicote que estava a sua frente. Washington Luís recebe o visitante com desdém, lhe dá as costas, mas mostra-lhe o látigo. O Congresso, encarnado em sua maioria, tinha as orelhas baixas, sinal evidente de medo nos animais, seu olhar era lânguido, preguiçoso e baixo, sem ousar encarar o “dono”, todo o seu semblante expressava fraqueza e estupidez. Uma das suas mãos caía displicentemente ao lado do corpo e a outra estava junto ao peito, em deferência ao interlocutor, diante do qual se via indefeso, pois não portava nada nas mãos que o pudesse defender de uma agressão. Por de trás da casaca entrevemos o rabicho do carneiro, o que reforça sua condição animal e o ridículo de tentar equiparar-se a um ser humano através de vestimentas que nele pareciam uma grotesca fantasia circense.

Na imagem vemos um calendário a marcar o último dia do ano, o que ajuda a complementar a legenda da charge, “WASHINGTON – Já sabes que vou fechar terminantemente o Congresso em Dezembro! / O CONGRESSO – Seja tudo pela sua vontade, Senhor! Estou nesta República para balar e obedecer...”. A fala do chefe do Executivo era cortante e impositiva, sequer nomeava o interlocutor e o tratamento se dava na base do “tu”, o Presidente apenas comunicou uma decisão ao criado, não havia margem para argumentação, existia uma hierarquia clara entre os Poderes. O Presidente era um homem só, mas ele encarnava muito mais autoridade do que o coletivo que formava o Congresso. No desenho o carneiro representava a maioria parlamentar que dava apoio ao governo, formando a base aliada. Contudo, na legenda não consta mais tal especificação, e a criatura foi designada simplesmente como “O Congresso”, abarcando a totalidade da instituição. Em resposta ao voluntarismo e ao tom imperioso do Presidente, avisando que encerraria o Congresso na data assinalada, o Parlamento acatou de forma subserviente a determinação do governante, empregando com deferência o pronome de tratamento “Senhor”. A criatura reafirmou sua obediência frisando que tudo estava submetido à vontade do Presidente, e que o seu próprio papel na República, como poder instituído, era o de acatar as ordens do chefe/patrão/dono, emitindo sons de concordância, destituídos de palavras. O carneiro sempre foi um animal tido como dócil, sem muita inteligência, bem adaptado à domesticação e ao comportamento de rebanho, obediente aos comandos do pastor, andando quase sempre de cabeça baixa à procura de alimento. O título da charge resume bem a sua mensagem, *A Carneirada!*, enquadrando deputados e senadores na designação de manada de carneiros, indivíduos de índole fraca, submissa e estúpida. Temos a impressão de ver certo deleite sádico no rosto do Presidente, como se ele pudesse auferir prazer no uso do látigo, enquanto o Congresso/Carneiro espelha

em suas feições um leve contentamento masoquista, de modo que se à primeira vista a relação parece violenta, o observador atento pode descobrir ali uma dinâmica de mútuo entendimento e complementação.

Certamente, a forte intervenção que o Executivo (federal e estadual) exercia sobre a escolha dos parlamentares contribuía para enfraquecer e desabonar o Congresso, visto como simples procurador dos chefões políticos. Mas o descrédito do Legislativo não apenas enfraqueceu sua imagem como instituição, ele também reforçou, na mesma medida, a aura de poder e de autoridade do Executivo. A figura do Presidente da República foi caricaturada e criticada, suas decisões analisadas, mas existiu um fascínio maior em torno dele, de suas relações familiares, das recepções e festas que promovia no palácio do Catete, sempre muito concorridas. Nem mesmo *Careta*, que sofreu investidas por parte dos aliados de Hermes da Fonseca mesmo antes do estado de sítio ser decretado, deixou de noticiar amplamente o casamento do Marechal, registrando o evento em suas páginas, com abundância de texto e fotografias. Mas foi *Fon-Fon* que mais se destacou na celebração da vida social dos Presidentes, com especial ênfase na figura de Nilo Peçanha, qualificado como homem jovem, cheio de energia, amigo da imprensa. Foi muito interessante encontrar nas páginas do semanário referências ao animal de estimação de Nilo Peçanha, o cachorro *Jicky*. Imediatamente vem à mente do leitor atual a glamorização que a imprensa hodierna costuma criar em torno dos mascotes dos Presidentes dos EUA, cujas estripulias são notícia constante nos jornais de todo o mundo, ajudando a plasmar uma imagem de aconchego, humanidade e descontração em torno da presidência, que muito serve para angariar a simpatia dos cidadãos. Já no caso aqui estudado, o cachorro pertencente a Nilo Peçanha acumulou outros sentidos, criou-se uma simetria entre o Presidente (o primeiro entre os brasileiros), e o seu cão, como deixou claro uma capa de *Fon-Fon* datada do ano 1909.

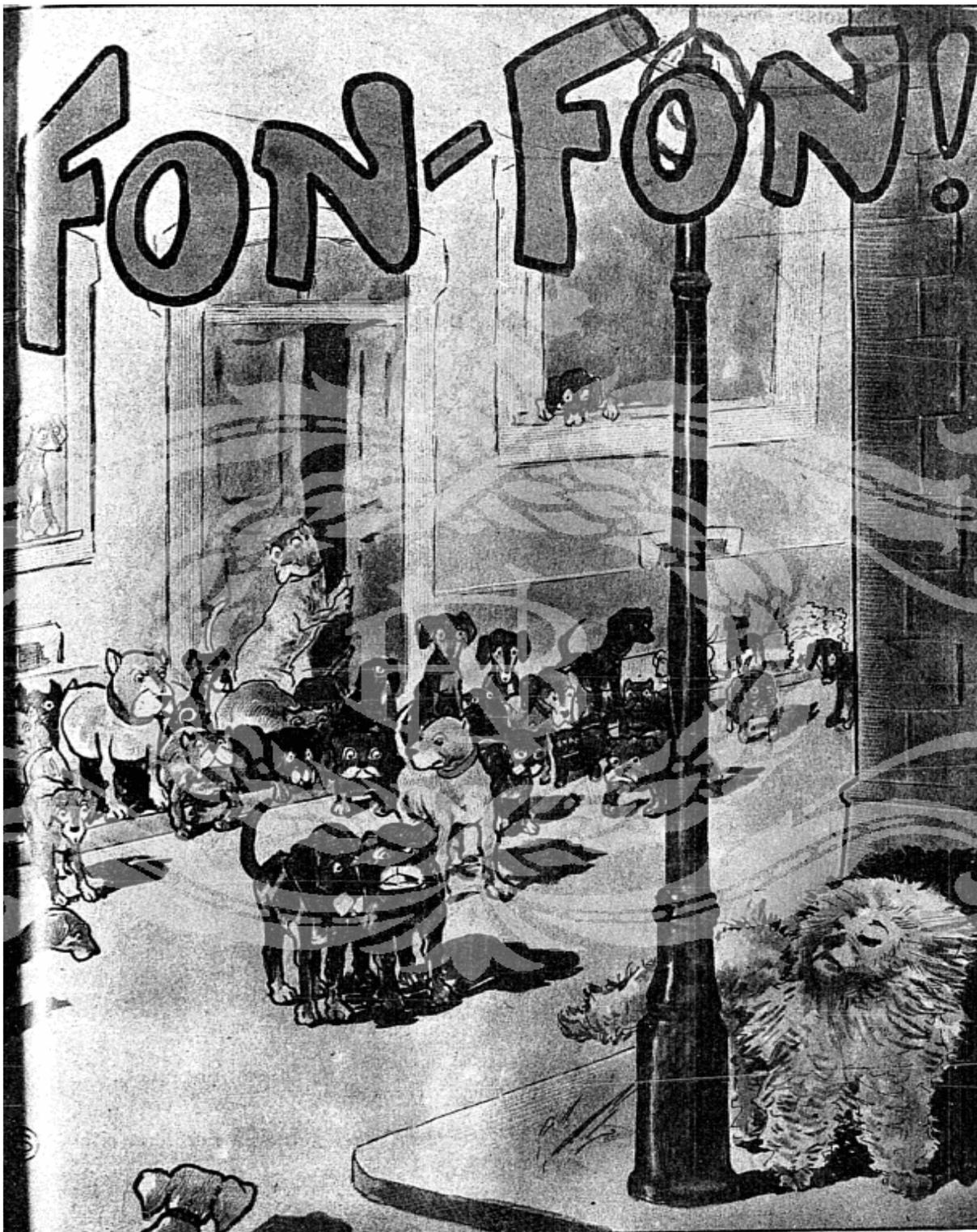


Ilustração 19

Na imagem vemos, em primeiro plano, um cão fazendo xixi em um poste, em torno dele vários cachorros se aglomeram curiosamente para admirar o colega. A legenda da imagem é a seguinte:

**Um cachorro vagabundo** (*admirado da irreverência do totó privilegiado*)

– Quem é?

**Outro cachorro vagabundo** (*perfeito conhecedor das regalias do mesmo totó*)

– Oh! Pois não conheces? É o “Jicky”!

([ilegível] Catete esquina do Palácio Presidencial)<sup>283</sup>

Salta aos olhos que *Jicky* era um cachorro privilegiado, em outra edição *Fon-Fon* se referiu a ele como “um cachorrinho de raça muito bem tratado, muito limpinho”<sup>284</sup>. Ele possuía pedigree, linhagem, tudo isso se notava pela sua pelagem felpuda, limpa, de aparência macia e que indicava cuidados especiais, como a tosa. Na verdade o cão parecia mais um leãozinho, pois ele tinha uma juba, indicativo de posição elevada, seu focinho era altivo, seu maxilar forte, as sobrancelhas bem marcadas, ele trazia os olhos fechados, como quem cumpria uma função necessária, mas tediosa, e que estava perfeitamente ciente de seus privilégios e da sua superioridade, não lançando um olhar sequer a sua volta, negando-se a fazer contato ou tomar conhecimento do ajuntamento canino. Com displicência ele levantou a perna e faz suas necessidades com tanta elegância que até o ato mais físico e elementar adquiriu uma dimensão de bom gosto. Ao redor do cão presidencial se aglomeravam vários cachorros, a maioria aparentava ser de vira-latas, todos com a vista fixa no mascote presidencial, com expressões de assombro.

Dois cães se destacavam no meio da rua, estavam juntinhos, como a confabular, e a legenda expressava suas falas. Enquanto *Jicky* tinha nome estrangeiro, grafado com K e Y, os dois vira-latas foram qualificados como vagabundos que se igualavam no seu abandono e anonimato. O mais desinformado indagou a identidade do cão de raça que estava a praticar em público ato irreverente com a displicência de quem se sabia ao abrigo de qualquer retaliação, já se notava que ele era um ser de destaque. O interlocutor canino, familiarizado com as *regalias* do cão de raça, explicou de quem se tratava. Ele demonstrou surpresa pela ignorância do outro, dando a entender que a figura em questão era conhecida, notória, pública, “É o “Jicky”!”, nenhum outro complemento ou explicação se fez necessário, o nome dizia tudo e revelava sua identidade notória, o mistério foi desvendado. O local do acontecimento reforçava a posição distinta do protagonista, o Catete, esquina do Palácio Presidencial, sede

<sup>283</sup> *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano III, N. 40, 2 de Outubro de 1909, capa.

<sup>284</sup> FON-FON. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano III, N. 31, 31 de Julho de 1909, s./p.

do poder da República, morada de *Jicky*, pois ele era nada mais nada menos que o “cachorrinho do Sr. Presidente da República”<sup>285</sup>.

Obviamente a capa de *Fon-Fon* fez um deslizamento de sentidos entre a figura do Presidente e seu cão. Tudo aquilo que entrava em contato com o poder, que estava sob sua posse ou proteção era imediatamente alçado a uma condição de superioridade, separando-se do restante da sociedade, como foi o caso de *Jicky*, que tinha uma calçada só para ele, espaço elevado que ninguém ousava invadir. Os outros cães sem nome, sem título, sem dono famoso e poderoso, estavam espalhados pela rua, misturando-se como massa indistinta. A hierarquia deveria ser respeitada em todas as instâncias (até entre os animais), de acordo com a origem e as relações pessoais de cada um. Orbitar em torno do Presidente era comungar do seu poder e dos seus privilégios, dava direito a cometer extravagâncias que seriam mal vistas e reprimidas nos cidadãos comuns. Como não recordar que naquele momento a cidade do Rio de Janeiro passava por intensa remodelação urbanística e de higienização, com as autoridades policiais reprimindo uma série de condutas consideradas atrasadas e de mau gosto, como cuspir na rua, vender produtos alimentícios nas calçadas, etc.?<sup>286</sup> Porém, quando o pobre e desvalido cometia um ato socialmente reprovável, ele era taxado de baixo e primitivo, quando esse mesmo ato era praticado por alguém favorecido ele é apenas *extravagante* e, como dizia a legenda da imagem, deveria ser aceito e suportado como um privilégio, uma regalia, enfim, uma exceção. Ser o cão do Presidente na República não significava ser um igual entre os seus, pelo contrário, marcava um afastamento, uma cisão. Era assim que se via a figura do Presidente, do chefe do Executivo, alguém maior do que o restante da população, superior. A deferência ultrapassava o respeito que lhe era devido em razão do cargo e da dignidade da instituição, ela se coadunava mais com o temor reverencial devido a um indivíduo dotado de prestígio, que dispunha de importantes poderes e que poderia usá-los de forma ampla.

### 3.3. Relação dos parlamentares e demais políticos com o povo

Os semanários em diversos momentos se arrogaram o papel de porta-vozes do povo, pretendendo falar em seu nome, defender o que julgavam ser seus interesses, expressar o que

<sup>285</sup> Palpos de aranha. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano III, N. 33, 14 de Agosto de 1909, s./p.

<sup>286</sup> BENCHIMOL, Jaime. Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Livro 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 264.

seriam seus sentimentos, definir seu perfil, suas limitações e qualidades em relação ao mundo da política institucionalizada. As atitudes e medidas adotadas pelos parlamentares, pelo Congresso Nacional e pelo poder Executivo foram comentadas, em muitas passagens, pela encarnação personificada do “Povo”, que expressava seu ponto de vista diante de cada circunstância apresentada. Em outras ocasiões não era o povo que falava “diretamente” e sim as revistas que falavam do povo, elucidando suas supostas reações, pensamentos e sentimentos diante dos eventos e das ações dos homens políticos.

A caracterização desse povo além de contraditória variava muitíssimo, convivendo concomitantemente dentro das revistas. Ele era apresentado e qualificado como esperto, passivo, conformado, explorado, inocente, vítima, indiferente à política, aficionado por política, ignorante, preguiçoso, trabalhador, galhofeiro, bom, vil, etc. A apreciação dos semanários de como o povo avaliava o Parlamento e os políticos tinha por tônica principal o enorme distanciamento existente entre eles. Quando as publicações se referiam ao povo elas estavam normalmente se referindo a uma massa amorfa urbana, composta pelas camadas menos favorecidas da população, incluindo operários, funcionários públicos de baixo escalão, pequenos comerciantes, prestadores de serviço, etc.; os camponeses poucas vezes eram lembrados, a não ser quando o personagem-símbolo era o Jeca-Tatu. Nesse rol não vimos qualquer referência às mulheres. Em outros momentos o povo era sinônimo dos eleitores, mas quase nunca foi visto como coletivo dotado da prerrogativa da ação política. Em muitas charges e outras passagens ele era nomeado como Zé Bocó, Zé Pagante e Zé Povo<sup>287</sup>. A designação foi utilizada de forma genérica, adequando-se à temática tratada e à argumentação do texto.

Em relação à política institucional o povo foi ora retratado como passivo e desinteressado do assunto, ora como atento seguidor de tudo o que se passava. No primeiro caso o brasileiro era um “povo avesso às coisas graves e meio acanhado”<sup>288</sup>, de modo que ele era quase que considerado o culpado pelo seu próprio estado de miséria, já que ao invés de reagir contra seus opressores se limitava a reclamar, suportando as injustiças sem tomar qualquer tipo de atitude, como no caso do recorrente aumento dos subsídios dos legisladores,

---

<sup>287</sup> Marcos A. da Silva tratou especificamente das caricaturas produzidas por *Fon-Fon* sobre o personagem Zé Povo, considerando que essa representação contribuiu para elaborar “uma memória da cidade como espaço de problemas e impotências populares. [...] dirigindo suas críticas para um poder confundido com a ética (ou sua ausência) dos governantes [...]”. In: *Caricata República: Zé Povo e o Brasil*. São Paulo: Marco Zero, 1990, p. 14.

<sup>288</sup> Comentários da Semana – Falta de solenidade. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano XIX, N. 20, 16 de Maio de 1925, p. 3.

que reajustavam os próprios salários ao seu bel prazer, contando com o que as revistas qualificavam como a inércia popular para levar adiante tal medida.

Por isso, quando vejo o povo gesticular ameaçador contra tal gente, vem-me um sorriso de desdém nos lábios [...] escarneço-o, porque lembro a fera amestrada [...] que arreganha os dentes na jaula, ruge, mas apenas é solta na arena, logo obedece ao menor aceno de qualquer domador imbecil. [...] Eu tenho sempre um sorriso de escárnio para o heroísmo pacífico do povo [...]. O povo faminto limita-se no entanto a mirá-los embasbacado [...] <sup>289</sup>.

O cronista demonstrava raiva contra o povo e sua suposta passividade. Sua fala desconsiderava os movimentos populares que agitaram à época, como as greves operárias de 1917, as tentativas dos trabalhadores de formarem sindicatos e associações, e a forma violenta com que foram reprimidos pelos patrões e pelas forças policiais <sup>290</sup>. Essas ações organizadas de protesto e reivindicação não eram atribuídas ao povo, nesse caso elas eram caracterizadas como arruaça perpetrada por um bando de desordeiros e criminosos, devendo ser reprimidas por representarem um perigo para a ordem social. Sempre que o povo operava fora das condições ideais imaginadas pelas revistas e pelos seus comentadores ele estaria revelando sua incapacidade para compreender a política, “Pouco se lhe dá que *isto* se chame República ou Império, regime federativo, unitário, fascista, comunista, socialista. Para ele, o único regime que existe é o regime alimentar” <sup>291</sup>. Refém das necessidades mais básicas, faminto, embrutecido, regido pelo signo do biológico e incapaz dele se distanciar, o povo não teria condições para escolher e opinar sobre a forma de organização política, e nessas condições nem era desejável que o fizesse.

O povo também era alvo da reprovação dos periódicos quando o assunto era algum evento social da elite, ou a circulação pública de figuras importantes no cenário urbano. Em tais ocasiões ele era qualificado de modo negativo por destoar da imagem de civilização e dos padrões de comportamento graciosos e cosmopolitas que os segmentos abastados estavam tão empenhados em implantar. Em certas ocasiões as revistas evidenciavam seu elitismo e seu distanciamento do povo com a mesma insensibilidade que tanto criticavam nos políticos do país, a ponto de demonstrarem enfado com a falta de *savoir faire* do povo quando da visita de legações estrangeiras ao país, como teria sido o caso da Embaixada Chinesa.

<sup>289</sup> GARCIA MARGIOCCO. Panfletos... Cavadores de Ruínas. *Careta*. Rio de Janeiro, Ano XIV, N. 654, 1 de Janeiro de 1921, p. 43.

<sup>290</sup> Sobre esse assunto ver: DE DECCA, Edgar. 1930 – *O Silêncio dos Vencidos*. São Paulo: Editora brasiliense, 1988; GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. São Paulo: Vértice, 1988; MUNAKATA, Kazumi. *A Legislação Trabalhista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

<sup>291</sup> LEÃO PADILHA. Variações sobre a política através das ideias do Jeca Tatu. *O Malho*. Rio de Janeiro, Ano XXVII, N. 1.335, 14 de Abril de 1928, p. 26.

Os ilustres filhos do Celeste Império caíram na asneira de vir à rua com as suas roupas nacionais. Foi quanto bastou para que atrás deles se formasse um cortejo embasbacado, seguindo, parando às portas das casas em que entravam. [...] é o verdadeiro embasbacamento aldeão, o mais legítimo pasmo dos recantos provinciais.

Intimamente os ilustres diplomatas hão de estar fazendo uma triste ideia da nossa curiosidade.

E andamos a proclamar a nossa civilização <sup>292</sup>.

Nesse tipo de situação não havia qualquer simpatia pelo povo, ele era o elemento que destoava do ambiente de refinamento que as revistas defendiam, principalmente *Fon-Fon*. Nem mesmo na tão apreciada Avenida, vitrine do progresso do Brasil para o restante do mundo, a elite podia se movimentar na ilusão de que partilhava um espaço exclusivo, expurgado da ignorância dos simplórios. Nos acontecimentos sociais ou oficiais nos quais a exposição pública era inevitável (como desfiles, festas nacionais, passeios, etc.), o povo era um incômodo a ser evitado, lembrando aos segmentos abastados a presença constrangedora dos pobres, dos maltrapilhos, dos negros e mestiços, que “manchavam” a imagem do país diante do mundo.

Ao mesmo tempo em que se desprezava o povo por sua “feição basbaque”, as revistas tomaram a sua defesa como o eterno injustiçado, vítima dos governantes, figura sempre exaltada nos discursos políticos e na defesa abstrata dos princípios republicanos, mas que foi constantemente descartada no momento da participação política e da tomada das decisões. *Careta* citou a fala de um deputado, Pereira Braga, que da tribuna teria vociferado a frase, “O povo é uma corja de vagabundos”, e ponderou que diante de tal opinião o parlamentar “não tem o direito de pedir um mandato eletivo a uma corja de vagabundos” <sup>293</sup>. Esse mesmo povo, tão enaltecido nos discursos parlamentares, nos comícios, era, na versão dos semanários, desprezado pelos políticos, que somente o suportavam na abstração dos conceitos, mas que tinham horror a sua manifestação concreta. Qualquer que fosse a facção política no poder o fato era que “O Povo é sempre quem paga o pato” <sup>294</sup>. Com muita frequência se contrapunha a vida e as ações dos políticos, e das instituições, àquilo que se considerava ser a realidade e/ou a “opinião” do povo, e cabia às revistas o papel de dar-lhe voz, elucidar seu “estado de espírito”.

Queixam-se frequentemente os representantes do Povo no Congresso do ar de pouco caso com que esse mesmo Povo tem por hábito olhar para eles na rua e das senhoras gargalhadas que ribombam pelo país inteiro quando corre

<sup>292</sup> Notas Agudas. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano III, N. 43, 23 de Outubro de 1909, s./p.

<sup>293</sup> *Careta*. Rio de Janeiro, Ano III, N. 103, 21 de Maio de 1910, s./p.

<sup>294</sup> *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano III, N. 23, 5 de Junho de 1909, s./p.

a notícia sensacional de que no Parlamento se discute, há projetos, oradores, berros [...] Sim, o Povo, esse maltrapilho que mata a fome cantando, é de um sarcasmo feroz [...] Parece no entanto que o Povo nos últimos tempos, vendo que os lacaios pagos para fazê-lo rir estavam perdendo a graça e cada vez mais exigentes, começou a perceber que era dinheiro posto fora o que a eles dava, olhando-os desde então com superioridade, desdenhoso mesmo, com esse ar de pouco caso que tanta queixa ao Congresso tem provocado... [...] O prestígio dos “famosos” senhores tribunos do Congresso chegou, pois, a esse lamentável estado de descrédito, que se acentua cada vez mais, cresce, toma vulto, não sendo de admirar que um dia, por um cair da tarde, sejam eles expulsos a bastonadas por esse mesmo pacato povo do Parlamento <sup>295</sup>.

Segundo o autor, os parlamentares se sentiam incomodados com o que seria uma falta de deferência do povo perante suas figuras, a informalidade e os gracejos que acompanhariam seus nomes e as ações do Congresso, o que provavelmente se afigurava como ofensivo para uma elite que se julgava merecedora de toda consideração, e de acatamento, por parte dos segmentos menos favorecidos da população. O comentarista indica que esse misto de humor ácido e de desprezo supostamente exteriorizado pelo “povo” poderia se transformar em algo mais grave diante do que, na opinião do escritor, era uma onda de crescente insatisfação com relação à ineficiência do Legislativo, podendo eclodir a qualquer momento um episódio com consequências violentas para deputados e senadores. O texto nos traz outra versão propagada pelos semanários sobre o povo, aqui ele não é mais indiferente e poderia não ser tão pacato assim.

No ano de 1913 as revistas noticiaram em muitas edições a existência de uma carestia de vida aguda, que estaria agitando os brasileiros menos favorecidos. “A Rua anda perigosa e agressiva. Apertada pela carestia de vida, a alma popular brama e explode [...] À tarde há aglomeração de povo que protesta” <sup>296</sup>. A mesma *Fon-Fon* que em várias ocasiões adjetivou o povo de boçal recriminou com firmeza a atuação da polícia na repressão da insatisfação popular. “A Polícia não quer que o Povo clame contra a carestia de vida. Entretanto, a Constituição garante o direito de *meeting*. [...] a função policial aqui é justamente esta, proibir coisas que a Constituição garante. [...] Tem fome, morra calado e quieto” <sup>297</sup>. Esse era o povo contestador, inconformado, que ocupava as ruas, reivindicava direitos, enfrentava os desmandos e a agressão da polícia para se fazer ouvir. Nessa versão as camadas populares

<sup>295</sup> Looping the Loop. O Congresso, o Povo e o Garoto... *Careta*. Rio de Janeiro, Ano XIV, N. 694, 8 de Outubro de 1921, s./p.

<sup>296</sup> Diário das ruas. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano VII, N. 12, 22 de Março de 1913, s./p.

<sup>297</sup> *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano VII, N. 12, 22 de Março de 1913, s./p.

eram valentes, ousadas, inconformadas, “apesar de todas as mistificações da Politicalha, o povo nunca deixou de gritar, o povo continua protestando, o povo protestará sempre [...]”<sup>298</sup>.

Outro ponto importante a considerar no modo como as revistas qualificaram o povo na sua relação com a política e os políticos era o destaque que deram à participação dos populares nas galerias do Congresso Nacional. Nos três impressos constava o grande interesse que as sessões legislativas despertavam no público em geral, e dado que o acesso às galerias era aberto (exceto nos poucos casos em que a sessão era secreta), o recinto recebia os mais diversos visitantes: profissionais da imprensa, curiosos, desocupados, correligionários, interessados no debate de certo assunto, peticionários que aguardavam a oportunidade de trocar uma palavra com um parlamentar, etc. O cronista José Vieira narra no seu livro de memórias que em algumas ocasiões “A concorrência de populares era tamanha, que escurecia o recinto”, os frequentadores das galerias tinham suas preferências, seus humores, e por vezes interferiam nos debates, discutiam com os congressistas, “falavam de um lado para o outro, batiam no soalho”<sup>299</sup>. Seria um erro presumir que aqueles que acompanhavam os trabalhos legislativos compartilhavam de um mesmo perfil socioeconômico, mas apesar de não termos como precisar que “povo” era esse podemos supor que o perfil dos ocupantes das galerias era eclético.

Os populares esperam, na Rua da Misericórdia, se abra a porta que conduz à galeria esquerda. De lápis e papel, o orador popular Manuel Correia da Silva, que dirigiu um movimento contra impostos exagerados do Conselho Municipal e triunfou, vendo passar os deputados, diz a um companheiro:

- *Ómenta. Tão ómentando... Óia, já são uns cinquenta. Hai espetáco hoje.*

- E há mesmo... Os *papagaio* hoje *fala*...

Manuel guardou o lápis e, aludindo ao subsídio:

- Hoje *hai munto mio pa papagaiada*...<sup>300</sup>

A proposta do livro de José Vieira era a de ser um registro de parte do tempo em que ele trabalhou para alguns jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo cobrindo a Câmara dos Deputados. Segundo o autor, na escrita da obra ele fez questão de não “modificar a sintaxe e [...] originalidades de pronúncia”<sup>301</sup>, transcrevendo as falas segundo teria testemunhado. Certamente não é caso de aceitar sem questionamentos o discurso do autor, mas seu relato, em contraposição com o que encontramos nas revistas, parece coerente ao estabelecer que as galerias foram de fato um espaço concorrido, que atraiu toda sorte de indivíduos e que estes

<sup>298</sup> Looping The Loop. Serenamente... *Careta*. Rio de Janeiro, Ano XV, N. 719, 1 de Abril de 1922, s./p.

<sup>299</sup> VIEIRA, José. *A Cadeia Velha. Memória da Câmara dos Deputados 1909*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa-MEC, 1980, págs. 107, 121,

<sup>300</sup> *Ibidem.*, p. 141 e 142.

<sup>301</sup> *Ibidem.*, p. 41.

muitas vezes não se contentavam apenas em ouvir os discursos. Dos balcões irrompiam gritos, palmas, interferindo no ritmo das sessões, o que irritava profundamente os encarregados das mesas, “Levantando a sessão, João Lopes avisou: - Segunda-feira, às primeiras palmas que derem, eu mando evacuar as galerias”<sup>302</sup>.

Parecia que os assistentes tinham suas próprias convicções políticas e alguns deputados insinuavam que parte deles era paga para promover a balbúrdia, que poderia chegar até mesmo às vias de fato, fazendo das sessões legislativas um espetáculo movimentado e divertido para os mais pândegos.

Das arquibancadas desciam vivas, morras, assobios. De repente estalou uma bofetada. [...] Um soldado agarra o agressor. Quase todos tentam se afastar do conflito e sair. Veio a cena comum dos empurrões. Um sujeito [...] cara redonda e sem dentes, aproveitou o rolo e debruçou-se para o recinto, rubro, com os olhos em Nicanor:

- *Assóbe*, seu indecente! Vem pra cá! *Assóbe*, seu indecente! [...]

Os soldados precipitaram-se sobre o valentão, que ainda pôde dar um pontapé. Esse pontapé bateu, por acaso, no moço cor de bronze e meias amarelas. Então, outro, com os mesmo traços, mas claro, seguro-o pela perna. [...] A galeria da direita ficara rindo, apartando a outra:

- Isto!

- Apoiado!

- No pé do toitiço!

- Aguenta!<sup>303</sup>

Não que todas as sessões corresse desse modo, ou estivessem sempre cheias, mas não raro as publicações diziam que “o público aprecia imensamente os espetáculos parlamentares enchendo as arquibancadas do *circo* e correndo a tomar lugar nos bancos de pau desde meio-dia”<sup>304</sup>. Consta que quando corria a notícia de que certos congressistas iriam discursar a disputa por um lugar era tremenda, como no caso de Barbosa Lima, sempre inflamado, e de Rui Barbosa, muito apreciado pela sua notória sapiência. “Rui Barbosa anunciou que ia falar no Senado; como de costume encheram-se as galerias, diariamente entregues ao mais desolador abandono”<sup>305</sup>. *Fon-Fon* corrobora a versão de José Vieira sobre o papel atuante dos ocupantes das galerias (a todo o momento qualificados como populares pelas revistas), nos debates do Congresso, “Como sempre acontece, as galerias também entraram na discussão. Aplaudiram, vaiaram, houve prisões, todo o cortejo dos incidentes

<sup>302</sup> *Ibidem.*, p. 143.

<sup>303</sup> *Ibidem.*, p. 148-149.

<sup>304</sup> Carrilhão do Senado. *O Malho*. Rio de Janeiro. Ano II, N. 33, 2 de Maio de 1903, s./p.

<sup>305</sup> TREPADOR. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano V, N. (?), (?) de Julho de 1911, s./p. É importante ressaltar que as revistas eram contraditórias em muitas das suas colocações, em certos textos elas ressaltavam a presença assídua de populares nas galerias, em outros informavam que o recinto muitas vezes ficava vazio. Há que se considerar, aqui, que a lotação da assistência dependia de haver ou não debate programado para o dia, do assunto a ser discutido, da pessoa que discursava. Certos períodos pareciam atrair mais espectadores, como, por exemplo, na época em que se debatia em plenário o resultado da mais recente eleição.

naturais dessas ocasiões”<sup>306</sup>. Alargar esses episódios como “prova” do interesse popular pela política institucional seria artificial, mas aqui temos relatos relevantes sobre como um conjunto variado de pessoas, provavelmente com origens e objetivos diversos, acorriam para as sessões parlamentares dispostas a seguir o que ali se debatia e votava. Em tais ocasiões os legisladores tinham de suportar o olhar atento da “plateia”, suas intervenções e até insultos, e mesmo sem podermos confirmar nossa suposição, acreditamos que essas manifestações afetavam de algum modo a atuação dos congressistas no plenário, influenciando na forma como se comportavam e elaboravam suas falas. A proximidade forçada entre os políticos e os habitantes do Rio de Janeiro incomodava a elite, e tal cenário pode ter sido um dos motivos que levou à determinação, prevista na Constituição de 1891, de transferir em data futura a Capital do país para o planalto central (bem longe das manifestações do povo)<sup>307</sup>.

Os relatos sobre a intensa atuação das galerias são importantes porque demonstram que a presença constante do Congresso Nacional e dos parlamentares nas páginas dos periódicos, durante décadas, não foi fruto de uma escolha editorial sem qualquer lastro na sociedade. Esses semanários visavam o lucro, eram empresas comerciais, e o seu conteúdo procurava atender aos anseios dos compradores em potencial. Assim, o considerável material sobre o Legislativo que encontramos nessas revistas dá testemunho da popularidade do tema pelo menos entre uma parte dos seus consumidores, que bem poderiam, ao sair das galerias do Congresso, adquirir seu exemplar de *Fon-Fon*, *Careta* ou *O Malho*, para ver ali estampada, na crônica política, os eventos presenciados nas Assembleias.

### 3.4. República

De modo geral, os periódicos apoiavam a República<sup>308</sup> como o melhor regime para a organização política da sociedade, primando pela sua defesa e lamentando as deturpações dos

---

<sup>306</sup> *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano V, N. 37, 16 de Setembro de 1911, s./p.

<sup>307</sup> In: BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil* (1891), art. 3º. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm) >. Acesso em: 15/05/2012. Sobre o plano para a mudança da capital, ver: FREIRE, Américo. *Uma capital para a República – Poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada para o século XX*. Rio de Janeiro: Revan, 2000, p. 51, 53 e 54.

<sup>308</sup> Segundo Heloísa Starling, “República se diz, então, sobretudo dos “regimes constitucionais” de governo, daqueles em que as leis e regulações ordinárias, bem como as disposições do governo, derivam dos princípios que conferem sua forma à sociedade e, postos acima de todos, protegem a comunidade de todo interesse particular ou transitório, de toda vontade caprichosa ou arbitrária. Desse modo, o conceito *república*, na raiz de sua tradição, nos remete particularmente à ideia de “governo de leis” (e não de homens) [...] prescrição de que os que mandam também obedeçam, mesmo nos casos em que a forma de governo não seja democrática e que apenas alguns, ou mesmo um só, ocupam as posições de mando e os postos de governo”. In: Republicanismo. In:

seus princípios, imputadas à desfaçatez dos homens públicos. O regime seria bom, o problema estaria no segmento político que dirigia o país, que não respeitava a Constituição de 1891, falseava as eleições, excluía o povo das decisões, governava para se perpetuar no poder e defender seus próprios interesses. A República, personificada em charges e desenhos em uma figura feminina <sup>309</sup>, era apresentada em muitas ocasiões como uma moça inocente, vítima da manipulação de políticos espertalhões, impotente, prisioneira das circunstâncias, e que se solidarizava com a outra grande vítima da elite política, o povo.

Este famoso ano do Centenário da nossa Independência vem encontrar o Brasil em plena República e a República correndo em camisa as ruas perseguida e apedrejada pelos garotos...

Os homens que deveriam velar por ela roubaram-lhe as joias, venderam-lhe a virtude e exploraram-lhe a beleza [...]

A massa em que foi modelado o primeiro político profissional no mundo não pode ser a mesma de que saiu o homem comum...

Só mesmo a lama dos esgotos poderia fornecer elemento para a fabricação do político profissional. [...]

Quando, funcionando o Congresso, os representantes do povo [...] tratam de defender as próprias ambições, os futuros da própria prole e da prole dos amigos e colegas que lhes garantem pandulho na ociosidade, aproveitando-se do fim do ano legislativo para um verdadeiro saque aos cofres públicos.

Um só protesto em defesa do povo e dos bens da República não se levantou dentro dos dois redutos famosos dos Milionários da Política, nem mesmo partindo daqueles que se diziam os legítimos representantes do povo, da nação, de mar e terras do Brasil <sup>310</sup>.

Como se vê, o Congresso Nacional e os “políticos profissionais” seriam os causadores da miséria da República e do povo, traidores dos princípios republicanos que deveriam promover e proteger. Os ataques, virulentos ou satíricos, dirigidos pelas revistas aos poderes constituídos, em particular ao Legislativo, não intuía que essas desprezadas instituições uma vez desacreditadas enfraqueciam essa mesma República pela qual se batiam, pois uma vez fechados esses canais de expressão política as possibilidades de mudança, visando à instauração do bem comum, em nada seriam aumentadas.

A discussão nas revistas em torno dos rumos tomados pela República após sua proclamação no ano de 1889 esteve intimamente relacionada com o comportamento que os impressos atribuíram aos políticos. Com a instauração do novo regime muitos oportunistas

---

AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (orgs.). *Reforma Política no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 74.

<sup>309</sup> José Murilo de Carvalho assinala que no Brasil do início do século XX ocorreu uma tentativa de se criar uma correspondência positiva entre a República e a mulher em termos cívicos, o fracasso da iniciativa teria ocorrido em razão da falta de lastro na sociedade brasileira para a existência de imagens que retratassem figuras femininas como legítimas integrantes do cenário público-político. In: *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, págs. 86, 87 e 95.

<sup>310</sup> Looping the Loop. Serenamente... *Careta*. Rio de Janeiro, Ano XV, N. 719, 1 de Abril de 1922, s./p.

teriam usado as brechas abertas pela transição de poder para ocupar cargos e angariar vantagens financeiras, sem qualquer preocupação com convicções. *O Malho* diz ter feito algumas consultas a indivíduos anônimos sobre as mudanças operadas pela Proclamação da República.

Disse-nos um senador:

A República foi o maior benefício que já se fez no Brasil. [...] Desferido o golpe de 15 de Novembro de 1889, aderi. Fui nomeado promotor público. Meti-me na política profissional [...] e agora estou aqui, no Monroe. [...] E dando uma risadinha maliciosa:

- A República é que é o regime dos camaradas.

[...]

Encontramos, depois, um militar. [...]

Intimamente, a minha convicção era a de um monarquista. [...] Aderi. No Império, era difícil a um soldado de carreira galgar as posições políticas. Com o novo regime, porém, os negócios melhoraram. Já fui deputado [...]. A República não foi dos piores arranjos <sup>311</sup>.

Assim, de acordo com os semanários não existia uma identificação real de boa parte dos políticos com os valores republicanos, o que diminuía a possibilidade de que eles agissem guiados pelas chamadas “virtudes cívicas” <sup>312</sup>. Na perspectiva das revistas, homens que não eram capazes de governar a si mesmos não poderiam pretender governar os outros. Mais do que isso, homens que não eram sinceros em suas convicções, que enunciavam discursos sobre justiça e verdade sem acreditar no que diziam, apenas com o intuito de persuadir os ouvintes para verem triunfar interesses predatórios, contribuía para desnortear os cidadãos, que passavam a julgar todos os aspirantes e ocupantes de cargos públicos como pessoas mal intencionadas, melífluas. O próprio fato de alguém dedicar-se à vida política institucional levantava suspeita sobre o seu caráter, “- Mas porque não abraças a carreira política? - Estás gracejando? [...] eu prefiro viver como vivo a mascarar, por conveniência pessoal, a força das minhas convicções” <sup>313</sup>. Trava-se de uma avaliação moral da política, que presumia que os políticos deveriam seguir preceitos estritos e idealizados, mas que na sua rigidez afastavam qualquer possibilidade de sucesso por parte de quem pretendesse obedecê-los <sup>314</sup>, o que condenava o observador intransigente à perpétua decepção com a realidade política vigente.

<sup>311</sup> Notas da Semana. *O Malho*. Rio de Janeiro, Ano XXVI, N. 1.315, 26 de Novembro de 1927, p. 18.

<sup>312</sup> Tais virtudes dizem respeito “à moderação e à contenção dos desejos e interesses privados e mesmo ao desinteresse de si, em vista do amor pela cidade, e à abnegação, em função do empenho na promoção do bem público”. In: CARDOSO, Sérgio. Por que a República? Notas sobre o ideário democrático e republicano. In: CARDOSO, Sérgio (org.). *Retorno ao Republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p. 46.

<sup>313</sup> *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano IV, N. (?), (?) de Março de 1910, s./p.

<sup>314</sup> Newton Bignotto alerta que “confundir virtudes cívicas com virtudes heroicas pode ser o caminho mais curto para a barbárie, como mostra a trajetória de Robespierre”. In: Uma sociedade sem virtudes? In: NOVAES, Aduino (org.). *O esquecimento da política*. Rio de Janeiro: Agir, 2007, p. 98.

Com a instauração da República e a implantação de um modelo federativo descentralizado e hierárquico, as instâncias decisórias se fragmentaram em múltiplos polos, cada estado ou região buscou prevalecer sobre os demais, com enorme vantagem daqueles que tinham uma economia mais forte e população maior. A luta pelos interesses locais se fazia sem a mediação de partidos nacionais capazes de congregar as diversas pautas, e os embates entre os estados federados apenas reafirmavam suas desigualdades. No plano individual muitos cidadãos buscaram aproveitar-se da nova conjuntura para fazer fortuna e carreira política, abraçando o regime republicano por razões puramente práticas e egoístas <sup>315</sup>. Tratava-se de um quadro desesperador, pois além da constatação de tantos vícios privados, havia pouca possibilidade de participação política por meio dos canais institucionais, bloqueados pela fraude eleitoral e pela inviabilidade de se constituir uma oposição política organizada, com direito de agir livremente. No entanto, as revistas frisavam que o problema não seria o regime republicano em si, e sim os homens que dirigiam o país, que desrespeitavam a Constituição e descuravam da aplicação das leis.

*Fon-Fon* criticou um artigo de jornal que se referiu à República como *ré-pública*; a revista opinou que “Há manifesto exagero nesse apelativo cruel [...] Poder-se-ia aproveitá-la melhor. O que não temos são homens capazes de patriotismo. [...] para nós não há uma *Ré Pública* e sim milhares de *Réus Públicos*...” <sup>316</sup>. O que estava em julgamento, portanto, não era o regime, e sim os deturpadores dos seus bons princípios, responsáveis pelos descaminhos da República, que deveriam ser acusados publicamente como infratores das normas legais e das esperanças dos brasileiros. Nesse rol de indiciados destacava-se em primeiro lugar os parlamentares, pretensos cúmplices no esvaziamento dos princípios republicanos, principalmente no que toca à obediência à lei e sua aplicação igual a todos os cidadãos. A República implantada em 1889 serviu à elite brasileira na medida em que ela introduziu inovações na organização política, através da Constituição de 1891, mas a prática de governo baseou-se em acordos extralegais que garantiram a manutenção da hierarquia social e a continuidade da diferenciação econômica e política entre os brasileiros.

Em uma de suas capas a revista *Careta* estabeleceu qual seria, a seu ver, a relação, naquele momento, entre o Legislativo, a República e o povo.

---

<sup>315</sup> De acordo com José Murilo de Carvalho, com a destituição do Imperador D. Pedro II caiu por terra uma espécie de barreira moral simbólica que ajudava a conter os desejos predatórios dos brasileiros. O monarca, com sua imagem de austeridade e correção, inibia as ações de corrupção mais descaradas. Com seu afastamento teria ocorrido uma espécie de libertação psicológica da figura paterna, o que permitiu a manifestação explícita dos desejos pessoais e a busca sem peias por vantagens financeiras e políticas. In: *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, págs. 26 e 27.

<sup>316</sup> RÉ - PÚBLICA. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano XVII, N. 47, 24 de Novembro de 1923, s./p.



Ilustração 20

A imagem <sup>317</sup> retrata o prédio do Congresso. Na parede do edifício temos um cartaz com os dizeres “Abertura do Ano Legislativo no dia 3 de Maio”. Logo abaixo consta outro anúncio (cuja definição precária dificultou nossa compreensão), mas que deciframos como “Inscrições para a Matrícula – O candidato não [precisa ?] ter habilitações?”. Por fim, vemos um terceiro pôster onde está escrito, “Condições morais para ser um bom deputado: 1ª ----- 0, 2ª ----- 0, 3ª ----- 0”. A legenda da imagem diz, “O ENSINO MAIS CARO... – A reabertura das aulas da escola profissional... da política”. Assim, na charge o Congresso aparece como uma escola, local de ensino e aprendizagem, com ênfase na educação profissionalizante, isto

<sup>317</sup> STORNI. *Careta*. Rio de Janeiro, Ano XXI, N. 1036, 28 de Abril de 1928.

é, voltada para a capacitação dos alunos de modo a que esses possam adquirir as habilidades necessárias para exercer um trabalho específico, no caso, a política profissional.

Quatro homens foram desenhados adentrando o prédio, todos portam uma vestimenta formal, um deles parece carregar um instrumento de sopro debaixo do braço, supomos que para aprender a “tocar conforme a música”. As roupas e os adereços das figuras indicam uma situação econômica abastada, que poderia caracterizar tanto um importante capitalista quanto um parlamentar. São esses os “estudantes” que chegam para a abertura do “ano letivo” do Congresso, indicando a repetição temporal de procedimentos que atualizam os conteúdos repassados aos integrantes desse educandário político. Não existiriam requisitos ou testes para ingressar na instituição, a competência não seria elemento imprescindível para fazer parte do Legislativo, tampouco era demandado que os inscritos possuíssem uma condição moral mínima para integrar o estabelecimento. Do lado de fora, guardando certa distância da construção, está a figura de Zé Povo. Ele observa o movimento de entrada dos poderosos como alguém que não tem qualquer conexão com aquele universo, ele não compartilha o poder, mas em compensação insinua-se que também não está conspurcado pela falta de valores morais que marcariam os políticos. Zé Povo é a única figura que está do lado contrário do plano da construção, isolado, sozinho, alijado do que ali ocorre.

No corrimão da entrada vemos um enorme papagaio, seu tamanho é desproporcional às dimensões da imagem. Sua presença lembra ao leitor o preço que se paga pela existência do Congresso Nacional, “o ensino mais caro”, como diz a legenda. Finalmente, vemos na janela do edifício, recostada no parapeito, a República, representada por uma figura feminina. Ela porta um vestido simples, o tradicional barrete frígio na cabeça, e sua postura é a de uma mulher meio atrevida e vulgar, suas pernas e braços estão à mostra, ela está à vontade observando a cena. A mulher está posicionada no limiar do “dentro” e do “fora”, nem cá, nem lá, podendo tanto saltar para dentro do prédio, como pular para fora, indo juntar-se ao povo. Sua ambivalência revela que a República, uma figura feminina cuja atitude é displicente e que aparenta um ar de deselegância, está como que presa entre dois mundos, sendo mobilizada pela classe política em seus discursos e exaltada nas teorias, mas na realidade existindo como elemento “de fachada”, cujo efeito é decorativo, não sendo levada em conta pela “escola profissional da política”. Na imagem, a figura do papagaio/parlamentar se interpõe entre o povo e a República, espécie de obstáculo que ao invés de atuar como mediador, elo de ligação, representante político do povo, separa as duas figuras, pois sua tarefa seria a de zelar pelos seus próprios interesses. Sintomaticamente, os legisladores parecem absortos em seu próprio mundo, sequer reconhecendo, pelo olhar, a presença do Povo e da República. No

Congresso Nacional ambos aparecem como figurantes, pois ali seria o recinto onde se aprende o manejo profissional da política, que, de acordo com a charge, prescinde da participação popular e da efetiva vivência dos princípios republicanos, que pela aparência da figura feminina já mostram sinal de desgaste e decadência.

Poucas vezes as revistas expressaram opiniões favoráveis à monarquia, se a República andava mal a culpa era dos homens, dos governantes. “Se todas as suas disposições liberais, se todos seus princípios e ordenações tivessem sido rigorosamente cumpridos e executados, [...] talvez, já tivéssemos forte e sadia a decantada República “dos nossos sonhos””<sup>318</sup>. Para se alcançar esse objetivo a receita era simples, bastando “sepultar os políticos profissionais, republicanizando a República”<sup>319</sup>. O regime proclamado em 1889 seria refém de uma elite viciada, que existia apenas para levar adiante seus jogos de poder, e sendo este o problema o país precisava substituir os mandatários e, no limite, abolir organismos que pareciam favorecer a degradação política, sendo o mais citado deles o Congresso Nacional.

O mote onipresente nas três publicações era “Não foi esta a República com a qual sonhamos”. Nos anos seguintes à proclamação havia grande esperança no novo regime, de que ele fosse capaz de renovar as práticas políticas e incluir segmentos sociais mais diversos nas instâncias decisórias<sup>320</sup>. Com o passar do tempo tais expectativas foram caindo por terra, e o que se viu foi a solidificação de um sistema político restrito e hierarquizado, contrário ao princípio republicano de igualdade perante a lei, que violava a independência dos poderes e o livre exercício do voto<sup>321</sup>. Na esteira desse sentimento generalizado de decepção emerge o que se chamou de a “desilusão republicana”, e as revistas *Careta*, *Fon-Fon* e *O Malho*, apesar de apoiarem no mais das vezes o regime, expressavam com frequência seu descontentamento com os rumos tomados pelo país após o movimento de 1889<sup>322</sup>.

Digam-nos os leitores, isto está direito? [...] Esta República precisa de um salvador, esta República precisa de alguém que cuide dela. A rua Direita

---

<sup>318</sup> Notas Agudas. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano III, N. 29, 17 de Julho de 1909, s./p.

<sup>319</sup> O dia da República. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano XXII, N. 44, 3 de Novembro de 1928, s./p.

<sup>320</sup> Para tanto ver: CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

<sup>321</sup> Sobre a República e sua compreensão ao longo do tempo, consultar: BIGNOTTO, Newton (org.). *Pensar a República*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000 e CARDOSO, Sérgio (org.). *Retorno ao republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

<sup>322</sup> Segundo Elias Saliba, a decepção com a República estava ligada à dificuldade de: “como imaginar a nação brasileira, e os brasileiros como cidadãos, com uma Constituição formalmente liberal, olhando para a realidade daquela república oligárquica, coronelista, nepotista e, acima de tudo, excludente?”. In: *Raízes do Riso: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, págs. 70 e 75.

continua torta, a rua da Luz continua escura, a rua da Conceição toda a gente sabe o que é. Não está direito. Este país precisa de uma remodelação <sup>323</sup>.

O sentimento era o de se viver em um mundo às avessas, onde a letra da lei, os valores e conceitos propagados nos discursos oficiais, estavam quase sempre em desacordo com o cotidiano vivenciado pelo povo. Não bastava proclamar um regime como Republicano para que ele o fosse em toda a sua amplitude, a simples enunciação da palavra não era suficiente para transformar a realidade, como em um passe de mágica. Era preciso agir sobre o mundo para que as ideias e a realidade se recobrissem. Já na primeira década do século XX surge nos periódicos a noção de que o regime não poderia ser alterado dentro da configuração de poder existente, para tanto era preciso encontrar uma figura forte, capaz de “cuidar” da República. Não sendo possível ter esperanças nas instituições e na aplicação da lei, e sendo difícil confiar em grupos ou coletivos (compostos por toda sorte de homens), o indivíduo impar, especial, emerge como figura redentora capaz de, com sua fibra moral e incorruptibilidade, reconstruir a República segundo sua imagem. Para as revistas, do jeito que as coisas estavam “vai a república *aristocratizando-se* caricatamente, numa sarapintada farsa de doidos e roubadores”<sup>324</sup>. Assim, talvez fosse melhor ter no poder um “tirano” honesto do que uma elite venal.

Com o passar dos anos o riso alegre de quem debochava mas mantinha a esperança na transformação da realidade, dava lugar nas revistas ao riso amargo de quem não via solução para o tormento e a angústia que aprisionavam o cidadão brasileiro em uma configuração política aparentemente sem saída, o que desembocava numa dupla constatação: a de que “A nossa república, apesar de sinistra no fundo, é divertida na forma”, mas que apesar de toda essa diversão, o preço pago “É excessivamente caro” <sup>325</sup>.

### 3.5. Política

A relação das revistas com o que elas próprias denominavam de política <sup>326</sup> (muitas vezes com “p” maiúsculo) era marcada pela dualidade, num misto de opiniões, sentimentos e

<sup>323</sup> A rua da Conceição, no centro da cidade, abrigava várias casas de prostituição. In: Artigo de Fundo. *Careta*. Rio de Janeiro, Ano I, N. 3, 20 de Junho de 1908, s./p.

<sup>324</sup> G. D. Crônica Insulsa (Notas de um Bocejador). *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano IV, N. 12, 19 de Março de 1910, s./p.

<sup>325</sup> DICK. A abertura das Câmaras. *Careta*. Rio de Janeiro, Ano XIX, N. 934, 15 de Maio de 1926, p. 16.

<sup>326</sup> Acompanhamos Marilena Chauí na sua conceituação da política, “como o espaço público no qual são deliberadas e decididas as ações concernentes à coletividade, de maneira que a política determina as formas da

juízos contraditórios: entusiasmo, atração, repulsa, desprezo, incompreensão, etc. Mesmo quando os periódicos alegavam desinteresse pelo tema ele frequentava as páginas dos semanários, suscitando os mais variados comentários, diagnósticos e avaliações. Uma edição de *Fon-Fon* pretendeu explicitar a ambiguidade que a política despertava entre os brasileiros, mas a verdade é que o conteúdo do texto dizia mais sobre a ambivalência presente nas próprias revistas.

- Tratemos um pouco de política.
- Que horror!
- Já esperava esta exclamação regulamentar. És bem brasileiro, és absolutamente brasileiro. [...]
- Ora esta! Porque?
- Eu te explico: O brasileiro é o povo mais politiquês do mundo. A sua vida diária corre sempre entre duas preocupações absolutas – a política e a mulher. Pois bem, não há povo que aparente maior desprezo pela política do que o brasileiro. [...]
- Oh! A Política é uma coisa nojenta. Falemos de assunto mais sério – ouço a cada passo. Entretanto, não precisas insistir, basta que te deixes ficar calado e daí a pouco, esse mesmo indiferente pelas coisas políticas, estará narrando, com a precisão de um relatório oficial, todos os sucessos da Bahia, todo o acordo de S. Paulo [...].
- Apesar disto, toda a sua preocupação é deixar patente que aborrece a política, que abomina a política e que não lhe concede nem a escassez de um minuto de atenção.
- Quando começa a palestrar pede logo que não se trate de política, quando termina a conversa depois de haver discutido largamente todos os “casos”, detalhado com uma precisão admirável todos os elementos, a sua primeira exclamação é de nojo contra essa mesma política de que vive e que tanto o preocupa.
- [...] Se tu gostas da política, se te interessas por ela, porque não demonstras logo? Porque estes rodeios, esses disfarces, estes subterfúgios? <sup>327</sup>.

O texto acima descreve perfeitamente o movimento de aproximação e distanciamento que as revistas imprimiam no trato da política, e o mais provável é que os periódicos tivessem tentando reproduzir uma dualidade presente na própria sociedade e em parcela do seu público leitor. O interesse pela política existia e as revistas consideravam que era necessário tratar do tema, mas, assim como o brasileiro caracterizado no artigo, coisa bem diferente era assumir o gosto pela política, o prazer em debater o assunto. A pergunta final ecoa a própria dúvida e perplexidade do historiador de hoje que se debruça sobre os semanários: “Se tu gostas da política, se te interessas por ela, porque não demonstras logo?”. A nossa hipótese é a de que como a política era compreendida na restrição de sua manifestação puramente institucional, exercida pelos “políticos profissionais”, e sendo ambos

---

sociedade e das sociedades, segundo nelas se definam a forma do poder e o exercício do governo”. In: O que é Política. In: NOVAES, Adauto (org.). *O esquecimento da política*. Rio de Janeiro: Agir, 2007, p. 33.

<sup>327</sup> Notas de Bom Humor. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano V, N. 5, 3 de Fevereiro de 1912, s./p.

quase sempre apreciados e julgados de modo extremamente negativo, associados a condutas moralmente falhas, admitir atração pela política depunha contra o sujeito, colocando sob suspeita suas motivações e até mesmo seu caráter. Daí a necessidade de tantos preâmbulos para se falar do tema, sendo preciso estabelecer inicialmente que não se comungava com a política (de modo a proteger a reputação), para depois entrar no assunto e deliciar-se com todos os seus meandros. Não raro os impressos começavam um artigo ou crônica lamentando o fato de terem que abordar a política, imputavam-lhe então um ou dois adjetivos negativos e passavam a debulhar de forma saborosa os acontecimentos da semana, as decisões, os boatos relacionados a esse universo. Os preâmbulos visavam esclarecer que o mal maior não era falar de política, e sim fazer política. Tendo estabelecido sua condição de comentador e não de “cúmplice” de um sistema político tão desqualificado, o caminho ficava livre para a discussão, era nesse sentido que, na visão das revistas, o brasileiro era político, não como sujeito de ação, mas como debatedor externo. Em tal contexto era permitido afirmar que “os leitores da *Careta*, que como bons brasileiros são políticos até a medula”<sup>328</sup>.

Aqui a política é coisa de homem, pois o autor anuncia que o outro tema dominante nas conversas seria a mulher. Não por acaso, nas revistas a política era no mais das vezes representada nos desenhos como uma figura feminina, que ao mesmo tempo seduzia e causava repulsa, mistério a ser desvendado, mas que nunca revelava suas intenções, enviando sinais contraditórios e confundindo todos ao redor.

Os sentimentos expressos sobre a política eram, em sua maioria, resultado das impressões colhidas na movimentação cotidiana dos políticos da época, de modo que os julgamentos sobre ela advinham do padrão de comportamento dos governantes, em especial dos parlamentares, claro que traçado com base na perspectiva das revistas. As generalizações simplificadoras a respeito dela eram extraídas das supostas atitudes dos ocupantes de cargos institucionais. Sendo a “classe política” composta em sua maioria por homens presumivelmente incompetentes e que auferiam benefícios particulares pela ocupação do cargo, inferia-se que a política era uma atividade quase que reservada às pessoas inescrupulosas, como sugere o desenho de *Fon-Fon*.

---

<sup>328</sup> *Careta*. Rio de Janeiro. Ano I, N. 27, 5 de Dezembro de 1908, s./p.



Ilustração 21

O desenho <sup>329</sup>, intitulado NEGÓCIO SUJO, mostra dois homens conversando, a legenda é a seguinte: “– A política, hoje em dia, é um negócio sujo. / – Mas, senhor deputado!... / – É como lhe digo, meu amigo; a política é para os sem-vergonha...”. Pela postura dos palestrantes se intui que o sujeito corpulento é o deputado, ele tem o charuto à mão como quem acaba de afastá-lo da boca para fazer uma declaração. Já o interlocutor tem uma presença mais passiva, a cabeça reclinada na direção do outro, prestando atenção no que é dito pelo companheiro. Como de praxe, o legislador é retratado como um indivíduo próspero, sugerindo que ele vive à larga, sem preocupações materiais. Mas o “negócio” que o sustentava, como diz o título do desenho, era “sujo”, e esse negócio nada mais era do que a política. O próprio parlamentar declarou, primeiramente, que o fazer político era um negócio, uma operação comercial, o que pressupõe a busca de vantagem financeira, a troca de mercadorias, a defesa de interesses particulares, diretrizes que supostamente não deveriam definir a política. Mas o pior é que o dito negócio, que em si não é algo negativo, transformasse em atividade poluída por ser “sujo”, apontando para seu caráter sórdido, conspurcado, irregular. Os negócios tecidos pela política não eram honestos, “limpos”, às claras, e sim turvos, opacos. O reconhecimento vem da boca de um político, pois ficamos sabendo do seu *status* pela intervenção do interlocutor, que surpreendido com a afirmação, tratou de recordar

<sup>329</sup> Espírito Alheio. Negócio Sujo. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro. Ano XIX, N. 15, 11 de Abril de 1925, s./p.

ao homem que ele era um deputado, e que com tal alegação ele estava depondo contra si mesmo. Mas o congressista reiterou sua opinião e acrescentou que a política “é para os sem-vergonha”, isto é, os descarados, os que não tinham brios ou dor na consciência, não sentiam culpa pelos seus maus atos. A naturalidade com que o deputado fez a declaração estabelecia um ambiente de cinismo no meio político, prevalecia a certeza da impunidade, não havia nada que esconder, pois não havia nada a temer. Para as revistas, a política, como uma ocupação desmoralizada, que servia como âncora para o exercício de toda sorte de atos irregulares, só poderia ser praticada por pessoas sem caráter, como demonstrou o próprio deputado do desenho, que admitiu sem pejo a sua condição moral degradada.

Poucas vezes as revistas conseguiam ultrapassar essa associação simples e direta entre a política e as atitudes dos políticos, em especial os legisladores. A compreensão que os semanários tinham da política quase que se resumia e limitava ao fazer desses homens, e elas não só circunscreveram a política à seara institucional, como também confundiram o estado das coisas, a situação política provisória, como o ser das coisas, atribuindo uma substância à política a partir da observação e do julgamento dos comportamentos atribuídos à classe política. Tinha-se a convicção de viver em um tempo deletério, sem igual na história do país.

Se, no futuro, algum historiador que seja um homem de brio se der ao nauseabundo trabalho de estudar a nossa atual vida política, certamente ficará pasmado ao ver a fácil tolerância com que esta idade suporta e acata nos mais altos postos os mais vorazes velhacos e as mais pérfidas caras estranhas <sup>330</sup>.

O excerto faz um diagnóstico da “vida política” do Brasil com base nas características dos governantes, as qualidades negativas dos dirigentes contaminavam a política, definindo-a. O texto aposta na certeza de que no futuro esse cenário seria melhor, pois o historiador dedicado ao estudo do tema “nauseabundo” só poderia ficar chocado diante da situação política da época, que certamente se revelaria como excepcional frente a qualquer outro período histórico, passado ou futuro. Alguns anos depois a revista *Careta* voltou a insistir na figura do historiador do porvir como alguém que sem dúvida ficaria embaraçado para compreender a configuração do mundo político de então.

O historiador que futuramente se dedicar ao trabalho de descrever a psicologia política do nosso regime republicano, até o período atual, baseando-se nos documentos jornalísticos, há de se ver em sérias dificuldades para analisar a moralidade administrativa dos homens públicos do Brasil.

Com efeito, quase todos os homens que têm ocupado cargos públicos em nosso país, de 89 para cá, têm sido acusados pela imprensa de pouco

---

<sup>330</sup> *Careta*. Rio de Janeiro, Ano VI, N. 241, 11 de Janeiro de 1913, s./p.

escrupulosos, venais, peccatários, etc. Haverá verdade ou exagero nessas graves acusações?  
Dispensamo-nos de responder [...] <sup>331</sup>.

Interessante que o autor fez uma relação direta entre a “psicologia” do regime republicano e a moralidade dos políticos, insinuando que as respostas às situações políticas seriam encontradas na análise de um mundo interno, e não em condições sociais construídas historicamente. Também salta aos olhos a sugestão de que o historiador do futuro utilizasse como fonte para tal investigação “documentos jornalísticos”, e não livros ou registros oficiais, indicando uma compreensão da imprensa como espaço de denúncia e também como suporte privilegiado para se fazer uma pesquisa de longa duração (“de 89 para cá”, ou seja, 28 anos), onde seria possível acompanhar o desenrolar de um tema nos textos diários ao longo de muitos anos. Mais uma vez emerge a questão da peculiaridade do tempo em que se vivia como fase de maior decadência em termos de moral política, e o marco inaugural de todo esse rebaixamento seria o ano de 1889. Portanto, a República seria um ponto de inflexão, instaurando com relação ao passado uma quadra especialmente degenerada no que toca ao comportamento dos políticos, o que acabava por conspurcar o próprio regime republicano. No texto *Careta* questionou a validade dessas afirmações (que atribuiu à imprensa em geral, aparentemente excluindo-se desse coletivo), e disse que deixaria a resposta para tal pergunta em suspenso. Mas nem era preciso que a revista escancarasse sua posição no artigo, pois ao longo de suas páginas a publicação corroborou, durante décadas, uma imagem negativa dos políticos, alargada de modo a valorar a própria política como atividade indigna de ser praticada por pessoas “de bem”.

Esse universo institucional foi caracterizado pelos impressos como algo desprezível mas ao mesmo tempo apaixonante, rasteiro mas irresistível, tanto que em diversos momentos eles sentiam a necessidade de justificar perante o público a abundante cobertura de um tema que eles próprios qualificavam como tão ignóbil.

Por mais que se queira, não se pode fugir ao comentário das ocorrências políticas, sobretudo no nosso país onde elas são sempre o *plat du jour* da imprensa e sobre elas dois terços da população mantém os olhos curiosamente abertos <sup>332</sup>.

---

<sup>331</sup> JOTA TIL. A moralidade dos nossos políticos. *Careta*. Rio de Janeiro. Ano X, N. 454, 3 de Março de 1917, s./p.

<sup>332</sup> Comentário da Semana. A sucessão presidencial. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano XIX, N. 12, 14 de Março de 1925, p. 3.

Diante do cenário que se desenrolava perante os olhos dos cronistas estes lamentavam o dever de “comentar uma vez por dia, ou por semana, os acontecimentos políticos”, pois no Brasil a política era o espelho dos governantes, “homens de apurada esperteza, instintos rasteiros, inteligência vulgar e inculta”, tratar do tema era descer “na arena onde os interesses pessoais em jogo suplantam os interesses coletivos”<sup>333</sup>. Era a partir da avaliação que se fazia dos políticos que nasciam os epítetos com os quais se designava a política (com “p” maiúsculo), ela era: “qualquer coisa de imoral e doida”<sup>334</sup>, “estupidez de indomável, na sua quase irracionalidade de fera quando lhe contrariam o caráter impulsivo”<sup>335</sup>, “A Política, além de outros defeitos, tem o de ser uma escola tremenda de engrossamento”<sup>336</sup>, “é ronqueira e medalhada”<sup>337</sup>. Apesar das revistas clamarem pela transformação do cenário institucional, cada vez menos a política foi vista como o caminho que poderia levar à mudança, ao contrário, ela era o elemento que deveria ser contido para que o país pudesse avançar. Mas porque as revistas tendiam a definir a política a partir do comportamento dos políticos? Acreditamos que em um mundo público tratado como particular pelos políticos, mera extensão de seus interesses pessoais e de grupo, as revistas tiveram facilidade em estender a análise do caráter e do comportamento dos políticos para a própria política institucional, já que o elemento pessoal, o voluntarismo dos indivíduos, eram fatores realmente determinantes para a composição e a organização dos poderes. Nesse sentido, a política (entendida de modo restrito pelos semanários apenas como uma atividade institucional), foi significada como instrumento de defesa e afirmação das ambições dos governantes, principalmente dos legisladores, como evidenciou a charge a seguir.

---

<sup>333</sup> Mau Humor. *Careta*. Rio de Janeiro, Ano X, N. 488, 27 de Outubro de 1917, s./p.

<sup>334</sup> Política. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano XIX, N. 22, 30 de Maio de 1925, p. 46.

<sup>335</sup> L. C. Pelos Sete Dias. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano IV, N. 11, 12 de Março de 1910, s./p.

<sup>336</sup> *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano IV, N. (?), (?) de Abril de 1910, s./p.

<sup>337</sup> *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano IV, N. 45, 5 de Novembro de 1910, s./p.



Ilustração 22: *O Milho*

A imagem <sup>338</sup> não apresenta uma boa resolução, mas é possível identificar a figura de uma mulher de meia idade, de proporções volumosas, carregando uma lata nas mãos, na barra do vestido ela é designada como *Política*. O título da ilustração é *O Milho*, e logo se vê que a senhora estava alimentando o bando de papagaios a seus pés. Diz a legenda: “A *Política* – Então que é isto? Vocês já receberam a sua ração. Agora este restinho que aqui está, fica... para as prorrogações”. A cena é bem doméstica, e se passa em uma espécie de quintal, o modo informal como a mulher estava vestida indicava o corriqueiro da situação. A figura feminina tem as mãos e os seios grandes, sugerindo na abundância das suas formas uma generosidade em prodigalizar comida, em nutrir. Ela poderia ser tanto “mãe” quanto dona das aves, suprindo suas necessidades com a naturalidade de quem cumpre uma tarefa do dia-a-dia. No caso da imagem acima os pássaros pareciam animais de estimação da *Política*, dela

<sup>338</sup> *O Milho*. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano II, N. 14, 11 de Julho de 1908, s./p.

dependendo para terem seu sustento, a relação entre eles era de intimidade e confiança, como se percebe pelo pássaro pousado no ombro da mulher. As aves/parlamentares têm uma atitude nervosa e um tanto agressiva de quem clama por mais comida. O milho nada mais era que dinheiro, recursos públicos destinados ao pagamento dos vencimentos de deputados e senadores. Na legenda a figura da Política repreendia carinhosamente a avidez dos animais, lembrando que eles já foram alimentados, receberam sua cota relativa aos meses de funcionamento regular do Congresso Nacional, e o que sobrou na lata (o cofre público), estava reservado para a prorrogação dos trabalhos legislativos. Antes de completar a frase a Política faz uma pausa, indicada na legenda pelas reticências, e o leitor fica na expectativa de que o “restinho” do conteúdo do tesouro nacional, quase vazio pelas exigências dos congressistas, poderia ser destinado a outros projetos, visando o benefício do país. Mas o fim da fala informa que todo o *milho* iria para o papo dos legisladores, que com sua ineficiência e a conveniente dificuldade em encerrar o ano legislativo na época correta, quase sempre forçavam a prorrogação do funcionamento das Assembleias, com o conseqüente aumento de gastos para a remuneração dos parlamentares. Aqui a política apareceu como mantenedora, provedora dos desejos e interesses dos políticos, colocando-se a serviço de suas demandas. Na perspectiva das revistas era na relação com os governantes que a política definia seu papel na sociedade.

O fato é que os semanários, ao mesmo tempo em que desqualificaram continuamente a atividade política não deixaram de conceder-lhe especial atenção. O sentimento de desilusão e de repulsa para com ela concorria com a percepção de que se tratava de um tema palpitante, emocionante, cheio de reviravoltas e que se prestava, especialmente, à criação humorística, propósito essencial das publicações.

Ora, o aniversário de *Fon-Fon*, não pode ser indiferente à Política nacional, porque [...] a política é indispensável a *Fon-Fon* para que ele possa cumprir, galhardamente, o seu programa de ironista e *blagueur*.

E a política foi sempre a fonte inextinguível dos assuntos pitorescos e da maior parte da graça jornalística. Sendo assim ligados tão intimamente os destinos de *Fon-Fon* e da Política [...] na festa de seu aniversário, *Fon-Fon* bebe à saúde preciosa da Política [...]<sup>339</sup>.

O trecho é relevante porque alinha de forma clara e direta a proposta editorial da revista com a temática política, o texto foi assinado pela própria publicação, reforçando a autoridade do que foi escrito. Além disso, a política, qualificada como “indispensável” e conectada com o “destino” do semanário (portanto com o propósito da sua existência), foi

---

<sup>339</sup> FON-FON. Cova de Cacos (Um pouco de Política). *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano III, N. 15, 10 de Abril de 1909, s./p.

celebrada em uma data especial, o aniversário da fundação da revista, firmando-se como instrumento que possibilitava ao periódico cumprir sua finalidade humorística. Mas mesmo estabelecendo a política como assunto essencial para o impresso, ela foi diminuída, pois sua importância advinha do fato de se prestar ao ridículo, “*Fon-Fon* é, por natureza e por gênero, adverso à política. O seu fim exclusivo é satirizar os maus e pretensiosos [...]. Da política nunca *Fon-Fon* se farta de rir apesar da pílula amarga que ela é [...]”<sup>340</sup>. A partir desse discurso podemos compreender mais amplamente porque as revistas falavam da política através dos políticos, com ênfase nos congressistas. As publicações eram voltadas para a cobertura da vida cotidiana da sociedade, portanto, para falar da política elas precisavam de um substrato, de material concreto que servisse de fonte e suporte para suas opiniões, “A política para interessar, precisa desta espécie de imagem física que, no caso, é o Congresso. O gesto, a frase do orador político dão relevo à ação, o que não acontece na discussão escrita da imprensa”<sup>341</sup>. Aqui se estabelecia a diferença entre essas publicações e a imprensa diária, a última tendia a desenvolver o debate político através da publicação de artigos de fundo, editoriais, resumo de fatos e até da veiculação de textos dos próprios políticos que se envolviam em argumentações eruditas com adversários. Obviamente essas discussões também remetiam ao presente e às questões candentes que mobilizavam o debate público, mas elas se davam em outro registro, o do *sério*, precisavam preservar certa circunspeção para manter a credibilidade junto a seu público leitor, que esperava encontrar nos jornais uma informação passada de forma aparentemente mais objetiva, opiniões balizadas e fundamentadas por meio de uma argumentação racional. Já as revistas, para discorrer sobre a política e produzir humor necessitavam de outro ponto de apoio, da “imagem física”, do “gesto”, do comportamento, da atitude, do homem em sua concretude, para dizer algo sobre a política. O objeto privilegiado foi o Congresso, com sua grande variedade de personagens, de tipos humanos, cada qual com sua personalidade e idiossincrasias, encarnando em suas pessoas as divergências políticas, os interesses das oligarquias, etc.

Não acreditamos que ao dar atenção à política as revistas tivessem a intenção de promover o engajamento dos leitores, até porque a proposta editorial das publicações era muito diversificada, sendo a política apenas um entre seus inúmeros temas, mas fica claro que ao tratarem da política institucional no seu cotidiano, criticando-a, elas estavam participando do universo do debate, apontando os limites da organização política existente e, ao mesmo tempo, indicando a necessidade de se criar uma realidade diferente daquela em que estavam

<sup>340</sup> L. C. Pelos Sete Dias. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano IV, N. 11, 12 de Março de 1910, s./p.

<sup>341</sup> Política. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano VIII, N. 1, (?) de Janeiro de 1914, s./p.

inseridos; nesse sentido, as revistas faziam política. Não detectamos uma proposta política nas páginas dos semanários, geralmente elas optaram pela crítica através do riso destruidor, mas que também pode ajudar a abalar certezas e questionar hierarquias. Contudo, na mesma medida em que contestavam a autoimagem das autoridades como pessoas mais dignas e respeitáveis do que as demais as revistas, ao afirmarem justamente o contrário (sua pretensa sordidez), acabaram por estereotipar <sup>342</sup> a classe política, aprisionando-a em características totalmente desfavoráveis, delineando um beco sem saída para a organização política institucional, pois os políticos, em particular os legisladores, seriam, sempre, essencialmente, mal intencionados.

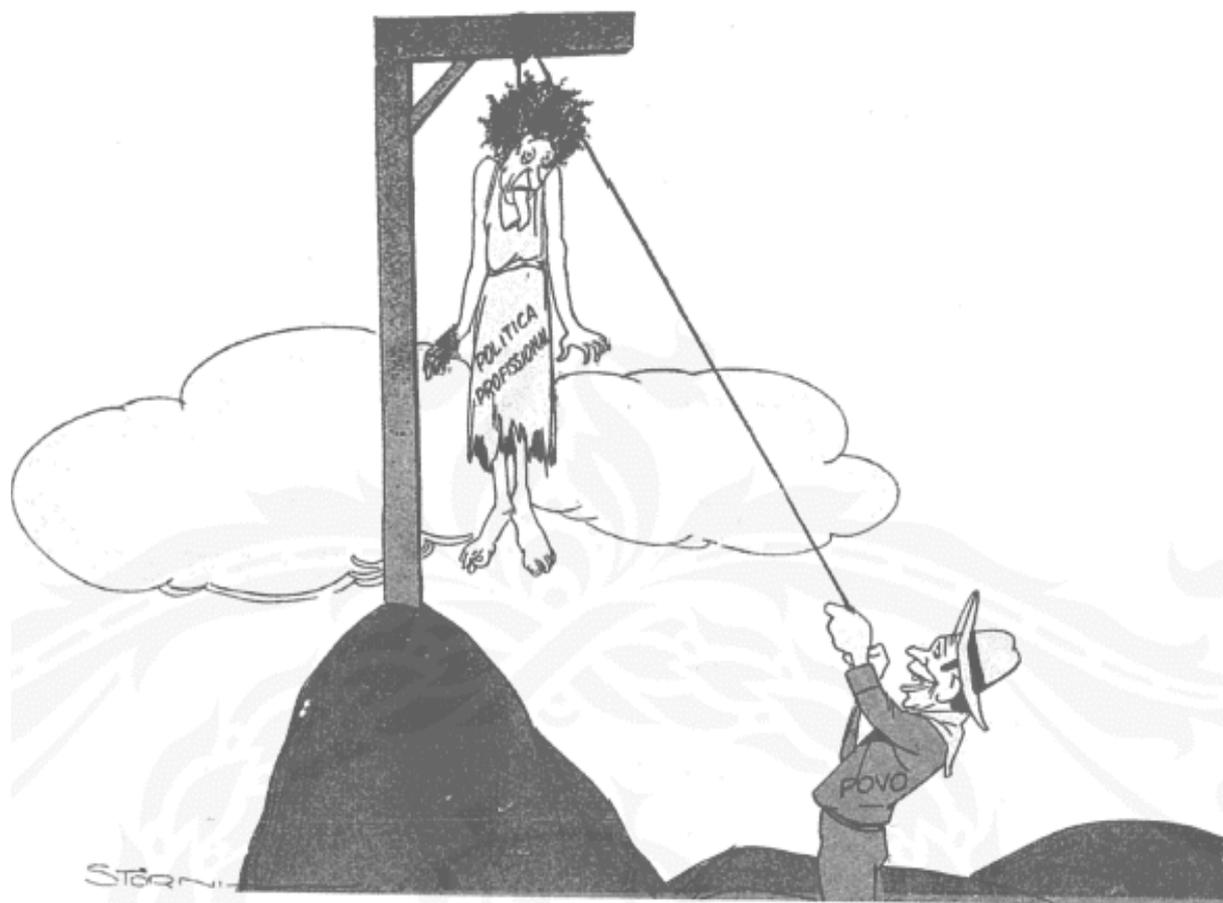
No fim da década de 1920 percebemos uma mudança no tom dos impressos. O riso continua presente e a política ainda é assunto relevante, principalmente em *Careta* e *O Malho*, contudo o humor vai perdendo sua feição alegre e cada vez mais se nota um matiz amargurado nos comentários feitos, o humor praticado adquire feição mais rancorosa e dolorida, e a impaciência e a irritação prevalecem no lugar da galhofa. Mesmo com o fortalecimento dessa matriz sombria quase sempre o riso protegeu as revistas de caírem no registro do ressentimento <sup>343</sup>, talvez tenhamos que fazer uma ressalva para *Fon-Fon*, que desde meados da década de 1910 diminuiu sensivelmente a sua cobertura sobre a política e quando dela tratava tendia a adotar uma inflexão pomposa e arrogante, relegando o riso para as piadinhas quase infantis ou, quando conectava humor e política, o fazia nas colunas sociais. O acúmulo de percepções negativas sobre a política, os políticos e o Congresso Nacional explodiu quando do movimento de 1930, comemorado pelas revistas (com exceção de *O Malho*, pró-governo). *Careta* condensou em duas importantes charges o revanchismo que eclodiu contra aqueles que eram tidos como os “inimigos” do país.

---

<sup>342</sup> De acordo com Mônica Pimenta Velloso, “Em relação ao clichê e ao lugar-comum, o estereótipo tem uma dimensão suplementar: é capaz de exprimir mais do que uma ideia; traduz um julgamento [...]”. In: A Mulata, o Papagaio e a Francesa: o jogo dos estereótipos culturais. In: LUSTOSA, Isabel (org.). *Imprensa, Humor e Caricatura: a questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 373.

<sup>343</sup> Segundo Maria Rita Kehl, “O ressentimento na política produz-se na interface entre a lei democrática – antecipação democrática de igualdade de direitos – e as práticas de dominação paternalistas, que predis põem a sociedade a esperar passivamente que essa igualdade lhes seja legada como prova do amor e da bondade dos agentes do poder”. Segundo a autora o humor seria uma alternativa ao ressentimento, recurso de quem “em circunstâncias de fracasso, perda e humilhação, ainda é capaz de lançar um olhar benigno sobre si mesmo e produzir um dito jocoso que transcenda a mesquinhez do momento”. In: *Ressentimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, págs. 18 e 202.

## SERA' DESTA VEZ ?



O POVO — Espero que essa megéra não tenha deixado filhos por ahi...

Ilustração 23: *Será desta vez?*

Nessa primeira imagem <sup>344</sup> vemos um homem, identificado como *O Povo*, vestido com uma roupa que lembra tanto um uniforme militar como a roupa de um vaqueiro (talvez em referência à origem riograndense de Getúlio Vargas), com uma expressão satisfeita, puxando uma corda com a qual enforca uma mulher. A figura feminina é esquelética e desgredada, suas mãos parecem garras, seus seios são murchos, e ela sofre com o horrível esgar da morte. Na roupa da mulher se lê “Política Profissional”. A charge foi publicada no fim da primeira semana de novembro de 1930, quando o poder já tinha sido tomado e restava pouca chance do processo ser revertido. O patíbulo no qual o *Povo* enforcava a *Política Profissional* estava montado em um morrinho elevado, portanto à vista de todos, configurando um espetáculo a ser contemplado às claras, e não algo a ser escondido. A política, quase sempre representada nas imagens das revistas como uma senhora gorda, saudável e bem de vida, aqui surge

<sup>344</sup> STORNI. *Será desta vez?* *Careta*. Rio de Janeiro, Ano XXIII, N. 1168, 8 de Novembro de 1930, p. 26.

emaciada, fraca, miserável, como quem decaiu, perdeu seus *status* e sua posição social vantajosa. O povo, caracterizado como sua eterna vítima ao longo dos anos, assumia agora o papel de algoz, de vencedor, chegou a hora da vingança, da desforra, e ele finalmente pode assumir uma expressão alegre e de triunfo, abandonando sua atitude passiva para assumir a função ativa de quem puxa a corda e enforca, sufoca, mata, a política. Essa política é a profissional, portanto seria aquela desempenhada pelos representantes eleitos, pelos governantes, aquela que se faz na oficialidade das instituições. O título da imagem indaga “Será desta vez?”, contendo na frase ao mesmo tempo esperança e temor, isto é, expectativa de que finalmente teria chegado o momento de extirpar do cenário nacional a política dos profissionais, e receio de que o quadro pudesse se reverter e a malfadada política conseguisse mais uma vez renascer mesmo em condições tão adversas para ela. A legenda reforça o papel de protagonista do povo naquele momento: “O POVO – Espero que essa megera não tenha deixado filhos por aí...”. A política, mulher-megera, contém a possibilidade da maternidade, e ao ser designada como *Política Profissional* a sua prole só poderia ser constituída pelos deputados, senadores, governadores, etc. Não bastava matá-la, era preciso extirpar sua descendência, seus herdeiros, seus continuadores, a memória da sua existência.

*Careta* e *Fon-Fon* receberam o movimento de 1930 com alegria, possibilidade real de mudança para o país, noticiando que a revolta contava com o apoio do povo. Após décadas de críticas contra a política e a chamada classe política, em especial os parlamentares, veio a tona nas páginas das publicações uma satisfação explícita com o fechamento do Congresso Nacional, tido como o ninho, a base da política profissional, um dos grandes culpados pelos impasses sociais e econômicos que o Brasil vivia. É importante destacar que as críticas dos impressos ao longo de tantos anos não tinham por intenção o encerramento das Assembleias, muito menos a instauração de uma ditadura. As revistas estavam imersas no cotidiano e era a partir do que ali ocorria que elas teciam seus comentários e opiniões. Elas poderiam sim desqualificar as instituições, e o faziam constantemente, mas não com um objetivo conspiratório ou como conteúdo programático, algo constante e coerente, que tivesse por meta dar fim ao Legislativo. Apesar disso os eventos que culminaram no encerramento do Congresso Nacional foram festejados pelos dois semanários, como evidencia a próxima imagem, capa de *Careta*.



15 DE NOVEMBRO DE 1930

.....  
*JECA REVOLUCIONARIO – Eis a Republica dos meus sonhos!...*

Ilustração 24: 15 de Novembro de 1930

A charge <sup>345</sup>, publicada no aniversário da proclamação da República, retrata o edifício do Congresso Nacional, contendo na fachada uma placa com a inscrição *Aluga-se*. O prédio estava visivelmente abandonado, na entrada vemos cinco figuras maltrapilhas rondando o imóvel. No primeiro plano estava desenhado um homem uniformizado como combatente, portando um fuzil, com um rosto sorridente de quem acabou de vencer uma batalha, dizendo, “JECA REVOLUCIONÁRIO – Eis a República dos meus sonhos!...”. Finalmente parecia ter chegado o dia da realização da República dos sonhos, e a faceta ideal do regime prescindia da existência do Congresso Nacional, que fechado representava a concretização de um desejo, de uma aspiração popular. O jeca era uma figura ambígua, mobilizada tanto para remeter à miséria, ignorância e atraso em que vivia a população do país, principalmente a rural, como também para explicitar a inocência, o desamparo, a autenticidade do brasileiro mais simples<sup>346</sup>. No caso da ilustração sugere-se que o movimento de 1930 tinha o apoio das camadas desfavorecidas da sociedade, daqueles que muito sofreram com o descaso e o abandono dos poderes públicos. Agora, aquele elemento mais desprezado da nacionalidade, sempre por baixo, retornava como dono e senhor da situação, invertendo os papéis e as hierarquias. Ele era o “oficial”, a autoridade, vestido com um uniforme que o identificava como alguém a serviço do Estado, representante e senhor da nova ordem que se instaurava. A arma que o jeca portava descansava no ombro, informando que o movimento já tinha imposto a paz, mas a presença do fuzil advertia que, se necessário, ele poderia ser utilizado, e que havia disposição para defender a nova configuração política. Sua vestimenta estava limpa, era nova, indicando o vigor e o frescor do momento inaugural, e ele parecia incrivelmente saudável e bem disposto, como que já redimido de sua tradicional condição adoentada e famélica. A figura do jeca fazia uma sombra no chão, e esta parecia quase como uma estátua comemorativa, de contornos firmes e claros, o braço que se projetava parecia saudar o leitor e louvar a vitória.

Em contraponto com o jeca temos os homens postados atrás dele, evidenciando que eles ficaram para trás, no passado, já não são os protagonistas da cena. Suas vestimentas remendadas mostram uma condição de pobreza, mas a degradação parece recente, pois eles ainda portavam sinais de uma riqueza anterior, como as cartolas e os fraques. Chama a atenção a postura desconsolada e desanimada daqueles que, certamente, eram os antigos

---

<sup>345</sup> STORNI. 15 de Novembro de 1930. *Careta*. Rio de Janeiro, Ano XXIII, N. 1169, 15 de Novembro de 1930, capa.

<sup>346</sup> LUCA, Tania. Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Editora UNESP, 1999, págs. 202 e 234; PEREIRA, João Baptista Borges; QUEIROZ, Renato da Silva. Por onde anda o Jeca? Arcaísmo e modernidade no contexto agrário. *Revista USP*, São Paulo, n. 64, dez./fev. 2004-2005, págs. 9 e 10.

ocupantes do edifício, os legisladores. Eles rondavam sua antiga casa como quem não tinha mais para onde ir, esperando algum tipo de solução para o impasse que viviam. Deputados e/ou senadores apareciam prostrados, derrotados, sem rumo, e até mesmo humilhados, pois não se furtaram nem mesmo a deitar nas escadarias do Congresso, como que a confirmar, no plano físico, sua queda política. A indignação das figuras, caracterizadas como mendigos, mostrava que a perda dos mandatos não significou apenas a extinção do antigo prestígio, mas também a ruína econômica, insinuando assim que a função legislativa era meio de enriquecimento e manutenção de vida farta, e que sem as vantagens do cargo os parlamentares não eram cidadãos produtivos que poderiam dedicar-se a um trabalho qualquer. O congressista que estava de pé e mais próximo do jeca tem um cão vira-lata a farejar os seus pés, reforçando a mensagem de que os antigos representantes estavam “no olho da rua”, à mercê de tudo o que por ali passava. A ousadia do cachorro também insinua que eles estavam na mesma situação, compartilhando o espaço dos abandonados, de quem não tinha endereço certo. As sombras de ambos, ao contrário da do jeca, projetavam contornos indistintos, reflexos distorcidos dos originais, como quem não tinha poder de estender sua sombra – seu poder – para além de um limite bem curto.

A placa de aluga-se mostrava o esvaziamento político do Legislativo como poder da República, e *Careta* sugeriu em tom brincalhão uma nova destinação para os prédios, “Os corredores da Câmara e as galerias do Senado vão ser aproveitados para “rinks” de patinação. Há ainda vários políticos desempregados que desejam dedicar-se aos “sports””<sup>347</sup>. Percebe-se um regozijo com o encerramento do Congresso, e a proposta irônica de que os edifícios-sede fossem utilizados como riques de patinação sugere que uma atividade “inútil” seria substituída por outra tão pouco produtiva quanto a anterior. O golpe de 1930 e o consequente fechamento do Legislativo veio ao encontro das opiniões desabonadoras que as revistas emitiram durante década sobre deputados e senadores e sobre o próprio Parlamento. Os congressistas seriam intermediários desnecessários entre o povo e as instâncias decisórias, pois além de não serem escolhidos pelo voto e portanto não serem representantes de fato, eles cuidavam apenas dos seus interesses, de modo que sua ausência não configuraria prejuízo para o país.

As ilustrações de número 16, 23 e 24 trazem a mesma figura do jeca ou vaqueiro (que ora representa o Brasil ora o povo brasileiro), vivendo situações diferentes. Na primeira delas, de 1928, o personagem tentava escapar do Congresso Nacional, de sua influência deletéria,

---

<sup>347</sup> Notas Revolucionárias. *Ibidem.*, p. 40.

desempenhando o papel de um fugitivo, humilhado, que precisa andar curvado, alguém que estava em clara posição de desvantagem e que vivia oprimido. Na segunda imagem, de 08 de novembro de 1930, a figura passa de vítima a carrasco, perseguindo seu “inimigo”, executando e acertando contas com quem um dia o tiranizou. Na última charge, de 15 de novembro de 1930, o nosso protagonista ressurgiu como que para completar um ciclo, trata-se da vitória final, não era mais necessário praticar atos de vingança, a derrota dos políticos/parlamentares parecia definitiva, consolidada. Era chegado o tempo da comemoração, de dar as boas vindas à nova realidade inaugurada <sup>348</sup>. Nas três charges o elemento comum era o desejo de libertar o país/povo do poder Legislativo ou dos chamados políticos profissionais, e esse sentimento acumulado de rejeição ao Congresso Nacional fez com que o movimento de 1930 fosse avaliado, de modo geral, de forma positiva pelas revistas, que encararam o encerramento da atividade legislativa como sinal auspicioso para que se pudesse estabelecer no país um governo de consenso nacional, livre da cacofonia de vozes dos parlamentares e das suas discussões “estéreis”.

*O Malho*, apoiador do governo, criticou intensamente a campanha eleitoral da Aliança Liberal, e quando da revolta de 1930 o semanário, em retaliação a sua postura, foi empastelado, permanecendo fechado durante alguns meses. Mas o fato de ser um veículo da situação (e com isso não queremos dizer que as outras duas revistas fossem de oposição), não impediu que o periódico propagasse ao longo de quase trinta anos as mesmas críticas e estereótipos sobre o poder Legislativo que encontramos em *Careta* e *Fon-Fon*. A diferença era que em *O Malho* o alvo maior dos ataques eram os parlamentares contrários ao governo em vigor. O Parlamento, como um todo, também era repreendido quando não agia com rapidez e eficácia diante das demandas do Executivo.

O sonho inicial de que as instituições brasileiras seguissem os postulados de eleições livres e da independência entre os poderes foi se desgastando diante da grosseira farsa com que se escolhiam os governantes, e a alternativa de um poder central forte, de uma figura

---

<sup>348</sup> As três ilustrações são do mesmo autor, Alfredo Storni (1881-1966), nascido no Rio Grande do Sul, mas que fez carreira no Rio de Janeiro, tendo trabalhado para várias publicações do período, como *Careta*, *O Malho*, na revista infantil *Tico-Tico*, dentre outras. Storni também usava pseudônimos para assinar seus trabalhos, como *Bluff* e *Yukon*. Foi funcionário de carreira do Ministério da Guerra, onde se aposentou. Qualificado por Herman Lima como “caricaturista político”, ele usava frequentemente temas relacionados às tradições de seu estado natal, daí a recorrência da figura do gaúcho, ou vaqueiro, nas suas obras. In: Caricaturista morre em Petrópolis. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 23 de Março de 1966, 1º Caderno, p. 5. Disponível em: Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional: <[http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842\\_07&pagfis=78072&pesq=&esrc=s&url=http://memoria.bn.br/docreader#](http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_07&pagfis=78072&pesq=&esrc=s&url=http://memoria.bn.br/docreader#)>. Acesso em: 03/07/2014; LIMA, Herman. *História da Caricatura no Brasil*. Vol. 3. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963, págs. 1.226 a 1.237.

política salvadora, acabou se configurando como alternativa palatável e até revigorante, pois ao invés da pulverização do poder nas mãos de muitos dirigentes, portadores de apetites desenfreados que dilaceravam a nação, o comando do país ficaria a cargo de uns poucos líderes, moralmente aptos. A política, compreendida pelos semanários como atividade restrita aos “profissionais”, os chamados políticos, foi aprisionada pelo modo como as publicações perceberam e julgaram os governantes, em especial os legisladores. As avaliações sobre os homens públicos foram alargadas de maneira a abranger a política, qualificada segundo critérios morais atribuídos a esse outro (os políticos), pouco implicando as revistas, seus autores, o público leitor ou a sociedade. O cenário traçado parecia existir como realidade externa, cuja melhoria dependeria da simples substituição, ou extinção, da classe política, e não do vigor das instituições, fortalecidas por meio da participação popular, e da criação de um espaço público livre, vivificado pela ação política dos diversos segmentos sociais.

#### 4. Considerações finais

Pelas páginas de *O Malho*, *Careta* e *Fon-Fon* os leitores podiam acompanhar o desenrolar da vida pública e privada dos legisladores, inteirando-se sobre a dinâmica das sessões legislativas, os ritos que marcavam o funcionamento do Congresso Nacional e os projetos legislativos em discussão. Além disso, tomavam conhecimento dos boatos que circulavam nos bastidores do poder divertindo-se com as renhidas disputas em torno de indicações políticas e com os rumores a respeito da vida pessoal dos parlamentares. Durante muitos anos essas publicações designaram jornalistas para cobrir, especificamente, a movimentação política dos parlamentares no plenário das casas legislativas. A partir dessa observação diária os profissionais da imprensa construíam relatos sobre condutas, hábitos e práticas de deputados e senadores que, pela sua constante reprodução nos periódicos, acabaram por plasmar uma espécie de identidade parlamentar e institucional, claro está que constituída e mediada pelas opiniões dos redatores das matérias, pela proposta editorial dos semanários e suas ligações políticas e econômicas. O fato de esses semanários referenciar seu conteúdo ao cotidiano não significa que suas apreciações e julgamentos espelhassem a “verdade” dos fatos ou refletissem “as coisas como elas eram”.

Através de uma linguagem acessível, que lançava mão de imagens, do humor e de recursos da oralidade, os semanários aproximaram seus leitores do mundo da política profissional, operando como instrumentos de criação e difusão de percepções e sensibilidades relativas ao político plasmadas a partir do exame de episódios do dia-a-dia. Considerando que as revistas dedicaram, durante anos, bastante espaço a essa sociabilidade parlamentar podemos presumir que o tema fazia sucesso entre o público leitor (ou um segmento desse público leitor), sendo legítimo supor que, naquele período, mesmo diante das graves limitações impostas à livre participação eleitoral dos cidadãos, existia interesse pela cena política oficial, fato que os semanários constantemente destacavam, “o nosso povo, apesar de banido de qualquer manifestação de direito político, tem sempre um interesse extraordinário por tudo quanto se refere à política”<sup>349</sup>. Nas palavras da revista *Fon-Fon*:

Todos nós estamos acostumados a ouvir falar em Política, diariamente, constantemente, eternamente.  
Tudo quanto há de bom e tudo quanto há de mau, nesta boa terra, é levado à conta da Política.

---

<sup>349</sup> *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano VIII, N. 5, 31 de Janeiro de 1914, s./p.

A Política é uma preocupação nacional, é um ideal dos nossos homens, sem distinção de classe.

Todos falam em Política, todos se dizem conhecedores de Política <sup>350</sup>.

A grande atenção que esses periódicos dedicaram à sociabilidade parlamentar, criticando e debatendo os processos políticos e o comportamento público-privado de deputados e senadores, desembocava, no mais das vezes, em uma posição geral de ceticismo e desconfiança com relação à política e às instituições. As eleições manipuladas, a violência policial que reprimia os protestos dos descontentes, a impossibilidade de que uma oposição organizada em torno de um projeto político alternativo tivesse representação na estrutura institucional, a truculência contra segmentos da imprensa que ousavam ultrapassar o limite daquilo que os ocupantes do poder consideravam como tolerável em termos de crítica; tudo isso restringia as possibilidades de intervenção dos cidadãos na “prática direta do poder”<sup>351</sup>, repercutindo nas páginas das revistas sob a forma de uma atmosfera de relativo desencanto com relação ao cenário político e suas chances de transformação no porvir. O Legislativo foi particularmente desacreditado, o que terminou por ferir a legitimidade do próprio regime representativo, contribuindo, em nosso entender, para a criação, nas páginas das revistas, de um ambiente propício para o descarte desse poder e para a emergência de opiniões simpáticas a propostas autoritárias.

De toda forma, é surpreendente o modo como essas publicações esmiuçaram os mínimos detalhes da atuação dos parlamentares brasileiros, expondo as disputas políticas e apresentando ao público uma visão crua dos bastidores do poder (construída por elas mesmas), principalmente através do humor <sup>352</sup>. A postura das revistas oscilava entre o amor e o ódio à política, demonstrando que ela era sobretudo uma paixão, estava na “ordem do dia”, impossível permanecer indiferente, esse ardor se evidencia na importante cobertura e no interesse marcante que as publicações explicitaram pela política institucional. Os comentários, as avaliações, as críticas, as desqualificações, os prognósticos elaborados eram uma resposta imediata a acontecimentos políticos que se desenrolavam no presente, no cotidiano, na singularidade histórica. A cobertura que esses periódicos faziam das minúcias da política revela mais do que desilusão e cinismo com relação aos rumos do país, evidencia também um

<sup>350</sup> Concurso N. 2 (para Homens). *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano IV, N. 45, 5 de Novembro de 1910, s./p.

<sup>351</sup> BIGNOTTO, Newton. Uma sociedade sem virtudes? In: NOVAES, Adauto (org.). *O Esquecimento da Política*. Rio de Janeiro: Agir, 2007, p. 102.

<sup>352</sup> Segundo Elias Thomé Saliba, naquela época o humor “permitia [...] livrar-se, pela irreverência, de autoridades e gestos incômodos, de si mesmo e de outros, dando ao indivíduo, por efêmeros momentos, a sensação de pertencimento que o nível público lhe subtraía e que, lentamente, ele tentava conquistar”. In: *Raízes do Riso: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 304.

desejo de participação através da emissão de opiniões que, se não eram em sua maioria propositivas, explicitavam em seu conteúdo “destrutivo” um inconformismo, o desejo de superar aquela realidade política excludente apontando suas limitações, e assim abrindo caminho para que se imaginassem outros cenários possíveis <sup>353</sup>. Infelizmente, nem sempre esse porvir era imaginado em termos de ampliação e fortalecimento das instituições representativas e do fazer político, por vezes o “fim da política” e sua substituição por uma administração racional era apresentada como a solução definitiva para esse cotidiano fracassado e decepcionante, cotidiano que as publicações tinham dificuldade em ultrapassar e relativizar como um limite provisório, que poderia ser suplantado e reinventado.

Mas porque as revistas focavam seu interesse na movimentação dos parlamentares e no funcionamento do Congresso Nacional já que, na dinâmica política da época, ele parecia ser um poder fraco e esvaziado? O Congresso era o ponto de convergência para onde se encaminhavam as demandas dos Estados federativos, que por meio dos seus representantes negociavam acordos e defendiam os interesses das suas respectivas regiões ou grupos. A política, fragmentada pelas renhidas disputas estaduais, juntava-se anualmente em um palco central de discussão, o Parlamento. A partir desse espaço era possível observar, em um só local, a movimentação das oligarquias regionais, facilitando para a imprensa o trabalho de cobertura da política, que assim prescindia de manter um vasto e custoso aparato de correspondentes em cada Estado do país. Nesse viés consideramos que o Congresso Nacional foi uma força política importante no período, pois se ele foi esvaziado como poder independente, a verdade é que ele abrigava justamente os representantes (ou delegados?) dos poderosíssimos grupos políticos estaduais, sendo portanto uma força incontornável. O Congresso Nacional não era um poder independente, mas a política não se fazia independentemente dele, já que era o ponto de referência nacional para onde as hostes regionais tinham que se dirigir para saírem do relativo isolamento territorial de seus domínios, de modo a poderem defender suas propostas e acompanhar de perto uns aos outros. Certamente os parlamentares, no mais das vezes, seguiam a cartilha dos líderes estaduais, consultando-os para a tomada de posições oficiais de maior impacto político ou econômico, mas eles eram também a face mais visível dos poderes regionais, elo de ligação entre a dinâmica nacional e a estadual. Além do que, a chamada política dos governadores trouxe

---

<sup>353</sup> De acordo com Jean Michel Frodon, a política pode comportar duas abordagens, e ambas “pressupõem uma insatisfação com a realidade”. A primeira “passa entre os que atribuem à política o objetivo de construir o coletivo, de estabelecer as condições de uma vida comum, os que concentram a maioria de seus esforços a construir vínculos”. A segunda considera que “a função principal da política é criticar o estado existente das coletividades humanas e que trabalham a colocá-la em crise”. In: Os desafios políticos do cinema. In: NOVAES, Aduino (org.). *O esquecimento da política*. Rio de Janeiro: Agir, 2007, p. 435-436.

certa previsibilidade para as eleições, mas não impediu ou eliminou de todo as disputas, discordâncias e embates políticos. Os terrenos porventura conquistados por certas forças políticas eram questionados e precisavam ser constantemente defendidos <sup>354</sup>, e pelo que as revistas publicavam sobre o assunto os interesses divergentes não deixaram de existir e de serem expressos no Parlamento, gerando constante perturbação e não raro rompimentos políticos.

Assim, não é de admirar que *Careta*, *O Malho* e *Fon-Fon* tenham pautado sua cobertura política por meio do ritmo de funcionamento do Congresso Nacional, de forma que a extensão dos artigos e a frequência com que apareciam estavam submetidas à cadência do trabalho do Parlamento, dependendo dele estar aberto ou fechado, em fase de prorrogação e da quantidade de sessões legislativas a cada semana. Notamos que quando o Legislativo estava fechado isso exigia das publicações uma adaptação no seu conteúdo para suprir a falta de material, e inúmeras vezes os articulistas lamentavam que com as férias parlamentares faltava assunto com o qual “recheiar” a crônica política. Para nós isso indica que as publicações planejaram *parte* do seu conteúdo a partir do compasso de funcionamento do Congresso, pois elas tinham colunas dedicadas à cobertura do Senado e da Câmara, e essas seções dependiam da movimentação do Parlamento para serem preenchidas.

Importante destacar que nosso trabalho tem interesse específico na cobertura que as revistas faziam da política, o que pode dar a falsa impressão de que tais publicações privilegiavam esse tema em detrimento de outros. A política (leia-se política institucional) era apenas um entre os inúmeros conteúdos dos periódicos. No que toca a esses semanários não é prudente estabelecer exclusivismo temático, não se trata de isso *ou* aquilo, e sim de isso *e* aquilo. Do mesmo modo, as críticas levantadas por elas em raríssimos momentos colocavam em cena a ação de outros atores políticos que não os “profissionais”. As revistas falavam genericamente em nome do povo, um coletivo abstrato, defendendo plataformas fáceis e genéricas, capazes de gerar adesão unânime, como a exigência de mais educação, saúde, infraestrutura urbana, menos impostos, mas quase nunca apoiavam movimentos sociais contestatórios concretos. Talvez por essa razão as revistas tenham se desiludido com a política, pois o conceito restrito que dela tinham não lhes permitia enxergar novas possibilidades e horizontes de ação na atuação de outros atores políticos que não a própria elite do país.

---

<sup>354</sup> Em *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: C/ Arte, 2001, Cláudia Viscardi demonstrou como o ambiente político institucional da Primeira República foi permeado por instabilidades e pela rivalidade entre as elites regionais.

A política foi investida de forte carga passional, e o afeto a ela dirigido emergia quase como o lamento de um doente incapaz de se livrar de sua compulsão,

Sim! O vício, porque a Política é um vício nosso, tão pernicioso como o jogo, como o álcool, mais pernicioso ainda porque é geral, [...]. Do operário humilde à pompa do argentário, em todas as classes, em todas as funções, a curiosidade política é um elemento indispensável à vida e ao pão. [...] Só a Política domina, atrai a todos, empolga e absorve todas as opiniões e todos os interesses <sup>355</sup>.

A política aparece como um desequilíbrio, uma perturbação que toma a mente e o coração dos homens, fazendo-os sofrer na sua dependência. Assim, a eliminação da política institucional, pelo menos aquela encarnada pelo Legislativo, se delineava como alternativa capaz de apaziguar o turbilhão de sentimentos contraditórios e a sensação de se estar à mercê de acontecimentos desestabilizadores. A culpa por esse cenário conturbado foi cada vez mais atribuída à adoção pela República dos princípios do liberalismo <sup>356</sup>. O “liberalismo à americana”, sedimentado na Constituição de 1891, instalou no país o federalismo, a repartição dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, consagrando o presidencialismo e o sistema representativo. Os estados federados puderam redigir suas próprias constituições, tomar empréstimos externos e decidir sobre o emprego dos seus tributos <sup>357</sup>. Apontar para a existência de uma racionalidade liberal no campo político brasileiro, não significa afirmar que ocorreu uma adesão total a certa ortodoxia liberal, pois entre as diversas interpretações e expressões do fazer liberal, os grupos políticos escolhiam aquelas ideias que consideravam mais adequadas à composição dos problemas e dos interesses em pauta, de modo que o liberalismo não ampliou o campo da liberdade e da autonomia política da esmagadora maioria dos atores sociais.

Com o passar dos anos, as esperanças depositadas no novo regime passaram a minguar. As eleições fraudulentas, os conflitos sociais que explodiam, as disputas entre os entes federados, as alterações entre os parlamentares e demais governantes, foram encarados como sinais de dissolução. O conflito, a discordância, a luta por objetivos políticos diferentes eram dados negativos, sinais de desordem, perigo e fragilidade. O que ocorria era a

<sup>355</sup> JOÃO PATRÍCIO. Ora... *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, Ano VII, N. 24, 14 de Junho de 1913, s./p.

<sup>356</sup> Michel Foucault considera que, “É preciso entender essa palavra [“liberalismo”] em um sentido bastante amplo: 1. Aceitação do princípio de que é preciso ter em alguma parte uma limitação do governo, e que não seja simplesmente um direito externo. 2. O liberalismo é também uma prática: onde encontrar exatamente o princípio de limitação do governo e como calcular os efeitos dessa limitação? 3. O liberalismo é, em um sentido mais estrito, a solução que consiste em limitar ao máximo as formas e domínios de ação do governo. 4. Enfim, o liberalismo é a organização dos métodos específicos de transação, de modo a definir a limitação das práticas governamentais: - constituição, parlamento; - opinião, imprensa; - comissões, inquéritos”. (tradução nossa). In: *Naissance de la Biopolitique*. Cours au Collège de France 1978-1979. Paris: Gallimard/Seuil. 2004, p. 23.

<sup>357</sup> CARVALHO, José Murilo. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 42-65.

disseminação de apetites desenfreados que usavam a política para fazer valer interesses particulares, por vezes desonestos, que floresciam na omissão do Estado. Afinal de contas, indagavam as revistas, a política seria realmente necessária para se governar? A eficiência governamental não prescindiria do político? Não seria melhor passar sem os antagonismos e debates que tinham lugar no Congresso Nacional? Desejava-se, acima de tudo, apaziguar a política, e muitos comentadores das publicações passaram a anelar pela constituição de um governo apoiado em saberes técnico-científicos, capazes de enfrentar aspectos “reais” da existência (saúde, doença, pragas, aproveitamento das terras, etc.)<sup>358</sup>, e sobre os quais a política teria pouco a dizer, pois diante da *naturalidade* desses elementos sobressaía a *artificialidade* da política. Para administrar esse mundo concreto bastaria que se apresentasse um homem de vontade firme, com quilate moral, confiável, capaz de organizar e harmonizar as vozes dissonantes em um governo de coesão nacional.

O limite das críticas tecidas pelos periódicos se constituiu nos próprios pressupostos que eles firmaram para o que seria a política, colocando-a como uma atividade de profissionais, cuja único palco eram as instituições e que seria possível instaurar uma ordem social mais justa pela simples adoção de mecanismos racionais de administração da “realidade objetiva”. Foi a partir dessa visão estreita e elitista da realidade que as publicações decretaram o esgotamento da política, cristalizando-a em juízos negativos que dificultavam a imaginação de horizontes alternativos para a construção da vida em comum.

De todo modo, vemos nessas revistas uma ambiguidade, um profundo dilema, uma tensão que não deixa de permear a vida política brasileira ainda nos dias de hoje: a existência de uma postura política crítica, opinativa e catártica, mas que pode ser ao mesmo tempo autoritária, pois desmerece constantemente a política (ao menos aquela institucionalizada) e desqualifica os movimentos populares que não se encaixam em um ideal de ação preconcebido pelas elites. Longe de pretender resolver esse dilema, consideramos que esta tese evidencia a riqueza do debate político que permeou a Primeira República brasileira, revelando uma intensa movimentação política por parte da imprensa, e também dos

---

<sup>358</sup> Michel Foucault foi um dos precursores do debate sobre a entrada em cena da vida, em seu aspecto físico/biológico, como parâmetro da ação política no mundo ocidental, o chamado *biopoder*: “a tentativa, a partir do século XVIII, de racionalizar os problemas colocados à prática governamental pelos fenômenos próprios a um conjunto de viventes, constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raças...”. (tradução nossa). In: *Naissance de la Biopolitique*. Cours au Collège de France 1978-1979. Paris, Gallimard/Seuil. 2004, p. 323.

parlamentares, apresentando assim uma nova perspectiva sobre o panorama institucional e político da época <sup>359</sup>.

---

<sup>359</sup> Sobre a Primeira República, Angela de Castro Gomes e Martha Abreu, dizem que “ainda se desconhece, basicamente por falta de estudos, uma rica movimentação de atores – intelectuais, trabalhadores, setores de classes médias e populares – empreendida no campo da participação política, que alcançou desenhos variados e mais ou menos formalizados em instituições e associações muito variadas”. In: Apresentação. *Revista Tempo*. Dossiê: A nova “Velha” República. Rio de Janeiro, v. 13, n. 26, pp. 1-14, jan./2009, p. 4.

## Fontes

### Livros

ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil. Apontamentos biográficos sobre todos os Presidentes e Vice-presidentes da República, Ministros de Estado, e Senadores e Deputados ao Congresso Nacional – 1889 a 1917*. São Paulo, [s.n.], vols. 1 e 2, 1918.

CASTRO, A. O. Gomes de. *O Senado Federal de 1890 à 1927: relação dos senadores desde a constituinte até a 13ª legislatura, acompanhada de ligeiros traços biográficos dos atuais membros do Senado da República*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1927.

CASTRO, Ramiro Berbert de. *Histórico e Descrição dos edifícios da Cadeia Velha, Palácio Monroe e Biblioteca Nacional*. Separata do “Livro do Centenário da Câmara dos Deputados” (1826-1926). Rio de Janeiro: Empresa Brasil Editora, 1926.

DO CANTO, João. *Caretas Parlamentares*. Rio de Janeiro: Liga Marítima Brasileira, [s.n.], [s.d.].

DO RIO, João. *A alma encantadora das ruas. Crônicas*. São Paulo: Editora Martins Claret, 2009. (1ª edição: 1908).

VIEIRA, José de Araújo. *A Cadeia Velha. Memória da Câmara dos Deputados 1909*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa-MEC, 1980.

### Outros

BIBLIOTECA NACIONAL. *Boletim Bibliográfico da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Ano I, N. 1, janeiro-março de 1918. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1918. Disponível em: < <https://archive.org/> >.

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil* (1891). Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm) >.

BRASIL. *Diário Oficial da União*. Arquivos em PDF. Disponíveis em: < <http://www.jusbrasil.com.br/diarios> >.

BRASIL; SENADO FEDERAL. *Manual Do Senador*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918.

### Revistas

CARETA, Rio de Janeiro, 1908 a 1930.

FON-FON, Rio de Janeiro, 1907 a 1930.

O MALHO, Rio de Janeiro, 1902 a 1930.

REVISTA PARLAMENTAR, Rio de Janeiro, (exemplares encontrados: Ano I, N. 1, 02/08/1915; Ano I, N. 2, 16/08/1915; Ano I, N. 4, 16/09/1915; Ano I, N. 5, 02/10/1915).

VIDA PARLAMENTAR, Rio de Janeiro, (único exemplar encontrado: Ano I, N. 1, 18/05/1920).

## Referências bibliográficas

### Livros

AGULHON, Maurice. *Le cercle dans la France bourgeoise, 1810-1848. Étude d'une mutation de sociabilité*. Paris: Librairie Armand Colin, 1977.

\_\_\_\_\_ *Penitents et francs-maçons de l'ancienne Provence: essai sur la sociabilité meridionale*. Paris: Fayard, 1984.

ALBERTI, Verena. *O riso e o risível: na história do pensamento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

ANASTASIA, Fátima et. al., (orgs.). *Elites Parlamentares na América Latina*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de. *História da Fotorreportagem no Brasil: a fotografia na imprensa do Rio de Janeiro de 1839 a 1900*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

ANSART, Pierre. *La Gestion des Passions Politiques*. Lausanne: L'Age d'Homme, 1983.

ARAUJO, Rosa Maria Barboza de. *A Vocaçao do Prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

ARESTIZÁBAL, Irma. *J. Carlos: cem anos*. Rio de Janeiro: FUNARTE; Instituto Nacional de Artes Plásticas, 1984.

ASSEMBLEIA Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. *Palácio Tiradentes – lugar de memória do parlamento brasileiro*. CPDOC-FGV. Rio de Janeiro, [s.d.].

AVRITZER, Leonardo; BIGNOTTO, Newton; GUIMARÃES, Juarez; STARLING, Heloisa M. Murgel (orgs.). *Corrupção: ensaios e críticas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica: história da imprensa brasileira*. São Paulo: Ática, 1990.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, 2010.

BALABAN, Marcelo. *Poeta do Lápis: sátira e política na trajetória de Angelo Agostini no Brasil Imperial (1864-1888)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada & Independência do Brasil (1790-1822)*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, São Paulo: Annablume, 2006.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900–2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BERGSON, Henri. *O Riso: ensaio sobre a significação da comicidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BIGNOTTO, Newton (org.). *Pensar a República*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

BORGES, Maria Eliza Linhares. *História & Fotografia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

BRASIL; CAMARA DOS DEPUTADOS. *Sesquicentenário da Câmara dos Deputados: (1826-1976)*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1976.

BRASIL; CONGRESSO; SENADO FEDERAL. *O Senado Federal na História do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2002.

BREMMER, Jan; ROODENBURG, Herman (orgs.). *Uma história cultural do humor*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CAMARGO, Mário de (org.). *Gráfica: arte e indústria no Brasil: 180 anos de história*. São Paulo: Bandeirantes gráfica/EDUSC, 2003.

CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (orgs.). *Representações – contribuição a um debate transdisciplinar*. São Paulo: Papirus, 2000.

CARDOSO, Rafael (orgs.). *Impresso no Brasil, 1808-1930: destaques da história gráfica da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Verso Brasil, 2009.

CARDOSO, Sérgio (org.). *Retorno ao republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. *Cidadania no Brasil – o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de (org.). *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

\_\_\_\_\_. *A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer*. V. 1. Petrópolis: Vozes, 2004.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A Invenção do Cotidiano: Morar, cozinhar*. V. 2. Petrópolis: Vozes, 2001.

CHACON, Vamireh; RODARTE, Claus. *História do Legislativo Brasileiro*. Brasília: Senado Federal, v. 2 e 3, 2007.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CORRÊA, Maurício. *Senado, Personagem e Instituição: crônica e ensaio ilustrado de ciência política, direito público e história parlamentar*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1993.

COSTA, Angela Marques da; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *1890-1914: No Tempo das Certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, (Virando séculos). 2000.

DAMATTA, Roberto. *A casa & a rua – espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

\_\_\_\_\_. *Carnavais, Malandros e Heróis – Para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DE DECCA, Edgar. *1930 – O Silêncio dos Vencidos*. São Paulo: Editora brasiliense, 1988.

DIFONZO, Nicholas. *O Poder dos Boatos: como os rumores se espalham, ditam comportamentos, podem ser administrados e por que acreditamos neles*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

DIMAS, Antonio. *Tempos Eufóricos: análise da revista Kosmos, 1904-1909*. São Paulo: Ática, 1983.

DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico e outros ensaios*. Campinas, SP: Papiros, 1993.

DUTRA, Eliana R. de Freitas. *Rebeldes literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

DUTRA, Eliana R. de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). *Política, Nação e Edição: O lugar dos impressos na construção da vida política – Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006.

DUVERGER, Maurice ; SIRINELLI, Jean-François (dir.). *La démocratie libérale. Histoire générale des systèmes politiques*. Paris: PUF, 1998.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

\_\_\_\_\_. *O Processo Civilizador: Uma História dos Costumes*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FABRIS, Annateresa; KERN, Maria Lúcia Bastos (orgs.). *Imagem e Conhecimento*. São Paulo: EDUSP, 2006.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder – Formação do Patronato Político Brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001.

FARIA, Fernando Antônio. *Arquivo de sombras: a privatização do Estado brasileiro nos anos iniciais da Primeira República*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996.

FAUSTO, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Livro 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002.

\_\_\_\_\_. *Naissance de la Biopolitique*. Cours au Collège de France 1978-1979. Paris: Gallimard/Seuil. 2004.

FRADIQUE, Mendes. *História do Brasil pelo método confuso*. LUSTOSA, Isabel (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

FREIRE, Américo. *Uma capital para a República – Poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada para o século XX*. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

FREUD, Sigmund. *Os chistes e sua relação com o inconsciente (1905)*. Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. VIII. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

FRÚGOLI JUNIOR, Heitor. *Sociabilidade Urbana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. São Paulo: Vértice, 1988.

\_\_\_\_\_ *Essa gente do Rio... Modernismo e Nacionalismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HAHNER, June E. *A Mulher Brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

HEINZ, Flávio (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. *Modos da representação política: o experimento da Primeira República brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009.

JANOVITCH, Paula Ester. *Preso por trocadilho: a imprensa de narrativa irreverente paulistana de 1900 a 1911*. São Paulo: Alameda, 2006.

KEHL, Maria Rita. *Ressentimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

\_\_\_\_\_ *Sobre ética e psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KNAUSS, Paulo et al., (orgs.). *Revistas Ilustradas: modos de ler e ver no Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2011.

KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LASCH, Christopher. *A cultura do narcisismo: a vida americana numa era de esperanças em declínio*. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

LESSA, Renato. *A Invenção Republicana - Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

LIMA, Herman. *História da Caricatura no Brasil*. 4 vols. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.

LOPES, Antônio Herculano (org.). *Entre Europa e África – A Invenção do Carioca*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2000.

LOREDANO, Cássio (org.); SIMAS, Luiz Antônio (texto). *O vidente míope – J. Carlos n'O Malho, 1922-1930*. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2007.

LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

\_\_\_\_\_. *Leituras, projetos e (Re)vista(s) do Brasil (1916-1944)*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

LUSTOSA, Isabel. *Histórias de presidentes: a República no Catete*. Rio de Janeiro; Petrópolis: Fundação Casa de Rui Barbosa; Vozes, 1989.

\_\_\_\_\_. (org.) *Imprensa, história e literatura*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.

\_\_\_\_\_. *Imprensa, Humor e Caricatura: a questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em Revista: Imprensa e Práticas em Tempos de República, São Paulo, 1890-1922*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2008.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_. *Imprensa e Cidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2006 (Paradidáticos. Cultura).

MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida – Cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

MOLLIER, Jean-Yves. *A leitura e seu público no mundo contemporâneo: ensaios sobre história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MOREL, Marco. *As transformações dos Espaços Públicos – Imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

MUNAKATA, Kazumi. *A Legislação Trabalhista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

NAHES, Semiramis. *Revista Fon-Fon: a imagem da mulher no Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo: Arte & Ciência, 2007.

NEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque Tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NOVAES, Adauto (org.). *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. *O esquecimento da política*. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

NOVAIS, Fernando A. & SEVCENKO, Nicolau (orgs.). *História da Vida Privada no Brasil – República: da Belle Époque à Era do Rádio*. V. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

OLIVEIRA, Cláudia de; VELLOSO, Monica Pimenta; LINS, Vera. *O Moderno em revistas: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930*. Rio de Janeiro: Garamod, 2010.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

PLUET-DESPATIN, Jacqueline; LEYMARIE, Michel; MOLLIER, Jean-Yves (dirs.). *La Belle Époque des revues, 1880-1914*. Paris: IMEC, 2002.

POPINIGIS, Fabiane. *Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca, 1850-1911*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2007.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

ROCHA, Clara. *Revistas Literárias do Século XX em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

SAES, Décio. *Classe Média e Política na Primeira República Brasileira (1889-1930)*. Petrópolis: Vozes, 1975.

SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do Riso: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público – As tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão – Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. *Orfeu extático na metrópole – São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SEVERIANO, Maria de Fátima Vieira. *Narcisismo e publicidade: uma análise psicossocial dos ideais do consumo na contemporaneidade*. São Paulo: Annablume, 2001.

SILVA, Marcos A. Da. *Caricata República: Zé Povo e o Brasil*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

SKINNER, Quentin. *Liberdade antes de liberalismo*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SUSSEKIND, Flora. *As Revistas de Ano e a invenção do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986.

TEIXEIRA, Luiz Guilherme Sodré. *Sentidos do humor, trapaças da razão: a charge*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2005.

THOMPSON, John B. *O Escândalo Político: poder e visibilidade na era da mídia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

VELLOSO, Monica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro: turunas e quixotes*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: História cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VINCENT, Andrew. *Ideologias políticas modernas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: C/ Arte, 2001.

### **Artigos e capítulos de livros**

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. O Historiador Naïf ou a análise historiográfica como prática de excomunhão. In: Manoel Luiz Salgado Guimarães (Org.). *Estudos sobre a Escrita da História*. Rio de Janeiro: 7 Letras, pp. 192-215, 2007.

ALONSO, Angela. Arrivistas e Decadentes: o debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana. *Novos Estudos – CEBRAP*. São Paulo, n. 85, pp. 131-148, novembro 2009.

AZEVEDO, Fernando Antonio; CHAIA, Vera Lucia Michalany. O Senado nos editoriais dos jornais paulistas (2003-2004). *Opinião Pública*. Campinas, vol. 14, n. 1, pp. 173-204, junho 2008.

BASSO, Eliane Fátima Corti (orgs.). *Revista Senhor: modernidade e cultura na imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2008. Disponível em: < <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204434/4101430/memoria22.pdf> >.

BERSTEIN, Serge. La synthèse démocrate-libérale en France, 1870-1900. In: BERSTEIN, Serge; WINOCK, Michel (dir.). *L’Invention de la Démocratie – 1789-1914*. Seuil, 2002.

BIGNOTTO, Newton. Corrupção e opinião pública. In: AVRITZER, Leonardo; FILGUEIRAS, Fernando. *Corrupção e sistema político no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 15-42, 2011.

\_\_\_\_\_ Das barricadas à vida privada. *Nova Economia*. Belo Horizonte, vol. 16, n. 3, pp. 459-480, setembro/dezembro de 2006.

\_\_\_\_\_ Entre o público e o privado: aspectos do debate ético contemporâneo. In: DOMINGUES, Ivan; PINTO, Paulo Roberto Margutti e DUARTE, Rodrigo (orgs.). *Ética, política e cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, pp. 281-297, 2002.

BORGES, Valdeci Rezende. Em busca do mundo exterior: sociabilidade no Rio de Machado de Assis. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 28, pp. 49-69, 2001.

BORGES, Vera Lúcia Bogéa. A Primavera de Sangue: a cidade do Rio de Janeiro na batalha eleitoral de 1910. *Dimensões*. Vitória, vol. 26, n. 27, pp. 115-128, 2011.

BRESCIANI, Maria Stella. Forjar a identidade brasileira nos anos 1920-1930. In: HARDMAN, Francisco F. (org.). *Morte e Progresso: cultura brasileira como apagamento de rastros*. São Paulo: Ed. da UNESP, pp. 27-61, 1998.

\_\_\_\_\_ O cidadão da República: liberalismo *versus* positivismo – Brasil: 1870-1900. *Revista USP*. São Paulo, n. 17, mar./abr./mai., pp. 122-135, 1993.

BURKE, Peter. A cidade pré-industrial como centro de informação e comunicação. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, pp. 193-203, 1995.

CALABRE, Lia. Políticas públicas culturais de 1924 a 1945: o rádio em destaque. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 1, n. 31, pp. 161-181, 2003.

CANDIDO, Antônio. A vida ao rés-do-chão. *Recortes*. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 23-29, 1993.

CARVALHO, José Murilo de. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v.13, n.38, 1998. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br).

\_\_\_\_\_ O Rio de Janeiro e a República. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 5, n. 8/9, pp. 117-138, set. 1984/abr. 1985.

CHARTIER, Roger. A “nova” história cultural existe?. In: LOPES, Antonio Herculano; VELLOSO, Monica Pimenta; PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs.). *História e linguagens: texto, imagem, oralidade e representação*. Rio de Janeiro: 7 Letras, pp. 29-43, 2006.

\_\_\_\_\_ O mundo como representação. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 5, n. 11, Apr., pp.173-191, 1991. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S01030141991000100010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01030141991000100010&lng=en&nrm=iso) >.

DARNTON, Robert. Uma precoce sociedade da informação: as notícias e a mídia em Paris no século XVIII. *Varia História*. Belo Horizonte, n. 25, pp. 9-51, jul. de 2001.

DEALTRY, Giovanna. Margens da *Belle Époque* carioca pelo traço de Calixto Cordeiro. *Revista Alceu*. Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, pp. 117-130, jan./jun. 2009.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. História e Culturas Políticas – Definições, usos, genealogias. *Varia História*. Belo Horizonte, vol. 28, pp. 13-28, 2003.

EWALD, Ariane P. et. al.. Crônicas folhetinescas: subjetividade, modernidade e circulação de notícias. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (orgs.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, pp. 237-259, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A Reação Republicana e a crise política dos anos 20. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, pp. 9-23, 1993.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. *A crise dos anos vinte e a Revolução de Trinta*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

FILHO, Adolfo Morales De Los Rios. O Rio de Janeiro da Primeira República – Capítulo Décimo Terceiro – Imprensa. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, vol. 274, pp. 3-29, janeiro-março 1967, 1968. Disponível em: < <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1967volume0274c.pdf> >.

FLORES, Elio Chaves. Representações cômicas da República no contexto do Getulismo. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.21, n.40, pp. 133-157, 2001.

GOMES, Angela de Castro. A Política Brasileira em busca da Modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: NOVAIS, Fernando; SCHWARCZ, Lilia M. (orgs.). *História da Vida Privada no Brasil – Contrastes da Intimidade Contemporânea*. V. 4. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 489-558, 1998.

\_\_\_\_\_. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, M. Fernanda Baptista e GOUVÊA, M. de Fátima Silva. (orgs.). *Culturas políticas. Ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro, MAUAD, pp. 21-41, 2005.

\_\_\_\_\_. Política: história, ciência, cultura etc. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 9, n. 17, pp. 59-84, 1996.

GOMES, Angela de Castro; ABREU, Martha. Apresentação. *Revista Tempo*. Dossiê: A nova “Velha” República. Rio de Janeiro, v. 13, n. 26, pp. 1-14, jan./2009.

GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Marieta de Moraes. Primeira República: um balanço historiográfico. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, pp. 244-280, 1989.

GONTIJO, Rebeca. História, cultura, política e sociabilidade intelectual. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria F.; GOUVÊA, Maria de F (orgs). *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, pp. 259-284, 2005.

GUARÍN-MARTÍNEZ, Oscar. La Sociabilidad política: un juego de luces y sombras. *Memoria y Sociedad*. Bogotá, 14, n. 29, pp. 25-36, julio-diciembre 2010.

GUARINELLO, Norberto Luiz. História científica, história contemporânea e história cotidiana. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 24, n. 48, pp. 13-38, dez./2004.

JOANA, Jean. L'invention du député. Réunions parlementaires et spécialisation de l'activité politique au XIXe siècle. *Politix*, vol. 9, n. 35, pp. 23-42, Troisième trimestre 1996.

KOSELLECK, Reinhart. Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, pp. 134-146, 1992.

LESSA, Renato. As cidades e as oligarquias do antiurbanismo da elite política da Primeira República brasileira. *Revista USP*. São Paulo, n. 59, pp. 86-95, set./nov. 2003.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. A Imprensa. In: COSTA, Luiz Antônio Severo da (org.). *Brasil 1900-1910*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, pp. 123-141, 1980.

LOPES, Antonio Herculano. Do monarquismo ao "populismo": O *Jornal Do Brasil* na virada para o século XX. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (orgs.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, pp. 332-345, 2006.

LUCA, Tânia Regina de. Periodismo cultural: a trajetória da *Revista do Brasil*. In: ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nelson (orgs.). *Cultura Letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas, SP: Mercado de Letras, pp. 293-312, 2005.

LUSTOSA, Isabel. Humor e Política na Primeira República. *Revista USP*. São Paulo, n. 3, pp. 53-64, set./ out./ nov. 1989.

\_\_\_\_\_. J. Carlos, o cronista do traço. In: LOPES, Antonio Herculano; VELLOSO, Monica Pimenta; PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs.). *História e linguagens: texto, imagem, oralidade e representação*. Rio de Janeiro: 7 Letras, pp. 151-167, 2006.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. Repensando política e cultura no início da República: existe uma cultura política carioca? In: SOIHET, Rachel; BICALHO, M. Fernanda Baptista e GOUVÊA, M. de Fátima Silva (orgs.). *Culturas políticas. Ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2005, pp.285-303.

MARTÍN, Luis P. Nuevos actores en política. Las sociabilidades en la España contemporánea. *Studia Historica. Historia Contemporánea*. Salamanca, n. 18, pp. 201-224, 2000.

MARTINS, Ana Luiza. Da fantasia à História: folheando páginas revisteiras. *História*. São Paulo, 22 (1), pp. 59-79, 2003.

\_\_\_\_\_. Revistas na emergência da grande imprensa: entre práticas e representações (1890-1930). In: ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nelson (orgs.). *Cultura Letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas, SP: Mercado de Letras, pp. 247-256, 2005.

MAUAD, Ana Maria. Através da Imagem: fotografia e história – interfaces. *Tempo*. Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, pp. 73-98, 1996.

\_\_\_\_\_. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 13, n. 1, pp. 133-174, jan./jun. 2005.

\_\_\_\_\_ O olho da História: fotojornalismo e a invenção do Brasil contemporâneo. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (orgs.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, pp. 365-384, 2006.

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna. In: NOVAIS, Fernando A; SCHWARCZ, Lilia M. (orgs.). *História da Vida Privada no Brasil: Contrastes da Intimidade Contemporânea*. V. 4. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 559-658, 1998.

MESSEMBERG, Débora. A elite parlamentar brasileira: um recorte sociocultural. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, v. 16, n. 30, pp. 17-28, jun. 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Culturas Políticas na História: Novos Estudos*. Belo Horizonte: Argumentvm, pp. 13-37, 2009.

NEDER, Gizlene. Cidade, Identidade e Exclusão Social. *Tempo*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, pp. 106-134, 1997.

NOGUEIRA, Clara Asperti. Revista Careta (1908-1922): símbolo da modernização da imprensa no século XX. *Miscelânea – Revista de Pós-Graduação em Letras*. Assis, UNESP, vol. 8, pp. 60-80, jul./dez. 2010.

PEREIRA, João Baptista Borges; QUEIROZ, Renato da Silva. Por onde anda o Jeca? Arcaísmo e modernidade no contexto agrário. *Revista USP*. São Paulo, n. 64, pp. 6-13, dez./fev. 2004-2005.

PERES, Paulo; CARVALHO, Ernani. Religando as arenas institucionais: uma proposta de abordagens multidimensionais nos estudos legislativos. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, v. 20, n. 43, pp. 81-106, out. 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Crônica: a leitura sensível do tempo. *Anos 90*. Porto Alegre, n.7, pp. 29-37, julho de 1997.

\_\_\_\_\_ Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, pp. 279-290, 1995.

\_\_\_\_\_ Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Coloquios, 2005, [En línea], Puesto en línea el 04 février 2005. URL: <http://nuevomundo.revues.org/229>. Consultado el 09 juin 2011.

PROCHASSON, Christophe. Emoções e política: Primeiras aproximações. *Varia História*. Belo Horizonte, vol. 21, n. 34, pp. 305-324, julho 2005.

RIVIÈRE, Carole Anne. La spécificité française de la construction sociologique du concept de sociabilité. *Réseaux*, n. 123, pp. 207-231, 2004/1.

ROCHA, Amara Silva de Souza. Modernas seduções urbanas: a eletrificação no Rio de Janeiro da *Belle Époque*. *Anos 90*. Porto Alegre, n. 14, pp. 202-217, dezembro de 2000.

SANTOS, Rafael José dos. Globalização e americanidade: o caso da publicidade no Brasil dos anos 30. *Revista USP*, São Paulo, 32, pp. 44-55, dez./fev. 1996-97.

SILVA, Ivanete Paschoalotto; SIMILI, Ivana Guilherme. Nair De Teffé: uma narrativa biográfica para as mulheres dos séculos XIX e XX. *Diálogos & Saberes*. Mandaguari, v. 7, n. 1, pp. 121-134, 2011.

SOBRAL, Julieta Costa. J. Carlos, designer. In: CARDOSO, Rafael (org.). *O design brasileiro antes do design: aspectos da história gráfica, 1870-1960*. São Paulo: Cosac Naify, pp. 124-159, 2005.

STARLING, Heloísa Maria Murgel. Republicanismo. In: AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (orgs.). *Reforma Política no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, pp. 73-76, 2006.

TAPARELLI, Carlos Henrique Antunes. A evolução tecnológica do rádio. *Revista USP*. São Paulo, n. 56, pp. 16-21, dez./fev. 2002-2003.

VAN DAMME, Stéphane. La sociabilité intellectuelle. Les usages historiographiques d'une notion. *Hypothèses*, pp. 121-132, 1997/1.

VELHO, Gilberto. Estilo de vida urbano e modernidade. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, pp. 227-234, 1995.

VELLOSO, Monica Pimenta. A Literatura como Espelho da Nação. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, pp. 239-263, 1988.

\_\_\_\_\_ A modernidade carioca na sua vertente humorística. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, pp. 269-278, 1995.

\_\_\_\_\_ As modernas sensibilidades brasileiras – uma leitura das revistas literárias e de humor na Primeira República. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. Debates, 2006. Disponível em: < <http://nuevomundo.revues.org/1500> > Acesso: 02 outubro 2010.

\_\_\_\_\_ Percepções do Moderno: as revistas do Rio de Janeiro. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (orgs.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, pp. 312-331, 2006.

\_\_\_\_\_ Um folhetinista oral: representações e dramatizações da vida intelectual na virada do século XIX. LOPES, Antonio Herculano; VELLOSO, Monica Pimenta; PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs.). *História e linguagens: texto, imagem, oralidade e representação*. Rio de Janeiro: 7 Letras, pp. 205-223, 2006.

ZANON, Maria Cecília. A sociedade carioca da *Belle Époque* nas páginas do *Fon-Fon!*. *Patrimônio e Memória*. São Paulo, UNESP, CEDAP, v. 4, n. 2, pp. 217-235, jun. 2009.

### Comunicações, dissertações, teses e outros

ABREU, Alzira Alves de (coordenadora geral). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República 1889-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, FGV, 2011. Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica>>.

BARTHES, R.; COMPAGNON, A. Leitura. In: *Enciclopédia Einaudi*, v. 11. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, pp. 184-206, 1987.

BASTOS TIGRE, Sylvia (coord.). *Bastos Tigre – Notas Biográficas*. Brasília, [s. n.], 1982.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Deputados federais 30ª Legislatura*. Arquivo em PDF cedido pela Câmara dos Deputados.

\_\_\_\_\_ Presidentes das Câmaras dos Deputados: VIII - Carlos Peixoto Filho. *Boletim da Biblioteca da Câmara dos Deputados*, v. 9, n. 2, pp. 169-181, jul./dez. 1960. Disponível em: < <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/12797> >.

CONGRESSO NACIONAL. *Sedes históricas*. Página da internet: < <http://www2.congressonacional.leg.br/visite/sedes-historicas>>.

GÓMEZ, Hernán Eufemio. Consagração da imprensa maciça e transformação dos significados da opinião pública. O caso da charge d’*O Malho* (Rio de Janeiro, setembro de 1910). *XXIV Simpósio Nacional de História - História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos*. São Leopoldo, RS, 2007. Disponível em: < <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0669.pdf> > Acesso em: 10 ago. 2013.

MURUCI, Lucio Picanço. *Seth: um capítulo singular na caricatura brasileira*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História. Rio de Janeiro, 2006.

OLIVEIRA, Cláudia De. *Arqueologia da Modernidade: fotografia, cidade e indivíduo em ‘Fon-Fon!’, ‘Selecta’ e ‘Para Todos...’, 1907-1930*. Trabalho vencedor do Prêmio Casa de Rui Barbosa, realizado em dezembro de 2004.

RAMOS, Fernão; MIRANDA, Luiz Felipe (Orgs.). *Enciclopédia do Cinema Brasileiro*. São Paulo: Senac: 2004.

SALIBA, E. Cabrião: humor e paródia política. *Comunicação & Educação*. São Paulo, v. 8, n. 22, 2008. Disponível em: < <http://revistas.univerciencia.org/index.php/comeduc/article/view/4511/4233> >. Acesso: 07 jul. 2012.

SANI, Giacomo. Cultura Política. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUTTI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). *Dicionário de Política*. Brasília: Ed. UNB, pp. 306-308, 1995.

TENÓRIO, Guilherme Mendes. *Zé Povo cidadão: humor e política nas páginas de O Malho*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2009.